



CAMPINA
GRANDE 2035



BENCHMARKING CAMPINA GRANDE 2035

ABRIL/2016



Comitê Gestor do PED/CG 2035
e Municípios do entorno



Comitê Gestor do PED/CG 2035
e Municípios do entorno

APRESENTAÇÃO



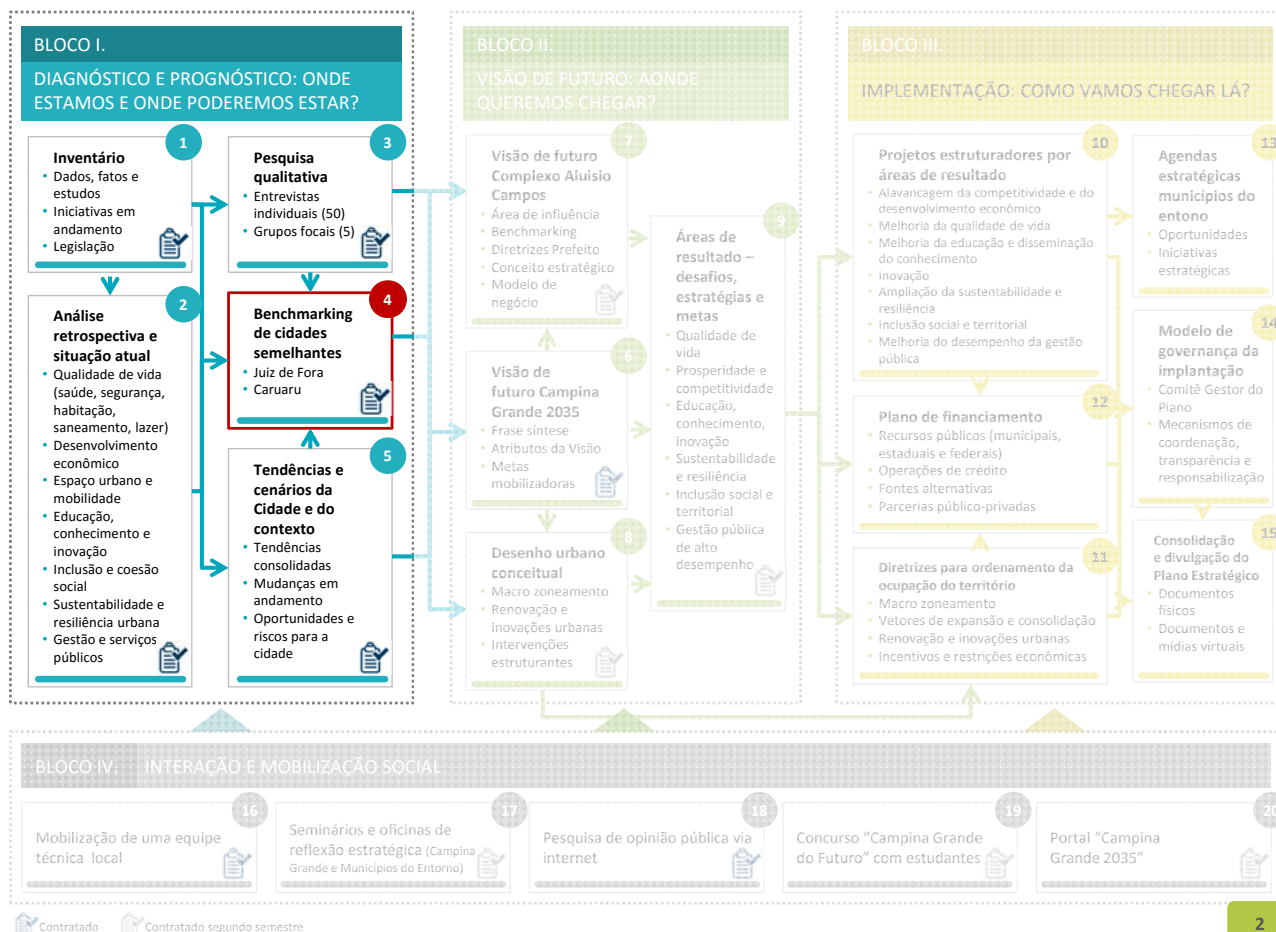
O PRESENTE RELATÓRIO FORMALIZA A ENTREGA DO “BENCHMARKING DE DUAS CIDADES SEMELHANTES”, REFERENTE À ETAPA 4 DA 3ª PARCELA (CLÁUSULA QUARTA, ITEM 4.2) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA PARAÍBA E A MACROPLAN (CONTRATO 001/2016), O QUAL SE REFERE À EXECUÇÃO DO “PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO CAMPINA GRANDE 2035 E MUNICÍPIOS DO ENTORNO”

ESTE DOCUMENTO CONSOLIDA A AVALIAÇÃO COMPARATIVA DE CAMPINA GRANDE COM CIDADES COM FORMAÇÃO ECONÔMICA E POSIÇÃO GEOGRÁFICA SEMELHANTES, TRAZENDO, TAMBÉM, CONTRIBUIÇÕES VALIOSAS PARA A DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO DO MUNICÍPIO COM BASE EM BOAS PRÁTICAS ADOTADAS EM OUTRAS LOCALIDADES PARA SUPERAÇÃO DE DESAFIOS E MAXIMIZAÇÃO DE POTENCIALIDADES SIMILARES ÀQUELAS IDENTIFICADAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE.

NESSE SENTIDO, O PRINCIPAL OBJETIVO DESTA DOCUMENTO SE REFERE À APRESENTAÇÃO DE CASOS DE REFERÊNCIA, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, DE MODO A DEMONSTRAR QUE A SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS APRESENTADOS NA ANÁLISE RETROSPECTIVA E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL (PRODUTO CONTRATUAL Nº 3) E NO RELATÓRIO DE PESQUISA JUNTO A LIDERANÇAS E GRUPOS REPRESENTATIVOS DA CIDADE (PRODUTO CONTRATUAL DE Nº 4) NÃO APENAS É POSSÍVEL COMO TAMBÉM JÁ FOI PROMOVIDA EM OUTRAS LOCALIDADES POR MEIO DA ADOÇÃO DE DIFERENTES ESTRATÉGIAS.

BOA LEITURA!

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINA GRANDE 2035 E ENTORNO



INTRODUÇÃO: BENCHMARKING – CONCEITO E OBJETIVO**I ANÁLISE COMPARATIVA QUALITATIVA: CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO DE CAMPINA GRANDE, CARUARU E JUIZ DE FORA**

- 2.1. Critérios de Seleção e Similaridades
- 2.2. Aspectos Metropolitanos
- 2.3. Trajetórias de Desenvolvimento Comparadas

II ANÁLISE POR DIMENSÃO: ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES E CASOS DE REFERÊNCIA POR ÁREA DE RESULTADO

- 3.1. Prosperidade e Competitividade
- 3.2. Qualidade de Vida
- 3.3. Educação, Conhecimento e Inovação
- 3.4. Sustentabilidade Urbana e Ambiental
- 3.5. Estrutura Urbana e Organização Territorial
- 3.6. Gestão Pública e Governança

III ANEXO: DICIONÁRIO DE INDICADORES

DETALHAMENTO DO CONTEÚDO

**CHARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DE CAMPINA GRANDE, CARUARU E JUIZ DE FORA**

ANÁLISE QUALITATIVA DOS TRÊS MUNICÍPIOS, CONSIDERANDO SUAS SIMILARIDADES, ASPECTOS METROPOLITANOS E TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO

ANÁLISE POR DIMENSÃO

CAPÍTULO SEGMENTADO EM 6 ÁREAS DE RESULTADO: PROSPERIDADE E COMPETITIVIDADE, QUALIDADE DE VIDA, EDUCAÇÃO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE URBANA E AMBIENTAL, ESTRUTURA URBANA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA

CADA DIMENSÃO AVALIA OS SEGUINTE ASPECTOS:

- » **COMPARAÇÃO QUANTITATIVA:** FORAM SELECIONADOS 16 INDICADORES COM O OBJETIVO DE ANALISAR O DESEMPENHO DE CAMPINA GRANDE DE MODO COMPARATIVO COM UM CONJUNTO DE CIDADES MÉDIAS NORDESTINAS SELECIONADAS
- » **EXPERIÊNCIAS E CASOS DE REFERÊNCIA:** FORAM IDENTIFICADOS 25 CASOS DE REFERÊNCIA EM OUTRAS CIDADES DO BRASIL E DO MUNDO, NAS SEIS ÁREAS DE RESULTADO SELECIONADAS. TAIS CASOS DEVERÃO SERVIR DE FONTE DE INSPIRAÇÃO PARA CAMPINA GRANDE, MOSTRANDO QUE SOLUÇÕES SÃO POSSÍVEIS E QUE MUITAS DELAS PODEM SER ADAPTADAS À REALIDADE CAMPINENSE
- » **OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS:** COM BASE EM OUTRAS EXPERIÊNCIAS E ESTUDOS DESENVOLVIDOS PELA CONSULTORIA, FOI ELABORADO UM INVENTÁRIO COM MAIS DE **80 PROPOSTAS DE BOAS PRÁTICAS**, COMO REFERENCIA PARA AS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS QUE CAMPINA GRANDE ADOTARÁ NO FUTURO

ANEXOS

DICIONÁRIO DE INDICADORES.

O QUE É?

PROCESSO DE COMPARAÇÃO SISTEMÁTICA DE DESEMPENHO E MAPEAMENTO DE BOAS PRÁTICAS RECONHECIDAMENTE BEM SUCEDIDAS NO OBJETO DE ESTUDO.

QUAL É SEU OBJETIVO?

AVALIAR A POSIÇÃO RELATIVA DE CAMPINA GRANDE EM COMPARAÇÃO COM AS CIDADES DE REFERÊNCIA. CONHECER, ASSIMILAR E ADAPTAR AS SOLUÇÕES, ESTRATÉGIAS, PROCESSOS OU MECANISMOS BEM SUCEDIDOS QUE OUTRAS CIDADES IMPLANTARAM OU ESTÃO IMPLANTANDO. O FOCO EM EXPERIÊNCIAS REAIS MOSTRA QUE A ALAVANCAGEM DE DESEMPENHO É POSSÍVEL, E QUE MUITAS SOLUÇÕES ADOTADAS EM OUTRAS CIDADES SÃO PASSÍVEIS DE SEREM ADAPTADAS À REALIDADE LOCAL.

BENCHMARKING PARA CAMPINA GRANDE

BUSCA IDENTIFICAR BOAS PRÁTICAS E CASOS DE SUCESSO NAS DIMENSÕES SELECIONADAS, COM O OBJETIVO DE APOIAR OS TOMADORES DE DECISÃO ENVOLVIDOS NO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E DE PROJETOS QUE LEVEM CAMPINA GRANDE EM DIREÇÃO À VISÃO DE FUTURO DEFINIDA PELA CIDADE.

A EXPLORAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS BEM SUCEDIDAS DE OUTRAS LOCALIDADES PROPORCIONA UM “OLHAR PARA FORA”, QUE CONTRIBUI PARA A GERAÇÃO DE *INSIGHTS* PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA **Visão de Futuro** PARA A CIDADE



CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DE CAMPINA GRANDE, CARUARU E JUIZ DE FORA

AVALIAÇÃO COMPARATIVA

CAMPINA GRANDE, CARUARU E JUIZ DE FORA

O QUE COMPARAR?

- Municípios selecionadas por possuírem características geográficas e socioeconômicas semelhantes à Campina Grande



No diagnóstico de Campina Grande, Caruaru e Juiz de Fora foram utilizadas como referencia comparativa para perceber em que medida seus indicadores se aproximavam ou afastavam-se dos resultados obtidos por Campina Grande em várias dimensões.

Nesta etapa de benchmarking, busca-se ir além dos aspectos quantitativos mensurados pelos indicadores para avaliar em que medida:

- (1) essas cidades compartilham características metropolitanas comuns; e
- (2) suas trajetórias de desenvolvimento se aproximam ou se afastam – e que lições trazem para Campina Grande.



CRITÉRIOS DE SELEÇÃO -
SIMILARIDADES

SIMILARIDADES ENTRE CAMPINA GRANDE, CARUARU E JUIZ DE FORA

CIDADES INTERIORANAS

Distância das capitais (raio até 600km):

JUIZ DE FORA para:

- Rio de Janeiro: 184km
- Belo Horizonte: 272km
- São Paulo: 506km
- Vitória: 519km

CAMPINA GRANDE para:

- João Pessoa: 134km
- Recife: 194km
- Natal: 286km
- Maceió: 337km
- Aracajú: 578km

CARUARU para:

- Recife: 135km
- Maceió: 197km
- João Pessoa: 249km
- Natal: 414km
- Aracajú: 438km

143km



SIMILARIDADES ENTRE CAMPINA GRANDE, CARUARU E JUIZ DE FORA

IDADES APROXIMADAS

JUIZ DE FORA ▶ 165 anos

CARUARU ▶ 159 anos

CAMPINA GRANDE ▶ 151 anos

Diferença de 14 anos

JUIZ DE FORA

1850

CARUARU

1857

CAMPINA GRANDE

1864

SIMILARIDADES ENTRE CAMPINA GRANDE, CARUARU E JUIZ DE FORA

→ CIDADES POPULOSAS - DE MÉDIO PORTE (POPULAÇÃO TOTAL ACIMA DE 100MIL E ABAIXO DE 750 MIL HABITANTES)(*)

As três cidades são consideradas de médio porte. À exceção das capitais, Caruaru e Juiz de Fora ocupam a terceira posição e Campina Grade a primeira dentre as cidades mais populosas nos seus respectivos estados. Se incluirmos a região metropolitana das capitais, Caruaru torna-se a segunda cidade mais populosa de Pernambuco e Juiz de Fora a terceira de Minas Gerais.

▶ Maiores municípios nos estados da PB, PE e MG

Pernambuco: municípios com população acima de 100 mil habitantes

Recife	1.617.183
Jaboatão dos Guararapes	686.122
Olinda	389.494
Caruaru	347.088
Petrolina	331.951
Paulista	322.730
Cabo de Santo Agostinho	200.546
Camargibe	154.054
Garanhuns	136.949
Vitória de Santo Antão	135.805
Igarassu	112.463
São Lourenço da Mata	110.264
Santa Cruz do Capibaribe	101.485

Região Metropolitana de Recife

Paraíba: municípios com população acima de 100 mil habitantes

João Pessoa	791.438
Campina Grande	405.072
Santa Rita	134.940
Patos	106.314

Região Metropolitana de João Pessoa

Minas Gerais: municípios com população acima de 200 mil habitantes

Belo Horizonte	2.502.557
Uberlândia	662.362
Contagem	648.766
Juiz de Fora	555.284
Betim	417.307
Montes Claros	394.350
Ribeirão das Neves	322.659
Uberaba	322.126
Governador Valadares	278.363
Ipatinga	257.345
Sete Lagoas	232.107
Divinópolis	230.848
Santa Luzia	216.254

Região Metropolitana de Belo Horizonte

(*) IBGE classificação de porte utilizada para a definição de arranjos populacionais e concentrações urbanas 2015
Fonte: IBGE – estimativas da população 2015. MUNIC



ASPECTOS
METROPOLITANOS

CARACTERÍSTICAS COMPARTILHADAS

SÍNTESE

ALTA TAXA DE URBANIZAÇÃO

ATRAÇÃO DE MIGRANTES

NÚCLEO DE ARRANJOS POPULACIONAIS

CAPITAIS REGIONAIS

Polarizam a oferta de bens e serviços nas suas respectivas regiões



CAMPINA GRANDE

- Rainha da Borborema
- Liverpool brasileira



CARUARU

- Princesinha do agreste
- Capital do agreste



JUIZ DE FORA

- A Manchester mineira
- Princesa de Minas

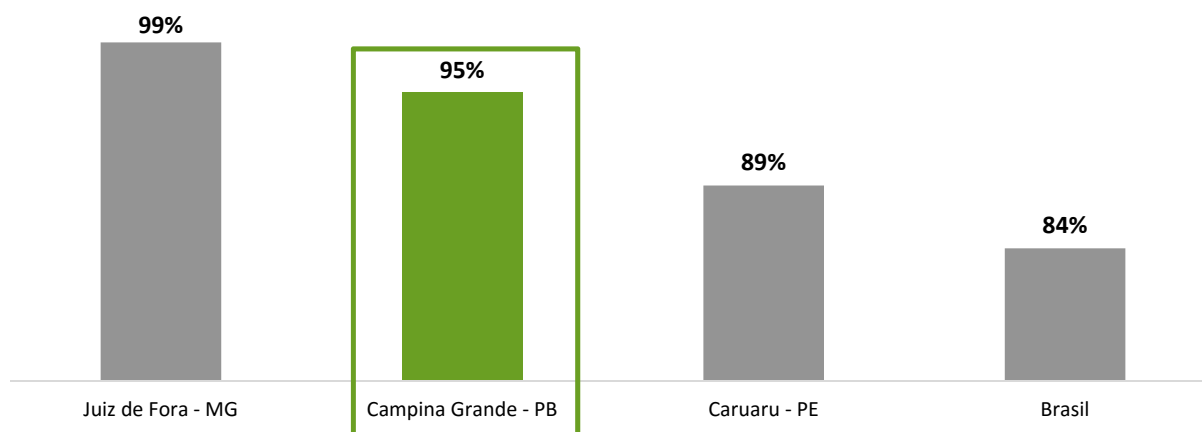
ASPECTOS METROPOLITANOS

CARACTERÍSTICAS COMPARTILHADAS

→ CIDADES COM ELEVADA TAXA DE URBANIZAÇÃO

As três cidades têm elevada taxa de urbanização, ficando acima da média do Brasil e de seus respectivos estados – Paraíba tem taxa de urbanização de 75%, Minas Gerais de 85% e Pernambuco de 80%.

▶ Grupo de Referência (2010)



→ ATRAEM MIGRANTES

Excetuando as capitais dos estados e suas regiões metropolitanas, as três cidades ocupam lugar de destaque na incorporação de migrantes.

Os migrantes ‘recentes’ – que migraram entre 2005 e 2010 – representavam, em 2010, 4,9% da população total de Campina Grande, 8,4% da população de Caruaru e 5,9% da população total de Juiz de Fora

► *Municípios com maior número de migrantes recentes (não residiam no município antes de 2005)*

Pernambuco

Recife	68.944
Jaboatão dos Guararapes	49.349
Petrolina	29.598
Paulista	28.814
Caruaru	26.513
Olinda	21.004
Cabo de Santo Agostinho	13.756
Santa Cruz do Capibaribe	12.709
Garanhuns	9.808
Camaragibe	9.533

Região Metropolitana de Recife

Paraíba

João Pessoa	53.752
Campina Grande	18.927
Cabedelo	10.408
Patos	7.008
Santa Rita	6.866
Bayeux	6.070
Cajazeiras	3.974
Conde	3.632
Guarabira	3.138

Região Metropolitana de João Pessoa

Minas Gerais

Belo Horizonte	128.284
Uberlândia	56.632
Contagem	55.834
Betim	39.898
Ribeirão das Neves	39.826
Juiz de Fora	30.395
Uberaba	23.920
Montes Claros	23.842
Ipatinga	20.432

Região Metropolitana de Belo Horizonte

Fonte: IBGE – censo 2010 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31/07/2005

15

→ CIDADES NÚCLEO DE ARRANJOS POPULACIONAIS

As três cidades são consideradas **núcleo de arranjos populacionais** de médias concentrações urbanas.

As cidades núcleo dos arranjos são aquelas onde, além da maior magnitude da população dentre os municípios considerados, ocupam papel central no seu **movimento de integração**.

A integração pode envolver relações de contiguidade (manchas urbanas igual ou menores de 3km) ou se dar por meio dos deslocamentos populacionais.

Os deslocamentos são reflexo de novas ordens sociais onde se acentua a segmentação entre os locais de trabalho e residência resultantes das transformações econômicas, imprimindo novos desenhos territoriais.

Cidades conturbadas e integradas demandam políticas compartilhadas de oferta de serviços públicos e transportes mais eficientes.

Um arranjo populacional é o *“agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais.”* (*)

Estes arranjos atuam como centros intermediários na articulação do sistema urbano nacional que se dá para além das grandes concentrações urbanas.

(*) IBGE – Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil. 2015

(*) IBGE – Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil. 2015

16

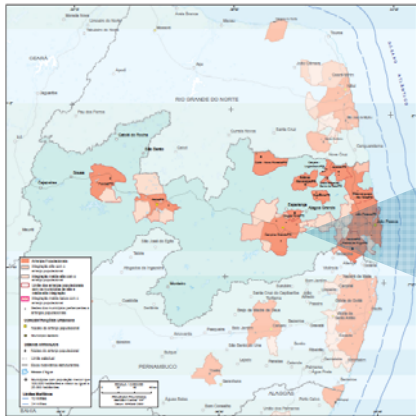
ASPECTOS METROPOLITANOS

CARACTERÍSTICAS COMPARTILHADAS

→ CIDADES NÚCLEO DE ARRANJOS POPULACIONAIS

- O estado da Paraíba contém 12 arranjos populacionais
- O arranjo populacional de Campina Grande é formado por uma população de 477.987 pessoas. Fazem parte deste arranjo os municípios de: Campina Grande, Lagoa Seca, Massaranduba, Puxinanã e Queimadas
- Apenas 4% da população residente em Campina Grande trabalha ou estuda em outros municípios do arranjo. Porém este percentual é bem maior nos outros municípios do arranjo, chegando a 22% em Puxinanã.

▶ Paraíba



Município	Pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar	% em relação à população
Campina Grande	13.974	4%
Lagoa Seca	4.601	18%
Massaranduba	1.876	15%
Puxinanã	2.858	22%
Queimadas	6.077	15%

TAXA DE URBANIZAÇÃO DO ARRANJO – 88,6%

Dados de 2010

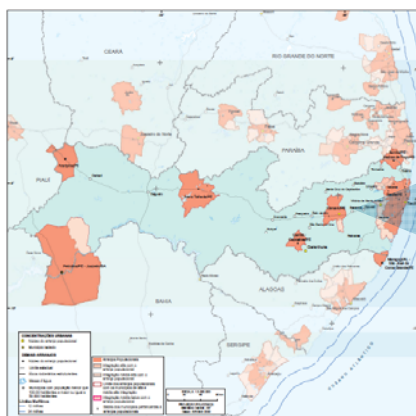
ASPECTOS METROPOLITANOS

CARACTERÍSTICAS COMPARTILHADAS

→ CIDADES NÚCLEO DE ARRANJOS POPULACIONAIS

- O estado de Pernambuco contém 8 arranjos populacionais (dois compartilhados com outros estados)
- O arranjo populacional de Caruaru é formado por uma população de 350.186 pessoas. Fazem parte deste arranjo os municípios de: Caruaru e São Caetano
- Apenas 1% da população residente em Caruaru trabalha ou estuda em São Caetano. Já 11% da população de São Caetano trabalha ou estuda em Caruaru.

▶ Pernambuco



Município	Pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar	% em relação à população
Caruaru	3.838	1%
São Caetano	3.838	11%

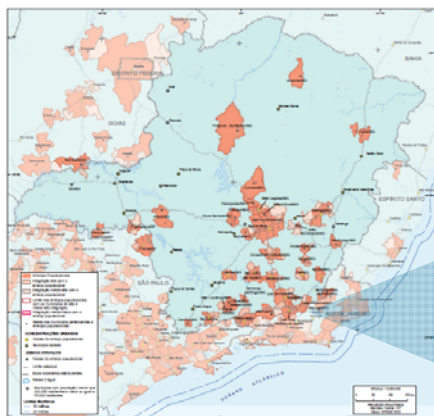
TAXA DE URBANIZAÇÃO DO ARRANJO – 88,9%

Dados de 2010

→ CIDADES NÚCLEO DE ARRANJOS POPULACIONAIS

- O estado de Minas Gerais contém 30 arranjos populacionais (um compartilhado com outro estado)
- O arranjo populacional de Juiz de Fora é formado por uma população de 535.972 pessoas. Fazem parte deste arranjo os municípios de: Ewbank da Câmara, Juiz de Fora, Matias Barbosa e Simão Pereira.
- Apenas 1% da população residente em Juiz de Fora trabalha ou estuda em outros municípios do arranjo. Porém este percentual é bem maior nos outros municípios do arranjo, chegando a 20% em Matias Barbosa e Ewbank da Câmara.

▶ Minas Gerais



Município	Pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar	% em relação à população
Ewbank da Câmara	748	20%
Juiz de Fora	3.405	1%
Matias Barbosa	2.652	20%
Simão Pereira	269	11%

TAXA DE URBANIZAÇÃO DO ARRANJO – 95,5%

Dados de 2010

→ FORMAÇÃO DO PIB E PIB PER CAPITA DOS ARRANJOS POPULACIONAIS

- 61,1% do PIB do arranjo populacional de Campina Grande é formado por Serviços, sendo 24,1% Administração Pública
- 74,6% do PIB do arranjo populacional de Caruaru é formado por Serviços, sendo 23,5% Administração Pública
- 63% do PIB do arranjo populacional de Juiz de Fora é formado por Serviços, sendo 13,1% Administração Pública
- O PIB per capita do arranjo de Juiz de Fora é cerca de 60% maior do que o de Campina Grande

Arranjos populacionais	PIB Total (bilhões R\$) (*)	PIB per capita (1.000 R\$) (*)	Número de empresas (**)
Campina Grande	4.798	10.039	7.943
Caruaru	3.162	9.029	7.556
Juiz de Fora	8.925	16.652	19.164

(*) Dados de 2010

(**) Dados de 2011

ASPECTOS METROPOLITANOS

CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADAS

→ TODAS SÃO CAPITAIS REGIONAIS, MAS MUDA O GRAU NA HIERARQUIA

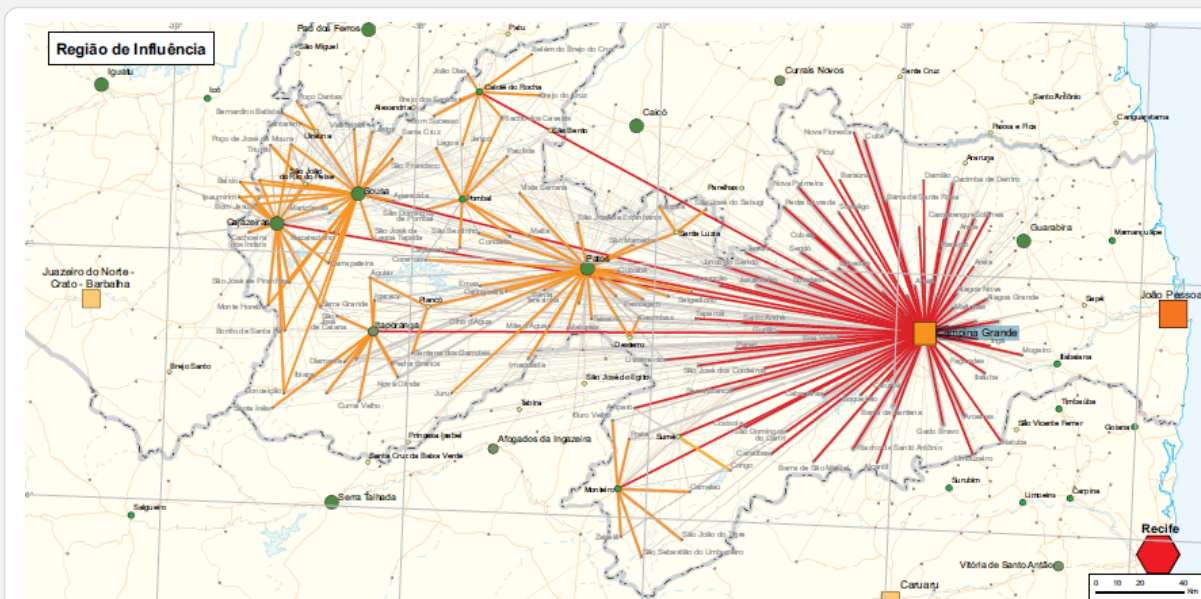
Campina Grande e Juiz de Fora são Capitais Regionais nível B, ao passo que Caruaru é uma Capital Regional nível C, ou seja, os dois primeiros municípios exercem maior capacidade de influência e de polarização no seu entorno do que o último.

A hierarquia urbana brasileira:

- Metrópoles – São cidades que têm forte poder de influência sobre uma escala maior de cidades, além de suas fronteiras estaduais. Se subdividem em: grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole
- Capitais Regionais – sua escala de influência restringe-se basicamente ao âmbito regional e estadual. Também se subdividem em três níveis que variam em função do tamanho da população: A, B e C
- Centros sub-regionais – sua escala de influência gira em torno da escala regional, geralmente nos municípios circunvizinhos. Se subdivide em: A e B
- Centros de zona – cidades de pequeno porte, com um poder de influência bem restrito a municípios próximos, subdividindo-se em A, B e C
- Centros locais – seu poder de influência está restrito aos limites municipais

ASPECTOS METROPOLITANOS

CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADAS



REGIÕES DE INFLUÊNCIA DE CAMPINA GRANDE:

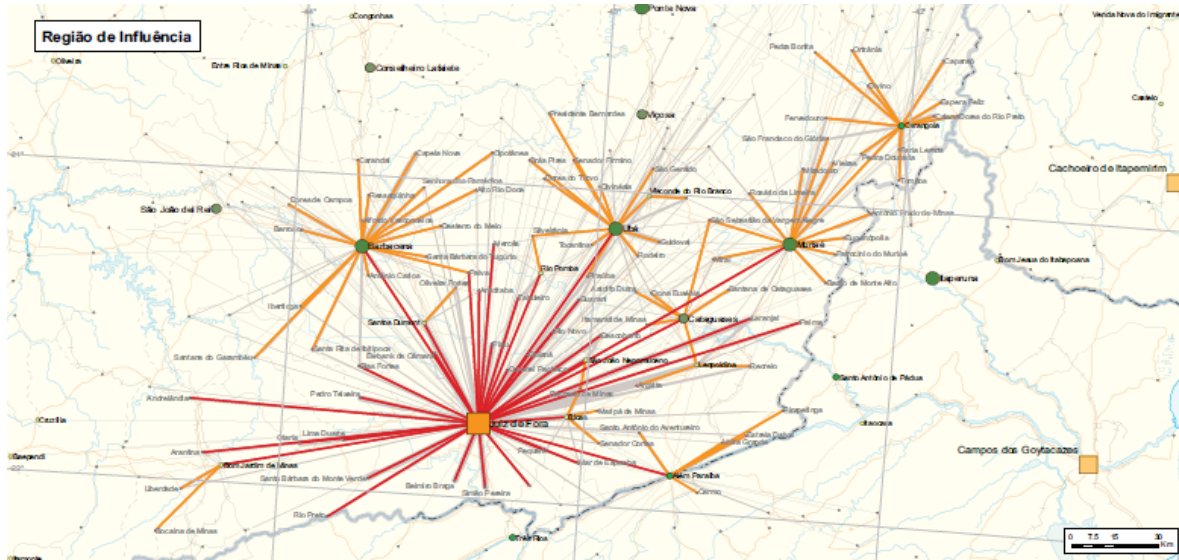
Centros Sub-regionais A: Cajazeiras, Patos e Sousa (PB); Centro Sub-regional B: Itaporanga (PB); Centros de Zona A: Catolé do Rocha, Monteiro e Pombal (PB); Centros de Zona B: Desterro, Piancó, Santa Luzia, São José do Rio do Peixe, Sumé e Uiraúna (PB).

Vínculo direto ao centro principal

Vínculo a centros secundários

ASPECTOS METROPOLITANOS

CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADAS



REGIÕES DE INFLUÊNCIA DE JUIZ DE FORA

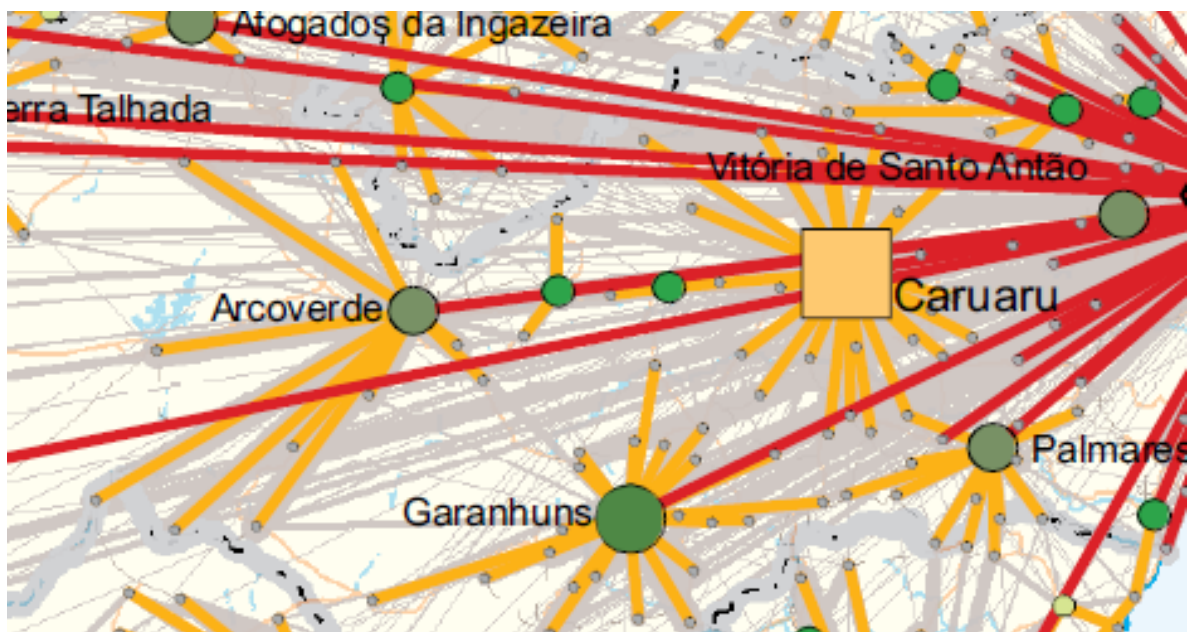
Centros Sub-regionais A: Barbacena, Muriaé e Ubá (MG); Centro Sub-regional B: Cataguases (MG); Centros de Zona A: Além Paraíba e Carangola (MG); Centros de Zona B: Bicas, Bom Jardim de Minas, Leopoldina, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Nepomuceno e Visconde do Rio Branco (MG).

Vínculo direto ao centro principal

Vínculo a centros secundários

ASPECTOS METROPOLITANOS

CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADAS



REGIÕES DE INFLUÊNCIA DE CARUARU

Centro de Zona A – Belo Jardim

ASPECTOS METROPOLITANOS

CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADAS

INTENSIDADE DO RELACIONAMENTO EMPRESARIAL (*)

- Campina Grande tem maior relacionamento empresarial com a capital João Pessoa, assim como ocorre com Caruaru em relação a Recife
- Já Juiz de Fora tem maior relacionamento empresarial com São Paulo e Rio de Janeiro

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	João Pessoa (PB)	182
2	Recife (PE)	58
3	São Paulo (SP)	43
4	Brasília (DF)	27
5	Natal (RN)	18
6	Fortaleza (CE)	16
7	Patos (PB)	14
8	Rio de Janeiro (RJ)	14
9	Esperança (PB)	11
10	Belo Horizonte (MG)	8
11	Souza (PB)	7
12	Cajazeiras (PB)	7
13	Caruaru (PE)	6
14	Maracá (AL)	6
15	Boqueirão (PB)	5
16	Mossoró (RN)	5
17	Petrolina (PE)	5
18	Salvador (BA)	4
19	Juazeirinho (PB)	4
20	Soledade (PB)	4

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	171
2	Rio de Janeiro (RJ)	166
3	Belo Horizonte (MG)	135
4	Uberlândia (MG)	37
5	Brasília (DF)	36
6	Teresopolis (RJ)	27
7	Barbacena (MG)	26
8	Carapicuíba (SP)	15
9	Santos Dumont (MG)	14
10	Murial (MG)	14
11	Volta Redonda (RJ)	12
12	Vicosa (MG)	11
13	Carlinhos (PB)	11
14	Viçosa (MG)	11
15	São João del Rei (MG)	10
16	Bicas (MG)	10
17	Ipatinga (MG)	10
18	Leopoldina (MG)	9
19	Porto Alegre (RS)	9
20	Rio Novo (MG)	8

Fonte: IBGE, 2007. Regiões de Influência das Cidades

(*) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Intensidade do relacionamento empresarial de Caruaru com:

Recife = 103

Campina Grande = 7

TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO COMPARADAS

CAMPINA GRANDE

“desta cidade ninguém parte, pois a Campina só se chega / sempre. (...) Todas as viagens do mundo / terminam no Alto do Serrotão”

(José Neumanne – Barcelona Borborema- Agora, 1992)

CAMPINA GRANDE DO ALGODÃO AO SOFTWARE

→ A ORIGEM

- Passagem de tropeiros

→ EVOLUÇÃO

- Aldeia
- Freguesia (1750) – Nossa Senhora dos Milagres
- Vila (1790) – Vila Nova da Rainha (criação da Câmara Municipal)
- Cidade (1864)

→ GÊNESE DO CRESCIMENTO DE CAMPINA GRANDE

- Comércio local, exportação do algodão.

Maior cidade em porte populacional depois da capital João Pessoa (maior cidade do interior do estado).

Cidade polariza serviços educacionais e de pesquisa.

ORIGEM: ROTA DOS TROPEIROS – O EMBRIÃO DA VOCAÇÃO COMERCIAL

Ponto de passagem entre os sertões e o litoral – duas estradas convergiam para a Vila (Seridó e Espinharas) – rota dos tropeiros que transportavam algodão do interior da Paraíba e de outros estados nordestinos.

Entrepasto para o comércio de gado e farinha.

Evolução para uma grande feira e depois mercado (antigo Largo do Comércio Novo e hoje Praça Eptácio Pessoa).



"...são tropas que vêm/ do sertão/ trazendo seus fardos de pele e algodão / o passo moroso só a fome galopa / pois tudo atropela os passos da tropa..." (Tropeiro da Borborema. Raimundo Asfora e Rosil Cavalcante)

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. A ascensão de Campina Grande: o ciclo do algodão

- Meados do séc. XIX até 1930/1940
- O algodão – conhecido como 'ouro branco' foi o responsável pelas maiores transformações em Campina Grande
- Campina Grande chega a ser a segunda maior exportadora de algodão no mundo (ganhando o nome de Liverpool Brasileira, já que ficava atrás apenas da cidade de mesmo nome situada na Inglaterra)
- O beneficiamento e exportação do algodão promove o enriquecimento das elites locais e propicia o crescimento da cidade (crescendo 650% entre 1907 e 1939) e sua urbanização
- O comércio algodoeiro eleva Campina Grande à posição da maior cidade do interior do Nordeste na primeira metade do sec. XX

"(...) O comércio sempre ocupou lugar de destaque entre as atividades econômicas do município. Entre as atividades comerciais destacava-se o algodão, ou o "ouro branco" como era conhecido no ápice da cultura algodoeira no Estado. Com a comercialização do algodão, a cidade ficou conhecida internacionalmente e tornou-se o centro comercial de toda região que compõe o compartimento da Borborema." (LIMA, 1999:121)

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CONT.)

2. A Industrialização a partir do algodão

- O comércio do algodão supera as atividades agropecuárias
- A inauguração da estrada de ferro (ligando Campina à capital do Estado e a Recife), em 1907, contribui de um lado para o declínio da atividade tropeira, e de outro estimula a construção de galpões para estoque e beneficiamento do algodão, pequenas oficinas, estimula o comércio varejista e atacadista, reforçando o papel de Campina Grande como centro de captação, beneficiamento e distribuição do algodão para os mercados consumidores internos e externos.
- (...) "Em 1907, inaugurou-se entre nós a estrada de ferro, fato esse que veio quadruplicar a influência desta cidade, intensificando consideravelmente a população, determinando a construção de novas ruas, edifícios modernos: particulares e públicos, que os possuímos, já agora em número avantajado". (MENDES, 1925:38)
- Na trilha do algodão surgem, além das indústrias voltadas para o beneficiamento e tratamento das fibras, tais como SANBRA, ANDERSON CLAYTON E ZÉ MARQUES DE ALMEIDA, outras não ligadas à esta cadeia, como indústrias de alimentos, mecânicas.



"Foi a força do ouro branco que ajudou a Vila Nova da Rainha a se tornar cidade em 1864 e, anos mais tarde, financiou o processo de industrialização e urbanização da cidade."

Campina Grande – 150 anos. Encarte Jornal da Paraíba. Fascículo 4

31

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CONT.)

3. A crise do algodão

- Na década de 1930 a economia algodoeira de Campina Grande entra em declínio, devido principalmente a:
- Crise internacional – grande depressão, atingindo as exportações brasileiras e campinenses
- Inexistência de porto no estado da Paraíba, o que forçava a o transporte da mercadorias até Recife
- Expansão da participação do estado de São Paulo na produção do algodão (como alternativa à crise do café)
- A ocorrência de pragas, como a lagarta rosada, e os efeitos das secas que agravaram ainda mais a situação (até que na década de 1950 muitos produtores do agreste e do brejo já estavam abandonando o cultivo do algodão)

"Entre 1923 e 1930 seriam inauguradas a grande Fábrica de Sabão a Vapor, a Pernambucana, da firma Marques de Almeida e Companhia, bem como sua têxtil, no Largo das Boninas. Por esta época, já se podia dizer que havia um surto de empreendimentos fabris, como a fábrica de redes e estopa, de Ulysses Silva; a Companhia de Beneficiamento e Prensagem de Algodão de Wharton Pedrosa S/A; a firma Lafayette & Lucena e a J. T. de Moura; o Curtume e Trituração de Angico, de J. Motta & Irmão; uma refinação de açúcar, de sal; uma fábrica de café; outra de bebidas, de Marques e Alazenha. Como prova de febre fabril, foi editado o Álbum Industrial de Campina Grande, por José B. do Amaral e também o Anuario de Campina Grande, por João Mendes. Em 1928, a cidade já contava outra fábrica de fição e estopa; a de Bodocongó, de Aires e Cia. que passou posteriormente a pertencer à S. A. Indústria Têxtil (Bodocongó) de Campina Grande. Um ano depois era a vez da prensa hidráulica de José de Vasconcelos e Cia, no Açude Velho."

Campina Grande – 150 anos. Encarte Jornal da Paraíba. Fascículo 4

32

→ DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CONT.)

4. Diversificação industrial

- Com o declínio da atividade algodoeira, as atividades coureiras e sisaleiras permitiram que o município continuasse seu crescimento
- Até os anos 1960, o setor industrial era formado por indústrias tradicionais, dos ramos alimentar, têxtil, tratamento de couro, peles e similares. Posteriormente começam a se fazer presentes indústrias dos ramos mecânico e metalúrgico
- Os incentivos da SUDENE foram de grande relevância para o dinamismo industrial de Campina Grande, tornando Campina Grande um dos principais centros industriais da Região – os maiores incrementos na quantidade de estabelecimentos comerciais foram em mecânica e na indústria de minerais não metálicos, aumentando a presença de indústrias dinâmicas na economia do município
- Foi criado pelo poder público um Distrito Industrial, visando ampliar a capacidade de absorção de indústrias através da oferta de infraestrutura
- Entre os anos de 1970 e 1980 o setor têxtil reduz mais ainda sua participação, ao passo que aumenta a participação da indústria de alimentos e de produtos minerais não metálicos

Com o crescimento da população também cresceram outras atividades econômicas não vinculadas à produção, como educação e saúde, e Campina passa a oferecer estes serviços aos municípios vizinhos, estabelecendo-se na sua microrregião como um polo educacional e de saúde.

33

→ DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CONT.)

Além das indústrias tradicionais – em busca de setores mais dinâmicos

- **1967:** instalado, em Campina Grande, o primeiro computador do Norte e Nordeste do Brasil
- **Anos 70 e 80:** forte expansão das atividades da UFPB em Campina Grande. Emergência da cidade como um polo universitário relevante no país
- **Anos 1980:** Fundação do Parque Tecnológico da Paraíba
- **1988:** criação do Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (ITCG) pela Fapesq

34

→ CAMPINA GRANDE DO ALGODÃO AO SOFTWARE

Além das indústrias tradicionais – em busca de setores mais dinâmicos e de alta tecnologia

- Nos anos 1990, Campina Grande aproveita o a onda de descentralização da produção que emerge no Brasil, e com isso vai consolidando seu lugar nos segmentos couro-calçadista e tecnológico
- Neste último, a cidade passa a ser vista como referência entre as cidades do Brasil voltadas ao desenvolvimento de novas tecnologias (para o que também contribuem as pesquisas da Embrapa com o algodão colorido).



“This issue of NEWSWEEK launches a series: four special reports focusing on how technologies and inventions will transform the way we live. In this issue we look at nine tech cities—places like Akron, Ohio; Barcelona, and Campina Grande, Brazil—which have built their new economies with hard work and innovation.”

“(…) Na aridez do Nordeste brasileiro, existe um oásis de chuva e oportunidade. Há meio século os comerciantes de Campina Grande importaram as primeiras prensas de algodão que fizeram da cidade um importante centro têxtil. Hoje, esta cidade no meio de lugar nenhum abriga 50 empresas que fabricam de tudo, desde softwares até painéis de publicidade. Campina Grande dita o padrão da indústria tecnológica do Brasil.”

Revista Newsweek, 2001 - tradução

35

CARUARU

→ A ORIGEM: FAZENDA CARURU

“No começo: simples rancho para pernoite das boiadas vindas do sertão bruto – principalmente do Piauí e do Alto Moxotó – em demanda ao litoral. Porque as águas abundantes e o verde pasto crescendo nas várzeas do Ipojuca faziam do sítio pouso obrigatório da vaqueirama em trânsito(...). Foi a origem.” (CONDÉ, 1960, p. 9)

Maior cidade em porte populacional fora da Região Metropolitana de Recife (maior cidade do interior do estado)

Cidade mais importante da mesorregião do Agreste Pernambucano

→ EVOLUÇÃO

Povoado, vila e município

→ GÊNESE DO CRESCIMENTO DE CARUARU

Atividades comerciais

→ MOTIVOS FACILITADORES DA URBANIZAÇÃO

Posição geográfica da antiga Fazenda Caruru – margem do rio Ipojuca

Caminho das boiadas em transito do sertão pecuário com o litoral canavieiro (fazendo da Fazenda ponto de apoio para viajantes (hospedagem e alimentação) – evolui para uma pequena feira

Construção de Capela da Nossa Senhora da Conceição da Fazenda Caruru, atraindo moradores das adjacências para atos religiosos (missas, casamentos, batizados....), estimulando o crescimento da feira livre (que se torna um pequeno comércio de venda de frutas, cereais, gado bovino, artesanato e utensílios) e leva à aglomeração de residências e população no entorno – começando o seu papel centralizador nas atividades comerciais e de encontro e lazer para a população

Atividades econômicas principais

▶ Trabalho com gado e agricultura de subsistência pautada na policultura

Atividades econômicas principais

▶ Pequeno comércio dos produtores locais

→ CONSOLIDAÇÃO DA URBANIZAÇÃO

Evolução das atividades comerciais e religiosas e formação de uma elite comercial

Instalação da Câmara Municipal com concentração das lideranças políticas da região

Passagem do status de vila para município em menos de 10 anos, com oferta de serviços públicos e político-administrativos

→ DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. O ciclo do algodão

- Fins do século XIX – cultivo do algodão, dinamiza a economia do agreste nordestino – o “ouro branco”
- Geração de riqueza e transformação do meio rural e urbano: mudanças nas construções urbanas, ampliação da rede rodoviária e surgimento de estabelecimentos comerciais e de serviços, atração de migrantes do meio rural para a cidade
- Atividade industrial associada Instalação das à produção do algodão
- Ferrovia ligando Caruaru a Recife

39

→ DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CONT.)

2. O adensamento da cadeia – confecções e comércio

- Surgimento de aglomerado produtivo de confecções
- Surgimento da feira da Sulanca
- Crescimento do polo de confecções do agreste
- Crescimento da oferta de serviços de educação, saúde
- Verticalização da cidade
- Aeroporto

As atividades econômicas terciárias (sobretudo comerciais) foram fundamentais para o crescimento de Caruaru

40

► *Evolução das funções centrais de Caruaru ao longo da história*

SITUAÇÃO	FUNÇÕES CENTRAIS
Fazenda	Policultura / gado
Povoado	Feira (comércio) / Igreja
Vila	Serviços político-administrativos
Cidade	Comércio / algodão / estação ferroviária / indústrias / serviços de educação / serviços de saúde / aeroporto / Sulanca / São João / Alto do Moura

Fonte: extraído de Almeida, A. (2014)

Fontes utilizadas: Almeida, Anthony de Pádua (2014). Mudanças e permanências na cidade média de Caruaru /PE: redefinições em um centro regional de feiras, comércio e serviços. XIII Seminário Internacional RII – setembro. Salvador
Almeida, Anthony de Pádua (2014) A importância das funções urbanas para a consolidação de uma cidade média: uma análise da evolução urbana de Caruaru/PE. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Agosto. Vitória / ES

41

→ A ORIGEM: CAMINHO DO OURO

→ EVOLUÇÃO

- **Arraial:** denominado Paraibuna e vinculado a Barbacena
- **Vila:** 1850 – com o nome de Santo Antônio do Paraibuna
- **Município:** 1856, com o nome de Juiz de Fora

→ GÊNESE DO CRESCIMENTO DE JUIZ DE FORA

- Produção cafeeira, atração de indústrias, serviços de maior valor agregado: educacionais e médicos

Segunda maior cidade em porte populacional fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte (logo após Uberlândia)

Triangula com Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo

→ A ORIGEM: CAMINHO DO OURO (CAMINHO NOVO)

- início do séc. XVIII – ponto de partida para o povoamento da cidade
- Necessidade de controlar o fluxo do ouro e reduzir a distância entre Vila Rica (hoje Ouro Preto) e a capital do império – Rio de Janeiro
- Surgimento de postos oficiais de registro e fiscalização do ouro, e de armazéns e hospedarias para a tropa



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A expansão cafeeira

- Início do séc. XIX até 1930
- Proximidade com o Vale do Paraíba e o esgotamento das terras neste para a plantação do café, leva à maior interiorização da produção de café, inserindo Juiz de Fora na expansão da produção
- Aumento dos fluxos migratórios em direção à zona da Mata
- Construção da estrada do Paraibuna (início em 1836), fundamental para o traçado da cidade de Juiz de Fora

EXPANSÃO CAFEIRA



Traçado de Henrique Guilherme Halfeld para a Estrada do Paraibuna, em 1853.

Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora - MG

Santo Antônio do Paraibuna transforma-se no principal núcleo urbano da região, concentrando a produção das fazendas que seriam transportadas até a Corte. Acumula, além das funções econômicas, funções sociais e culturais, de encontro e lazer. Tem início o processo de urbanização, a instalação de uma malha de serviços, crescimento do comércio, surgimento do sistema bancário e início de um processo de industrialização.

45

CICLO DA INDUSTRIALIZAÇÃO | ASCENSÃO

Fatores facilitadores / impulsionadores do processo de industrialização:

- Construção da rodovia União Indústria (trecho Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro) e absorção de imigrantes, especialmente alemães, contratados para trabalhar na construção da estrada, fornecendo mão de obra especializada para a indústria nascente e criando pequenos serviços
- Existência de um sistema de comunicação formado por ferrovia (1875), telefone urbano (1883) e telégrafo (1885)
- Organização de um sistema financeiro: Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1887) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1888)
- Criação de escolas secundárias e superiores destinadas à formação de mão de obra
- Geração de energia elétrica (1889) e sua posterior aplicação como força motriz para a indústria (1998)

Industrialização entre 1850-1930

- Fase de implantação: predomínio de indústrias de pequeno porte e pequenas oficinas, com o emprego de tecnologias elementares
- Fase de consolidação: criação de médias e grandes indústrias locais, com uso intensivo de capital, tecnologias importadas e elevadas taxas de produtividade. Entre 1905 a 1920 Juiz de Fora foi o principal centro industrial de Minas Gerais, com um crescimento de: 298% na produção; 332% no número de estabelecimentos comerciais e 227% no número de trabalhadores

46

→ CICLO DA INDUSTRIALIZAÇÃO | QUEDA

Fatores que contribuíram para desindustrialização e perda de relevância de Juiz de Fora (após 1930 e que perduraram até cerca de 1945):

- Crise econômica mundial e cafeeira no Brasil
- Transferência da capital do estado para Belo Horizonte (1897), quando Juiz de Fora perde influencia política no âmbito estadual e redução dos investimentos para a metalurgia
- Juiz de Fora ficou fora do eixo de crescimento industrial previsto no Plano de Metas (que focava a automobilística, química, siderúrgica e metalúrgica)
- Problemas de infraestrutura (como a falta de modernização no sistema de transporte) dificultavam ainda mais a retomada da industrialização
- Crise política e econômica dos anos 1960 levaram à falência várias empresas

→ CICLO DA INDUSTRIALIZAÇÃO | BUSCA DE RETOMADA

- A partir dos anos 1970 Juiz de Fora busca retomar o segmento industrial e ingressa em negociações para a instalação da Siderúrgica Mendes Junior (1984)(atual Arcelor Mittal Belgo) e Companhia Paraibuna de Metais (1980), além da implantação do Distrito Industrial.
- Instalação da fábrica Mercedes Benz – 1996

Mas Juiz de Fora tem grande destaque na prestação de serviços, relacionados principalmente à educação e saúde, polarizando os municípios circunvizinhos e boa parte do estado de MG e mesmo do RJ

▶ *Períodos de destaque na atividade industrial de Juiz de Fora*

PERÍODO/ANOS	SITUAÇÃO OCORRIDA	ATIVIDADE INDUSTRIAL
1850/1930	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento e consolidação das primeiras fábricas 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de bens de consumo, destacando o setor têxtil
1930/1945 1945/1955	<ul style="list-style-type: none"> • Desaceleração e decadência industrial • Concorrência com São Paulo • Não participa dos grandes projetos de Plano de Metas 	<ul style="list-style-type: none"> • Mantêm-se os setores tradicionais • Instalação da FACIT e Becton Dickson
1955/1970	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas infra-estruturais e crise econômica e política dos anos 60 	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento de pequenas e médias empresas, principalmente malharias e confecções
1970/1990 1990/1998	<ul style="list-style-type: none"> • Esforço para a reindustrialização • II PND • Nova estratégia de desenvolvimento econômico local • Elaboração do PMDI (estadual) e do PDDU JF (Local) • Negociação com a Mercedes-Benz 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação da Siderúrgica Mendes Junior (1984); e Companhia Paraibuna de Metais (1980) • Fábrica de automóveis da Mercedes-Benz (1998)

Fonte: Oliveira Júnio, BASTOS (2002)

Fonte: História e Formação da cidade de Juiz de Fora Portes, Raquel

CAMPINA GRANDE, CARUARU E JUIZ DE FORA

TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO COMPARADAS

TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO COMPARADAS

	CARUARU	CAMPINA GRANDE	JUIZ DE FORA
ORIGEM	Rota de passagem, pecuária, agricultura de subsistência, feira		Rota do ouro – pequenas unidades comerciais
ECONOMIA – PRIMEIRO CICLO	Algodão		Café
BUSCA DE NOVAS VOCAÇÕES (1)	Adensamento da vocação comercial	Fortalecimento de novas indústrias (metalurgia, alimentos, minerais não metálicos)	Siderurgia Serviços avançados Comércio
BUSCA DE NOVAS VOCAÇÕES (2)	Aprofundamento da vocação comercial e cultural / complexo têxtil e confecções	Indústrias couro-calçadistas Tecnologia Ensino universitário	Automobilística Serviços avançados de educação e saúde Moda



ANÁLISE POR DIMENSÃO

ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES E
CASOS DE REFERÊNCIA POR DIMENSÃO



ANÁLISE COMPARATIVA POR ÁREA DE RESULTADO

→ ÁREAS DE RESULTADO:

A APRESENTAÇÃO DESTES CAPÍTULOS ESTÁ SEGMENTADA EM 6 ÁREAS DE RESULTADO:



PROSPERIDADE E COMPETITIVIDADE



SUSTENTABILIDADE URBANA E AMBIENTAL



QUALIDADE DE VIDA



ESTRUTURA URBANA E ORGANIZAÇÃO
TERRITORIAL



EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO



GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA

CADA ÁREA DE RESULTADO CONTEMPLA:

1

ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES: COMPARAÇÃO DE CAMPINA GRANDE COM CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE SELECIONADAS

2

CASOS DE REFERÊNCIA

3

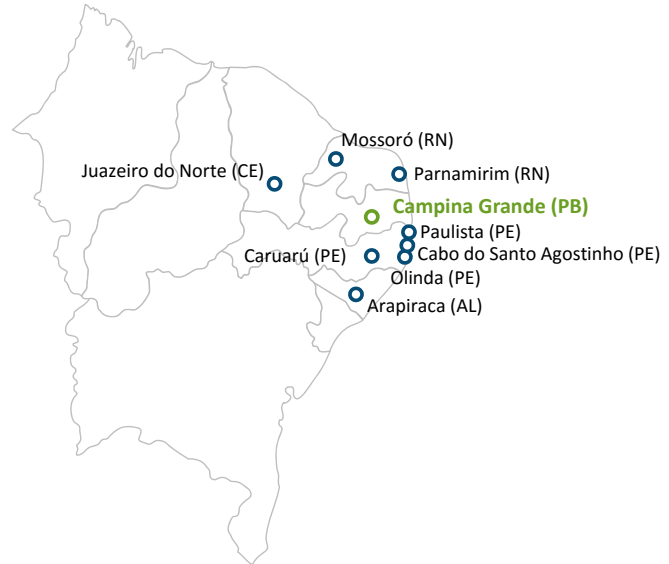
ANEXO: OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

→ CIDADES MÉDIAS NORDESTINAS SELECIONADAS

▶ Critérios de Seleção

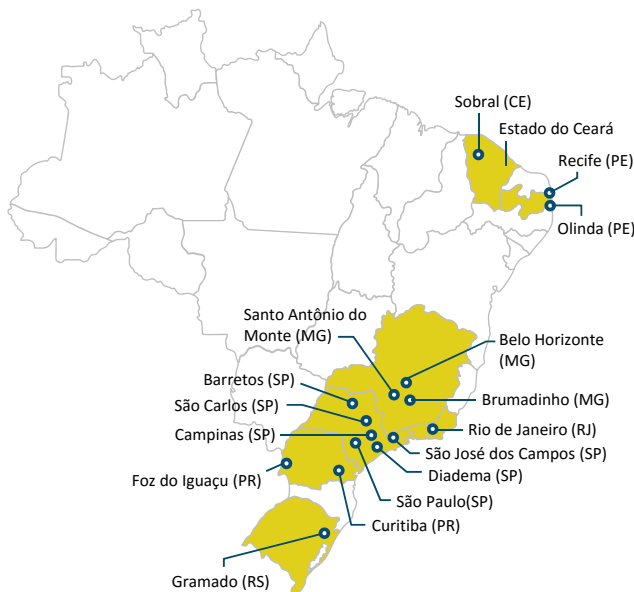
- Municípios do nordeste com população entre 200 e 500 mil habitantes (2015)
- Distância Rodoviária de Campina Grande de até 600 km

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA ¹	DISTÂNCIA (RODOVIAS) ²
Caruaru – PE	347.088	143
Paulista – PE	322.730	183
Olinda – PE	389.494	190
Cabo de Santo Agostinho – PE	200.546	227
Parnamirim – RN	242.384	268
Arapiraca – AL	231.053	365
Mossoró – RN	288.162	375
Juazeiro do Norte – CE	266.022	484



Fontes: ¹Estimativas Populacionais/IBGE; ²GoogleMaps

→ CASOS DE REFERÊNCIA MAPEADOS



CASOS INTERNACIONAIS

TURIM/ITÁLIA	DUBLIN/IRLÂNDIA	MEDELÍN/COLÔMBIA
• Prosperidade e Competitividade	• Prosperidade e Competitividade	• Estrutura Urbana e Organização Territorial

CASOS NACIONAIS

RECIFE/PE	OLINDA/PE
• Prosperidade e Competitividade	• Prosperidade e Competitividade
ESTADO DO CEARÁ	SOBRAL/CE
• Sustentabilidade urbana e ambiental	• Educação, conhecimento e inovação
RIO DE JANEIRO/RJ	BARRETOS/SP
• Estrutura Urbana e Organização Territorial	• Prosperidade e Competitividade
• Gestão Pública e Governança	
SÃO CARLOS/SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
• Prosperidade e Competitividade	• Prosperidade e Competitividade
SÃO PAULO/SP	DIADEMA/SP
• Qualidade de Vida	• Qualidade de Vida
• Estrutura Urbana e Organização Territorial	
CAMPINAS/SP	SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG
• Sustentabilidade urbana e ambiental	• Qualidade de Vida
BRUMADINHO/MG	BELO HORIZONTE/MG
• Prosperidade e Competitividade	• Educação, conhecimento e inovação
	• Gestão Pública e Governança
GRAMADO/RS	FOZ DO IGUAÇU/PR
• Prosperidade e Competitividade	• Educação, conhecimento e inovação
CURITIBA/PR	
• Qualidade de Vida	
• Sustentabilidade urbana e ambiental	
• Estrutura Urbana e Organização Territorial	

SELEÇÃO DOS CASOS DE REFERÊNCIA

SELEÇÃO DOS CASOS ANALISADAS

EIXO / ÁREA DE RESULTADO	CASOS DE REFERÊNCIA	FOCO DA ANÁLISE
PROSPERIDADE E COMPETITIVIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. RECIFE/PE 2. TURIM/ITÁLIA 3. BRUMADINHO/MG 4. GRAMADO/RS 5. OLINDA/PE 6. BARRETOS/SP 7. SÃO CARLOS/SP 8. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP 9. DUBLIN/IRLANDA 	<ul style="list-style-type: none"> • Economia Criativa: Porto Digital • Economia Criativa: Recuperação econômica • Turismo cultural • Turismo cultural e de eventos • Turismo cultural e de eventos • Turismo cultural e de eventos • Polo universitário • Polo de tecnologia • Hub de talentos.
QUALIDADE DE VIDA	<ol style="list-style-type: none"> 1. SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG 2. CURITIBA/PR 3. SÃO PAULO/SP 4. DIADEMA/SP 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde: Polo Regional de Saúde • Saúde: Redução na taxa de mortalidade infantil • Segurança: Ação conjunta entre estado e municípios • Segurança: Redução da taxa de homicídios
EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. FOZ DO IGUAÇU/PR 2. BELO HORIZONTE/MG 3. SOBRAL/CE 	<ul style="list-style-type: none"> • EF I: Melhora da qualidade do ensino • EF I: Melhora da qualidade do ensino • EF I: Melhora da qualidade do ensino

SELEÇÃO DOS CASOS DE REFERÊNCIA

SELEÇÃO DOS CASOS ANALISADAS

EIXO / ÁREA DE RESULTADO	CASOS DE REFERÊNCIA	FOCO DA ANÁLISE
SUSTENTABILIDADE URBANA E AMBIENTAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. CEARÁ 2. CAMPINAS/SP 3. CURITIBA/PR 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos Açudes • Reuso da água e redução de perdas no sistema de distribuição • Parques urbanos e áreas de preservação
ESTRUTURA URBANA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. CURITIBA/PR 2. SÃO PAULO/SP 3. MEDELÍN/COLÔMBIA 4. RIO DE JANEIRO/RJ 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação entre uso do solo e o planejamento da rede de transportes de alta capacidade • Planejamento territorial associado à mobilidade • Democratização do espaço urbano e mobilidade não motorizada • Caminhabilidade dos bairros
GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA	<ol style="list-style-type: none"> 1. BELO HORIZONTE/MG 2. RIO DE JANEIRO/RJ 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão orientada para resultados: Programa BH Metas e Resultados • Capacitação dos gestores públicos

SELEÇÃO DOS CASOS DE REFERÊNCIA

METODOLOGIA

- FORAM PESQUISADAS PRÁTICAS PRIORITARIAMENTE MUNICIPAIS REFERENTES ÀS DIMENSÕES DE ANÁLISE SELECIONADAS (ÁREAS DE RESULTADO). O INTUITO FOI O DE LEVANTAR UM CONJUNTO DE AÇÕES QUE GUARDEM RELAÇÃO COM OS RESULTADOS ENCONTRADOS E QUE POSSAM INSPIRAR A CIDADE DE CAMPINA GRANDE NA SUPERAÇÃO DOS SEUS DESAFIOS. BUSCOU-SE IDENTIFICAR AS AÇÕES QUE Pudessem TER CONTRIBUÍDO COM OS RESULTADOS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS.
- ESTE BENCHMARKING NÃO SE LIMITOU AO ÂMBITO DE MUNICÍPIOS NO MESMO PADRÃO POPULACIONAL DE CAMPINA GRANDE. POR ISSO, FORAM MAPEADOS EXEMPLOS DE MUNICÍPIOS DE DIVERSAS DIMENSÕES POPULACIONAIS, ECONÔMICAS E ESTADOS; ALÉM DE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS.
- AS PRÁTICAS FORAM LEVANTADAS E CONSOLIDADAS COM BASE NAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS VIA WEB, EM FONTES OFICIAIS DO MUNICÍPIO (SITE DA PREFEITURA), EM EXPERIÊNCIAS ANTERIORES DA CONSULTORIA MACROPLAN E EM ESTUDOS/ARTIGOS PUBLICADOS POR INSTITUIÇÕES OU PESQUISADORES RECONHECIDOS. A EFETIVA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES DESCRITAS NÃO FOI VERIFICADA JUNTO ÀS RESPECTIVAS PREFEITURAS VIA CONSULTA DIRETA.
- A PESQUISA DE BOAS PRÁTICAS NÃO FOI EXAUSTIVA, E SIM EXPLORATÓRIA, A PARTIR DE UMA SELEÇÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS QUE SE DESTACARAM NAS DIMENSÕES ANALISADAS. RESSALTA-SE QUE OS CASOS DE REFERENCIA ANALISADOS, NÃO NECESSARIAMENTE FORAM OS ÚNICOS A APRESENTAR BONS RESULTADOS.
- POR FIM, AS BOAS PRÁTICAS AQUI SUGERIDAS NÃO PODEM SER CONSIDERADAS INEQUIVOCAMENTE COMO AS MELHORES PRÁTICAS IMPLEMENTADAS NO PAÍS OU NO MUNDO, PELAS RESTRIÇÕES APRESENTADAS. LOGO, O TERMO “BOAS PRÁTICAS” FOI INTENCIONALMENTE PREFERIDO AO TERMO “MELHORES PRÁTICAS”. RECOMENDA-SE QUE DENTRE AS PRÁTICAS APRESENTADAS E SELECIONADAS A EQUIPE DO COMITÊ GESTOR PRIORIZE ALGUMAS DELAS PARA VISITAÇÃO IN LOCO, VISANDO BUSCAR OS APROFUNDAMENTOS NECESSÁRIOS À IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS.

INSIGHTS DO BENCHMARKING

A QUE O BENCHMARKING NOS INSPIRA

1

É POSSÍVEL DAR UM SALTO DE QUALIDADE EM EDUCAÇÃO EM 4 ANOS, NOTADAMENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL I.



2

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APOIADO EM AMPLA PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DA SOCIEDADE PODE IMPULSIONAR NOVAS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (TURISMO, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO).



3

O PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO, APOIADO PELA ALAVANCAGEM NA QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA, AMPLIA A EFETIVIDADE DA AÇÃO GOVERNAMENTAL, COM CONSEQUÊNCIAS PARA A QUALIDADE DE VIDA E COMPETITIVIDADE NA CIDADE.



4

É POSSÍVEL DESENVOLVER SOLUÇÕES LOCAIS E REGIONAIS SUSTENTÁVEIS E DE LONGO PRAZO PARA A RESTRIÇÃO HÍDRICA DA CIDADE.



→ A QUE O BENCHMARKING NOS INSPIRA

5

A ALAVANCAGEM DA QUALIDADE DA GESTÃO EM SAÚDE, ALIADA À ADEQUAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO, SÃO CAPAZES DE TRAZER RETORNOS IMEDIATOS PARA O MUNICÍPIO E PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA.



6

EMBORA A SEGURANÇA PÚBLICA ESTEJA, FUNDAMENTALMENTE SOB RESPONSABILIDADE DO GOVERNO ESTADUAL, É POSSÍVEL AVANÇAR, NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE, EM AÇÕES ESTRATÉGICAS COM GRANDE POTENCIAL DE IMPACTO SOBRE OS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE (PREVENÇÃO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INCLUSÃO SOCIAL, MONITORAMENTO INTELIGENTE, ETC.)



7

A ASSOCIAÇÃO DO PLANEJAMENTO EM MOBILIDADE E TRANSPORTES COM O PLANEJAMENTO TERRITORIAL E A REGULAMENTAÇÃO DO SOLO SÃO CAPAZES DE GERAR EFEITOS POSITIVOS SIGNIFICATIVOS PARA A QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.



8

A DESCENTRALIZAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS PELOS BAIRROS DA CIDADE, COMBINADA À GARANTIA DE INFRAESTRUTURA PARA CAMINHABILIDADE E TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO (CICLOVIAS, CALÇADAS, ARBORIZAÇÃO, ETC.) FAVORECE A MOBILIDADE E CONTRIBUI PARA A AMPLIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.



EXPERIÊNCIAS E CASOS DE REFERÊNCIA

1

→ PROSPERIDADE E COMPETITIVIDADE

INTRODUÇÃO

→ CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

NA DIMENSÃO “**PROSPERIDADE E COMPETITIVIDADE**” SERÃO DESTACADOS TEMAS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À INOVAÇÃO. DESTACAM-SE OS SETORES DA ECONOMIA CRIATIVA, TURISMO E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS RELACIONADAS À INOVAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

→ PAPEL DO GOVERNO E DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS

NÃO HÁ CLARA DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS NO QUE SE REFERE À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. APESAR DO DINAMISMO ECONÔMICO ESTAR RELACIONADO A QUESTÕES MACROECONÔMICAS E SETORIAIS, O GOVERNO MUNICIPAL PODE EXERCER INFLUÊNCIA NAS ESTRATÉGIAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA LOCAIS, CAPACITANDO MÃO DE OBRA, INCENTIVANDO O EMPREENDEDORISMO E PROMOVEDO UM AMBIENTE DE NEGÓCIOS PROPÍCIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS.

61

INTRODUÇÃO

→ CAMPINA GRANDE HOJE



✓ Em 2013, o PIB de Campina Grande correspondeu a R\$ 6,5 Bilhões, sendo responsável por 14% do PIB do estado da Paraíba. Entre 2010 e 2013, no entanto, o PIB municipal cresceu abaixo do estado da Paraíba e do Brasil¹.

✓ O PIB per capita é de R\$ 16 mil (2013), superior ao do estado da Paraíba (R\$ 11,8 mil)¹.



✓ Campina Grande se destaca pela participação do setor industrial na economia (26% do PIB de 2013¹ e 20% do total de empregos na cidade em 2014²).



✓ Em 2010, Campina Grande contava com taxa de desemprego de 10,5%, valor maior que o estado da Paraíba (8,5%)³.

✓ No ano de 2015, o número de empregados desligados foi superior ao de admitidos, gerando um saldo negativo de 3.731 postos de trabalho⁴.

62

SUMÁRIO

INDICADORES EXAMINADOS NA ANÁLISE COMPARATIVA

- PIB
- PIB PER CAPITA
- POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO
- MESTRES E DOUTORES PER CAPITA

CASOS DE REFERÊNCIA

- | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| <p>✓ 1. RECIFE/PE
Economia Criativa: Porto Digital</p> | <p>✓ 4. GRAMADO/RS
Turismo cultural e de eventos</p> | <p>✓ 7. SÃO CARLOS/SP
Polo universitário</p> |
| <p>✓ 2. TURIM/ITÁLIA
Economia Criativa: Recuperação Econômica</p> | <p>✓ 5. OLINDA/PE
Turismo cultural e de eventos</p> | <p>✓ 8. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
Parque Tecnológico</p> |
| <p>✓ 3. BRUMADINHO/MG
Turismo Cultural</p> | <p>✓ 6. BARRETOS/SP
Turismo cultural e de eventos</p> | <p>✓ 9. DUBLIN/IRLANDA
Hub de Talentos</p> |

ANEXO

- OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

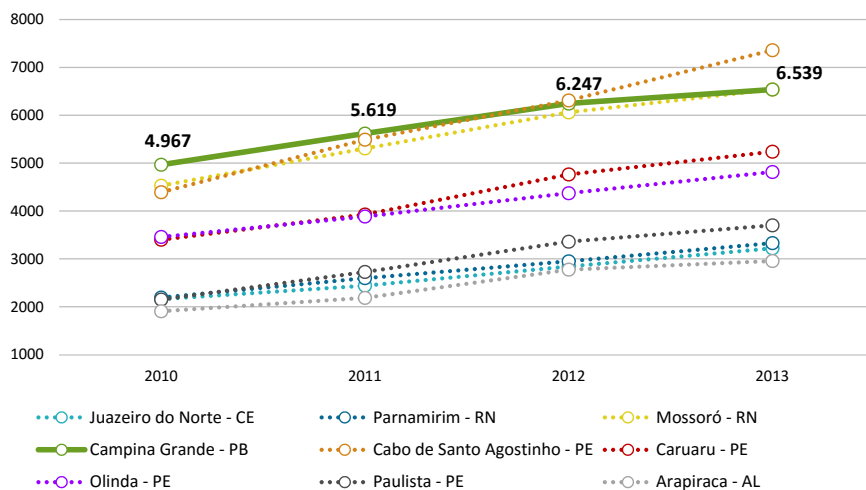
ANÁLISE COMPARATIVA

PIB

DENTRE AS CIDADES SELECIONADAS DO NORDESTE, CAMPINA GRANDE TEM O 2º MAIOR PIB: R\$ 6.539 MILHÕES EM 2013. PORÉM, APESAR DE SER A CIDADE COM UM DOS MAIORES PIBS DO NORDESTE, CAMPINA GRANDE TEVE A PIOR MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (NOMINAL) ENTRE AS CIDADES ANALISADAS (9,6% AO ANO).

PIB (2013):
BRASIL 5.316.454
PARAÍBA 46.325
JOÃO PESSOA 14.842
JUIZ DE FORA 13.279

Produto Interno Bruto Municipal – em R\$ milhões* (2010-2013)



- Taxa média de crescimento anual Nominal**
- Paulista: 19,9%
- Cabo de Santo Agostinho: 18,8%
- Arapiraca: 15,8%
- Caruaru: 15,5%
- Parnamirim: 15%
- Juazeiro do Norte: 14,3%
- Olinda: 11,7%
- Mossoró: 13%
- Campina Grande: 9,6%

CRESCIMENTO ANUAL (2013):
BRASIL 11%
PARAÍBA 11,4%
JOÃO PESSOA 10,9%
JUIZ DE FORA 9,8%

Fonte: PIB Municipal 2013 / IBGE
* Valores correntes ; **Taxas de crescimento anuais médias do período 2010-2013 (nominais)

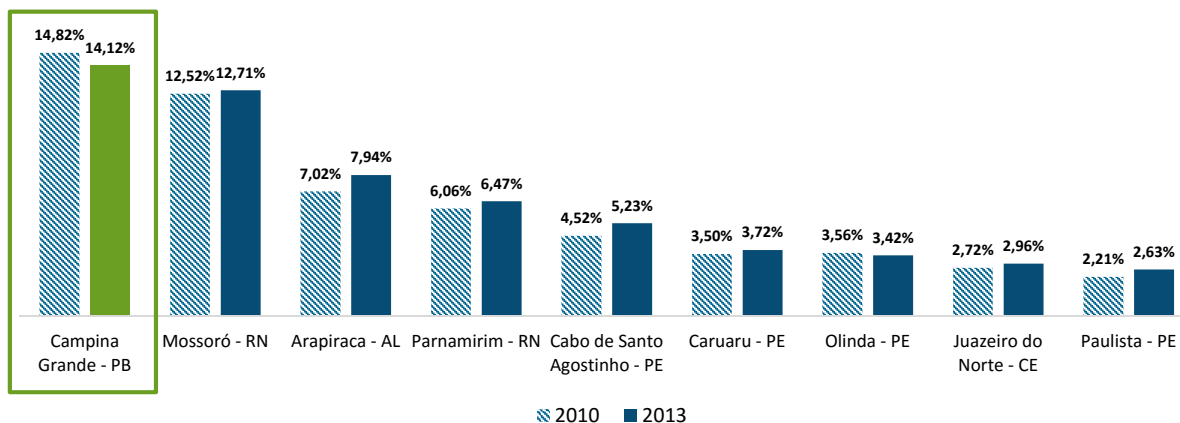
ANÁLISE COMPARATIVA

PIB

DENTRE AS 9 CIDADES ANALISADAS, CAMPINA GRANDE É A CIDADE QUE TEM MAIOR PARTICIPAÇÃO NO PIB DE SEU ESTADO: 14% DO PIB DA PARAÍBA. QUEM MAIS SE APROXIMA DE CAMPINA GRANDE NESTA CARACTERÍSTICA É MOSSORÓ/RN, QUE GERA 12,7% DO PIB DO RIO GRANDE DO NORTE. NO ENTANTO, ENTRE 2010 E 2013 CAMPINA GRANDE VIU SUA PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL DIMINUIR. DENTRE AS CIDADES ANALISADAS, APENAS OLINDA APRESENTOU TRAJETÓRIA DE QUEDA NA PARTICIPAÇÃO.

PARTICIPAÇÃO NO PIB DO ESTADO (2013):
 JOÃO PESSOA 32,4%
 JUIZ DE FORA 2,73%

Participação no PIB do estado (2010-2013)



Fonte: PIB Municipal 2013 / IBGE

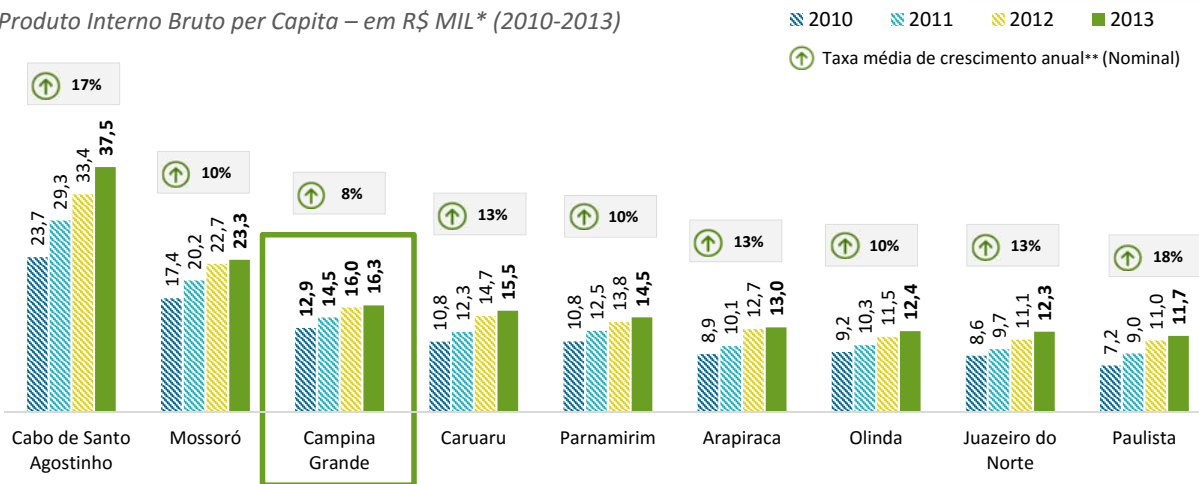
ANÁLISE COMPARATIVA

PIB PER CAPITA

CABO DE SANTO AGOSTINHO TEM O MAIOR PIB PER CAPITA DO GRUPO ANALISADO: R\$ 37,5 MIL EM 2013 (MAIOR QUE O BRASILEIRO). CAMPINA GRANDE TEM O 3º MAIOR PIB PER CAPITA EM 2013: R\$16 MIL. O MAIOR CRESCIMENTO OBSERVADO NO PERÍODO FOI DE PAULISTA/PE, CIDADE QUE CRESCEU 18% EM MÉDIA AO ANO. ASSIM COMO O PIB, O CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA DE CAMPINA GRANDE FOI O MENOR ENTRE AS CIDADES ANALISADAS.

PIB PER CAPITA (2013):
 BRASIL 26,4 MIL
 PARAÍBA 11,8 MIL
 JOÃO PESSOA 19,3 MIL
 JUIZ DE FORA 24,3 MIL

Produto Interno Bruto per Capita – em R\$ MIL* (2010-2013)



Fonte: PIB Municipal 2013 / IBGE; *Valores correntes ; **Taxas de crescimento anuais médias do período 2010-2013 (nominais)

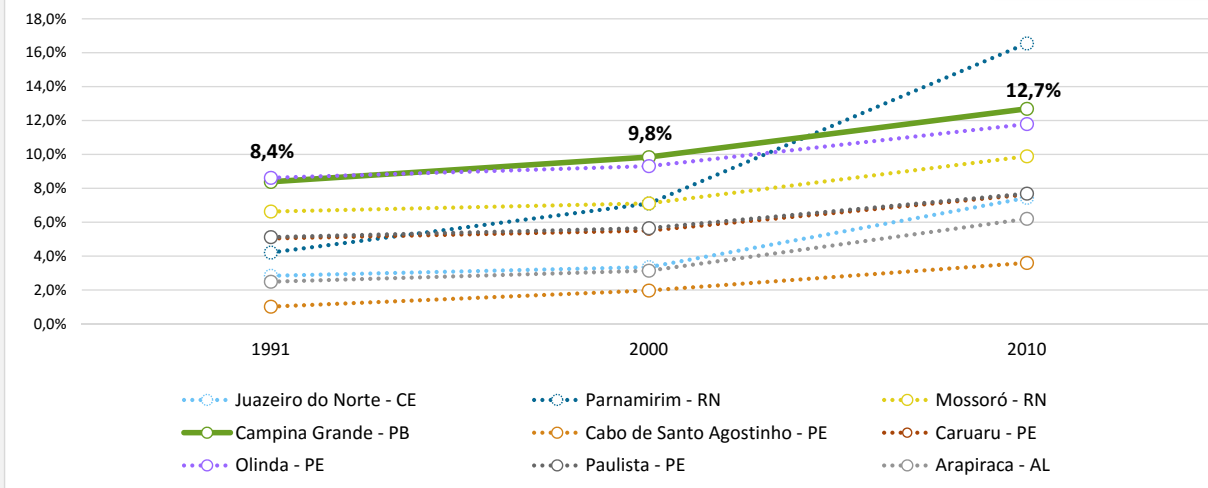
ANÁLISE COMPARATIVA

ENSINO SUPERIOR

CAMPINA GRANDE TEM A 2ª MAIOR PROPORÇÃO DE HABITANTES QUE CONCLUÍRAM O ENSINO SUPERIOR: 12,7% DA POPULAÇÃO EM 2010. PARNAMIRIM/RN POSSUI A MAIOR PROPORÇÃO (16,6%) E OBTVEU A MELHOR EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2010: CRESCEU MAIS DE 8 PONTOS PERCENTUAIS.

POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO (2010):
 BRASIL 11,3%
 PARAÍBA 8,0%
 JOÃO PESSOA 18,6%
 JUIZ DE FORA 17,4%

População com 25 anos ou mais que concluiu o ensino superior (1991-2010)



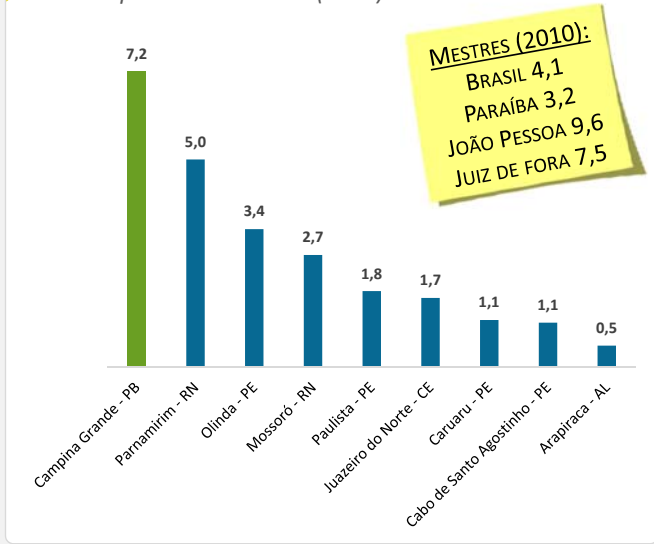
Fonte: Censo/IBGE

ANÁLISE COMPARATIVA

MESTRES E DOUTORES

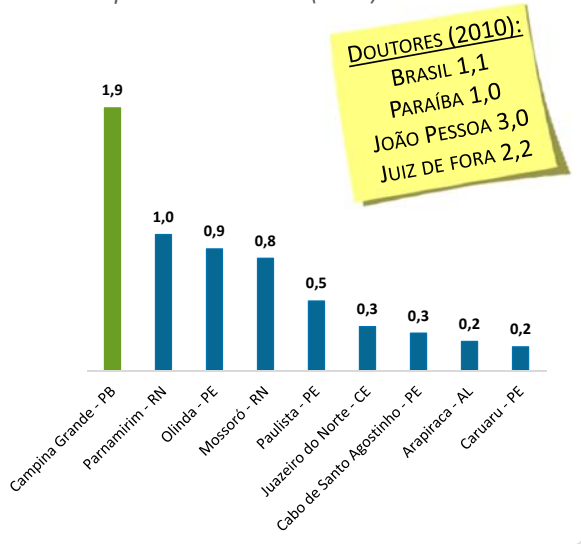
CAMPINA GRANDE SE DESTACA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE HABITANTES QUE CONCLUÍRAM MESTRADO E DOUTORADO EM RELAÇÃO AOS OUTROS MUNICÍPIOS OBSERVADOS. EM CAMPINA GRANDE EXISTEM 7,2 MESTRES E 1,9 DOUTORES PARA CADA MIL HABITANTES, PROPORÇÃO BASTANTE SUPERIOR À DO BRASIL (4,1 E 1,1 RESPECTIVAMENTE).

Mestres por mil habitantes (2010)¹



MESTRES (2010):
 BRASIL 4,1
 PARAÍBA 3,2
 JOÃO PESSOA 9,6
 JUIZ DE FORA 7,5

Doutores por mil habitantes (2010)



DOUTORES (2010):
 BRASIL 1,1
 PARAÍBA 1,0
 JOÃO PESSOA 3,0
 JUIZ DE FORA 2,2

¹ O indicador de mestres considera aqueles habitantes da cidade que possuem mestrado e aqueles que possuem titulação superior (doutorado e pós-doutorado), uma vez que para que uma pessoa obtenha titulação de doutor, é necessária a titulação prévia de mestre

Fonte: Censo/IBGE

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

→ A. ECONOMIA CRIATIVA

✓ 1. RECIFE/PE

Economia Criativa: Porto Digital

✓ 2. TURIM/ITÁLIA

Economia Criativa: Recuperação Econômica

→ B. TURISMO

✓ 3. BRUMADINHO/MG

Turismo Cultural

✓ 5. OLINDA/PE

Turismo cultural e de eventos

✓ 4. GRAMADO/RS

Turismo cultural e de eventos

✓ 6. BARRETOS/SP

Turismo cultural e de eventos

→ C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

✓ 7. SÃO CARLOS/SP

Polo Universitário

✓ 9. DUBLIN/IRLANDA

Hub de Talentos

✓ 8. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Parque Tecnológico

69

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

→ ECONOMIA CRIATIVA

- A economia criativa é um dos setores de mais rápido crescimento da economia mundial e possui poder transformador através da geração de riqueza e criação de empregos.
- Também é capaz de gerar riquezas não mensuráveis monetariamente que contribuem significativamente para alcançar o desenvolvimento focado nas pessoas, inclusivo e sustentável.
- Os principais motores dessa indústria são a **inovação** e a **criatividade humana**.
- Investir no setor criativo como condutor do desenvolvimento social contribui para melhorar a qualidade de vida, o bem estar da população, a autoestima individual, o diálogo e a coesão social.

Principais Setores:

- Cultura, moda, design, música e artesanato.
- Setor de tecnologia e inovação, como o desenvolvimento de softwares, jogos eletrônicos e aparelhos de celular.
- Atividades de televisão, rádio, cinema e fotografia.



70

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

→ ECONOMIA CRIATIVA NO MUNDO¹

- O comércio mundial de bens e serviços criativos totalizaram um recorde de **US\$ 624 bilhões em 2011**.
- As exportações de produtos do segmento registraram **aumento médio anual de 12,1%** nos países em desenvolvimento.
- A contribuição de atividades culturais privadas representa, em média, **5,2% do PIB** (Produto Interno Bruto) em 40 países pesquisados pela Unesco.

→ ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL²

- No Brasil, a contribuição dos segmentos criativos foi de **2,7% do PIB** em 2011.
- O resultado coloca o Brasil entre os maiores produtores de criatividade do mundo, superando Espanha, Itália e Holanda (porém, ainda abaixo de países como Reino Unido, da França e dos Estados Unidos).
- O mercado formal de trabalho do setor é composto por **810 mil profissionais**, o que representa **1,7% do total** de trabalhadores brasileiros (2011)
- Os principais setores, em relação ao número de empregos, são : **Arquitetura e Engenharia, Publicidade, Design e Moda**.

Fonte: ¹United Nations (2013); Creative Economy Report 2013: Widening Local Development Pathways
²Sebrae; Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/O-que-%C3%A9-Economia-Criativa>;

71

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE



POPULAÇÃO: **1.617.183 HABITANTES¹**
 PIB: **R\$ 46,4 BILHÕES (33% DO PIB DE PE)²**
 PIB PER CAPITA: **R\$ 29 MIL**

→ DESAFIOS

- REVITALIZAR ÁREAS DEGRADADAS E ABANDONADAS ATRAVÉS DA INSTALAÇÃO DO HUB DE TECNOLOGIA.
- O PORTO DIGITAL FOI IMPLANTADO COM A MISSÃO DE ALAVANCAR A ECONOMIA DE RECIFE ATRAVÉS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. SE TORNOU SÍMBOLO DE UMA CIDADE QUE SE REINVENTA PARA ASSEGURAR O FUTURO.

→ RESULTADOS

- MODELO DE GESTÃO INOVADOR, ADMINISTRADO POR UM NÚCLEO DE GESTÃO COMPARTILHADA: UMA PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE, INICIATIVA PRIVADA E O SETOR PÚBLICO.
- DESDE 2000, O PORTO DIGITAL ATRAIU MAIS DE 250 EMPRESAS NOS SETORES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DE ECONOMIA CRIATIVA, CRIOU 7 MIL EMPREGOS E SEU FATURAMENTO ANUAL ATINGIU R\$ 1 BI.
- CONQUISTOU EM 2015 O TÍTULO DE MELHOR PARQUE TECNOLÓGICO DO PAÍS.



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

72

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

→ MOTIVAÇÃO PARA O SURGIMENTO DO PROJETO PORTO DIGITAL

- Vocação acad mica em tecnologia de informa o e comunica o da cidade de Recife,
- A necessidade de atrair empresas de fora e estimular o crescimento e surgimento de empresas locais,
- A deteriora o de um espaço histórico com arquitetura de grande valor, o bairro do Recife Antigo,
- Interesse do governo em estimular a economia



→ VIABILIZA O DO PROJETO ATRAVÉS DE A O CONJUNTA DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO

- O marco do início do projeto se deu em dezembro de 2000, com a cria o do Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), empresa de direito privado sem fins lucrativos responsável por gerir o projeto.
- O projeto do Porto Digital   uma iniciativa do governo estadual em conjunto com a iniciativa privada. O maior financiador do projeto   o governo do estado (estima-se que foram investidos R\$ 33 milhões, somado a R\$11 milhões da iniciativa privada e R\$ 10 milhões de apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID).

Fonte: REGO, Isabel Almeida Marinho (2008). A Cidade Virtual: O Porto Digital como representa o do Recife
MARQUES, Juliana (2006). Clusters como novas possibilidades de regenera o urbana e reestrutura o produtiva: O caso do Porto Digital, Recife

73

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

→ PRESERVA O DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

- O bairro do Recife Antigo, onde hoje está localizado o Porto Digital, experimenta desde os anos 1990 importantes iniciativas de revitaliza o.
- No âmbito do projeto Porto Digital, essa revitaliza o foi promovida por meio da implanta o de infraestrutura para adequar o bairro para instala o de empresas modernas de tecnologia, preservando suas características arquitet nicas.
- Também foram concedidos incentivos fiscais para a atra o dessas empresas.

Contraste entre as instala es antigas...



.... e a tecnologia.



Fonte: Porto Digital e Porto Média

74

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

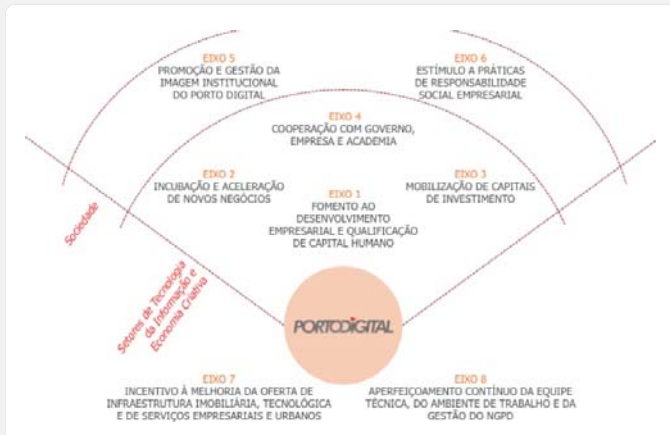
1. Recife/PE

→ PAPEL DO PORTO DIGITAL

A função do Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) é atrair empresas do setor de TIC para o bairro do Recife Antigo, gerir todo o processo de criação de novas empresas e fazer a ligação entre as empresas instaladas na região e a universidade.



→ EIXOS ESTRATÉGICOS DO PORTO DIGITAL



EM 2015, O PORTO DIGITAL VENCEU O PRÊMIO DE MELHOR PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO BRASIL, CONCEDIDO PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC).

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

→ PORTOMÍDIA

- Um dos principais projetos do Porto Digital é seu braço de Economia Criativa, o Portomídia.
- O Portomídia conta com instalações e incubadora próprias, além de diversos programas de qualificação, exibição e desenvolvimento nas áreas de design, cine-vídeo-animação, games, mídias digitais, fotografia e música.
- Está baseado em 4 pilares: **Experimentação, Exibição, Educação e Empreendedorismo.**



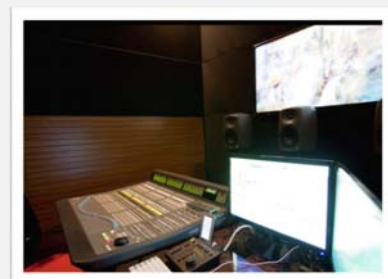
Laboratório de Design e fotografia:



Laboratório de Edição de Imagem:



Laboratório de Edição de áudio



CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

→ ALGUNS PRODUTOS DESENVOLVIDOS PELAS EMPRESAS DO PORTO DIGITAL: MOBILIDADE



O Porto Leve é um projeto de sustentabilidade que busca prover serviços inovadores e ecologicamente sustentáveis no ambiente do Parque Tecnológico do Porto Digital, com o objetivo de:

- Promover mobilidade sustentável; Apoiar a segurança e gestão da circulação de veículos; Promover estudos sobre tecnologias no parque.

PortoBike: compartilhamento Bicicletas

O projeto visa incentivar as pessoas a se deslocarem em bicicletas em distâncias curtas, a fim de contribuir com a mobilidade das pessoas e garantir a preservação do meio ambiente.

- São 10 estações, nos bairros do Recife Antigo, Santo Amaro e Santo Antônio.



Carro leve: compartilhamento de carros elétricos

Em funcionamento desde 2015, inicialmente com três veículos e cinco estações localizadas no centro de Recife (onde os veículos podem ser pegos e devolvidos).



Sistema de Caronas:

- A assinatura mensal do Carro Leve custa R\$ 30,00;
- Para cada viagem o usuário paga o valor de R\$ 20,00 para meia hora de uso;
- Se o usuário anunciar que está disposto a oferecer uma carona através do aplicativo móvel, o valor da meia hora de uso cai para R\$ 10,00;
- Caso algum usuário aceite a oferta de carona, o usuário e o carona irão pagar R\$ 5,00 cada pela meia hora de uso.

Fonte: Porto Leve

77

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

→ ALGUNS PRODUTOS DESENVOLVIDOS PELAS EMPRESAS DO PORTO DIGITAL: ANIMAÇÕES E GAMES

Desenhos animados

- A empresa Mr. Plot, incubada no Porto Digital desde 2013, cria e desenvolve marcas de entretenimento para crianças.
- Os desenhos animados criados pela empresa são exibidos no canal infantil Discovery Kids, estão disponíveis em DVD (distribuído pela Sony/BMG) e no aplicativo Netflix.
- Também foram desenvolvidos aplicativos para celulares e tablets e jogos digitais.



Games

- O Porto Digital é o principal polo do país de Empresas de desenvolvimento de aplicativos e jogos digitais. O foco dessas empresas é o mercado internacional.

Fonte: Porto Digital; Mr. Plot; Revista Exame, Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/8-startups-para-ficar-de-olho-em-2015#7>

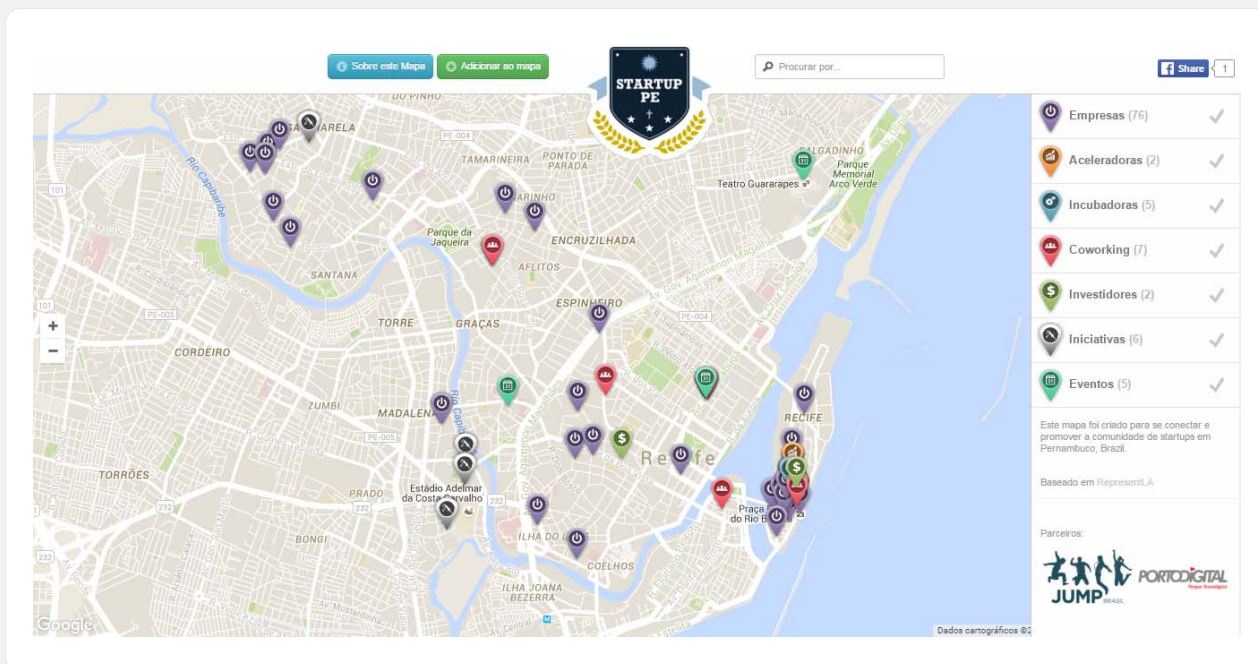
78

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

MAPA DAS STARTUPS DA CIDADE DE RECIFE



Fonte: Startup PE

79

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

LIÇÕES APRENDIDAS

- Capacidade dos clusters de alavancar processos de regeneração urbana de áreas em transformação produtiva.
- Importância da Interação entre gestão pública e iniciativa privada:
 - Setor Público: implantação de infraestrutura de qualidade e adaptada às exigências tecnológicas atuais, e a criação de um órgão articulador dos diversos agentes envolvidos, na forma de entidade, associação ou agência.
 - Setor Privado: grandes investimentos, como a compra de terrenos ou as reformas de reabilitação e restauração de edifícios com valor histórico, cultural e/ou arquitetônico.
- A presença de universidades e centros de pesquisa de porte tem papel fundamental na criação de um capital humano de excelência.

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

EXPANSÃO PARA CARUARU E PETROLINA: ARMAZÉNS DA CRIATIVIDADE

- Os Armazéns da Criatividade fazem parte da expansão do Porto Digital e são resultado da **política de interiorização da economia do conhecimento**.
- Sua função é ser uma estrutura de **suporte à inovação e ao empreendedorismo**. Busca induzir novas dinâmicas econômicas baseadas na criatividade, no empreendedorismo e na inovação.
- Atuam de forma integrada com as universidades e com o setor produtivo.
- Assim como em Recife, os focos são os segmentos de **Design, Moda, Games, Cine-Video-Animação, Fotografia e Música**.
- Os Armazéns da Criatividade combinam seis funções essenciais, integradas num único espaço de compartilhamento de trabalho:
 - Empreendedorismo, Experimentação, Exibição, Educação, *Coworking* e Crédito.



Fonte: Porto Digital

81

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

EXPANSÃO PARA CARUARU E PETROLINA: ARMAZÉNS DA CRIATIVIDADE



Caruaru:

- Os Armazéns da Criatividade contam com **Incubadora, Espaços Empresariais, Salas de Treinamento, Laboratórios** para experimentação e prototipação de projetos e produtos inovadores, **Coworking**, além de uma **unidade da AGEFEPE** (Agência de Fomento do Estado de Pernambuco).
- O diferencial em Caruaru são os **laboratórios e equipamentos de alta performance**, distribuídos em núcleos funcionais (criação, prototipação e editorial de moda).
- O predomínio é o suporte ao setor de moda, tornando viável a realização de um protótipo em toda sua cadeia: da criação e desenvolvimento de uma coleção de roupas e acessórios à produção de trilha sonora, do registro fotográfico ao catálogo, da concepção à finalização de *fashionfilms* ou desfiles para apresentação da coleção a potenciais financiadores.

Fonte: Porto Digital e Armazém da Criatividade

82

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

1. Recife/PE

EXPANSÃO PARA CARUARU E PETROLINA: ARMAZÉNS DA CRIATIVIDADE

Incubadora

Na incubadora de Caruaru são selecionados projetos de negócios inovadores de TIC e economia criativa nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento de Software, de Games e artefatos de animação,
- Design de Produto,
- Design Gráfico e Moda,
- Editorial de Moda, compreendendo Fotografia, Audiovisual e Publicação



O programa de **Incubação 2015** selecionou, os seguintes empreendimentos:

- Plataforma de *e-commerce* com foco na moda *plus size*
- Catálogo Virtual de atores e figurantes para o mercado publicitário e audiovisual
- Sistema online de cotação de preços para supermercados de pequeno e médio porte
- Aplicativo para motoboys e empresas para otimizar a entrega expressa
- Desenvolvimento de games com foco na inovação mecânica e na narrativa criativa
- Empresa especializada em design de soluções e aplicações de estampa têxtil para o mercado de moda e decoração

Fonte: Porto Digital e Armazém da Criatividade

83

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

2. Turim/Itália



POPULAÇÃO: **892.649 HABITANTES**¹
 PIB: **€ 25,439 BILHÕES** (2,2% DO PIB DA ITÁLIA)²

DESAFIOS

- REVITALIZAR E INTEGRAR OS BAIRROS POBRES DA CIDADE
- RECUPERAÇÃO ECONÔMICO E SOCIAL DE UMA REGIÃO DEGRADADA

RESULTADOS

- DIVERSIFICAÇÃO DA INDÚSTRIA
- REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA
- DESENVOLVIMENTO DO POLO TECNOLÓGICO
- PLANO DIRETOR URBANO (PIANO REGOLATORE GENERALE)
- PLANO ESTRATÉGICO (PIANO STRATEGICO)



Fonte: ¹ ISTAT 2015. ² UNData A World of Information. Disponível em: <http://data.un.org/Data.aspx?d=POP&f=tableCode%3A240>.

84

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

2. Turim/Itália

→ DECADÊNCIA E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

- Até a década de 70 a cidade de Turim vivia o Milagre Econômico Italiano, atingindo o ápice populacional em 1975 com 1,2 milhões de habitantes. A cidade, famosa por sediar a companhia automotiva FIAT, no começo de 1970 possuía 80% da atividade industrial voltada para a indústria automobilística.
- A recuperação econômica teve início em 1993 por meio de 84 ações de desenvolvimento que foram prometidas até o ano de 2011. O ambicioso planejamento econômico atraiu investimentos públicos e privados que transformaram a cidade num polo tecnológico reconhecido mundialmente.
- Foram criadas incubadoras de empresas, fundações, laboratórios de pesquisas, fundos de capital de investimento e parques tecnológicos que promoveram indústrias de tecnologia da informação e energia verde.



REDUÇÃO EM 71% DA POPULAÇÃO OPERÁRIA EM 20 ANOS.

- INÍCIO DE 1970: 140 OPERÁRIOS
- INÍCIO DE 1990: 40 MIL OPERÁRIOS

A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA OCORREU COM A AJUDA DO GOVERNO E EMPRESAS PRIVADAS, EXPLORANDO AS VANTAGENS COMPARATIVAS DA CULTURA INDUSTRIAL LOCAL PARA PROMOVER INDÚSTRIAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E ENERGIA VERDE.

Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1001201015.htm>. New Republic. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/metro-policy/the-detroit-Project>. Winkler, Astrid – “Torino City Report”. Disponível em: <http://sticerd.lse.ac.uk/dps/case/cr/CASereport41.pdf>.

85

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

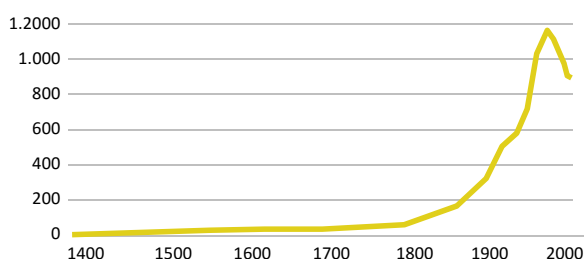
2. Turim/Itália

→ PRODUÇÃO E DESIGN

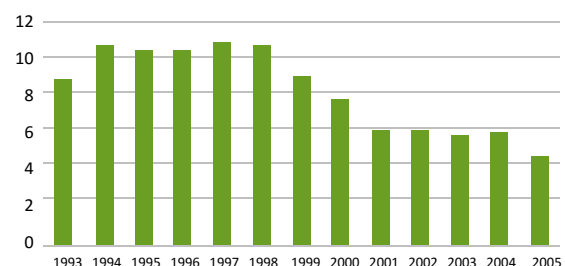
- Turim aproveitou a expertise em produção e design desenvolvidos na indústria automobilística e se reinventou como centro de design em diversos setores industriais.
- A base industrial serviu de alicerce para uma nova economia focada em design automobilístico e design aeroespacial, cinematografia e indústria têxtil.

EM 2006, O ÍNDICE DE DESEMPREGO EM TURIM CHEGOU AO NÍVEL MAIS BAIXO DE SUA HISTÓRIA E SEU NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA FOI O MAIS ALTO EM MEIO SÉCULO.

▶ Evolução da população de Turim



▶ Taxa de desemprego em Turim (em %)



Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1001201015.htm>. New Republic. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/metro-policy/the-detroit-Project>. Winkler, Astrid – “Torino City Report”. Disponível em: <http://sticerd.lse.ac.uk/dps/case/cr/CASereport41.pdf>.

86

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

2. Turim/Itália

→ AÇÕES E PLANOS

- **Piano Regolatore Generale** (Plano Diretor Urbano) – Principal documento de planejamento urbano que permite a reconfiguração física da cidade de Turim, reestruturando para melhor integração social e econômica.
- **Piano Strategico (1998)** – Plano de Desenvolvimento Econômico Integrado que estabelece objetivos e metas para o futuro, utilizando os recursos disponíveis. Foco em mobilidade, governança, educação, empreendedorismo, cultura, comércio e regeneração urbana. Desenvolvimento do setor de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e parques tecnológicos.
- **Settore Periferie (1997)** – Ação de regeneração e inclusão social por meio de políticas públicas e participação dos residentes em relação às questões sociais, econômicas e problemas físicos em bairros de Turim.



- INTERVENÇÃO SOBRE A VELHA LINHA FERROVIÁRIA CENTRAL QUE ANTES DIVIDIA A CIDADE EM DUAS, TRANSFORMANDO SEU PERCURSO EM UM BOULEVARD QUE HOJE É A NOVA ESPINHA DORSAL DE TURIM.
- TIC E PARQUES: *THE TORINO WIRELESS FOUNDATION*, *THE MARIO BOELLA INSTITUTE FOR HIGHER RESEARCH* (ISTITUTO SUPERIORE MARIO BOELLA), I3P, THE ENVIRONMENT PARK E THE VIRTUAL REALITY PARK.

87

CASO DE REFERÊNCIA

A. ECONOMIA CRIATIVA

2. Turim/Itália

→ AÇÕES E PLANOS

- O **Environment Park** é uma aceleradora de negócios para empresas que utilizam soluções ecologicamente eficientes para expandir o mercado. A aceleradora é dividida em duas áreas: Inovação e Desenvolvimento e Real Estate Services.
- O Environment Park oferece às empresas e administrações públicas soluções para economia de energia, eliminação de resíduos, energia limpa, novos materiais e de angariação de fundos. É um interlocutor privilegiado para as empresas que investem em inovação, graças ao seu papel como mediador das novas tecnologias, uma posição que tem sido desenvolvida através da experiência de mais de 10 anos na indústria de produção.

ENVIRONMENT PARK



- **REAL ESTATE SERVICES:** É A ÁREA OPERACIONAL DO ENVIRONMENT PARK, COM FOCO NA GESTÃO E NO RELANÇAMENTO DA SUA ÁREA DE NEGÓCIO. ABRANGE MAIS DE 30.000 METROS QUADRADOS E ABRIGA CERCA DE 70 EMPRESAS DEDICADAS À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

- **INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:** CONSULTORIA DE MERCADO E DE SOLUÇÕES TÉCNICAS POR ESPECIALISTAS EM GREEN BUILDING, PLASMA NANO-TECH, GREEN CHEMISTRY (TRATAMENTO DE BIOMASSA), ADVANCED ENERGY (PRODUÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ENERGIA) AND CLEAN TECH (TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA).

88

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

→ A. ECONOMIA CRIATIVA

✓ 1. RECIFE/PE

Economia Criativa: Porto Digital

✓ 2. TURIM/ITÁLIA

Economia Criativa: Recuperação Econômica

→ B. TURISMO

✓ 3. BRUMADINHO/MG

Turismo Cultural

✓ 5. OLINDA/PE

Turismo cultural e de eventos

✓ 4. GRAMADO/RS

Turismo cultural e de eventos

✓ 6. BARRETOS/SP

Turismo cultural e de eventos

→ C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

✓ 7. SÃO CARLOS/SP

Polo Universitário

✓ 9. DUBLIN/IRLANDA

Hub de Talentos

✓ 8. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Parque Tecnológico

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

→ TURISMO NO MUNDO

► Economia vinculada ao turismo no mundo:



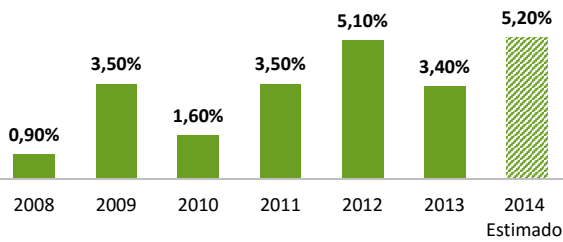
Fonte: UNWTO Tourism Highlights 2015 Edition

- O setor do Turismo é composto por uma grande diversidade de atores, o que o torna um setor extremamente complexo e interdependente
- O setor contribui significativamente para a geração de emprego e renda e para a distribuição de riqueza
- O turismo no Brasil vem crescendo e tende a crescer ainda mais
- Entretanto, seu crescimento é menor do que o de outros países, em função da sua baixa competitividade
- Seu desenvolvimento deve ser focado em: infraestrutura de transporte terrestre, Infraestrutura de TIC, competitividade do preço, infraestrutura aérea, políticas regulatórias e capacitação das empresas

CASO DE REFERÊNCIA

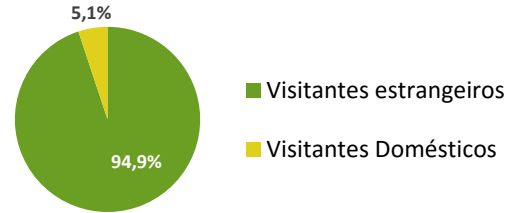
B. TURISMO

Participação do setor de viagens e turismo no PIB



Fonte: WTTC – World Travel & Tourism Council

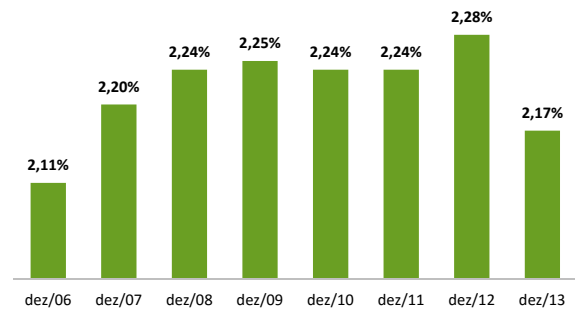
Origem da contribuição no PIB do setor de Viagens e Turismo (2013)



Fonte: WTTC – World Travel & Tourism Council

Empregos no setor de turismo no Brasil

- DE ACORDO COM ESTUDO DO IPEA SOBRE O SETOR DE TURISMO NO BRASIL, 2,17% DOS OCUPADOS DA ECONOMIA BRASILEIRA ESTAVAM ALOCADOS EM ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO EM 2013.
- A FONTE UTILIZADA PARA DIMENSIONAR E CARACTERIZAR A OCUPAÇÃO FORMAL NO SETOR É A RAIS, REGISTRO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.

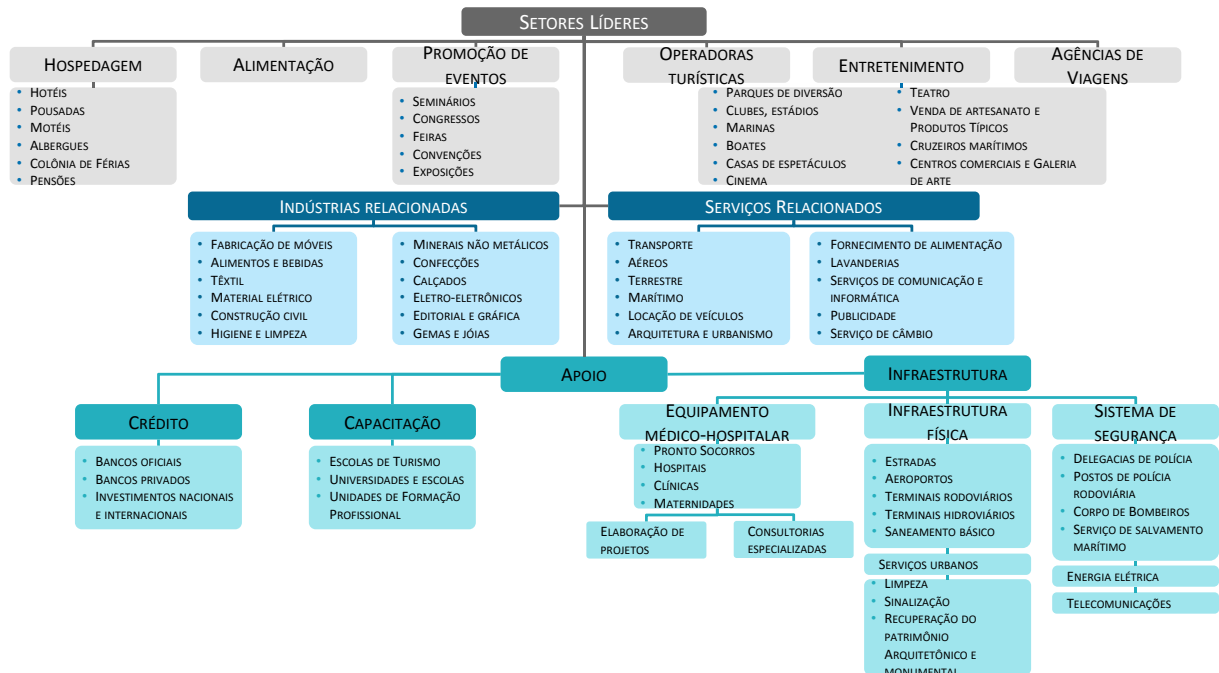


Fonte: Ipea

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

O setor do turismo: Estrutura da cadeia produtiva



Fonte: Sebrae Rio de Janeiro.

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

3. Brumadinho/MG



POPULAÇÃO: **37.857 HABITANTES**¹
 PIB: **R\$ 2,9 BILHÕES** (0,61% DO PIB DE MG)²
 PIB per Capita: **R\$ 80,9 MIL**

→ DESAFIOS

- INSTALAÇÃO DE UM ATIVO CULTURAL DE FORTE IMPORTÂNCIA PARA O DINAMISMO DA CIDADE.

→ RESULTADOS

- A CIDADE ABRIGA O INSTITUTO INHOTIM, HOJE CONSIDERADO O 2º MELHOR MUSEU DA AMÉRICA LATINA, DE ACORDO COM O SITE DE VIAGENS *TRIP ADVISOR*.
- O MUSEU ATUA COMO AGENTE PROPULSOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCATIVO E CULTURAL PARA A CIDADE.



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

93

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

3. Brumadinho/MG

→ A CIDADE DE BRUMADINHO

- A cidade de Brumadinho faz parte da região metropolitana de Belo Horizonte e está localizada a **60 km de distância da capital mineira**
- Brumadinho tem **37.857 habitantes** e a área total do município é de 634,434 km²
- Ao ser incluído na RMBH, no final da década de 80, Brumadinho apresentava um baixo grau de desenvolvimento quando comparado aos demais municípios da região
- A extração mineral respondia por cerca de 98% do valor de transformação industrial total do município, empregando mais de 85% do pessoal ocupado no setor
- A atividade agrícola era desenvolvida com base na pequena produção familiar



Fonte: GASPAR, Floriana de Fátima (2009). Aspectos do atual processo de urbanização de Brumadinho

94

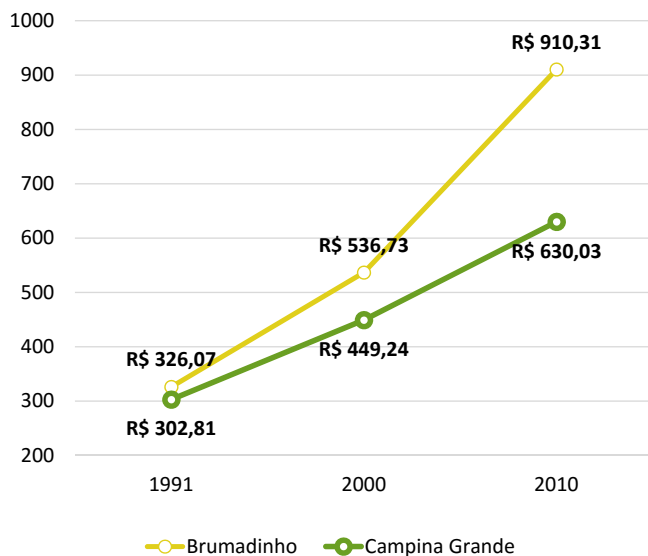
CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

3. Brumadinho/MG

A CIDADE DE BRUMADINHO

Renda Domiciliar per capita



Participação de cada setor no Valor Adicionado Bruto do PIB:

SETOR	2000	2013
INDÚSTRIA	58%	67%
SERVIÇOS	31%	26%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7%	7%
AGROPECUÁRIA	4%	1%

Fonte: IBGE. Renda Domiciliar Média Per Capita em R\$ de 2010.

95

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

3. Brumadinho/MG

O INSTITUTO INHOTIM



- O Inhotim é um espaço que combina, de forma única, arte contemporânea, jardim botânico e desenvolvimento humano. É um ambiente inovador e criativo que convida os visitantes a se relacionar com o mundo de forma mais sustentável, consciente e transformadora.
- Desde sua criação, o Instituto Inhotim estabeleceu relações multidimensionais com a cidade, seja como local de trabalho para a população seja como agente propulsor de desenvolvimento social, educativo e cultural.
- As atividades do Instituto são financiadas, principalmente, por meio de doações, vendas de ingressos para visitação e parcerias com entidades privadas e governamentais.
- Em 2014, a receita líquida de doações, revendas e serviços foi de R\$ 39 milhões.

Fonte: Instituto Inhotim

96

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

3. Brumadinho/MG

→ ARTE CONTEMPORÂNEA

- Complexo com uma série de pavilhões e galerias com obras de arte e esculturas expostas ao ar livre.
- Modelo diferente dos museus urbanos: Experiência associada ao desenvolvimento de uma relação espacial entre arte e natureza, que possibilita aos artistas criarem e exibirem suas obras em condições únicas.



→ JARDIM BOTÂNICO



- Maior coleção em número de espécies de plantas vivas entre os jardins botânicos brasileiros.
- Abriga plantas raras e exóticas, como por exemplo a flor cadáver (foto), nativa da Ásia e conhecida como a maior flor do mundo.
- São realizadas atividades voltadas para a manutenção do acervo botânico, pesquisa científica, conservação e educação ambiental.

Fonte: Instituto Inhotim

97

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

4. Gramado/RS



POPULAÇÃO: **34.605 HABITANTES**¹
 PIB: **R\$ 1,3 bilhões** (0,4% do PIB de RS)²
 PIB per Capita: **R\$ 39,3 mil**

→ DESAFIOS

- CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE EVENTOS
- REALIZAÇÃO DE EVENTOS TRADICIONAIS DE FORMA INOVADORA E ESTRUTURA PARA RECEPÇÃO E ENTRETENIMENTO

→ RESULTADOS

- SETOR DE TURISMO REPRESENTA MAIS DE 70% DO PIB DA CIDADE.
- MELHOR DESTINO DO BRASIL E TERCEIRO MELHOR DA AMÉRICA DO SUL, DE ACORDO COM O SITE TRIP ADVISOR.
- VENCEDORA DO PRÊMIO PREFEITO EMPREENDEDOR (SEBRAE) – 2016.
- DE ACORDO COM A PREFEITURA DE GRAMADO, OCORRERÃO MAIS DE 100 EVENTOS NA CIDADE NO ANO DE 2016
- A CIDADE É CONSIDERADA UM DOS 65 DESTINO INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL NO BRASIL.



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

98

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

4. Gramado/RS



Prêmios

Traveller's Choice – Destinos 2015 (TripAdvisor): melhor destino do Brasil e terceiro melhor da América do Sul.

Prêmio Prefeito Empreendedor (SEBRAE) – 2016.

Prêmio de melhor destino no inverno – 2015/2016 (Revista Viagem e Turismo).

Prêmio de melhor cidade turística – 2015/2016 (Revista Viagem e Turismo).

Gramado, localizada na Serra Gaúcha (Região das Hortênsias) recebe, anualmente, 2,5 milhões de turistas.

- O setor de serviços (impulsionado pelo turismo): mais de 70%¹ do PIB.
- Economia também é impulsionada por indústrias do setor de imóveis, fábricas de chocolate, malharias e construção civil.
- Responsável por induzir o desenvolvimento turístico das cidades de seu entorno, como Canela.
- Sediara, de acordo com o calendário oficial da cidade, cerca de 100 eventos no ano de 2016.
- Conta com mais de 30 atrações, incluindo parques, museus, igrejas, pórticos e praças.
- Além do espaço turístico, a cidade constitui-se como um centro privilegiado de lazer, sociabilidade e celebração.
- Difunde amplamente um imaginário de cidade romântica e de clima frio, em meio a um país marcadamente tropical.

Fonte: Prefeitura de Gramado. ¹IBGE (2013).

99

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

4. Gramado/RS

PRINCIPAIS EVENTOS TURÍSTICOS	DATA
Natal Luz	Novembro a janeiro
Festa da Colônia	Abril
Gramado Aleluia (Páscoa)	Março/Abril
Festival Nacional de Inverno	Janeiro e junho
Festival Brasileiro e Latino de Cinema	Agosto
Festival Internacional de Cultura e Gastronomia	Outubro
Festival de Turismo de Gramado	Novembro

Turismo de eventos/culturais

- Eventos turísticos de grande importância bem dispersos ao longo do ano.
- Mais de 10 museus, entre eles o Museu de Cera Dreamland e Museu Medieval.
- Parques temáticos, como Snowland – o primeiro parque de neve indoor da América do Sul – e o Parque Mundo Gelado.
- Valorização de empresas artesanais e semiartesanas: produção de mel, geleia, vinho, queijo, entre outros produtos típicos – são mais de 300 artesãos fazendo parte da Associação Municipal da classe.
- Polo gastronômico: proporciona o aparecimento de inúmeros restaurantes, reforçando ainda mais a importância do setor de serviços na cidade.
- Realizou, em 2016, a I Meia-Maratona de Gramado – outra grande aposta.

Turismo de negócio

- Centros de convenções modernos
 - Gramado Sierra Park
 - ExpoGramado
 - Centro de Eventos e Treinamentos construído pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Sedia eventos anuais, como o Salão Internacional de Couro e do Calçado, Festival de Publicidade de Gramado e Festival de Turismo de Gramado.



Fonte: Prefeitura de Gramado.

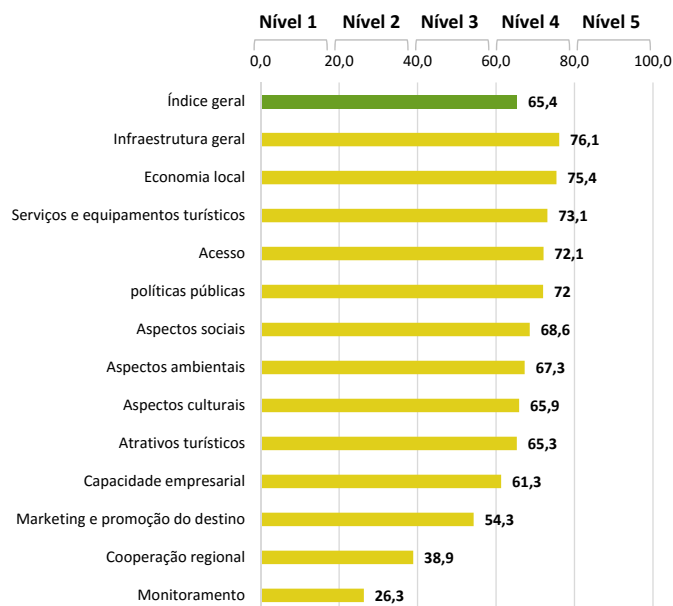
100

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

4. Gramado/RS

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional, considera Gramado como um dos um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional no Brasil



Resultado geral

O índice geral alcançado indica que o destino posiciona-se no nível 4 de competitividade. O resultado é superior à média Brasil (60,0) e à média das não capitais (53,8).

Diferenciais

- Ações promocionais e enfoque na qualidade dos serviços prestados.
- Realização de eventos tradicionais de forma inovadora e estrutura para recepção e entretenimento.
- Existência de dois órgãos locais de gestão do turismo: Secretaria Municipal de Turismo e a autarquia Gramadotur, que contam com orçamentos exclusivos e possuem atribuições distintas.

Desafios

- Mobilidade urbana, sobretudo na alta temporada.
- Inexistência de pesquisas de demanda periódicas.
- Ausência de projetos regionais para promoção integrada da Região das Hortênsias.

Fonte: Índice de competitividade do turismo nacional 2015 (FGV, Ministério do Turismo, SEBRAE).

101

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

5. Olinda/PE



POPULAÇÃO: **389.494 HABITANTES**¹
 PIB: **R\$ 4,8 bilhões** (3,4% do PIB de PE)²
 PIB per Capita: **R\$ 12,4 mil**

DESAFIOS

- TURISMO DE EVENTOS ALIADO À VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL

RESULTADOS

- PRESERVAÇÃO HISTÓRICA E DA CULTURA LOCAL
- ESTIMA-SE QUE O CARNAVAL DE 2016 INJETOU R\$ 190 MILHÕES NA ECONOMIA DA CIDADE



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

102

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

5. Olinda/PE

Olinda, localizada a 6km de Recife (capital de Pernambuco), recebe, anualmente, mais de 3 milhões de turistas.

- Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade (1982) – UNESCO.
- Primeira Capital Brasileira da Cultura (2006), após concorrer com cidades como Salvador e João Pessoa.
- O setor de serviços representa **74,2%** do PIB¹.
 - Falta de espaço geográfico para grandes indústrias e consequente incentivo para empresas de serviço: hospital, empresas do ramo alimentício e turismo.
- Valorização da cultura de matriz africana: durante todo o ano, em especial no sítio histórico de Olinda, há eventos culturais, como feirinhas de artesanato, reggaes, sambas, maracatus e afoxés.
- Singularidade do seu carnaval
 - Século XVII: surgimento do frevo e do passo.
 - Diferencial carnavalesco: Associação das festividades e eventos do carnaval com a cultura e as tradições locais



CARNAVAL 2016 EM NÚMEROS

190 milhões injetados na economia.

2,8 milhões de foliões.

98% de ocupação da rede hoteleira.

Nenhum óbito registrado pelas unidades de pronto atendimento da cidade.

Nenhum dano foi registrado contra o patrimônio histórico de Olinda.

Fonte: ¹ IBGE (2013). Prefeitura de Olinda.

103

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

5. Olinda/PE

INICIATIVAS PÚBLICAS NO CARNAVAL



TRÂNSITO E TRANSPORTE

- **Estacionamento Legal:** espaço especial destinado para o estacionamento de veículos durante o carnaval. Em 2016, utilizado por 13.111 pessoas.
- Linhas de ônibus especiais, partindo de pontos estratégicos.

SEGURANÇA

- Reforço na iluminação: 217km de gambiarra e 79 refletores.
- Interação entre Guarda Municipal e Polícia Militar: monitoramento a partir de base móvel (ônibus), permitindo menor tempo de resposta.

CONTROLE URBANO

- Organização do comércio informal, possibilitando a liberação das vias para os desfiles das agremiações durante a folia.
- Disponibilização de área para Achados e Perdidos.

POLÍTICAS SOCIAIS

- **Espaço Folia Cidadã:** iniciativa, criada em 2009 pela Prefeitura, para abrigar os filhos dos comerciantes informais que trabalham nos dias de carnaval. Em 2016, o local recebeu 340 crianças durante os quatro dias de folia.

LIMPEZA URBANA

- Troca de mais de 10 mil garrafas de vidro por vasilhames de plástico.
- Coleta seletiva recolheu 50 toneladas de material reciclável.

Fonte: Prefeitura de Olinda.

104

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

6. Barretos/SP



POPULAÇÃO: **119.243 HABITANTES**¹
 PIB: **R\$ 3,3 bilhões** (0,19% do PIB de SP)²
 PIB per Capita: **R\$ 28,4 mil**

→ DESAFIOS

- VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL
- DESENVOLVER O TURISMO AO LONGO DE TODO O ANO

→ RESULTADOS

- TURISMO DE EVENTOS ALIADO À CULTURA LOCAL
- O CALENDÁRIO DE EVENTOS OFICIAL DA PREFEITURA, DO ANO DE 2016, CONTA COM 14 EVENTOS – PELO MENOS UM A CADA MÊS.



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

105

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

6. Barretos/SP



Barretos, localizada ao norte do estado de São Paulo, recebe, anualmente, mais de 1 milhão de turistas.

- Eixo de ligação entre estados importantes, como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.
- A qualidade das terras, o clima e a localização geográfica são propícias para as pastagens e consequentemente a criação do gado.
- A agropecuária, que representa **5,9%** do PIB¹, aliada à frigoríficos, tornou o município conhecido pela qualidade dos produtos.
- O comércio e a prestação de serviços ganharam importância com o desenvolvimento da cidade: **64,5%** do PIB².
- Preservação do imaginário de cidade do interior acolhedora e de sua principal vocação turística: a cultura sertaneja.

→ INVESTIMENTO NO TURISMO LOCAL

- **Associação Barretense de Turismo (ABATUR):** fomento ao turismo na cidade e região.
 - **Projeto de Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Artesanato de Barretos (PROJETUR)**, com o apoio do SEBRAE-SP. Objetivo de desenvolver o turismo ao longo do ano inteiro, de forma sustentável.
- **Articulação entre o Escritório Regional de Barretos e líderes comunitários**, com o objetivo de articular, negociar, arregimentar e sensibilizar lideranças e/ou representantes das entidades públicas e privadas, bem como pessoas formadoras de opinião, para a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento do turismo no município.
- **Fórum de Turismo de Barretos:** participação de micro e pequenas empresas (MPes).
 - **Projeto do Roteiro Turístico de Barretos** conta com mais de 100 adesões de micro e pequenos empresários.

Fonte: Roteiro Turístico de Barretos – SEBRAE/SP e Prefeitura de Barretos. ¹IBGE (2013). ²IBGE (2013).

106

CASO DE REFERÊNCIA

B. TURISMO

6. Barretos/SP

O calendário oficial de eventos da prefeitura do ano de 2016 conta com **14 eventos** – pelo menos um a cada mês. Destaque para o **Rally Makers Cross Country**, em março, **Barretos Motorcycles**, em abril, e o evento mundialmente conhecido, **a Festa do Peão Boiadeiros de Barretos**, em agosto.

Seguindo a valorização da cultura sertaneja, a cidade possui o primeiro resort country do Brasil – **Barretos Country Aquapark** – contando com atrações como parque aquático, mini zoológico, passeios a cavalo, entre outros.



Fonte: Prefeitura de Barretos. O Campo da Urbe: CELSO DA SILVA, PAULO (UERJ) - Festa do Peão Boiadeiro e a Transformação de Barretos

→ A FESTA DO PEÃO BOIADEIROS DE BARRETOS

O evento

- Início em 1956: 11 dias festivos de valorização do rodeio enquanto manifestação cultural tradicional do interior paulista.
- Parque do Peão:
 - Grandiosidade territorial: 80 alqueires, com estacionamento para 14 mil carros.
 - Arena projetada por Oscar Niemeyer, com capacidade para 35 mil pessoas sentadas.
 - Conta com feira comercial, Espaço de Lazer e Eventos Barretão, área de camping, entre outros.
- Atrações musicais nacionais e internacionais.
- Campeonato esportivo: circuito nacional de montaria em touros da Professional Bull Riders (PBR), classificatória para o mundial, nos EUA.

Desafios

- “Crise existencial”, advinda da globalidade da festa e relacionada ao American Country Way of Life (Peão x Cowboy).

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

→ A. ECONOMIA CRIATIVA

✓ 1. RECIFE/PE

Economia Criativa: Porto Digital

✓ 2. TURIM/ITÁLIA

Economia Criativa: Recuperação Econômica

→ B. TURISMO

✓ 3. BRUMADINHO/MG

Turismo Cultural

✓ 5. OLINDA/PE

Turismo cultural e de eventos

✓ 4. GRAMADO/RS

Turismo cultural e de eventos

✓ 6. BARRETOS/SP

Turismo cultural e de eventos

→ C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

✓ 7. SÃO CARLOS/SP

Polo Universitário

✓ 9. DUBLIN/IRLANDA

Hub de Talentos

✓ 8. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Parque Tecnológico

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

7. São Carlos/SP



POPULAÇÃO: **241.389 HABITANTES**¹
 PIB: **8,9 Bilhões** (0,52% do PIB de SP)³
 PIB per Capita: **R\$ 37,6 mil**

DESAFIOS

- APROVEITAR O CAPITAL INTELECTUAL PRESENTE NA CIDADE PARA AMPLIAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL
- ESTIMULAR O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR E INOVADOR DE SÃO CARLOS

RESULTADOS

- A CIDADE É CONSIDERADA A CAPITAL NACIONAL DA TECNOLOGIA³ POR TER RELEVANTES UNIVERSIDADES E CENTROS DE PESQUISA, EXPRESSIVA CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA E ELEVADO NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES.



¹Fonte: IBGE, estimativa em 1º de julho de 2015.

²Fonte: PIB Municipal/IBGE.

³Fonte: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/ministerio-da-ciencia-aponta-sao-carlos-como-3-cidade-mais-inovadora.html>

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

7. São Carlos/SP

SÃO CARLOS: A CAPITAL NACIONAL DA TECNOLOGIA

As características que levaram São Carlos a ser reconhecida como a Capital Nacional da Tecnologia foram desenvolvidas pela instalação de relevantes instituições de ensino e pesquisa:

- 1948 - implantação da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP)
- 1968 – fundação da Universidade Federal de São Carlos, única instituição federal de ensino superior localizada no interior de São Paulo
- 1975 – criação da EMBRAPA Pecuária Sudeste
- 1984 - criação do centro de pesquisa EMBRAPA Instrumentação
- 1984 – criação do parque tecnológico ParqTec, entidade pioneira que surgiu da primeira política pública para institucionalizar a transferência de tecnologia da academia para o setor produtivo
- 2005 - inauguração do segundo campus da USP
- 2008 - inauguração do Science Park, a segunda incubadora de São Carlos, que colocou a cidade em um grupo de 700 cidades do mundo que dispõe desses modernos e inovadores equipamentos para desenvolvimento social e econômico¹
- 2008 – inauguração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulos (IFSP)

¹Fonte: ParqTec de São Carlos. Disponível em: <http://parqtec.com.br/quem-somos/instituicao/>. Acesso em 13/04/2016.

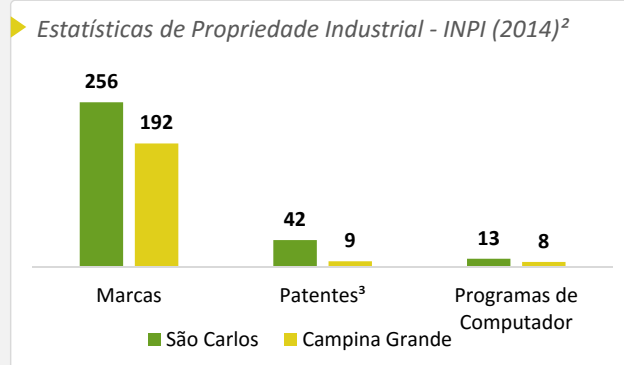
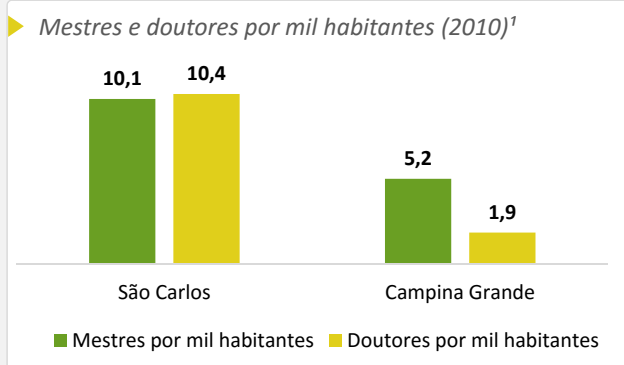
CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

7. São Carlos/SP

2ª MAIOR PROPORÇÃO DE DOUTORES DO BRASIL

- São Carlos é a segunda cidade do Brasil com a maior proporção de doutores, atrás apenas de Viçosa – MG. As proporções de mestres e doutores para cada mil habitantes são: 10,1 e 10,4, respectivamente.
- Além da quantidade de mão de obra qualificada, São Carlos também se destaca na quantidade de patentes de invenção. Segundo dados do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, em 2014, São Carlos ficou em 24º lugar entre todos os municípios brasileiros na quantidade de patentes de invenção, com 29 patentes nesta modalidade.



¹Fonte: Censo/IBGE

²Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/>. Acesso em 13/04/2016

³ O número de patentes considera as modalidades de patentes: de invenção, modelo de utilidade e certificado de adição.

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

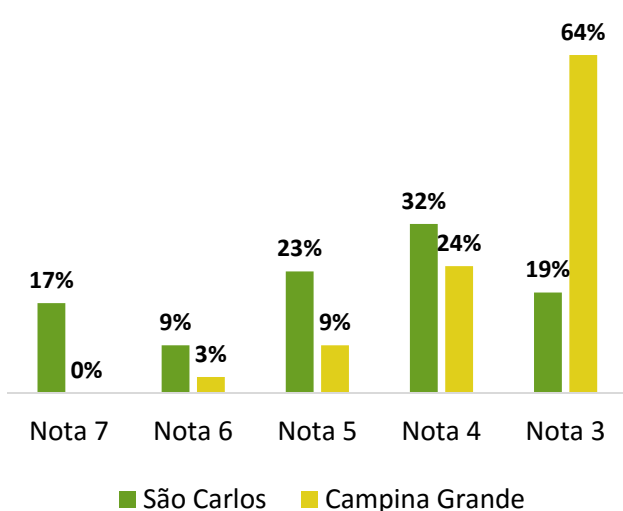
7. São Carlos/SP

ALTA QUALIDADE DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Um dos fatores que diferencia São Carlos é a alta quantidade de cursos de pós-graduação que apresentam padrões internacionais, segundo a avaliação da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação. A avaliação dos programas de pós-graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) tem escala de 1 a 7¹, sendo as notas 6 e 7 o equivalente ao alto padrão internacional. **A avaliação da pós-graduação é um instrumento de grande importância para a concessão de auxílios, tanto por parte das agências de fomento nacionais como dos organismos internacionais.**

Considerando apenas as universidades públicas, em 2014, do total de 53 programas de Pós graduação de São Carlos, **26% apresentaram altos padrões internacionais**, o equivalente a 14 programas. Em Campina Grande, do total de 33 programas, apenas 1 apresentou este padrão.

Avaliação da qualidade dos cursos de Pós-Graduação de São Carlos e Campina Grande (CAPES, 2014)



Fonte: Sistema de Informações Georreferenciadas/ CAPES. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

¹Os programas recebem notas na seguinte escala: 1 e 2, tem canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado por ele oferecidos; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade; 4 é considerado um bom desempenho e 5 é a nota máxima para programas com apenas mestrado. Notas 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional.

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

7. São Carlos/SP

→ INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA - GRADUAÇÃO

SÃO CARLOS

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS: APROXIMADAMENTE 16 MIL¹

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (3):

- 1) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
- 2) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- 3) INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPINA GRANDE

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS: ~41 MIL¹

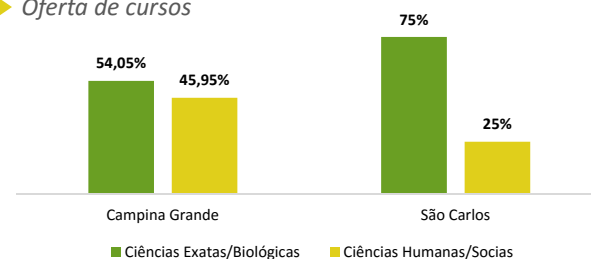
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (3):

- 1) UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
- 2) UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
- 3) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

São Carlos concentra **25,5%** dos estudantes do seu estado, entre 18-24 anos, matriculados em instituições de ensino superior – número maior que o da própria capital paulista (**18,4%**)².

Campina Grande concentra **34,5%**³ dos graduandos em ensino superior dentro todos os municípios da Paraíba.

Oferta de cursos



Fonte: ¹Plataforma de Indicadores do Governo Federal | Ensino Superior – Matriculados (2012) - quantidade de alunos anualmente matriculados nas universidades privadas e nas instituições de ensino superior dos Governos Federal, Estadual e Municipal nos cursos de graduação, presencial e de educação a distância.. Sempes (2012). ²PNAD 2011.

113

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

7. São Carlos/SP

→ PARQUE TECNOLÓGICO – PARQTEC

- Instituído pelo CNPq, em 1984, como uma entidade privada e sem fins lucrativos.
- **Mais antigo** parque tecnológico do Brasil e o **primeiro** a criar uma incubadora de empresas na América Latina.
- O modelo concentra seus esforços no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Instrumentação Eletrônica, Automação e Robótica, Engenharia Não-Rotineira, Química Fina, Recursos Humanos, Comércio Exterior, Design, Marketing e Propaganda.
- O parque é constituído por:
 1. **Quatro incubadoras:** Centro Incubador de Empresas **Tecnológicas**, Centro Incubador de Empresas de **Software**, Incubadoras de Empresas de **Leme**, Centro Incubador de Empresas de **Design**.
 - O apoio da Fapesp, e de outros órgãos, como CNPq, da Finep e Sebrae é fundamental para as empresas incubadas.
 - Aglomerado de **180** empresas de base tecnológica em São Carlos.

2. **Business School:** Primeira escola de negócios em São Paulo especialmente voltada para atender um público alvo constituído principalmente por empreendedores altamente qualificados, formados nos melhores grupos de pesquisas em Engenharias e Ciências Exatas.
3. **Science Park:** São Carlos, desde 2008, faz parte de uma das 700 cidades do mundo que dispõem de modernos e inovadores equipamentos para o desenvolvimento social e econômico. A capacidade de atrair, fixar e apoiar empreendedores torna-se substancialmente ampliada.
4. **Instituto ParqTec de Desenvolvimento:** a missão é desenvolver pesquisas tecnológicas e promover atividades de desenvolvimento regional. O IPD tem parcerias com diversas universidades, centros de pesquisa, agências de fomento e órgãos de governo.



CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

7. São Carlos/SP

PARQUE TECNOLÓGICO – ECO TECNOLÓGICO



- **Escopo:** Primeiro parque tecnológico de 3ª geração no país, sediará complexos empresariais com foco em novas tecnologias. Área projetada para integrar o local de trabalho a áreas de moradia, oferta de serviços. O espaço abrigará, também, o Instituto Inova São Carlos – associação civil de interesse público que congrega **64 empresas de tecnologia** e que será responsável pela gestão do parque.
- **Foco e setores de atuação:** Prioridade para empresas que fazem uso do desenvolvimento de pesquisas, de apoio, de serviços e produção, que se enquadrem nas categorias: **sem risco ambiental, ou empresas de risco ambiental leve, de baixo grau de nocividade e médio grau de incomodidade.**
- **Objetivo:** fomentar empreendimentos inovadores em áreas estratégicas de desenvolvimento, como novos materiais, fotônica, microeletrônica, nanotecnologia, bioenergia, instrumentação, aeronáutica, saúde, engenharia, tecnologia de informação, etc.

Fonte: <http://www.damha.com.br/empreendimentos/parque-eco-tecnologico-sao-carlos/>; <http://www.inovatech engenharia.com.br/parque-tecnologico-damha/>;

115

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

7. São Carlos/SP

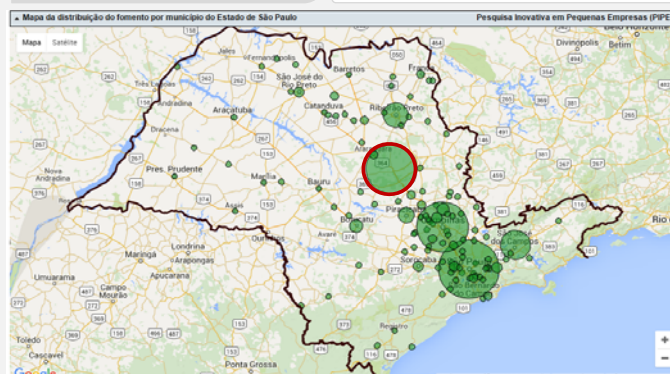
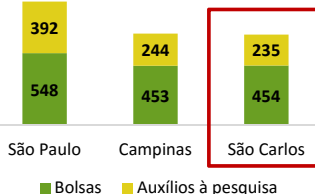
INVESTIMENTOS - ESTÍMULO ÀS PEQUENAS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

- Entre os incentivos às empresas de São Carlos, destaca-se o PIPE - Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas, da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- O PIPE apoia a execução de pesquisa científica e/ou tecnológica em micro, pequenas e médias empresas no Estado de São Paulo. O PIPE tem como principais objetivos:
 1. Apoiar a pesquisa em ciência e tecnologia como instrumento para promover a inovação tecnológica, promover o desenvolvimento empresarial e aumentar a competitividade das pequenas empresas.
 2. Possibilitar que as empresas se associem a pesquisadores do ambiente acadêmico em projetos de pesquisa visando a inovação tecnológica.
 3. Contribuir para a formação e o desenvolvimento de núcleos de desenvolvimento tecnológico nas empresas e para o emprego de pesquisadores no mercado.

SÃO CARLOS É A TERCEIRA CIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO COM O MAIOR NÚMERO DE INVESTIMENTOS DA FAPESP NA MODALIDADE PIPE

NA CIDADES HÁ MAIS DE 180 EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA²

Número de bolsas e auxílio à pesquisa do PIPE – FAPESP¹



¹Fonte: FAPESP. Disponível em <http://www.bv.fapesp.br/pt/3/pesquisa-inovativa-em-pequenas-empresas-pipe/>. Acesso em 13/04/2016.
²Fonte: ParqTec de São Carlos. Disponível em: <http://parqtec.com.br/quem-somos/instituicao/>. Acesso em 13/04/2016.

116

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

7. São Carlos/SP

→ ECOSISTEMA EMPREENDEDOR



- ENSINO SUPERIOR DE QUALIDADE
- MÃO DE OBRA QUALIFICADA
- INVESTIMENTOS
- SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DE PEQUENAS EMPRESAS DE INOVAÇÃO

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

8. São José dos Campos/SP



POPULAÇÃO: **688.597 HABITANTES**¹
 PIB: **R\$ 27,4 Bilhões** (1,6% do PIB de SP)²
 PIB per Capita: **R\$ 40,6 mil**

→ DESAFIOS

- ESTRUTURAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO.
- CRIAÇÃO DO CLUSTER TECNOLÓGICO, COM INSTITUIÇÕES DO SETOR AEROSPAZIAL E DOS CENTROS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

→ RESULTADOS

- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS CONTA HOJE COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA CIENTÍFICA RECONHECIDAS INTERNACIONALMENTE.
- A CIDADE É UM POLO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E DE PRODUÇÃO DE TECNOLOGIA .



CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

8. São José dos Campos/SP

→ INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

- Entre 1940 e o final da década de 1990, São José dos Campos passou de cidade essencialmente rural para cidade industrial, produtora e difusora de alta tecnologia, relacionada principalmente ao setor aeroespacial¹. Nesse sentido, é importante considerar o papel do Estado enquanto agente indutor do desenvolvimento, via inovação tecnológica.
- Em 2006, contando com o apoio da prefeitura, foi construído o núcleo do **Parque Tecnológico de São José dos Campos**, passando a englobar mais 25 empresas no centro Empresarial I, 5 centros de desenvolvimento tecnológico e 4 auditórios, expandindo a área total do Parque Tecnológico para 1,2 milhões de m².
- Atualmente, o município concentra **instituições de ensino e pesquisa científica reconhecidas internacionalmente**, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Universidade Federal de São Paulo, além de instalações destinadas ao **desenvolvimento de projetos e produção de tecnologia** (Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Aeronáutica).

Fonte: Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto III série, vol. I, 2012 e <http://www.pqtec.org.br/> ¹ A partir da década de 1960, com a instalação de empresas como a Embraer (1969), os setores aeroespacial e de defesa passaram a caracterizar a indústria local.

119

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

8. São José dos Campos/SP

→ INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

SOLUÇÃO: CRIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, COM INSTALAÇÕES DOTADAS DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA, SERVIÇOS DE APOIO, CENTROS EMPRESARIAIS (INCLUSIVE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS); DO CLUSTER TECNOLÓGICO, COM INSTITUIÇÕES DO SETOR AEROESPACIAL E DOS CENTROS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (CDT'S).

Eixo 1 | CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO

- **Ações:** Expansão da área inicial; intensificação da instalação de empresas; criação da Zona Especial do Parque Tecnológico (ZEPTEC); criação da CECOMPI (desenvolvedora de projetos para aumentar a competitividade através de incubadoras tecnológicas, como a UNIVAP e REVAP).

Eixo 2 | INCENTIVOS FISCAIS E APOIO ESTRATÉGICO NA ATRAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS

- **Ações:** Através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Ciência e Tecnologia, são oferecidos incentivos fiscais e apoios relevantes para a atração de novas empresas como, por exemplo: isenção de IPTU nos primeiros 2 anos; auxílio na procura de locais e instalações; orientação para obtenção de recursos e benefícios tributários.

Eixo 3 | UNIVERSIDADES, CENTROS DE PESQUISA E CENTROS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

- **Ações:** Além do Parque Tecnológico, São José dos Campos abriga Universidades (FATEC; UNIFESP); Institutos de Pesquisa (Escola de Engenharia da USP/São Carlos; Escola Politécnica da USP) e Centros de Desenvolvimento Tecnológico (ex: Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Aeronáutica – CDTA).

Fonte: Macroplan, baseado em informações disponíveis no site do Parque Tecnológico de São José dos Campos (<http://www.pqtec.org.br/>)

120

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

8. São José dos Campos/SP

- **Estruturação do Parque Tecnológico de São José dos Campos:** Suas instalações são dotadas de infraestrutura adequada, com institutos técnico-científicos, de pesquisa e desenvolvimento, estruturas laboratoriais oriundas de universidades, e serviços de apoio especializados. Para a captação de recursos para investimentos em tecnologia, há acesso a fundos de capital de risco e linhas públicas de crédito para novos empreendimentos.
- **Ampla Oferta de Instalações e Infraestrutura:** O Parque Tecnológico engloba Centros Empresariais, voltados para a atração de empresas de base tecnológica e ênfase em inovação; Centro de Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista (CECOMPI), para o desenvolvimento de projetos que aumentam a competitividade através da inovação e empreendedorismo.
- **Presença de Universidades e Institutos de Pesquisa de 1ª Linha no Cluster Tecnológico:** Renomados centros de Ensino e Pesquisa estão presentes em São José dos Campos, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), além do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE). A mão-de-obra desenvolvida pelas universidades e centros técnicos é de nível elevado, o que contribui para a atração de empresas para a região.
- **Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec):** O sistema foi desenvolvido pelo governo de São Paulo, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do estado e apoiar os parques tecnológicos. O Parque Tecnológico de São José dos Campos foi o pioneiro no recebimento de status definitivo no sistema.

121

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

9. Dublin/Irlanda



POPULAÇÃO: **4.635.400 HABITANTES**¹
 PIB: **€82 Bilhões**²
 PIB per Capita: **€63 mil**²

DESAFIOS

- CONCILIAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA CIDADE.
- IMPULSIONAR O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA CIDADE, FACILITAR A ENTRADA DE EMPRESAS INTERNACIONAIS DE TECNOLOGIA E DE SEUS FUNCIONÁRIOS.

RESULTADOS

- A CIDADE SE CONSOLIDOU COMO UM HUB DE TALENTOS, ATRAINDO EMPRESAS LÍDERES MUNDIAIS NO SEGMENTO DE TECNOLOGIA.



122

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

9. Dublin/Irlanda

→ HUB DE TALENTOS



- A cidade de Dublin, na Irlanda, é um exemplo de sucesso de um modelo de **integração da herança cultural com o desenvolvimento econômico local**.
- Dublin não apenas conservou sua arquitetura histórica como também investiu em instituições de educação e revisou políticas de imigração e de regulação do trabalho para facilitar a entrada de empresas estrangeiras e de seus empregados.
- Dublin se tornou um Hub de Talentos, atraindo empresas líderes mundiais no segmento de tecnologia da “web” para se instalarem na cidade.

123

CASO DE REFERÊNCIA

C. POLOS UNIVERSITÁRIOS

9. Dublin/Irlanda

→ EMPRESAS DE TECNOLOGIA MUNDIAIS SITUADAS NO CENTRO HISTÓRICO DE DUBLIN

- Hoje, a região central histórica de Dublin é o centro de operações das principais empresas globais da indústria de tecnologia criativa para Europa, Oriente Médio e África .
- Segundo o Google, a região é um novo Vale do Silício.



124

 POR QUE DUBLIN SE TORNOU ATRATIVA PARA AS EMPRESAS GLOBAIS DE TECNOLOGIA?

- No mundo das empresas mundiais líderes da economia criativa, a escolha de onde se instalar é basicamente uma escolha entre cidades e não entre países;
- O desenvolvimento das atividades depende basicamente de dois fatores: **Interconectividade com o resto do mundo** e **disponibilidade de talentos**.

HERANÇA CULTURAL

A forte herança cultural pode ter um papel efetivo em diferenciar uma cidade das demais.

Dublin conduziu ações de revitalização no núcleo histórico da cidade enquanto preservou a autenticidade da sua característica histórica.

MERCADO DE TALENTOS

A cidade se destaca por oferecer às empresas da indústria criativa um mercado de talentos **européu**. Dublin concentra universidades de alto nível em diversos segmentos de pesquisa que atraem estudantes de todo o mundo.

Dublin atrai jovens talentosos e criativos pela sua forte identidade de uma cidade com ambiente urbano habitável e dinâmico, com boa vida noturna e atividades de lazer com forte background histórico e cultural.

PARCERIAS ENTRE O SETOR PÚBLICO E PRIVADO

Foram revistas as políticas de imigração e de regulação do trabalho para facilitar a entrada de empresas estrangeiras e de seus empregados.

O governo acompanha tendências do investimento global e articula com as empresas formas de maximizar a contribuição do investimento estrangeiro para a economia local.

Fonte: Banco Mundial - The Economics of Uniqueness

125

EXPERIÊNCIAS E CASOS DE REFERÊNCIA



Anexo

Outras boas práticas Municipais

 PROSPERIDADE E COMPETITIVIDADE

126

 **GESTÃO**

- Desenvolvimento de amplo esforço de desburocratização e melhoria do ambiente de negócios, incluindo a redução dos prazos para abertura, ampliação e baixa de empresas e a otimização dos processos de licenciamento e regularização.
- Criação de secretarias para suporte às atividades de crescimento econômico e identificação de novas oportunidades para atividade empresarial.
- Criação de Agência de Desenvolvimento para empreender iniciativas indutoras do crescimento econômico municipal.
- Plano Diretor com diretrizes e normas para desenvolvimento econômico do município.
- Regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

 **PROMOÇÃO E ATRAÇÃO INDUSTRIAL**

- Criação de condições no Município que garantam um ambiente de negócios atrativo, competitivo e favorável ao empreendedorismo, com mão de obra qualificada, infraestrutura diversificada, processos ágeis e simplificados, eficiência institucional e estabilidade dos marcos regulatórios.
- Articulação de parcerias com universidades, iniciativa privada e governos Federal, Estadual e Municipal para desenvolvimento de Pólo Tecnológico, possibilitando desenvolvimento econômico e atração de empresas inovadoras.
- Melhorias na estrutura física e ferramental prático fornecidos para desenvolvimento da indústria local e ações de capacitação para trabalhadores em potencial em setores estratégicos da economia local.
- Apoio no desenvolvimento de incubadoras de empresas de diversos setores.
- Regeneração de áreas com degradação socioeconômica através de intervenção urbana visando à recuperação de terrenos, conversão de velhos ativos imobiliários e melhora da infraestrutura da região. Estabelecimento de arcabouço regulatório, fiscal e tributário diferenciado para solidificar a credibilidade do projeto e incentivar a adesão do setor privado.
- Estímulo à atividade de construção civil com concessão de subsídios fiscais e conseqüente geração de emprego e renda.
- Formação de mão de obra, especialmente de jovens, em setores com forte demanda de mão-de-obra e relevantes para desenvolvimento do município.

2

➤ QUALIDADE DE VIDA



129

INTRODUÇÃO

➔ CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

NA DIMENSÃO “QUALIDADE DE VIDA” SÃO DESTACADOS TEMAS RELACIONADOS À SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA.

➔ PAPEL DO GOVERNO E DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS

A. SAÚDE

DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, AS COMPETÊNCIAS QUE CABEM AO **GOVERNO MUNICIPAL** SÃO: PLANEJAR, EXECUTAR E AVALIAR AS AÇÕES E OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE; PARTICIPAR DO PLANEJAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DA REDE REGIONALIZADA E HIERARQUIZADA DO SUS, EM ARTICULAÇÃO COM SEU ESTADO.

HÁ DOIS REGIMES QUE PODEM SER CONTEMPLADOS PELOS MUNICÍPIOS:

- GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA AMPLIADA: RESPONSÁVEL POR 4 ESPECIALIDADES MÉDICAS: CLÍNICA, PEDIATRIA, GERIATRIA E OBSTETRÍCIA
- GESTÃO PLENA DO SISTEMA MUNICIPAL: RESPONSÁVEL POR GARANTIR ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR, INCLUINDO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE MÉDICA.

B. SEGURANÇA

A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS É COMPARTILHADA PELOS TRÊS NÍVEIS DA FEDERAÇÃO E NÃO SE LIMITA À ATUAÇÃO POLICIAL.

O MUNICÍPIO POSSUI DIREITO (MAS NÃO DEVER) DE CONSTITUIR GUARDA MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO, E PODE PROMOVER POLÍTICAS DE DESINCENTIVO À CRIMINALIDADE QUE ENVOLVAM ILUMINAÇÃO, FLUIDEZ DAS VIAS E ÁREAS PÚBLICAS, CONSCIENTIZAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS, ENTRE OUTRAS.

130

INTRODUÇÃO

CAMPINA GRANDE HOJE



- ✓ A Taxa de Mortalidade Infantil sofreu queda significativa entre 2008 e 2014, apesar de ainda se manter acima do padrão considerado aceitável pela OMS¹.
- ✓ Campina Grande possui elevado número de médicos (2,5 por mil habitantes) e leitos (4,4 por 100 mil habitantes) em relação à Paraíba e ao Brasil¹.
- ✓ Os acidentes de trânsito causaram, em 2013, 27,5 óbitos por 100 mil habitantes, pressionando o sistema de saúde (crescimento de 16% em relação a 2003) ¹.
- ✓ A cidade polariza uma rede de mais de 150 municípios, cujas populações utilizam equipamentos de saúde de Campina Grande, gerando forte pressão sobre os mesmos.²



- ✓ A cidade se tornou mais violenta entre 2003 e 2013, chegando a atingir taxa de homicídios de 51,5 casos por 100 mil habitantes, taxa superior ao estado da Paraíba (39,6 por mil habitantes) ¹.

Fontes: ¹ DATASUS.
² Entrevistas Qualitativas – Campina Grande 2035

131

SUMÁRIO

INDICADORES EXAMINADOS NA ANÁLISE COMPARATIVA

- MORTALIDADE INFANTIL
- COBERTURA DE ATENÇÃO BÁSICA

- TAXA DE HOMICÍDIOS

CASOS DE REFERÊNCIA

- ✓ **1. SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG**
Polo regional de saúde e coordenação da rede de atendimento pela Atenção Básica

- ✓ **3. SÃO PAULO/SP**
Integração entre o estado e os municípios

- ✓ **2. CURITIBA/PR**
Redução da Mortalidade Infantil

- ✓ **4. DIADEMA/SP**
Redução da taxa de homicídios

ANEXO

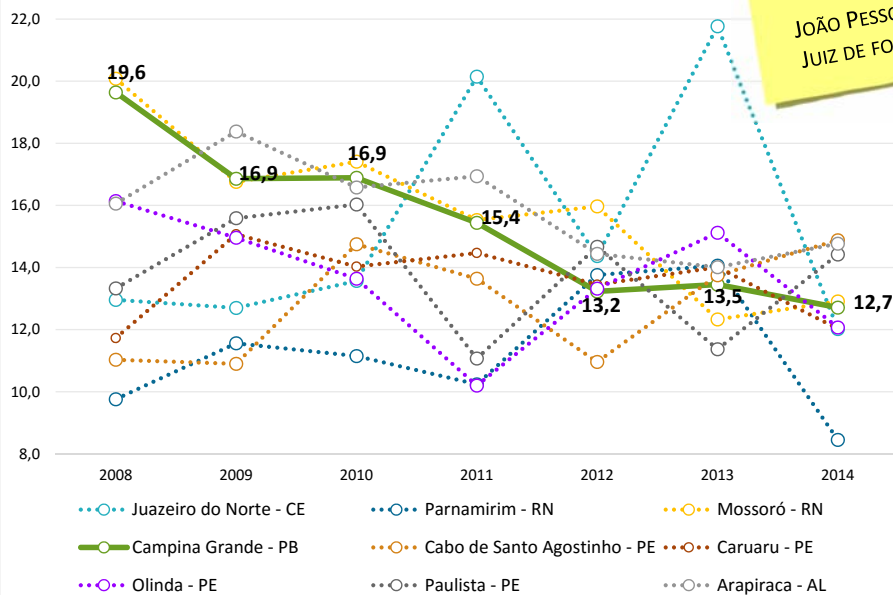
- OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS | SAÚDE
- OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS | SEGURANÇA

132

ANÁLISE COMPARATIVA

MORTALIDADE INFANTIL

Taxa de mortalidade infantil – óbitos a cada mil nascidos vivos (2008-2014)



MORTALIDADE INFANTIL (2014):
JOÃO PESSOA 13,3
JUIZ DE FORA 14,3

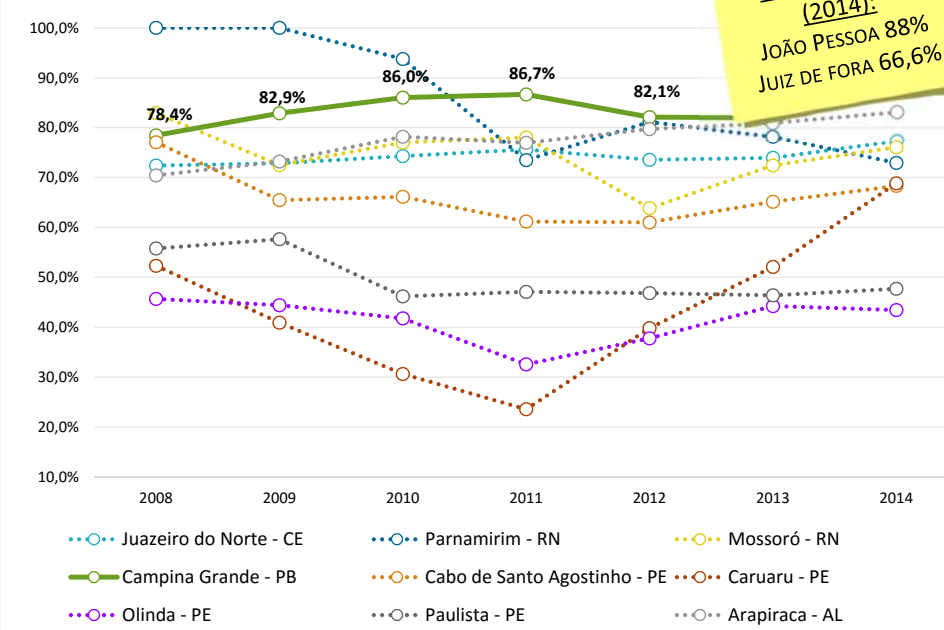
HOUVE UMA QUEDA SIGNIFICATIVA DA MORTALIDADE INFANTIL ATÉ 2014 EM CAMPINA GRANDE, PORÉM A MESMA CONTINUA ACIMA DO NÍVEL CONSIDERADO ACEITÁVEL PELA OMS* (10). EM 2014, A TAXA DE CAMPINA GRANDE FOI A MESMA DO BRASIL (12,7) E LIGEIRAMENTE INFERIOR À TAXA DA PARAÍBA (13,6). PARNAMIRIM É UM DESTAQUE POSITIVO: TAXA DE 8,5 ÓBITOS A CADA MIL NASCIDOS VIVOS.

Fonte: DATASUS / Ministério da Saúde
*Organização Mundial da Saúde

ANÁLISE COMPARATIVA

ATENÇÃO BÁSICA

Taxa de Cobertura das Equipes de Atenção Básica (2008-2013)



COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA (2014):
JOÃO PESSOA 88%
JUIZ DE FORA 66,6%

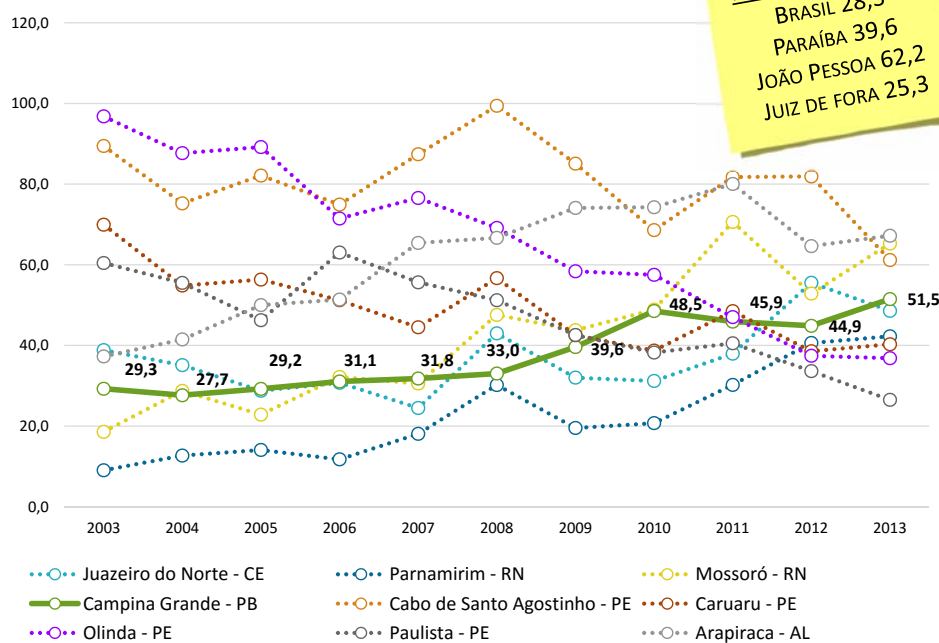
CAMPINA GRANDE TEM A MELHOR COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA ENTRE AS CIDADES ANALISADAS. EM 6 ANOS, A COBERTURA EM CAMPINA GRANDE CRESCER 11 PONTOS PERCENTUAIS, PASSANDO DE 78% PARA 89% ENTRE 2008 E 2014.

Fonte: DATASUS / Ministério da Saúde.

ANÁLISE COMPARATIVA

TAXA DE HOMICÍDIOS

Taxa de Homicídios – por mil habitantes (2003-2013)



HOMICÍDIOS (2013):
 BRASIL 28,3
 PARÁIBA 39,6
 JOÃO PESSOA 62,2
 JUIZ DE FORA 25,3

A CIDADE DE CAMPINA GRANDE SE TORNOU MAIS VIOLENTA ENTRE 2003 E 2013, ATINGINDO TAXA DE HOMICÍDIOS DE 51,5 CASOS POR 100 MIL HABITANTES.

TRÊS CIDADES SUPERAM CAMPINA GRANDE EM RELAÇÃO À TAXA DE HOMICÍDIOS: CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE (61,2), MOSSORÓ/RN (65,3) E ARAPIRACA/AL (67,2).

AUMENTAM SUAS TAXAS EM RELAÇÃO A 2003: ARAPIRACA, CAMPINA GRANDE, JUAZEIRO DO NORTE, MOSSORÓ E PARNAMIRIM.

Fonte: DATASUS / Ministério da Saúde.

CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

→ A. SAÚDE

✓ 1. SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG

Polo Regional de Saúde

✓ 2. CURITIBA/PR

Redução da Mortalidade Infantil

→ B. SEGURANÇA

✓ 3. SÃO PAULO/SP

Integração entre o estado e os municípios

✓ 4. DIADEMA/SP

Redução da taxa de homicídios

CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

CONTEXTUALIZAÇÃO: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

- O Sistema Único de Saúde é constituído pelo conjunto de ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, havendo participação da iniciativa privada em caráter complementar.
- No que se refere à prestação de serviços, o sistema de atendimento do SUS funciona, preferencialmente, com o ingresso do usuário por meio do nível básico de atenção (atenção primária), representados, por exemplo, pelos agentes comunitários de saúde, equipes do Programa Saúde da Família e postos de saúde.
- De acordo com o princípio de integralidade, para casos que exijam maior nível de complexidade no atendimento, os profissionais da atenção básica devem encaminhar o paciente a centros especializados e adequadamente equipados para o atendimento (média e alta complexidade).
- Após o tratamento e estabilização do quadro clínico, se necessário, o paciente deve ser reencaminhado para um centro de menor complexidade para acompanhamento e continuidade do tratamento.

Fonte: Lei 8080/1990 | Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990

137

CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

OS DESAFIOS DO SUS

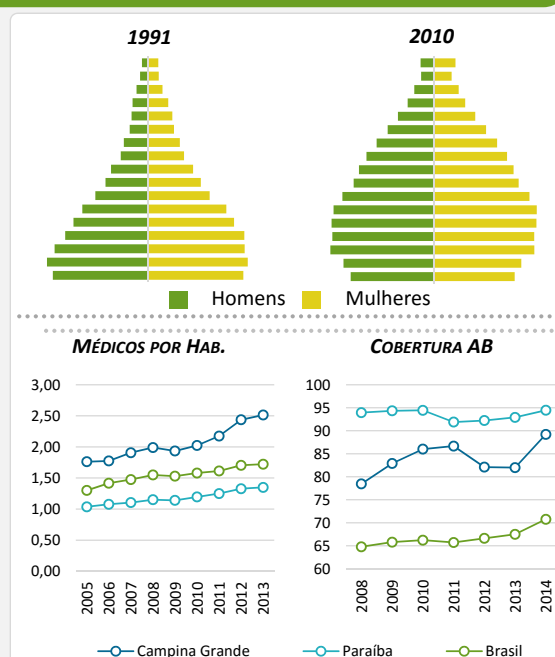
Externos

- Transição demográfica rumo a uma sociedade mais envelhecida
- Combinação de tripla carga de doenças no país: predominância doenças crônicas, além de doenças infecciosas e causas externas

Internos

- Subfinanciamento do sistema
- Fragmentação do sistema entre os níveis de atenção: básica, média e alta complexidade
- Caráter reativo e episódico do sistema (enfrentamento de condições agudas), reduzindo sua capacidade de oferta, na prática, atendimento integral

OS DESAFIOS CRESCENTES FAZEM COM QUE O AVANÇO, OBSERVADO NOS ÚLTIMOS ANOS, COM RELAÇÃO À EXPANSÃO DO ACESSO À SAÚDE NO PAÍS, NÃO TENHA SIDO ACOMPANHADO, NECESSARIAMENTE, POR UMA ALAVANCAGEM DO SISTEMA NO QUE TANGE À SUA EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE, RESULTANDO NO FORTE QUESTIONAMENTO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO POR PARTE DOS USUÁRIOS.



Fontes: DATASUS / PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano, com base nos dados do Censo/IBGE MENDES, Eugênio Vilaça. As Redes de Atenção à Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. 2011.

138

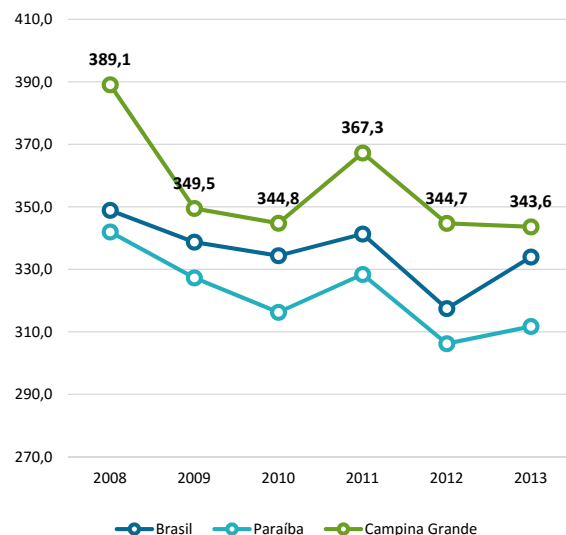
CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

→ A SAÚDE NO SÉCULO XXI: DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

- Historicamente, os avanços da ciência biomédica e da saúde pública permitiram que se reduzisse, durante o século XX, o impacto de inúmeras doenças infecciosas (principais geradoras dos problemas agudos, além dos traumas).
- No entanto, paralelamente, houve um aumento significativo das doenças crônicas, as quais passaram a ganhar destaque nos desafios enfrentados pela área de saúde no Brasil e no mundo.
- Em 2008, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)¹ já eram responsáveis por 63% das mortes no mundo². Dentre os grupos de doença classificados como DCNT, destacam-se as neoplasias malignas, diabetes mellitus, doenças hipertensivas, doenças isquêmicas, doenças cerebrovasculares e pneumonia.
- Destas, apenas as neoplasias não são classificadas como condições sensíveis à atenção básica³, demonstrando a importância do segmento para seu enfrentamento.
- No Brasil, apesar de permanecer em patamares elevados, a taxa de mortalidade prematura por DCNT apresentou trajetória de queda entre 2008 e 2013, assim como a taxa do estado da Paraíba e de Campina Grande. Vale ressaltar, entretanto, que a taxa campinense permanece acima das taxas da Paraíba e do Brasil.

▶ Taxa de Mortalidade Prematura por DCNT (100 mil habitantes de 30 a 69 anos)



¹ Segundo o Ministério da Saúde, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são "doenças multifatoriais que se desenvolvem no decorrer da vida e são de longa duração"; ² Organização Mundial da Saúde. Disponível em: http://www.who.int/nmh/publications/ncd_report_full_en.pdf. Acesso em: 22/04/2016; ³ Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 221, DE 17 DE ABRIL DE 2008

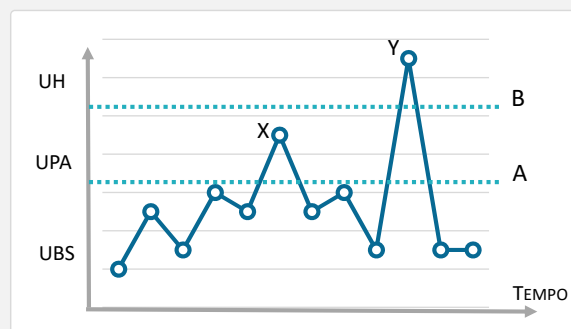
Fontes: DATA SUS / MENDES, Eugênio Vilaça. As Redes de Atenção à Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. 2011

CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

→ A SAÚDE NO SÉCULO XXI: O MODELO DE ATENDIMENTO DO SUS

- Apesar da alteração do padrão das doenças na passagem do século XX para o século XXI, a forma de atuação do SUS permaneceu atrelada ao paradigma anterior (voltado para as condições agudas e para a predominância de doenças infecciosas)
- Falhas na integralidade da atenção à saúde, notadamente em virtude da baixa eficácia da atenção básica, fazem com que o funcionamento do sistema esteja voltado, via de regra, para responder às condições crônicas apenas nos seus momentos de agudização
- O sistema atual está voltado, portanto, para reagir à demanda espontânea de seus usuários, havendo forte pressão sobre suas estruturas de média e alta complexidade: unidades de atendimento ambulatorial e hospitalar
- O gráfico ao lado representa o curso hipotético de uma DCNT. A curva representa, num determinado intervalo de tempo, o grau de severidade da condição crônica que poderia ser gerida pelas equipes da atenção básica (espaço entre o eixo x e a linha A), pelas unidades de pronto-atendimento – UPAs – (entre as linhas A e B) ou pelas unidades hospitalares (acima da linha B)
- Pela lógica atual, quando uma determinada pessoa se sente mal (momento de agudização da doença), ela busca o sistema e é atendida. No entanto, isso geralmente ocorre na unidade de pronto-atendimento ambulatorial (ponto X)
- Caso o paciente apresente uma deterioração em seu quadro, é, idealmente, encaminhado e internado em uma unidade hospitalar (no momento representado pelo ponto Y)
- Contudo, nos intervalos entre esses momentos de agudização, a pessoa não recebe uma atenção contínua e proativa, sob a coordenação da equipe da atenção Básica, assim como não a recebe no momento anterior ao ponto x. Tais fatores ampliam os riscos relacionados à sua condição crônica



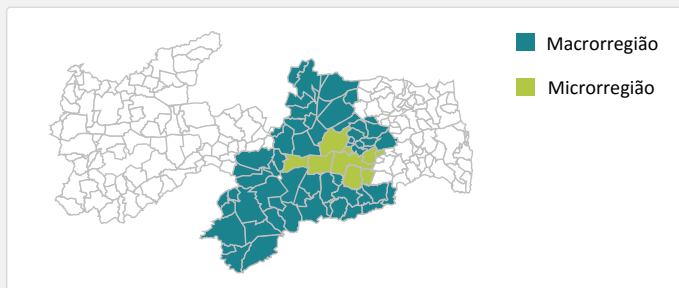
Fontes: MENDES, Eugênio Vilaça. As Redes de Atenção à Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. 2011

CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

→ O DESAFIO DA SAÚDE NO CONTEXTO PARAIBANO E CAMPINENSE: A REGIONALIZAÇÃO NA PARAÍBA

- Ao longo dos anos 1990, 2000 e 2010, diversos ciclos de reformas no setor saúde foram empreendidas no Brasil
- Fruto deste processo, a regionalização da saúde (promovida, notadamente, a partir do Pacto pela Saúde, em 2006), constituiu-se na definição de regiões identificadas pelos gestores públicos competentes como representantes de uma unidade administrável e capaz de assegurar os princípios de universalidade, equidade e integralidade do cuidado em saúde (atenção básica, média e alta complexidade, psicossocial e vigilância em saúde)
- Os principais instrumentos de planejamento da Regionalização são o Plano Diretor de Regionalização (PDR), o Plano Diretor de Investimento (PDI) e a Programação Pactuada e Integrada da Atenção à Saúde (PPI)
- O PDR da Paraíba determina que, no que tange ao atendimento e gestão da saúde, o estado se divide em 04 Macrorregiões e 25 Regiões de Saúde
- A divisão foi feita de forma que o estado possuisse uma rede de serviço com capacidade para garantia do acesso a ações e serviços de média e alta complexidade nas Macrorregiões e suficiência na Atenção Básica e em Média Complexidade nas microrregiões de Saúde
- Campina Grande é sede de uma Gerência Regional de Saúde, e polariza a Macrorregião de Saúde de Campina Grande, da qual fazem parte 70 municípios, com população total estimada em \cong 1.09 milhões de Habitantes, e da Microrregião da Borborema, da qual fazem parte 9 municípios, com população estimada em \cong 523 mil habitantes
- A divisão oficial estabelecida no PDR, por si só, já demonstra a existência de uma grande pressão sobre a rede de saúde de Campina Grande
- Deve-se ressaltar, entretanto, que, no âmbito da saúde (assim como no setor de serviços em geral) a cidade de Campina Grande se constituiu como um polo regional cujos limites ultrapassam aqueles apontados pela regionalização oficial
- Segundo a secretaria municipal de saúde, a cidade atende a uma rede com mais de 150 municípios, incluindo outros estados



Fonte: Ministério da Saúde / Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 / Governo do Estado da Paraíba. Plano Diretor de Regionalização. 2008 / IBGE. Estimativas Populacionais(2015) / Entrevistas em Profundidade (Campina Grande 2035)

141

CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

→ CONTEXTUALIZAÇÃO – CONCLUSÕES

- Há forte necessidade de aplicação de inovações que permitam reformar a gestão dos sistemas de atenção à saúde no Brasil, em geral, e em Campina Grande, especificamente. Tais inovações devem focar, em última análise, a superação dos desequilíbrios advindos da excessiva fragmentação do sistema e do foco excessivo do mesmo sobre a gestão dos meios (recursos humanos, materiais e financeiros), e o atendimento à gestão espontânea, em detrimento da gestão dos fins (resultados) e do tratamento integral e preventivo
- Deve-se, portanto, priorizar a introdução e adoção de novos processos, produtos, práticas, programas e políticas ou a melhoria de processos já existentes, de modo a gerar benefícios e resultados positivos para os usuários do sistema
- A solução das dificuldades atualmente enfrentadas pelo SUS passa pela implantação de sistemas integrados (Redes de Atenção à Saúde – RASs), coordenados pela atenção básica para que se possam garantir a oferta de atenção contínua e integral, respeitando os requisitos de tempo, localidade, qualidade e custo
- No contexto específico de Campina Grande, será fundamental a capacidade da cidade em irradiar boas práticas, ensejando a melhoria das condições do atendimento básico em saúde não apenas na própria cidade, mas também dos municípios do entorno, reduzindo a pressão sobre seus equipamentos de média e alta complexidade

Fontes

OPAS (Organização Pan-americana da Saúde. Inovações nos Sistemas Logísticos: Resultados do Laboratório de Inovação sobre as redes integradas de atenção à saúde baseadas na APS. 2011.
MENDES, Eugênio Vilaça. As Redes de Atenção à Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. 2011.
OGATA, Alberto José N. Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças na Saúde Suplementar Brasileira: Resultados do Laboratório de Inovação. 2014.

142

CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

1. Santo Antônio do Monte/MG



POPULAÇÃO: **27.752 HABITANTES¹**
 PIB: **R\$ 408,3** (0,08% do PIB de MG)²
 PIB per Capita: **R\$ 14,9 mil**

→ DESAFIOS: O MODELO DE ATENDIMENTO DO SUS

- APESAR DE, ATUALMENTE, HAVER PREDOMINÂNCIA DAS DOENÇAS CRÔNICAS, O MODELO DE ATENDIMENTO DO SUS PERMANECE ORIENTADO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES EM MOMENTOS DE AGUDIZAÇÃO, COM CONSEQUÊNCIAS PARA A QUALIDADE E EFETIVIDADE DO ATENDIMENTO EM SAÚDE
- APESAR DE SER UMA CIDADE DE PEQUENO PORTE, SANTO ANTÔNIO DO MONTE SE CONSTITUI ENQUANTO UM POLO REGIONAL PARA O ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEXIDADE. O "CENTRO INTEGRADO DE REFERÊNCIA SECUNDÁRIA VIVA VIDA E HIPERDIA", LOCALIZADO NA CIDADE, ATENDE ÀS POPULAÇÕES DOS 13 MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE DIVINÓPOLIS (465.247 HABITANTES)

→ RESULTADOS

- SANTO ANTÔNIO DO MONTE TEM AVANÇADO EM AÇÕES QUE A TORNAM UM POLO REGIONAL DE SAÚDE E, PRINCIPALMENTE, UM CENTRO DE IRRADIAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS EM GESTÃO DE REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE ATRAVÉS DE SEU LABORATÓRIO DE INOVAÇÕES DE ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES CRÔNICAS (LIACC/SAMONTE¹)



¹A iniciativa dos Laboratórios de Inovação faz parte do escopo de cooperação técnica entre OPAS/DMS no Brasil, Ministério da Saúde e o CONASS e vem, desde 2008, sendo desenvolvida e aperfeiçoada mediante sua aplicação em diversas cidades.
 Fontes: IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte; CONASS. Proposta de um Laboratório de Inovações de Atenção às Condições Crônicas em Santo Antônio do Monte-Mg. 2013.

CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

1. Santo Antônio do Monte/MG



LIACC /
SAMONTE



→ POPULAÇÃO ATENDIDA

MICRORREGIÃO DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS: 13 MUNICÍPIOS / 465.247 HABITANTES

→ O LABORATÓRIO DE INOVAÇÕES

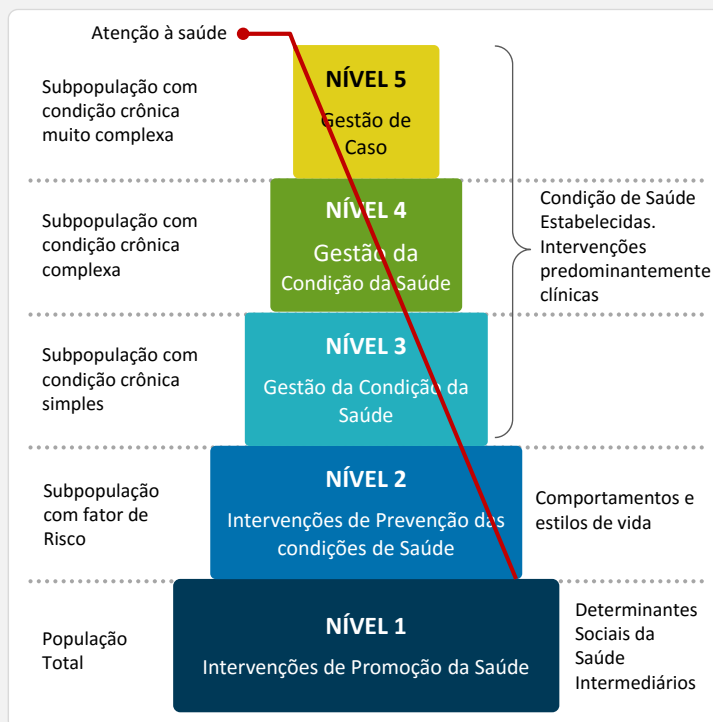
- **OBJETIVOS:** I. GERAR VALOR EM SAÚDE PARA A POPULAÇÃO, COM A MAXIMIZAÇÃO DA EFETIVIDADE DA AÇÃO EM SAÚDE; E II. VIABILIZAR A EXPANSÃO DAS TECNOLOGIAS INOVADORAS TESTADAS NO LABORATÓRIO PARA OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE DIVINÓPOLIS
- **ESCOPO:** O LIACC/SAMONTE TEM COMO FOCO PRINCIPAL A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, A ATENÇÃO SECUNDÁRIA AMBULATORIAL, OS SISTEMAS DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO E OS SISTEMAS LOGÍSTICOS DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE.

→ O LIACC/SAMONTE

- O LABORATÓRIO DE INOVAÇÕES EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE SE DESTINOU, EM LINHAS GERAIS, À APLICAÇÃO DO MODELO DE ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES CRÔNICAS (MACC) NA ATENÇÃO BÁSICA (PRIMÁRIA) E NA ATENÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE (SECUNDÁRIA) AMBULATORIAL, TENDO COMO CONDIÇÕES CRÔNICAS ALVO A HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA E A DIABETES MELLITUS, ALÉM DE GESTANTES E CRIANÇAS DE ATÉ UM ANO DE IDADE.

→ IMPLANTAÇÃO DE MODELO DE ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES CRÔNICAS

- O MACC, representado ao lado, descreve cinco níveis de intervenção: 1) a promoção da saúde; 2) a prevenção das condições crônicas; 3) a clínica das condições crônicas menos complexas; 4) a clínica das condições crônicas mais complexas; e 5) a clínica das condições crônicas muito complexas.
- Nos dois primeiros níveis, as equipes de saúde atuam antes das condições crônicas se estabelecerem, enquanto nos demais as intervenções clínicas se dão sobre Condições Crônicas já estabelecidas e sistematizam-se por meio de atividades planejadas com base nas necessidades específicas de seus usuários, (identificação de risco individual)



Fonte: Adaptado por Macroplan com base em: MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. OPAS, 2011. p. 244-251

145

→ INICIATIVAS E AÇÕES

- **Pro atividade na identificação e cadastramento:** Identificação e segmentação dos usuários de todas as 13 cidades da microrregião de Divinópolis de acordo com sua condição específica, fatores de risco e determinantes sociais (acesso aos serviços básicos, estilo de vida, hábitos, etc..)
- **Estratificação de risco:** Cadastramento dos usuários na Atenção Básica e estratificação de risco por parte das equipes das UBS → Classificação dos usuários segundo a complexidade de suas condições crônicas (Ex.: Hipertensos de risco baixo, médio, alto e muito alto)
- **Racionalização do sistema de atenção à saúde:** De acordo com a estratificação, os usuários com condições crônicas de baixa complexidade foram encaminhados para atendimento nas UBS, já os usuários de médio e alto risco são encaminhados para o Centro Integrado de Referência Secundária Viva Vida e Hiperdia, localizado na cidade (unidade de média complexidade especializada em condições crônicas),
- **Integração do sistema de atenção à saúde:** Implantação de prontuário eletrônico e sistemas de gerenciamento e logístico para organização racional dos fluxos e contra fluxos de pessoas entre os níveis de atendimento, facilitando a troca de informações ao longo da atenção básica, dos pontos de atenção à saúde e dos sistemas de apoio.
- **Gestão baseada no público-alvo e não na demanda espontânea:** Plano de cuidado individualizado por usuário, levando em consideração sua condição específica.
- **Promoção e prevenção:** Introdução de tecnologias como o autocuidado apoiado¹, de modo a tornar o usuário um agente proativo de sua própria saúde e ensejando mudanças no estilo de vida da população atendida, para atuar sobre os determinantes de risco (hábitos alimentares, tabagismo, sedentarismo, etc.) e manter, assim, as condições crônicas controladas.
- **Gestão de pessoas:** O “Centro Integrado de Referência Secundária Viva Vida e Hiperdia” atua na capacitação das equipes de Atenção Básica das unidades localizadas nas 13 cidades da microrregião de Divinópolis

¹ (Intervenções educacionais e de apoio realizadas pelas equipes de saúde com o intuito de ampliar a habilidade e a confiança dos usuários em desempenharem, em seu dia-a-dia, ações para prevenir, controlar ou reduzir o impacto das condições crônicas sobre suas vidas
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte / CONASS. Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica Interinstitucional . Disponível em <http://www.conass.org.br/liacc/wp-content/uploads/2014/08/a-Protocolo-de-Intenc%CC%A7o%CC%83es-SAMONTE.pdf>. Acesso em: 22/04/2016.

146



CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

1. Santo Antônio do Monte/MG

→ RESULTADOS PRELIMINARES (2014)

- ✓ ECONOMIA DE **20%** NO CUSTEIO DO PRONTO ATENDIMENTO
- ✓ **REDUÇÃO DAS DESPESAS** COM EQUIPE DE REMOÇÃO E PARA TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES
- ✓ ELEVADO NÍVEL DE **SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS: 82%**
- ✓ **REDUÇÃO DAS INTERNAÇÕES** DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE POR **DIABETES MELLITUS** – DE 149, ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO LIACC/SAMONTE PARA 82 EM 2014
- ✓ **DRÁSTICA REDUÇÃO DO ÍNDICE DE ENCAMINHAMENTOS ERRÔNEOS** PARA O CENTRO DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA. DE 65% (ANTES DA IMPLANTAÇÃO) PARA 3% (2014)
- ✓ **DRÁSTICA REDUÇÃO DO TEMPO DE ESPERA** PARA EXAMES LABORATORIAIS (120 DIAS, ANTES DA IMPLANTAÇÃO, PARA 2 DIAS EM 2014)

Fonte: CONASS. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/CONASS/a-experincia-do-laboratrio-de-inovao-em-ateno-s-condies-cronicas-liacc-santo-antnio-do-montemg>. Acesso em: 22/04/2016

147



CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

2. Curitiba/PR



POPULAÇÃO: **1.879.355 HABITANTES**¹
PIB: **R\$ 79,3 Bilhões** (23% do PIB do PR)²
PIB per Capita: **R\$ 42,9 mil**

→ DESAFIOS

- DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA UNIFICADA PARA A REDE DE SAÚDE MUNICIPAL – COM METAS E AÇÕES
- REDUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL PARA UM DÍGITO
- QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE SAÚDE MUNICIPAL

→ RESULTADOS

- QUEDA DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL DE 18 ÓBITOS POR 1.000 NASCIDOS VIVOS EM 1996 PARA 7,7 EM 2014.
- A ATUAL TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL ESTÁ ABAIXO DO VALOR CONSIDERADO “ACEITÁVEL” PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (10 ÓBITOS POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

148



CASO DE REFERÊNCIA

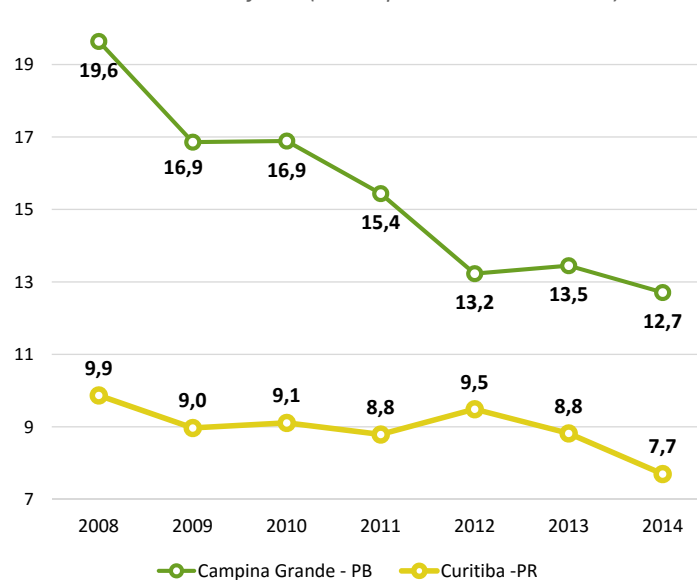
A. SAÚDE

2. Curitiba/PR

→ TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL: COMPARAÇÃO ENTRE AS CIDADES

- Campina Grande possui hoje taxa de mortalidade infantil de 12,7 óbitos por mil nascidos vivos.
- Em 2008, Curitiba já apresentava taxa menor (9,8) do que a taxa atual de Campina Grande.
- Apesar da queda nesses 6 anos, o valor atingido por Campina Grande ainda está acima do padrão aceitável pela OMS.

Taxa de Mortalidade Infantil (óbitos por mil nascidos vivos)



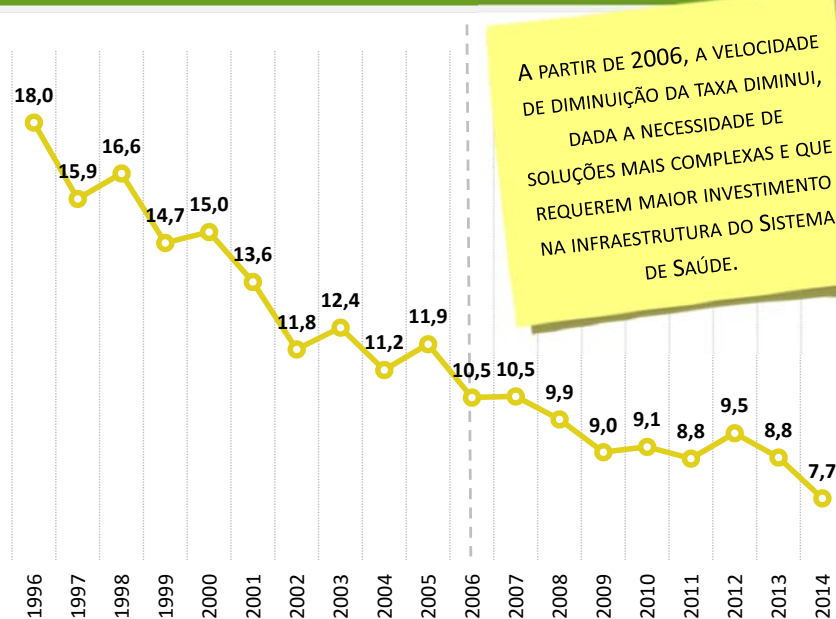
CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

2. Curitiba/PR

→ REDUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL EM CURITIBA

- Assim como outras cidades do Brasil, Curitiba teve grande redução na mortalidade infantil desde 1980, quando o índice era de aproximadamente 43 óbitos por mil nascidos vivos¹.
- A capital paranaense saiu de um nível considerado “quase alto” e alcançou, já em 2008, menos de um dígito, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde (até 10 óbitos por mil nascidos vivos).





CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

2. Curitiba/PR

→ ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO SISTEMA DE SAÚDE

- Os cidadãos curitibanos se cadastram em sua unidade básica de referência – a mais próxima de sua residência – e é a partir dela que tem **acesso a qualquer serviço público**
- A diferença do sistema curitibano está na **comunicação efetiva**, sendo que todos os níveis hierárquicos conhecem as metas, tanto de saúde, como da prefeitura como um todo. Há uniformidade de informações e discurso universal entre os profissionais da secretaria, nos mais variados locais



CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

2. Curitiba/PR

→ PRINCIPAIS INICIATIVAS E AÇÕES DA PREFEITURA DE CURITIBA

- **Criação de um plano municipal de saúde**, com definição das diretrizes e metas para o sistema de saúde como um todo, desdobradas em metas operacionais específicas;
- **Melhoria da qualidade do pré-natal**, a garantia do acesso ao parto e a consulta puerperal precoce, com vistas à detecção e manejo das possíveis complicações e ao reforço do estímulo ao aleitamento materno;
- **Programas de promoção da saúde** que incluem ações educativas, visitas a escolas, e ações que visam aumentar a proximidade entre as equipes das Unidades de Saúde e a população local;
- **Programa de saúde infantil**, priorizando a faixa etária de 0 a 24 meses, com atenção integral, monitoramento e acompanhamento do processo de crescimento ;
- Ampliação do programa **Mãe Curitibana** e integração com o **Rede Cegonha**;
- Ações estratégicas visando a **ampliação e a qualificação dos serviços de atenção primária** em saúde, atenção especializada ambulatorial e atenção hospitalar;
- **Capacitação** da equipe de saúde de hospitais, unidades de atendimento e postos ;
- Programas de **alimentação e nutrição**.

INICIATIVAS E AÇÕES (PARTE 1)

DIRETRIZ DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA CURITIBANA

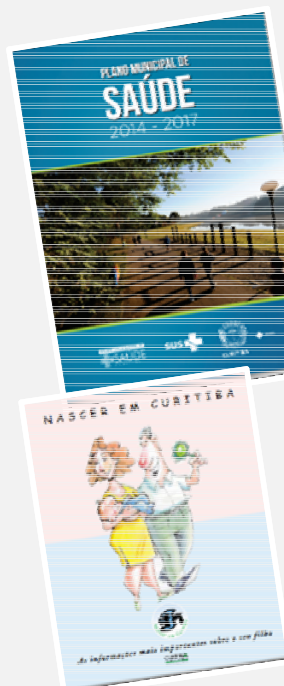
A DIRETRIZ DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA BUSCA CONTRIBUIR COM AS EQUIPES DE SAÚDE, INTEGRANDO TODOS OS SEUS PROFISSIONAIS PARA UM OLHAR VOLTADO À PROMOÇÃO DA SAÚDE DA CRIANÇA, À PREVENÇÃO DE AGRAVOS E À ASSISTÊNCIA ADEQUADA.



COMITÊ PRÓ -VIDA DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL DE CURITIBA

- INSTRUMENTO EPIDEMIOLÓGICO FUNDAMENTAL UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
- É CONSTITUÍDO POR REPRESENTANTES DE DIVERSOS SETORES SOCIAIS: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, UNIVERSIDADES, SOCIEDADES CIENTÍFICAS, CORPORAÇÕES PROFISSIONAIS, PRESTADORES DE SERVIÇOS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS
- SEUS OBJETIVOS SÃO: IDENTIFICAR CAUSAS E FATORES CONTRIBUINTES PARA OS ÓBITOS; ANALISAR A EVITABILIDADE/REDUTIBILIDADE DAS MORTES; DISCUTIR E SUGERIR MEDIDAS DE INTERVENÇÃO; CONSCIENTIZAR GESTORES, SERVIÇOS, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E COMUNIDADE SOBRE OS EFEITOS DAS MORTALIDADES MATERNA E INFANTIL, E APRIMORAR AS ESTATÍSTICAS

INICIATIVAS E AÇÕES (PARTE 2)



- Implantação de ações de fortalecimento da Atenção Primária em Saúde com expansão da estratégia Saúde na Família,
- Ampliação da carteira de serviços ofertados,
- Organização das redes de atenção de forma estruturante
- Implantação de novos métodos e técnicas de gestão.
- Garantia de acesso qualificado aos serviços de saúde

- Conjunto de ações voltadas para os nascidos vivos residentes no município, priorizando os que apresentam maior risco de adoecer ou morrer (desde 1993)



Desde 1999

- Melhoria da qualidade do pré-natal
- Garantia do acesso ao parto, com a complexidade e qualidade necessários
- Consulta puerperal precoce, com vistas à detecção e manejo das possíveis complicações
- Reforço do estímulo ao aleitamento materno.



CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

2. Curitiba/PR

→ INICIATIVAS E AÇÕES (PARTE 3)



Objetivo: Acolher todas as crianças de 0 a 10 anos residentes no município de Curitiba, priorizando a faixa etária de 0 a 24 meses, oferecendo atenção integral com monitoramento do risco ao nascer e evolutivo, acompanhamento do processo de crescimento e desenvolvimento e assegurando atendimento de excelência.

- ✓ O programa Saúde da Criança é integrado ao Programa Mãe Curitibana, onde acontece o início da atenção pré natal adequada.
- ✓ O sistema integração maternidade/Unidade Básica de Saúde permite a captação precoce da dupla mãe/bebê, com o agendamento on-line para atendimento na Unidade Básica de Saúde, antes de sua alta da maternidade.
- ✓ Visita Domiciliar: caso a mãe com seu bebê não compareçam à consulta, o Agente Comunitário de Saúde realiza a busca ativa e orienta a mãe para a importância de cuidados essenciais com o bebê e o seu acompanhamento pela equipe de saúde; e encaminha-os à Unidade Básica de Saúde.



CASO DE REFERÊNCIA

A. SAÚDE

2. Curitiba/PR

→ RESULTADOS

- O Programa Mãe Curitibana fornece atendimento de qualidade para aproximadamente 17 mil gestantes por ano.
- A evolução da mortalidade infantil têm-se mostrado muito positiva: 42,66 (em 1980), 15,02 (em 2000) e em 7,7 (em 2014).
- Melhores índices de aleitamento materno exclusivo até o 6º mês de vida, passando de 37,1% em 1999 para 45,6% em 2008.
- O resultado em mais de dez anos de funcionamento é que, além da diminuição dos índices de mortalidade infantil, o número de adolescentes grávidas caiu de 20% para 14,6%

Anexo

Outras boas práticas municipais em saúde

➤ QUALIDADE DE VIDA

157



QUALIDADE DE VIDA

ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS | SAÚDE

➤ GESTÃO

- Implementação da gestão orientada para resultados na Saúde, com prioridade para a pactuação de resultados dentro e fora do governo, a implementação de sistema de bonificação com base em resultados fundamentados em referências territoriais e a incorporação de novas tecnologias e métodos de gestão que aumentem a qualidade do atendimento, a rastreabilidade e reduzam custos.
- Implementação de sistema permanente de avaliação do desempenho dos serviços prestados nas Unidades de Atendimento, incluindo: análise do volume de atendimentos realizados versus o planejado; pesquisa de opinião com os usuários dos serviços; criação de ouvidoria; definição e monitoramento de indicadores e metas por Unidade, incluindo tempo de atendimento; e análise geo referenciada.
- Aprimoramento do financiamento e da alocação de recursos da saúde, aperfeiçoando os critérios para alocação equitativa dos recursos em função dos riscos à saúde em cada uma das regiões do Município.

ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS | SAÚDE

→ CAPACITAÇÃO E PARCERIAS

- Estratégias de ampliação e qualificação dos serviços de atenção primária em saúde, atenção especializada ambulatorial e atenção hospitalar.
- Capacitação permanente dos profissionais da saúde, em especial os diretores de hospitais, postos e unidades de atendimento e os gestores municipais de saúde.
- Informatização ampla de todos os dados e contatos com os usuários do sistema de saúde do Município, incluindo: prontuário eletrônico, escalas médicas on line, indicadores da saúde, agendamento e monitoramento de consultas especializadas e monitoramento de exames médicos.
- Promoção de parcerias entre o Município e Organizações não Estatais, priorizando o pagamento de provedores e profissionais por desempenho.
- Incentivos para implementação de consórcios públicos intermunicipais em saúde, visando fortalecer a governança regional, possibilitar ganhos de escala no atendimento e integrar os sistemas de saúde além do território do município.

ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS | SAÚDE

→ PROJETOS E PROGRAMAS

- Programas de promoção da saúde que incluem ações educativas, visitas a escolas e ações que visam aumentar a proximidade entre as equipes das Unidades de Saúde e a população local.
- Programa específico de promoção da saúde e prevenção de agravos aos idosos incluindo caderneta de saúde e prontuário eletrônico.

CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

→ A. SAÚDE

✓ 1. SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG

Polo Regional de Saúde

✓ 2. CURITIBA/PR

Redução da Mortalidade Infantil

→ B. SEGURANÇA

✓ 3. SÃO PAULO/SP

Integração entre o estado e os municípios

✓ 4. DIADEMA/SP

Redução da taxa de homicídios



QUALIDADE DE VIDA

CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP



POPULAÇÃO: **11.967.825 HABITANTES¹**

PIB: **R\$ 570,7 Bilhões** (33,4% do PIB de SP)²

PIB per Capita: **R\$ 48,2 mil**

→ DESAFIOS

- REDUZIR A TAXA DE HOMICÍDIOS NO ESTADO E NAS CIDADES PAULISTAS COM MAIORES ÍNDICES DE CRIMINALIDADE

→ RESULTADOS

- O ESTADO DE SÃO PAULO TEM A 2ª MENOR TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE TODOS OS ESTADOS BRASILEIROS
- MAIS DE DOIS TERÇOS DO ESTADO DE SÃO PAULO NÃO REGISTROU NENHUM HOMICÍDIO EM 2012
- O ESTADO DE SÃO PAULO REGISTROU, EM 2013, A MAIOR DIMINUIÇÃO DE CRIMINALIDADE NA DÉCADA, EM NÍVEL NACIONAL: - 62%
- O BOM DESEMPENHO ESTÁ RELACIONADO COM INTEGRAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIOS



CASO DE REFERÊNCIA

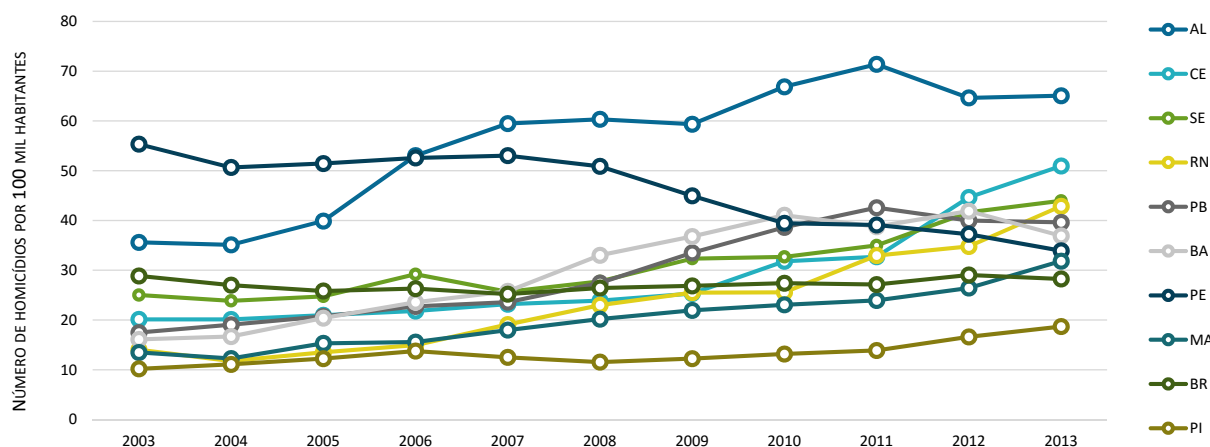
B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP

→ A SITUAÇÃO DA PARAÍBA NO NORDESTE

Na década (2003-2013) Pernambuco foi o único estado da região que apresentou redução na taxa de homicídios (-39%). Na Paraíba os homicídios cresceram 127%, atingindo em 2013 a 5ª maior taxa (39,62 homicídios por 100 mil habitantes) entre os 9 estados do nordeste.

► Evolução da taxa de homicídios nos estados do nordeste e média Brasil - 2003 a 2013



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

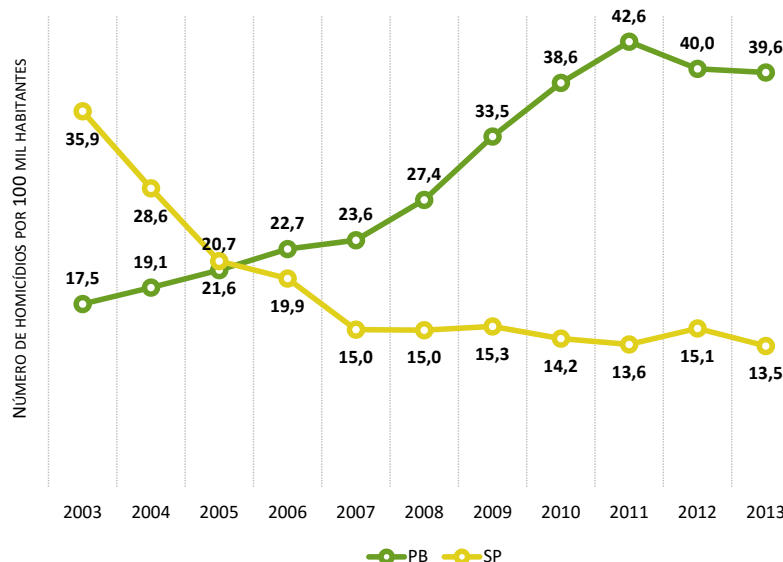
3. São Paulo/SP

→ A SITUAÇÃO DA PARAÍBA EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

- Na comparação ao lado, é possível observar a posição crítica da Paraíba em relação ao número de homicídios: crescimento acentuado entre 2003 e 2011 e início de recuperação a partir de 2012.
- Enquanto São Paulo reduziu em 62% a taxa de homicídios, a Paraíba aumentou em 127%.

➤ SÃO PAULO PULOU DA 5ª PARA A PENÚLTIMA (26ª) POSIÇÃO NO RANKING DOS ESTADOS MAIS VIOLENTOS.

► Evolução da taxa de homicídios nos estados da Paraíba e de São Paulo

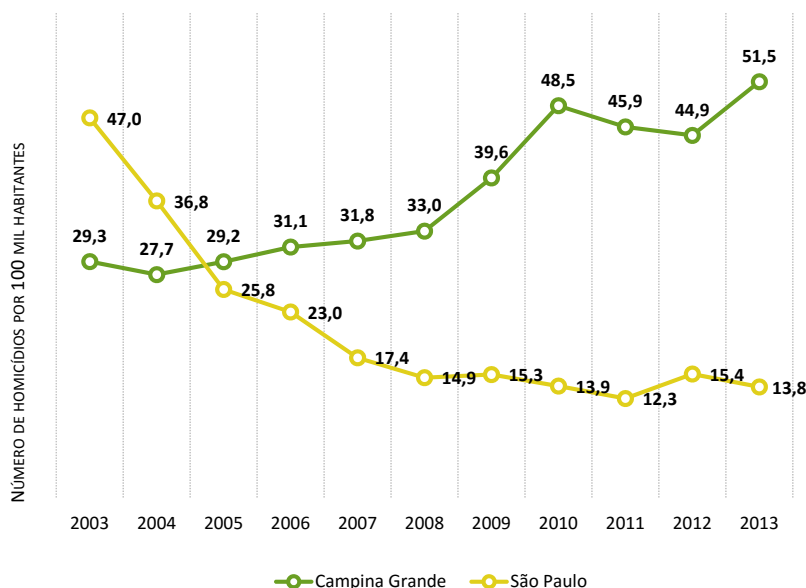


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

→ O DESEMPENHO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

- A cidade de São Paulo reduziu em 71% a sua taxa de homicídios (taxa maior que de seu estado, 62%).
- No mesmo período, Campina Grande seguiu no sentido inverso e atingiu taxa quase quatro vezes superior à da cidade de São Paulo.

▶ Evolução da taxa de homicídios nas cidades de Campina Grande e de São Paulo



→ O AVANÇO DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

Em São Paulo, além da capital, outras cidades acompanharam a redução da violência no Estado...

- Mais de dois terços (42%) de todo o Estado de São Paulo não registrou nenhum homicídio em 2012
- Além disso, 161 cidades – com um ou dois homicídios contabilizados - colaboraram para que o Estado pudesse alcançar a grande redução das mortes intencionais, em 2012.
- Ao todo, 67,4% do Estado ficaram muito próximos do homicídio zero.

QDT. MUNIC.	Nº DE HOMICÍDIOS (2012)
274	0
277	1 a 10
40	11 a 20
14	21 a 30
8	31 a 40
32	>40
Total: 645	-



CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP

→ AÇÕES: COOPERAÇÃO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO E OS MUNICÍPIOS PAULISTAS

O QUE O ESTADO PODE FAZER?
EXPERIÊNCIA ESTADO DE SÃO PAULO

1. FORTE INVESTIMENTO DO ESTADO DESTINADO À ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA;
2. INTENSA AÇÃO DE APREENSÃO DE ARMAS DE ILEGAIS;
3. INTENSIFICAÇÃO DO POLICIAMENTO PREVENTIVO; E
4. INVESTIGAÇÃO ESPECIALIZADA DE HOMICÍDIOS PELO DHPP (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA) E SETORES DE HOMICÍDIOS DAS DELEGACIAS SECCIONAIS DE POLÍCIA.

ARTICULAÇÃO
E
INTEGRAÇÃO

O QUE O MUNICÍPIO PODE FAZER?

1. ESTRUTURAÇÃO DE ORGANISMOS E AMPLIAÇÃO DE SUAS FUNÇÕES
 - EX.: GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 74% DOS MUNICÍPIOS DO RJ TÊM GCM; 29% EM SP E 23% EM PE (2009)
 - SECRETARIA MUNICIPAL EXCLUSIVA OU EM CONJUNTO COM OUTRAS POLÍTICAS
 - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
2. AÇÕES DE PREVENÇÃO QUE AGREGUEM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS, COMO AS DE INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO COTIDIANO DO MUNICÍPIO.
 - PROGRAMAS E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP), FORTALECEM A ATUAÇÃO MUNICIPAL

Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/secoes/nav-cidadao/#/MSw0Miw3ODcsMzc2>Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>

167



CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP

→ O QUE O ESTADO PODE FAZER?

1 Forte investimento do Estado destinado à área de segurança pública

- O orçamento médio do Governo do Estado destinado à área de segurança pública cresceu quase sete vezes, desde os anos 90. Passou de R\$ 2 bilhões para R\$ 11,5 bilhões em 2012.
- Grande investimento em tecnologia e inteligência policial.
- Os 645 municípios de São Paulo contam os sistemas RDO (Registro Digital de Ocorrência) e Infocrim (Informações Criminais), que permitem a elaboração de mapas que indicam as regiões de maior e menor criminalidade orientando o patrulhamento na redução da criminalidade
- Todas as viaturas da Polícia Militar passarão a ser equipadas com tablets – computadores com telas sensíveis ao toque. Foram adquiridos 17.500 tablets, equipados com GPS e AVL – localizador automático de viaturas. O equipamento permite aos policiais a consulta do banco de dados criminais da PM
- A Capital, a Grande São Paulo e as cidades polos de todas as regiões do litoral e interior contam com um moderno sistema de radiocomunicação digital, que acelera as comunicações entre os policiais e não pode ser interceptado por terceiros.
- A Polícia Técnico-Científica conta com 3600 policiais e tem laboratórios modernos e diversos equipamentos como a câmera térmica Flyr, capaz de medir radiações térmicas e a presença de calor humano em contato com objetos. Há também vans, Unidades Especiais de Perícia (UEP), que funcionam como laboratórios móveis no próprio local do crime.

Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/secoes/nav-cidadao/#/MSw0Miw3ODcsMzc2>

168



CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP

→ O QUE O ESTADO PODE FAZER?

2 Intensa ação de apreensão de armas ilegais

- Estudos feitos em São Paulo apontam que a maior parte dos assassinatos é decorrente do chamado “crime fútil” como, por exemplo, brigas em casa ou discussões em bares
- A Polícia Militar realiza a Operação Desarmamento, com o objetivo de reduzir o número de roubos e homicídios, sempre que as pessoas se reúnem em grandes centros comerciais para fazer compras no período de festas e liberação do 13º salário, por exemplo.
- As apreensões de armas ilegais aumentaram 1,5%, com 293 casos a mais, de 18.755, em 2010, para 19.048, em 2011¹.
- Em 10 anos, as polícias Militar e Civil retiraram 380 mil armas ilegais das ruas, durante as abordagens policiais e as blitzes².

¹http://www.ssp.sp.gov.br/acoes/acoes_taxa-homicidios.aspx
²<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=25249>



CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP

→ O QUE O ESTADO PODE FAZER?

3 Intensificação do policiamento preventivo

- **Melhoria da gestão policial**, com o aumento do número de policiais nas ruas¹.
 - A mudança na gestão policial permitiu que 12 mil homens e mulheres deixassem tarefas administrativas ou de apoio e passassem a reforçar o policiamento militar nas ruas.
 - A Guarda Civil Metropolitana conta com efetivo de mais de 7 mil guardas, reforça a presença maciça na área de segurança pública, além disso, todas as instituições de segurança que a integram no estado de São Paulo têm sede na capital².
 - A regionalização dos COPOM (Centro de Operações da Polícia Militar), com implantação de novas plataformas de atendimento à população pelo telefone 190 (emergência), liberou 2.000 policiais militares de atividades internas para o patrulhamento.
 - A criação, pelo Estado, da carreira de guarda de muralha de unidades penitenciárias permitiu a liberação de mais 4.000 policiais militares.
 - Dentro da PM, a contratação de policiais temporários viabilizou que outros 6.000 policiais trocassem funções administrativas pelo patrulhamento.
 - Reuniões bimestrais com os chefes das polícias para discutir ações integradas⁴.
- **Programa de Policiamento Inteligente (PPI)** - Identifica áreas de maior criminalidade e direciona policiais, viaturas, bases policiais e recursos para enfrentar e prevenir o homicídio e outros crimes³.
- **Viaturas do policiamento preventivo** seguem um roteiro elaborado a partir de um banco de dados com informações detalhadas sobre os crimes, tais como horário, local, dia da semana e perfil dos autores de homicídios³.

¹<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=25249>; ²<http://www.ssp.sp.gov.br/midia/Midia/00000189.pdf>; ³http://www.ssp.sp.gov.br/acoes/acoes_taxa-homicidios.aspx; ⁴<http://campolimpopaulista.sp.gov.br/guarda-municipal/estado-de-sao-paulo-reduz-homicidios-dolosos-em-82>

CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP

→ O QUE O ESTADO PODE FAZER?

4 Investigação especializada de homicídios pelo DHPP (Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa) e setores de homicídios das delegacias seccionais de polícia

- O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que conta com **700 policiais**.
- O DHPP se concentrou, inicialmente, nas **prisões dos matadores contumazes**. Em seguida, assumiu as **investigações das chacinas** ocorridas na Capital e na Grande São Paulo. Passou a investigar as **tentativas de homicídio**.
- No interior do Estado e na Grande São Paulo, **cada Delegacia Seccional conta com um Setor de Homicídios**, também especializado na investigação deste tipo de crime.
- O Departamento **esclareceu 65,8% dos 1.196 homicídios ocorridos na Capital em 2010**.
- Desde abril de 2011, o DHPP passou a **auxiliar nas investigações de todos os casos de resistência seguida de morte** com participação de policiais militares, civis e guardas metropolitanos na Capital e na Grande São Paulo.
- O Departamento trabalha com **plano de metas** de esclarecimento de assassinatos, acompanhamento de perto das regiões mais violentas, troca de informações e colaboração informal com policiais civis e militares que atuam nos bairros.

Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/secoes/nav-cidadao/#/MSw0Miw3ODcsMzc2>

CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP

→ PROJETOS E MUDANÇAS RELEVANTES NA ÁREA DE SEGURANÇA EM SÃO PAULO (1999-2007)



Fonte: Tulio Kahn. Por que a criminalidade está em queda em São Paulo? 2007.

RESUMO DOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA DE SÃO PAULO

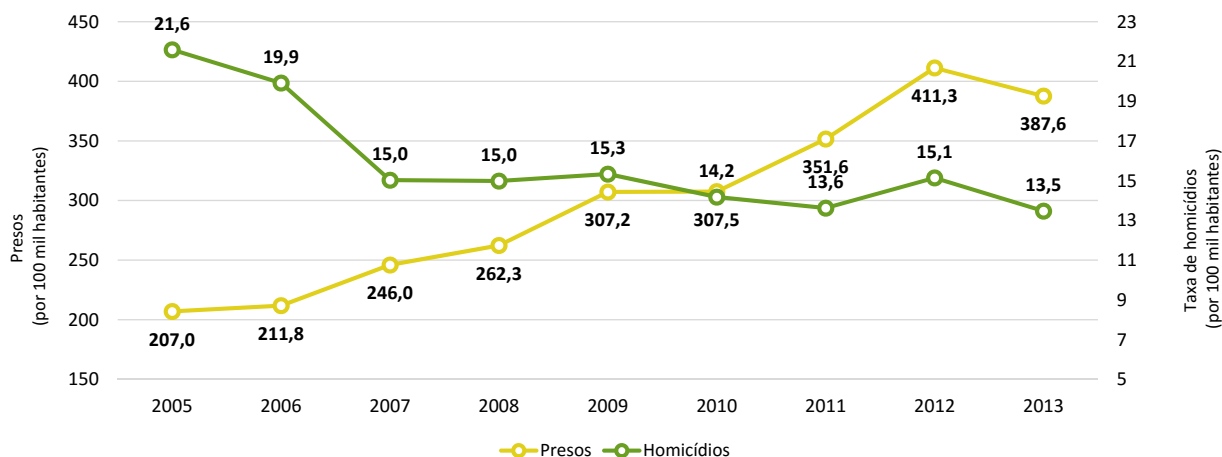
- **Infocrim** - Com o Infocrim, a polícia cria roteiros para patrulhamento das áreas de maior criminalidade, despachando viaturas e designando policiais para o local das ocorrências, reduzindo, desta forma, o número de crimes. O Infocrim cruza dados dos boletins de ocorrência para a elaboração do mapa da criminalidade.
- **Alpha** - O sistema foi criado para possibilitar a identificação de pessoas com a utilização do método de confronto de impressões digitais, colhidas em qualquer unidade policial, com aquelas arquivadas na base de dados do sistema.
- **Guardião** - É um sistema de interceptação telefônica autorizada, interligado à rede de telefonia pública, que é acessada por via digital para o Serviço Técnico de Monitoramento Legal de Telecomunicações.
- **Phoenix** - Sistema para reconhecimento de criminosos, que integra os dados do RDO com bancos de dados de fotos, identidade, impressão digital, voz e outras características físicas, como as tatuagens. O sistema, que utiliza tecnologia de ponta, permite a construção de retratos falados simultaneamente ao registro do boletim de ocorrência.
- **Ômega** - Dá suporte às investigações. Suas principais funções são agilizar o trabalho de pesquisa a partir da reunião de informações e fazer a identificação automática de relações entre pessoas, veículos, armas e endereços. Está disponível para todos os policiais civis onde há links de intranet.

Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/secoes/nav-cidadao/#/MSw0Miw3ODcsMzc2>

RELAÇÃO ENTRE ENCARCERAMENTO E HOMICÍDIOS EM SÃO PAULO

O esforço de São Paulo teve como resultados a queda na taxa de homicídios e, paralelamente, o aumento na taxa de encarceramento.

Taxa de Encarceramento e Homicídios do Estado de São Paulo por 100.000 habitantes – 2005 a 2013



Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referências: dez./2011 e dez./2012.
 Obs: 1) Foram considerados presos em cadeias e sob custódia da polícia.



CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP

➔ AÇÃO MUNICIPAL DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE SÃO PAULO

- Atua em toda a Capital e tem como **principal órgão gerenciador da política de ensino o Centro de Formação em Segurança Urbana (CFSU)**, responsável pela formação, aperfeiçoamento e capacitação dos servidores da GCM
- **Propõe soluções** frente às novas atribuições exigidas para a carreira e **reforça os conhecimentos adquiridos** por meio de pesquisas
- **Atua de modo integrado** com os órgãos de Segurança Pública nas esferas federal e estadual, sendo mais eficaz, preventiva e próxima da comunidade paulistana
- Conta com uma **Corregedoria Geral independente** - espaço democrático aberto à população, e que tem as atividades pautadas na justiça e no respeito aos princípios básicos que regem a Corporação
- **Principais programas:** Proteção Escolar, Recuperação e Controle de Espaços de uso Público, Proteção Ambiental, Proteção aos Agentes Públicos e Patrimônio Público, Proteção às Pessoas em Situação de Risco, além de operações e programas por meio do Gabinete de Gestão Integrada – Gabinete de Segurança – em conjunto a outros órgãos e entidades dos Poderes Executivo Municipal, Estadual e da União, que atuam e contribuem na área da Segurança Pública e Urbana.



CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

3. São Paulo/SP

➔ OUTRAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

Uma pesquisa amostral de campo, realizada com os gestores municipais da área de segurança, revelou as principais ações desenvolvidas, sendo algumas inovadoras, outras que não necessariamente podem ser classificadas como inovadoras, mas num contexto mais amplo, traduzem o esforço empreendido pelos gestores locais para realizá-las

AÇÃO OU PROJETO INOVADOR NA ÁREA DE SEGURANÇA, DESENVOLVIDO PELO MUNICÍPIO: DESTAQUES - SP

- CRIAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA (GGI) MUNICIPAL, PORQUE FOMENTOU A INTEGRAÇÃO DOS DIVERSOS ÓRGÃOS OPERADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA
- PREMIAÇÃO PARA OS GUARDAS MUNICIPAIS: LÁUREA DE MÉRITO PESSOAL
- CRIAÇÃO DE POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA, COM O OBJETIVO DE TIRAR AS CRIANÇAS DA RUA E MANTÊ-LAS EM AMBIENTE ADEQUADO PARA O PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO
- PROJETO SEUS FILHOS EM BOAS MÃOS
- LEI MUNICIPAL QUE OBRIGA O LOCADOR A SOLICITAR ANTECEDENTES CRIMINAIS DO LOCATÁRIO EM CONTRATOS DE ALUGUEL DE CASAS DE VERANEIOS (TEMPORADA)
- GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA (GGI)
- PROJETO NAVEGANDO, DE DEFESA PESSOAL MIRIM, BRINCAR PARA PRODUIR PROXIMIDADE COM O GUARDA
- PROJETO ANJOS DA GUARDA: INSTALAÇÃO DO CANIL, POIS OS CÃES FACILITAM O RASTREAMENTO DE DROGAS E PESSOAS. SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO
- PATRULHAMENTO COMUNITÁRIO COM BASE MÓVEL
- COI (2000) PROJETO INTEGRADO DE FORÇAS DE SEGURANÇA QUE PREMEIAM ÁREAS DE SAÚDE, SOCIAL, DEFESA CIVIL, CONCESSIONÁRIAS DE ÁGUA E ENERGIA
- PROJETO JEPOM: ATENDE JOVENS DISPENSADOS, VULNERÁVEIS, QUE ATUAM 5 HORAS/DIA EM AÇÕES E CAMPANHAS SOCIAIS DE SAÚDE, TRÂNSITO, TURÍSTICOS E CULTURAIS. TODOS OS JOVENS DO PROGRAMA RECEBEM BOLSA-AUXÍLIO

CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

4. Diadema/SP



POPULAÇÃO: **421.428 HABITANTES**¹
 PIB: **R\$ 13,4 Bilhões** (0,7% do PIB de SP)²
 PIB per Capita: **R\$ 33 mil**

→ DESAFIOS

- MELHORA DO DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO DE BASE, VISANDO O BOM APRENDIZADO DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL
- REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE COM POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL QUE PROMOVEM A PREVENÇÃO E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA, E CONTRIBUEM PARA A CULTURA DA PAZ
- ESTRATÉGIA LOCAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

→ RESULTADOS

- QUEDA DE 67% DA TAXA DE HOMICÍDIOS EM 10 ANOS



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

177

CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

4. Diadema/SP

→ INICIATIVAS E AÇÕES

- Em 1999, Diadema foi considerada a cidade mais violenta do país (102,8 homicídios dolosos por 100 mil habitantes). O Plano Municipal de Segurança, desenvolvido em 2001, com a participação da população de Diadema por meio de audiências públicas, teve o objetivo de reduzir os índices de criminalidade, especialmente homicídios.
- O plano incluía o projeto Adolescente Aprendiz, focado em jovens de 14 e 15 anos moradores de áreas de Vulnerabilidade Social, além de campanhas de Desarmamento Infantil (brinquedos e real).
- Foi instaurada a Central de Vídeo monitoramento e o Conselho de Segurança Municipal e do Gabinete de Gestão Integrada (GGI).
- O projeto Mulheres da Paz focou na atuação de moradoras em suas comunidades. As mulheres vítimas da violência passaram a denunciar sua situação.
- Em 2002, a Prefeitura implementou a Lei de Fechamento dos Bares, que proíbe os bares de funcionarem entre 23h e 06h.
- A prefeitura deu continuidade ao Plano. Em 2005, foi lançado o 2º Plano Municipal de Segurança e, em 2011, o 3º Plano Municipal de Segurança.

Fonte: Cidades Sustentáveis, Diadema Jornal e Prefeitura de Diadema

178



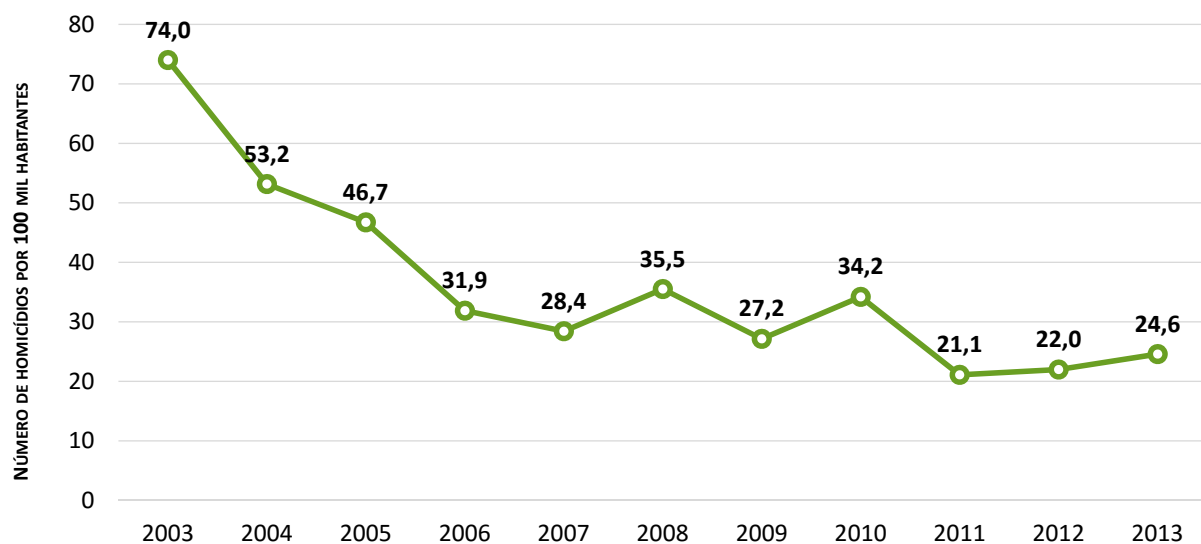
CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

4. Diadema/SP

→ O DESEMPENHO DE DIADEMA NA REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS

▶ Evolução da taxa de homicídios por 100 mil habitantes de Diadema - 2003 a 2012



Fonte: Waiselfisz, J. J. - Mapa da Violência 2010 e 2014. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/>.

179



CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

4. Diadema/SP

→ ESTRATÉGIAS, INICIATIVAS E MECANISMOS DE CONTROLE DA VIOLÊNCIA

Eixos de atuação para redução da violência



- Melhoria do policiamento e mapeamento dos pontos críticos da criminalidade;
- Promoção de ações sociais e preventivas, sobretudo nas áreas de maior risco social;
- Intensificação da fiscalização e urbanização das favelas; e
- Convite à população para participar das discussões.

AS DIVERSAS INICIATIVAS
RELACIONADAS A ESSES
QUATRO EIXOS
GARANTIRAM AO
MUNICÍPIO QUEDA DE **67%**
NA TAXA DE HOMICÍDIOS
DE 2003 A 2013.

Fonte: Giannichini, Laura (2005) – Diadema, em SP, reverte índices de violência e sai do topo do ranking de homicídios.


180

SÍNTESE DAS INICIATIVAS DE DESTAQUE

INSTITUCIONAL E LEGAL 	APARATO POLÍCIA 	PROJETOS SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS 
Criação da Secretaria de Defesa Social	Mapeamento Criminal	
Lei Seca e Operação Integrada de Fiscalização	Qualificação e Requalificação da Guarda Civil Municipal	
Zonas Especiais de Interesse Social	Policimento Comunitário - "Anjos do Quarteirão"	Projeto Adolescente Aprendiz
Sistema de Monitoramento Eletrônico	Atuação Integrada da Polícia	Programa de Ação Compartilhada
Fórum do Conselho Municipal de Segurança Pública	Capacitação em Desarmamento – Instituto Sou da Paz	
	Mediação de Conflitos	

Fonte: Baseado em, Giannechini, Laura (2005) – *Diadema, em SP, reverte índices de violência e sai do topo do ranking de homicídios*

SÍNTESE DAS INICIATIVAS DE DESTAQUE

INSTITUCIONAL E LEGAL 	
Criação da Secretaria de Defesa Social	<ul style="list-style-type: none"> • 2001-2003: Diagnóstico e mapeamento criminal + Campanhas na cidade, exemplo "Desarmamento, Malefícios do uso do álcool e das drogas lícitas e ilícitas".
Lei Seca e Operação Integrada de Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> • 2002: fechamento de bares e similares no período das 23 às 6 horas + revitalização de espaços públicos e implantação de programas recreativos. A Operação é um aprimoramento da Lei de 2002, para prevenir e reduzir os fatores que potencializam a violência urbana e a criminalidade.²
Zonas Especiais de Interesse Social	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas de Especial Interesse Social: as AEIS 1, áreas vazias destinadas à produção de novos núcleos habitacionais populares, e as AEIS 2, áreas ocupadas por favelas a serem reurbanizadas.
Sistema de Monitoramento Eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Monitoramento Eletrônico de segurança em cinco bairros da cidade de responsabilidade da Guarda Civil Municipal, contando com apoio da Polícia Militar.
Fórum do Conselho Municipal de Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Destinado a facilitar a participação da comunidade no desenvolvimento das políticas de segurança.¹

¹Kahn, T. e Zanetic, A. op cit. ²Prefeitura de Diadema. Disponível em: <http://www.diadema.sp.gov.br/>

CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

4. Diadema/SP

→ SÍNTESE DAS INICIATIVAS DE DESTAQUE

APARATO POLÍCIA



Mapeamento Criminal

Qualificação e Requalificação da Guarda Civil Municipal

Policimento Comunitário - "Anjos do Quarteirão"

Atuação Integrada da Polícia

Capacitação em Desarmamento - Instituto Sou da Paz

Mediação de Conflitos

• Traça o perfil dos crimes, autores e vítimas, assim como dos locais onde ocorrem. Útil para direcionar todas as políticas públicas preventivas desenvolvidas pelas diversas secretarias municipais¹.

• Guarda Municipal armada; Qualificado currículo de formação, abordando questões como mediação de conflitos, gênero, Estatuto da Criança e do Adolescente, Cultura da Paz, Medicina Legal, Direito Penal, Direitos Humanos, entre outros.

• Polícia comunitária e foi criado o Programa "Anjos do Quarteirão", implantado pela Secretaria de Defesa Social em 2004.

• Exemplos: Operações "centopéia" e "quadrilátero" (PM/GCM), voltadas a combater o alto índice de roubos de motocicletas.

• A GCM e o Instituto Sou da Paz firmaram uma parceria para capacitar os guardas sobre desarmamento. Hoje, o efetivo da GCM é de 225 homens e mulheres, 40 viaturas, 1 caminhão baú de apoio e 20 motocicletas, além de 64 câmeras de monitoramento instaladas na cidade.

• Serviço de mediação de conflitos desde julho de 2006 - O princípio da Mediação é detectar o conflito logo no começo, promover a resolução pacífica dos casos e, assim, evitar situações mais graves.

¹Duarte, S. 2006 op cit. ²Prefeitura de Diadema. Disponível em: <http://www.diadema.sp.gov.br/>

CASO DE REFERÊNCIA

B. SEGURANÇA

4. Diadema/SP

→ SÍNTESE DAS INICIATIVAS DE DESTAQUE

PROJETOS SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS



Projeto Adolescente Aprendiz

Programa de Ação Compartilhada

Desde março de 2001 até os dias de hoje: No programa jovens têm a oportunidade de receber treinamento teórico e prático e iniciarem sua vida profissional em uma das muitas empresas que participam do programa.

• O Projeto Adolescente Aprendiz de Diadema foi ampliado para todas as regiões do município, abrangendo, atualmente, 21 núcleos. Cada participante deve estar frequentando a escola e recebe uma bolsa-aprendizado do governo municipal no valor de R\$ 65,00¹.

• Criado em 2001/2002, tem como objetivo ampliar o acesso à educação, cultura, esporte e lazer e criar mecanismos de controle da violência, ao analfabetismo e ao isolamento social.

• Hoje, o programa coordena quatro centros públicos e possui parceria com inúmeras entidades. Nestes espaços são oferecidas várias atividades gratuitas, ministradas pelos multiplicadores comunitários, além de espaços de discussão e engajamento popular: os conselhos de compromisso, que participam ativamente na gestão dos espaços públicos, alcançando uma gradativa evolução na constante busca de novos caminhos e soluções para a melhoria da qualidade de vida, auto estima e empoderamento coletivo das comunidades atendidas, com olhar solidário e democrático de forma a compartilhar seus saberes entre si com autonomia.²

¹Prefeitura de Diadema. Disponível em: <http://www.diadema.sp.gov.br/component/content/article?id=8985:jovens-do-projeto-adolescente-aprendiz-recebem-cartao-aprendizado&highlight=WyJhZG9sZXNjZW50ZSlsimFwcmVuZGl6IiwiaWRvY2VudGUGYXBvZm5kaXoiXQ==&Itemid=101>. ²Secretaria de Educação de Diadema-SP. Disponível em: <http://www.educacao.diadema.sp.gov.br/WebModuleSme/ItemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=2236>

Anexo

Outras boas práticas municipais em segurança

➤ QUALIDADE DE VIDA

185


QUALIDADE DE VIDA

ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS | SEGURANÇA

➤ GESTÃO E POLICIAMENTO

- Implementação da gestão orientada para resultados na Segurança, com prioridade para a pactuação de resultados dentro e fora do governo e implementação de sistema de bonificação com base em resultados para guarda municipal.
- Elaboração de um plano municipal de segurança pública, fundamentado em informações sobre a criminalidade no município, focado na prevenção da violência e promoção da paz através de articulações com prefeitura, governo estadual e federal e sociedade civil.
- Criação, manutenção e capacitação intensiva da guarda municipal com efetivo apropriado para o ordenamento urbano.
- Criação de convênios com o governo estadual para qualificação da força policial atuante no município.
- Compartilhamento de dados de inteligência e integração efetiva entre guarda municipal e polícias civil, militar e federal, visando maior eficiência no policiamento, atuando de forma adequada à inteligência obtida e geograficamente abrangente
- Atuação integrada e descentralizada da guarda municipal com as polícias estaduais nas ações sociais e de policiamento
- Presença ostensiva da guarda municipal em parques, cemitérios, escolas e unidade de saúde para o desenvolvimento de novas abordagens com a população e estratégias de prevenção.
- Criação de mecanismos e instrumentos de Monitoramento e Alerta de Risco para prevenção de desastres, incluindo: investimentos em equipamentos de alta tecnologia e a formação de uma equipe de especialistas, a emissão de alertas meteorológicos com alta precisão e oportunidade.

ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS | SEGURANÇA

→ AÇÕES NÃO POLICIAIS

- Tratamento de transgressores que apresentem problemas de vício em drogas e trabalho com as famílias dos transgressores primários visando reduzir a disfunção familiar.
- Estímulo ao desenvolvimento de habilidades sociais e de aprendizado das crianças através de visitas a suas casas, ou via promoção de atividades recreacionais e culturais nos períodos anteriores e posteriores ao horário escolar, sobretudo em áreas urbanas pobres.
- Oferta de incentivos financeiros e educacionais para que os estudantes completem o segundo grau.
- Programas de conscientização e prevenção da gravidez precoce.
- Desincentivar o porte de armas em comunidades violentas através de marketing sobre os riscos de detenção e punição em caso de apreensão com armas de fogo.
- Vigilância eletrônica e iluminação pública das vias municipais como forma de inibir a atividade dos criminosos e facilitar a sua identificação e punição.

EXPERIÊNCIAS E CASOS DE REFERÊNCIA

3

→ EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

INTRODUÇÃO

→ CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

NA DIMENSÃO “EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO” SERÃO DESTACADOS TEMAS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA, COM DESTAQUE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I.

→ PAPEL DO GOVERNO E DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS

OS MUNICÍPIOS, EM PRINCÍPIO, SÃO OS RESPONSÁVEIS PELOS SEGMENTOS EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I E II. APESAR DISSO, HÁ DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, COM ALGUM GRAU DE SOBREPOSIÇÃO DE FUNÇÕES.

A EDUCAÇÃO BÁSICA É ATRIBUIÇÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS, QUE VARIAM MUITO EM TERMOS DE RECURSOS E CAPACIDADE GERENCIAL. O GOVERNO FEDERAL TEM IMPORTANTES PAPÉIS A CUMPRIR, LEVANDO À FRENTE A PROPOSTA DE UMA BASE NACIONAL COMUM PARA A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, ESTABELECEndo PADRÕES DE QUALIDADE, MELHORANDO OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO, ESTIMULANDO A FORMAÇÃO DE BONS PROFESSORES, CERTIFICANDO DIRETORES, APRIMORANDO OS MECANISMOS DE SELEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS, PROPORCIONANDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E COMPLEMENTANDO OS RECURSOS DAS REDES ESCOLARES MAIS CARENTES.

INTRODUÇÃO

→ CAMPINA GRANDE HOJE



- ✓ O **acesso à escola** cresceu significativamente ente 1991 e 2010, principalmente na faixa etária de crianças de 6 a 14 anos (98% frequentam escola). Se destaca em Campina Grande a frequência à escola ou creche de crianças até 5 anos de idade (50% em 2010)¹.
- ✓ Apesar do aumento da frequência a escola, 14% dos jovens de 15 a 25 anos vulneráveis não estudam nem trabalham (2010)¹.



- ✓ A **qualidade do ensino**, medida pelo IDEB, evoluiu pouco entre 2005 e 2013 na rede de escolas públicas de Campina Grande².
- ✓ No Ensino Fundamental I, a nota Rede Pública de Campina Grande evoluiu de 4,2 para 4,3. Já no ensino Fundamental dois, aumentou de 2,6 para 3,0 entre 2005 e 2013².
- ✓ O estado da Paraíba, que partiu do mesmo patamar que Campina Grande em 2005, conseguiu alcançar em 2013 situação melhor no Ensino Fundamental II (4,2)².



- ✓ A **rede de escolas públicas** sofre desde 2010 perda de alunos para a rede privada. No Ensino Fundamental I, a participação do setor privado chegou a 41% das matrículas em 2014².

SUMÁRIO

INDICADORES EXAMINADOS NA ANÁLISE COMPARATIVA

- IDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL I
- IDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL II

- DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL I
- DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL II

CASOS DE REFERÊNCIA

- 1. FOZ DO IGUAÇU/PR**
EF I: Melhora da qualidade do ensino
- 2. BELO HORIZONTE/ MG**
EF I: Melhora da qualidade do ensino
- 3. SOBRAL/CE**
EF I: Melhora da qualidade do ensino

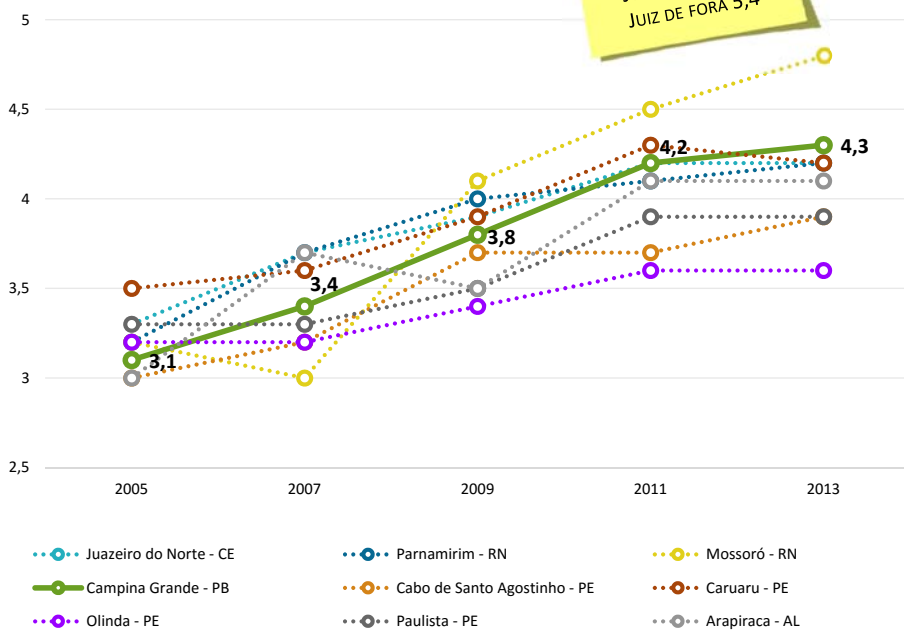
ANEXO

- OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

ANÁLISE COMPARATIVA

QUALIDADE DE EDUCAÇÃO - IDEB

▶ IDEB no Ensino Fundamental I (Rede Pública)



TODAS AS CIDADES ANALISADAS TIVERAM NOTA NO IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL I (REDE PÚBLICA) INFERIOR À BRASILEIRA (4,9).

O MELHOR IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL I, OBSERVADO EM 2013 FOI O DA CIDADE DE MOSSORÓ/RN (4,8). APESAR DE PERMANECER BAIXO, FOI A MAIOR EVOLUÇÃO ENTRE 2005 E 2013 (1,6 PONTOS).

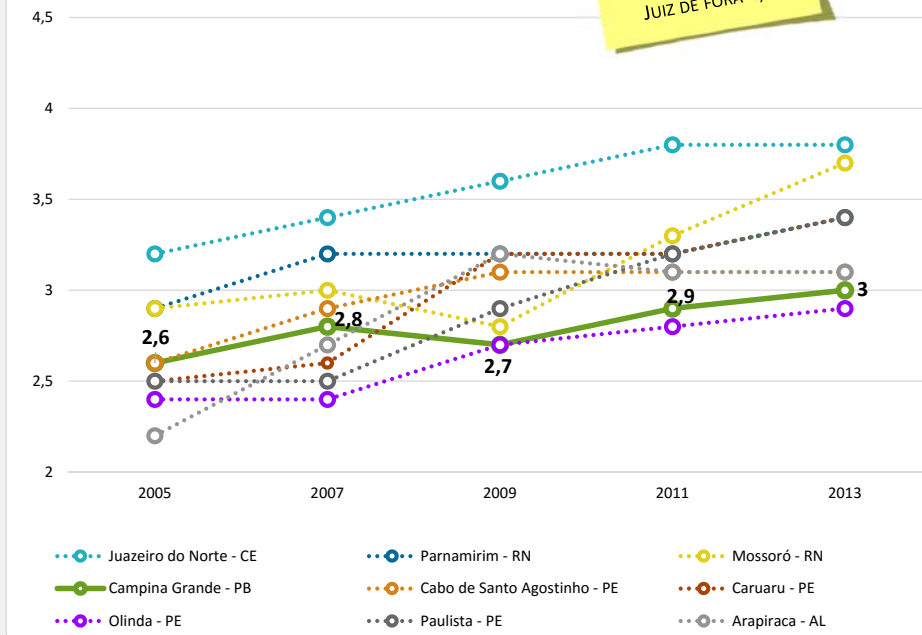
OLINDA TEVE A PIOR EVOLUÇÃO, AUMENTOU A SUA NOTA EM APENAS 0,4 PONTOS EM 8 ANOS, ATINGINDO 3,6 EM 2013 – PIOR NOTA ENTRE AS CIDADES ANALISADAS.

ANÁLISE COMPARATIVA

QUALIDADE DE EDUCAÇÃO - IDEB

IDEB E.F. II (2013):
BRASIL 4,9
PARAÍBA 4,2
JOÃO PESSOA 3,5
JUIZ DE FORA 4,4

IDEB no Ensino Fundamental I (Rede Pública)



A MELHOR AVALIAÇÃO NO IDEB DA REDE PÚBLICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II É DE JUAZEIRO DO NORTE - 3,9 – PORÉM, AINDA É MUITO BAIXA. A NOTA DO BRASIL COMO UM TODO É 4,9.

OLINDA OBTVEU A PIOR NOTA TAMBÉM NO ENSINO FUNDAMENTAL II (2,9).

CAMPINA GRANDE TEVE A PIOR EVOLUÇÃO NO PERÍODO: AUMENTOU SUA NOTA EM APENAS 0,4 PONTOS ENTRE 2005 E 2013.

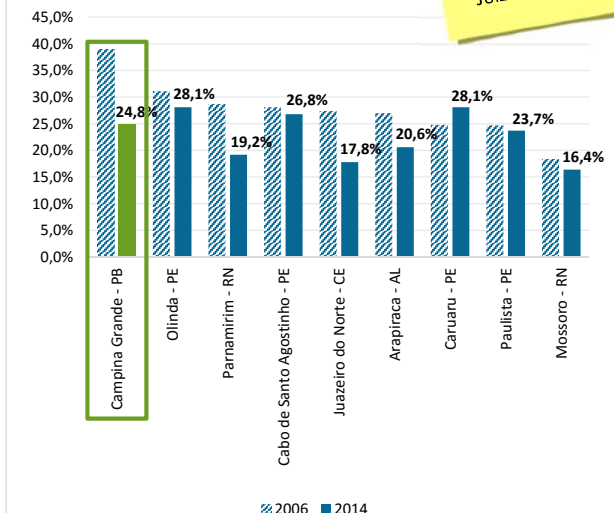
Fonte: INEP/Ministério da Educação

ANÁLISE COMPARATIVA

ATRASO ESCOLAR: DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

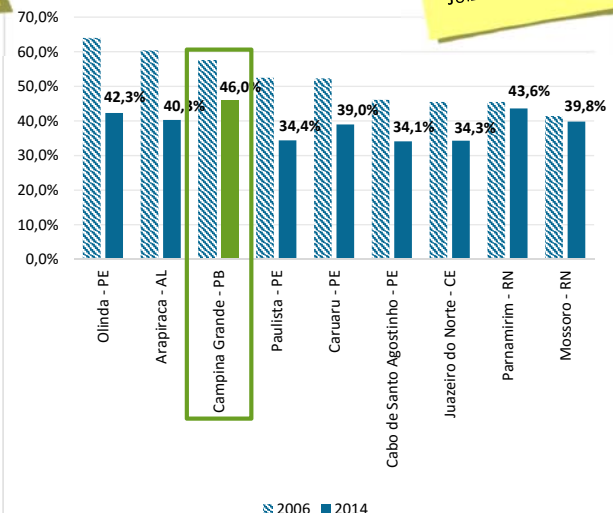
A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE MEDE A PROPORÇÃO DE ALUNOS COM ATRASO ESCOLAR DE 2 ANOS OU MAIS. APESAR DA FORTE QUEDA ENTRE 2006 E 2014, CAMPINA GRANDE AINDA APRESENTA ELEVADO ATRASO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL I E II: 24,8% DOS ALUNOS DO EF I E 46% DOS ALUNOS DO EF II TEM PELO MENOS 2 ANOS DE ATRASO ESCOLAR.

Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental I – Rede Pública (2006 e 2014)



DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO EF I (2014):
JOÃO PESSOA 22,3%
JUIZ DE FORA 10%

Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental I – Rede Pública (2006 e 2014)



DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO EF II (2014):
JOÃO PESSOA 37,1%
JUIZ DE FORA 33,6%

Fonte: INEP/Ministério da Educação

CASO DE REFERÊNCIA

1. Foz do Iguaçu/PR



POPULAÇÃO: **263.789¹** HABITANTES
 PIB: **R\$ 9,8 bilhões²** (2,9% do PIB do PR)
 PIB per Capita: **R\$ 37,4 mil**

DESAFIOS

- MELHORAR OS ÍNDICES DE DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO, APROVEITANDO OS BAIXOS NÍVEIS DE EVASÃO ESCOLAR.
- PROMOVER O ENSINO FOCADO NO ALUNO, CONSIDERANDO PAIS E PROFESSORES ATORES FUNDAMENTAIS, MAS NÃO OS ÚNICOS, AO ALCANCE DA EXCELÊNCIA EDUCACIONAL.

RESULTADOS

- UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLA (DE 4 E 5 ANOS) EM 2012.
- MELHORA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM TODAS AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO.
- IDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL I SALTOU DE 4,2 PARA 7,3 EM 8 ANOS.
- ATUALMENTE, NÃO POSSUI ABANDONOS EM NENHUMA SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL I.



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

CASO DE REFERÊNCIA

1. Foz do Iguaçu/PR

COMPARAÇÃO ENTRE A REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU E CAMPINA GRANDE (2014)

Matrículas na rede Municipal:

	FOZ DO IGUAÇU	CAMPINA GRANDE
ALUNOS	24.577	28.817
NO E.F. I	17.804	14.735

Gastos em educação:

	FOZ DO IGUAÇU	CAMPINA GRANDE
DAS DESPESAS	23%	23%
MILHÕES	R\$ 140,3	R\$ 115,1

Estimativa do Gasto por aluno¹:

	FOZ DO IGUAÇU	CAMPINA GRANDE
ALUNO	R\$ 5.710	R\$ 3.996

Escolas Municipais:

	FOZ DO IGUAÇU	CAMPINA GRANDE
ESCOLAS	83	155

Escolas municipais com biblioteca:

	FOZ DO IGUAÇU	CAMPINA GRANDE
DAS ESCOLAS	35%	11%

Escolas com internet banda larga:

	FOZ DO IGUAÇU	CAMPINA GRANDE
DAS ESCOLAS	90%	39%

Fonte: Censo da educação; Disponível em: www.gedu.com.br e Meu Município; Disponível em: www.meumunicipio.org.br. ¹ Cálculo Macroplan com base em dados do Meu Município e do Censo Escolar (Gasto Municipal na função educação e o número de matrículas na rede municipal em todos os níveis)

→ O DESAFIO: A SITUAÇÃO DA REDE EM 2007

EDUCAÇÃO INFANTIL

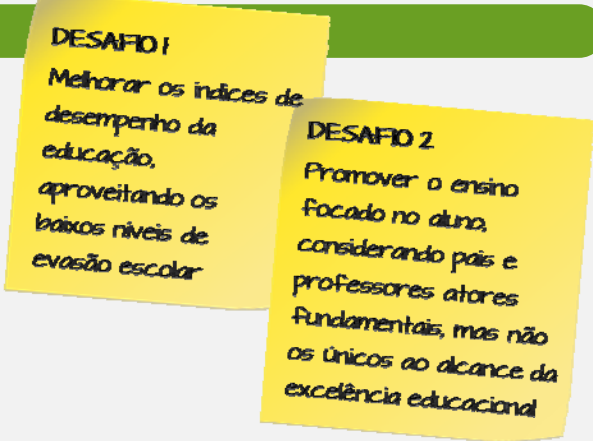
- **FALTA DE VAGAS**, COM APENAS 2.800 (20%) CRIANÇAS DE 0-5 ANOS NAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS
- **ESCOLAS COM INFRAESTRUTURA PRECÁRIA**

ENSINO FUNDAMENTAL I

- **ALTA TAXA DE REPROVAÇÃO**, COM MÉDIA DE 15% DOS ALUNOS
- **ALTA EVASÃO ESCOLAR**, COM 134 ALUNOS EM 2007
- **BAIXA QUALIDADE DE ENSINO**, COM MÉDIA 4,8 NO IDEB DE 2007

ENSINO FUNDAMENTAL I

- **GRANDE DESIGUALDADE DE QUALIDADE DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL**, COM 28 ESCOLAS ABAIXO DA MÉDIA DE 4,8 DO IDEB DO TOTAL DE 48 ESCOLAS (UMA VARIAÇÃO DE NOTA 4,0 PARA A PIOR ESCOLA E 5,9 PARA A MELHOR ESCOLA)
- **BAIXA PROFICIÊNCIA¹ DO ENSINO DA REDE PÚBLICA DA CIDADE:** (i) 60% DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 5º ANO NÃO CONSEGUAM CHEGAR NO NÍVEL BÁSICO EM PORTUGUÊS; E (ii) 64% DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 5º ANO ESTAVAM ABAIXO DO CONHECIMENTO BÁSICO EM MATEMÁTICA
- **ESCOLAS COM INFRAESTRUTURA PRECÁRIA**



→ INICIATIVAS E AÇÕES

- De 2007 a 2011, o **investimento em educação** passou de R\$ 42 mi para R\$ 69 mi.
- **Profissionalização da gestão educacional:** definição de metas, equipes mais bem preparadas e maior autonomia.
- **Pagamento de 14º salário** às equipes das escolas com base no **alcance das metas**.
- Autonomia da direção escolar para **planejamento e implementação de estratégias**.
- Criação de **novo modelo de creche**, com maior capacidade de atendimento a mesmo custo.
- Investimento em educação infantil: **melhoria de infraestrutura** e das **práticas pedagógicas**.
- **Avaliação diagnóstica** periódica do Ensino Fundamental I.
- Oferta regular de **aulas de reforço** no contra turno escolar a todos os alunos.
- **Engajamento dos pais** na vida escolar, via participação direta e associações.
- **Aluno** como **centro do processo** ensino-aprendizagem.
- Incentivo para **trabalho cooperativo entre docentes**.
- Oferta de **treinamento e formação continuada** aos agentes educacionais e professores.

CASO DE REFERÊNCIA

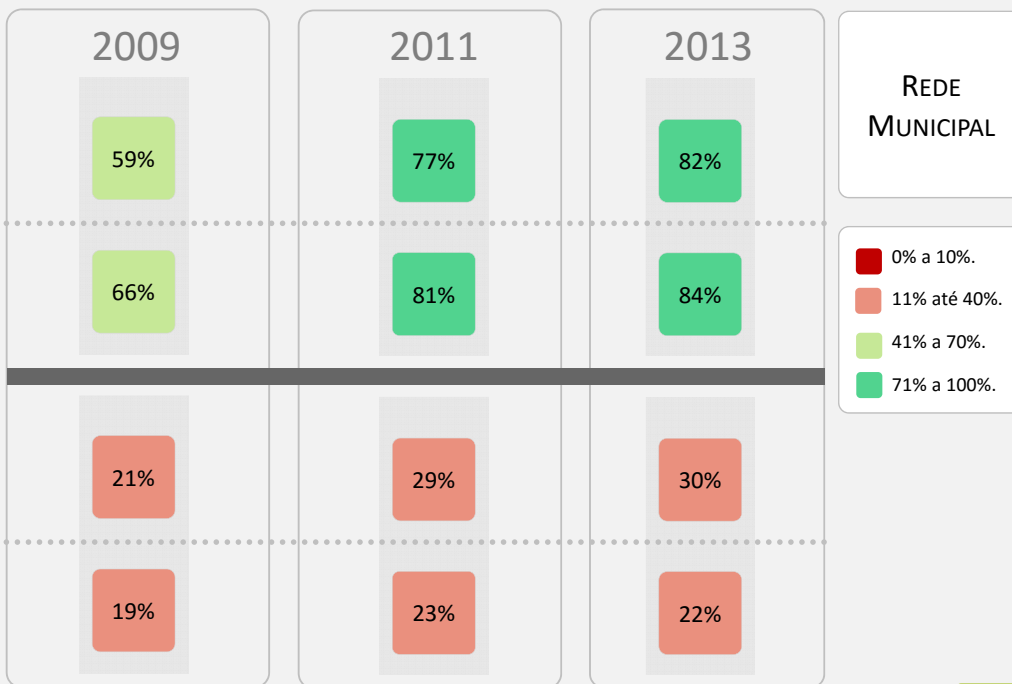
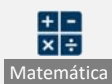
1. Foz do Iguaçu/PR

PROPORÇÃO DE ALUNOS COM APRENDIZADO ADEQUADO À SUA ETAPA ESCOLAR¹: 5º ANO

FOZ DO IGUAÇU



CAMPINA GRANDE



Fonte: Censo Escolar/INEP 2013; Disponível em: QEDU.org.br

CASO DE REFERÊNCIA

1. Foz do Iguaçu/PR

EVOLUÇÃO DAS NOTAS DA PROVA BRASIL: 5º ANO

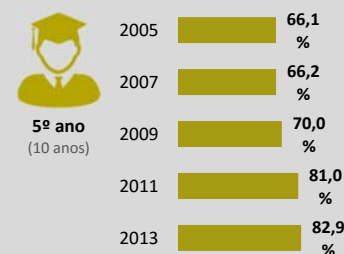
FOZ DO IGUAÇU



CAMPINA GRANDE



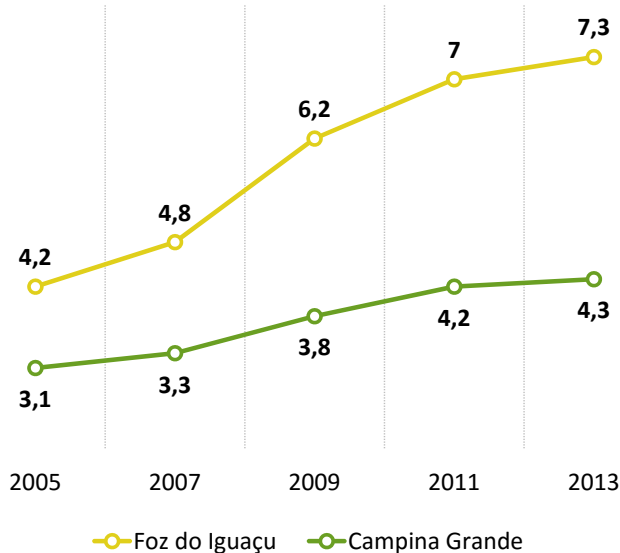
Evolução das taxas de aprovação nos anos iniciais



Fonte: Censo Escolar/INEP 2013; Disponível em: QEDU.org.br

DESEMPENHO DE FOZ DO IGUAÇU NO IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL

▶ IDEB Anos Iniciais da rede Municipal



EM 2013, A REDE MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU ATENDIA 100% DAS MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I.

EM CAMPINA GRANDE, O MUNICÍPIO É RESPONSÁVEL POR 82% DAS MATRÍCULAS.

Fonte: INEP, 2013.

201

INICIATIVAS DE FOZ DO IGUAÇU: INTEGRAR AÇÕES PARA QUE ALUNOS, GOVERNO E COMUNIDADE POSSAM ATUAR JUNTOS, OBJETIVANDO A CONSOLIDAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SOCIAL E EMANCIPATÓRIA

Eixo 1 | MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

- **Públicos:** Alunos, Diretores, Professores, Pais de Alunos, Escolas em bairros vulneráveis
- **Ações:** Construção de novas escolas e reforma de 75% da escolas da rede municipal, obtendo engajamento dos pais de alunos com melhorias físicas, além de aumentar o atendimento da Educação Infantil (0 e 5 anos)

Eixo 2 | FORTALECER A AÇÃO PEDAGÓGICA

- **Públicos:** Alunos do Fundamental I com baixa proficiência escolar, analfabetos, repetentes e apoio especial às escolas em bairros vulneráveis
- **Ações:** Criação de um plano estruturado de recuperação do ensino, com metas claras para cada escola, a fim de melhorar a qualidade da Educação: aumentando o resultado no IDEB/Prova Brasil em todas as escolas, reduzindo a distorção idade-série, evasão (Projeto Fica) e a taxa de reprovação

Eixo 3 | FORTALECER A GESTÃO ESCOLAR

- **Públicos:** Diretores escolares, professores, coordenadores pedagógicos, funcionários da rede escolar
- **Ações:** O currículo é definido anualmente pela própria escola e apresentado para ser validado pela Secretaria Municipal, com objetivo de engajar professores, diretores e funcionários. Também são propostas capacitações aos Diretores Escolares em Educação financeira e gestão de recursos, valorizando a profissão dos educadores no município e criando mecanismos de incentivo à assiduidade e busca por resultados

 OS RESULTADOS ALCANÇADOS

- **Desempenho Uniforme entre todas as escolas da rede municipal**
- **Universalização do Atendimento em pré-escola (de 4 e 5 anos) em 2012:** evolução de 3.299 estudantes matriculados em 2010 para 4.730 estudantes matriculados em 2012.
- **Reconstrução e reforma de 75% da Rede Escolar Municipal entre o período de 2008-2012 dentre elas:** ampliação de salas de aula, instalação de aparelhos de ar-condicionado, construção de quadras esportivas, laboratórios e bibliotecas.
- **Redução da distorção série-idade, em duas frentes (dados internos da SMED Foz do Iguaçu):** redução da Evasão escolar de 134 em 2007 para 3 em 2011; Redução da Reprovação escolar em todas as escolas e na rede municipal, passando da média de 15% em 2007 para 2,3% em 2011.
- **Melhoria da qualidade de ensino, com alunos aprendendo mais e melhor em todas as escolas:** os indicadores de IDEB/Prova Brasil melhoraram em TODAS as escolas, passando de média 4,8 no IDEB 2007 (variando de 4,0 para a pior escola e para 5,9 para a melhor escola) para média 7,0 no IDEB 2011 (variando de 6,2 para a pior escola e para 8,6 para a melhor escola) . É importante ressaltar que a pior escola em 2007 era a João XXIII, com a nota 4,0, passando para nota 6,9 no IDEB 2011.

Fonte: Prêmio ONU – UNPSA 2015, Joane Vilela (ex-Secretária de Educação de Foz do Iguaçu),

203

 OS DIFERENCIAIS E APRENDIZADOS

- **Preocupação com o desenvolvimento de todos os alunos, fornecendo apoio para áreas mais vulneráveis, promovendo inclusão:** ao melhorar todas as escolas, de bairros ricos e pobres, de forma a reduzir a desigualdade, a experiência de Foz do Iguaçu 2008-2012 rompeu velhos paradigmas da Educação Brasileira, como o de justificar os baixos resultados de aprendizagem em virtude de condições difíceis de vida ou realidades socioeconômicas adversas. Com isso, intervenções ainda na infância se mostram fundamentais.
- **Valorização dos Professores e trabalho em equipe¹:** o fator mais significativo foi o engajamento dos professores, que só existiu graças aos gestores das escolas, ao aprovarem o sonho de melhoria. A Secretária de Educação foi pessoalmente a todas as 50 escolas, conversou com todas as Diretoras e algumas professoras.
- **Autonomia das escolas:** em Foz do Iguaçu, as escolas municipais seguiram diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, mas tiveram autonomia para propor e implementar estratégias e métodos próprios de ensino. Apoio diferenciado e intensivo da Secretaria Municipal para escolas mais vulneráveis e professores com classes de baixos índices de aprendizagem.
- **Profissionalização da gestão escolar e pedagógica:** a SMED ganhou gestão profissional entre 2008-2012, com autonomia para implementar a reforma da rede municipal de ensino.
- **Articulação com vários atores:** plano conjunto com todos diretores de escolas e o máximo de professores da rede, apoio do Prefeito e Secretariado, articulação com a Academia. Além de contar com equipe multidisciplinar – composta por psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais – comprometida com o projeto de melhoria da qualidade da educação para prestar apoio às escolas.
- **Acreditar que a mudança é possível:** confiar que a equipe seria capaz de atingir o sonho de uma educação de qualidade para toda Foz do Iguaçu.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu. ¹Estudos como o de Chetty et al. (2012) estima que qualidade do professor está associada a maior renda futura, maior probabilidade de frequentar a faculdade, e menor chance de ter filho durante a adolescência.

204

CASO DE REFERÊNCIA

2. Belo Horizonte/MG



POPULAÇÃO: **2.502.557 HABITANTES¹**
 PIB: **RR\$ 81,4 bilhões²** (16,7% do PIB de MG)
 PIB per Capita: **R\$ 32,4 mil**

DESAFIOS

- MELHORAR O DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO DE BASE, VISANDO O BOM APRENDIZADO DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL.
- A REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE ALUNOS NO 3º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM IDADE SUPERIOR À RECOMENDADA.
- AUMENTAR O IDEB, ATÉ 2030, PARA 7,7 NAS SÉRIES INICIAIS E 6,8 NAS SÉRIES FINAIS DAS REDES PÚBLICA E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

RESULTADOS

- CIDADE APRESENTOU MELHORA DO IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE 4,6 PARA 6 ENTRE 2005 E 2013 NA REDE PÚBLICA.
- EXPANSÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL
- INICIATIVA MULTISSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS VULNERÁVEIS



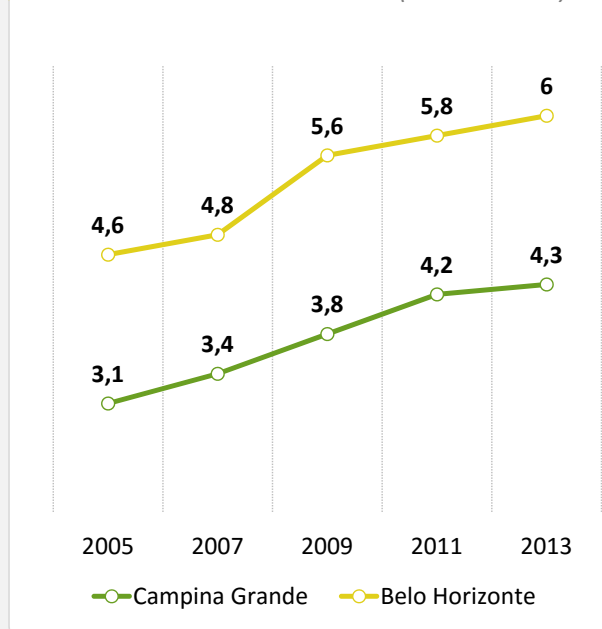
Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

CASO DE REFERÊNCIA

2. Belo Horizonte/MG

ENSINO FUNDAMENTAL I: NÚMERO DE MATRÍCULAS E QUALIDADE DO ENSINO

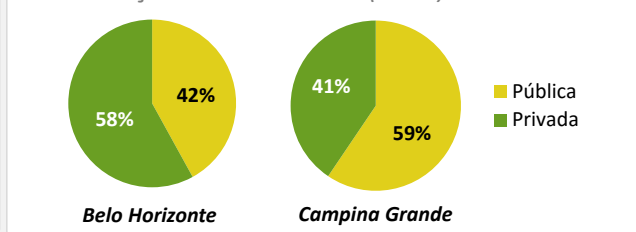
IDEB no Ensino Fundamental I (Rede Pública)



Tamanho da Rede Pública de Ensino (2014)

	Alunos	Escolas
BELO HORIZONTE	110.048	426
CAMPINA GRANDE	17.888	214

Distribuição das Matrículas (2014)



Fonte: INEP, 2013.

INICIATIVAS E AÇÕES ADOTADAS EM BELO HORIZONTE

AO ANALISAR AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE BELO HORIZONTE EM RELAÇÃO À MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, OBSERVA-SE DOIS GRANDES MOVIMENTOS:

Melhoria da Infraestrutura

- Programas multidisciplinares, mais tempo da criança na escola

Educação integral

- Manutenção, ampliação e reforma das unidades escolares

Projetos da Secretaria Municipal de Educação

- **EXPANSÃO DA ESCOLA INTEGRADA**
 - EXPANDIR A OFERTA DE VAGAS NA ESCOLA INTEGRADA PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR DIURNO, GARANTINDO ATENÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES.
- **MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**
 - AUMENTAR A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL, GARANTINDO A TODOS OS ESTUDANTES ACESSO, PERMANÊNCIA, A HABILIDADE DE LER AOS 8 ANOS, AS COMPETÊNCIAS BÁSICAS DOS CÁLCULOS MATEMÁTICOS E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ATÉ OS 10 ANOS COM EQUIDADE DE GÊNERO RAÇA E CLASSE SOCIAL.

PROJETO EXTENSÃO DA ESCOLA INTEGRADA

Ações e iniciativas em 2014:

1. **AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA** ATENDENDO 172 ESCOLAS MUNICIPAIS COM CERCA DE 66.000 ALUNOS PARTICIPANTES, O **ESCOLA ABERTA**, 172 ESCOLAS COM 2.914.463 E O **ESCOLA NAS FÉRIAS** COM A PARTICIPAÇÃO DE 108.557 ESTUDANTES.
2. **CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES** - ADEQUAÇÕES DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE 22 ESCOLAS MUNICIPAIS E CONSTRUÇÃO DE OUTRAS SETE VISANDO À AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA DESDE 2013.
3. **BH PARA CRIANÇAS** - TRANSPORTE PARA VISITAR ESPAÇOS CULTURAIS DA CIDADE PARA AMPLIAR A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES, SABERES E CULTURAS. EM 2014, O PROGRAMA PROPORCIONOU 766.480 ATENDIMENTOS A ESTUDANTES.
4. **OFICINAS DE MUSICALIZAÇÃO** - 932 OFICINAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS UTILIZANDO A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM PERMITINDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES A DESENVOLVEREM NOVAS HABILIDADES. OFERTA DE ENSINO DE MÚSICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS PROVENDO 2.000 VAGAS ANUALMENTE.
5. **PROGRAMA REDE PELA PAZ** - FORMAR, ELABORAR E EXECUTAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ SUSTENTÁVEL PARA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR. MONITORA PERMANENTEMENTE AS OCORRÊNCIAS E EVENTOS QUE INCIDEM DIRETAMENTE SOBRE O CLIMA ESCOLAR, REALIZANDO INTERVENÇÕES CONJUNTAS COM AS ESCOLAS EM CARÁTER PREVENTIVO OU NA BUSCA DE SOLUÇÕES FRENTE À IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS.

FÓRUM MINEIRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

O FÓRUM TEM A FINALIDADE DE POSSIBILITAR ESTUDANTES, PROFESSORES, FAMÍLIAS, AGENTES CULTURAIS, MONITORES, OFICINEIROS, BOLSISTAS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO UM MOMENTO DE TROCA DAS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE E DEMAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA; APRESENTAR AOS CIDADÃOS DE BELO HORIZONTE AS AÇÕES E PROJETOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; OCUPAR AS RUAS, PRAÇAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE COMO TERRITÓRIOS EDUCATIVOS, TRANSFORMANDO-OS EM TRILHAS PEDAGÓGICAS

 PROJETO MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Ações e iniciativas em 2014:

1. PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO E AULAS DE REFORÇO PARA SANAR DIFICULDADES E REDUZIR A DEFASAGEM DOS ALUNOS COM DIFICULDADE EM LEITURA, ESCRITA E MATEMÁTICA – **PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM** E O **PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA** (LÍNGUA PORTUGUESA, 12.627 ALUNOS; MATEMÁTICA, 8.480 ALUNOS)
2. PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS, CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL PARA GESTORES DA EDUCAÇÃO **FORMAÇÃO DOCENTE**
3. AMPLIAÇÃO DO **MONITORAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR** PELO PROGRAMA FAMÍLIA-ESCOLA; EXPANSÃO DO **PROGRAMA SAÚDE NAS ESCOLAS, MONITORAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR, AÇÕES DE INCLUSÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**
4. ATIVIDADES COM O OBJETIVO DE **CAPACITAR PROFESSORES INTERVENTORES** PARA O TRABALHO DE REFORÇO ESCOLAR E PARA ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR, ALÉM DE **DIRETORES**, PARA A GESTÃO DAS UNIDADES DE ENSINO. FORAM 20.861 FORMAÇÕES. OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), 2.445 PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE UM TOTAL DE 79 FORMAÇÕES.

 PROJETO MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO (CONTINUAÇÃO)

5. **PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (AOS OITO ANOS DE IDADE)** – COM O OBJETIVO DE ALFABETIZAR TODOS OS ESTUDANTES ATÉ NO MÁXIMO OITO ANOS DE IDADE (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO), FORAM DESENVOLVIDOS ENCONTROS CENTRALIZADOS DE COORDENADORES E FORMAÇÕES EM CURSOS/OFCINAS COM 1.555 PROFESSORES FORMADOS
6. PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PARA REDUZIR O ABANDONO – **PROGRAMA FAMÍLIA-ESCOLA**, ACESSO AO TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DE FREQUÊNCIA DO ALUNO EM ESCOLAS MUNICIPAIS E DISTRIBUIÇÃO DE 218.725 MIL KITS ESCOLARES
7. PROGRAMAS CULTURAIS E EVENTOS ARTÍSTICOS DE TEATRO E DANÇA PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL COM O **PROJETO ARTE NA ESCOLA E LÍNGUA INGLESA** PARA AMPLIAR OS CURSOS DE LÍNGUA INGLESA E CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES
8. **PROJETO TRAJETÓRIAS ADOLESCENTES** – PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES DO 3º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL DIURNO A IMERSÃO NOS DIVERSOS CAMPOS PROFISSIONAIS E ÁREAS TÉCNICAS PROFISSIONALIZANTES MOTIVANDO-OS PARA O ESTUDO E PROJEÇÃO DA SUA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL. O ALUNO VISITA AS EMPRESAS, PROPICIANDO AOS ESTUDANTES UMA EXPERIÊNCIA “IN LOCO” DA PRÁTICA ALGUMAS PROFISSÕES. O NOVO PROJETO ENCONTRA-SE EM FASE DE IMPLANTAÇÃO, COM INÍCIO DAS ATIVIDADES PREVISTO PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015.

EM 2014, BELO HORIZONTE RECEBEU, DO MEC E DA UNICEF, O SELO DE MUNICÍPIO LIVRE DO ANALFABETISMO.

A CERTIFICAÇÃO É OFERECIDA ÀS CIDADES QUE ATINGEM MAIS DE 96% DE ALFABETIZAÇÃO.

PROJETO MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO (CONTINUAÇÃO)

9. **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA** – AÇÃO CONJUNTA DAS SECRETARIAS PARA IMPEDIR QUE PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE PREJUDIQUEM O DESENVOLVIMENTO E A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES. PARTICIPAM DO PSE TODOS OS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DIURNO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BELO HORIZONTE. INICIADO COM UM PROJETO PILOTO EM 2008, ATENDENDO NOVE ESCOLAS, E EM 2014 O PROGRAMA FOI REALIZADO EM 171 ESCOLAS MUNICIPAIS E EM ONZE UMEIS, COM 102.374 ALUNOS ATENDIDOS. FORAM REALIZADAS 8.200 CONSULTAS OFTALMOLÓGICAS, E FORNECIDOS 2.370 ÓCULOS
10. **DIETAS ESPECIAIS** – IMPLANTADA EM 2009, ATENDE 100% DA DEMANDA DE CRIANÇAS E JOVENS PORTADORES DE DOENÇA CELÍACA, DIABETES I E II, ALERGIA À PROTEÍNA DE LEITE DE VACA, INTOLERÂNCIA À LACTOSE, FENILCETONÚRIA E ANEMIA FALCIFORME. EM 2014 FORAM FORNECIDAS 170.545 REFEIÇÕES, BENEFICIANDO 183 ALUNOS, DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E REDE CONVENIADA.
11. PROGRAMA DE MELHORIA DO CLIMA ESCOLAR DE UMA CULTURA DE PAZ, BEM COMO O APRIMORAMENTO DA FORMAÇÃO DOS EDUCANDOS – **PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ESCOLAR (PLASE)**. O **OBSERVATÓRIO DO CLIMA ESCOLAR**, QUE VAI MONITORAR O DIA A DIA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE, ESTABELECENDO INDICADORES E PONTOS CRÍTICOS A SEREM TRABALHADOS NO ÂMBITO DO COMBATE À VIOLÊNCIA.

INICIATIVA MULTISSETORIAL PIONEIRA EM BELO HORIZONTE EM 2011

- De forma a responder ao desafio da multissetorialidade na educação, BH apresenta um caso de referência de um empreendimento social, sem fins lucrativos e sem filiação política ou religiosa, que criou uma metodologia pioneira visando reestruturar e promover o auto sustento das famílias de crianças com doenças crônicas e vítimas da desigualdade social.
- Como a pobreza e a miséria são multidimensionais, o Saúde Criança trabalha de forma multidisciplinar e integrada em cinco áreas: saúde, moradia, cidadania, renda e educação. Portanto, atua no cerne da inclusão social promovendo o desenvolvimento humano.
- O trabalho se baseia no Plano de Ação Familiar (PAF), conjunto de ações com metas e prazos de execução. O PAF é elaborado, em parceria com a família, por uma equipe formada por assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos, psiquiatras e advogados, entre outros.
- Cada família é atendida, individualmente, a partir das suas necessidades e potencialidades, durante um período de aproximadamente dois anos, para que possa adquirir autonomia e dignidade.

Ênfase na educação infantil, para crianças de zero a cinco anos e seis meses; no EJA e na escola integrada

NA DIMENSÃO EDUCAÇÃO, A ASSOCIAÇÃO SAÚDE CRIANÇA PROCURA ASSEGURAR QUE TODAS AS CRIANÇAS ESTEJAM ESTUDANDO. FUNCIONÁRIOS E VOLUNTÁRIOS TRABALHAM PARA CONSCIENCIALIZAR OS RESPONSÁVEIS SOBRE A IMPORTÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL. A EQUIPE ACOMPANHA A EVOLUÇÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS. AO IDENTIFICAR DIFICULDADES, OS PROFISSIONAIS BUSCAM CONTATO COM AS ESCOLAS E QUANDO NECESSÁRIO ENCAMINHAM AS CRIANÇAS PARA ÁREAS DE APOIO COMO PSICOPEDAGOGIA, OFTALMOLOGIA, ENTRE OUTRAS.



➔ INICIATIVA MULTISSETORIAL PIONEIRA EM BELO HORIZONTE EM 2011

- A metodologia aplicada foi transformada em política pública em Belo Horizonte, resultando no programa **FAMÍLIA CIDADÃ: BH SEM MISÉRIA**.
- Visão de atendimento integral à família, convergindo ações governamentais e não governamentais para a promoção dos direitos e a melhoria imediata das condições de vida das famílias atendidas.

750 famílias estavam cadastradas no programa em 2015.

“...desenvolvemos o projeto Família Cidadã: BH sem miséria, fruto de uma parceria sólida a partir de objetivos comuns, tendo o reconhecimento das famílias como atores decisivos (e não passivos) no estabelecimento de metas a serem alcançadas e a compreensão de que, em um país com tamanha desigualdade, somente o envolvimento e a união de vários setores da sociedade é que provocará uma verdadeira mudança social.”

Marcelo Mourão, Gerente de Coordenação do Programa BH Cidadania.

Metodologia

1. Seleção das famílias/território;
 - 1.1. Pelo CAD ÚNICO - CADASTRO ÚNICO DO GOVERNO FEDERAL;
 - 1.2. Moradores dos territórios do Programa BH Cidadania;
 - 1.3. Renda per capita igual ou menor a R\$ 77,00;
 - 1.4. Famílias com IDF – índice de desenvolvimento da família – igual ou menor a 0,5
2. Elaboração do PAF – Plano de Ação Familiar – das famílias selecionadas;
3. Acompanhamento / Monitoramento;
 - 3.1. Avaliação: mensal, bimestral e semestral
4. Análise – superação (após 24 meses de acompanhamento)

Fonte: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=12&ved=0CCMQFjABOApqFQoTCMzckZyA3sYCFYmSKAodiy8PAA&url=http%3A%2F%2Fwww.multimedia.fnp.org.br%2Fbiblioteca%2Fapresentacoes%2Fitem%2Fdownload%2F106_02c11f2ac4bd9335a9361a3b46d89d23&ei=DcamVYyiAomIwGSL3zw&usq=AFQjCNFL-960_w3oesKnC3zF5IEpzdwhRW&sig2=ykyGqxGWA-vCuHOoHi8VTA&bvm=bv.97949915,d.Y2I&cad=rja

➔ PLANO DE AÇÃO FAMILIAR (PAF)

Nº	MEMBRO FAMILIAR	VULNERABILIDADES IDENTIFICADAS	AÇÕES/INTERVENÇÕES PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	PRAZO MÊS/ANO	AQUISIÇÕES ESPERADAS/METAS	MONITORAMENTO AÇÃO REALIZADA/NÃO REALIZADA
1	Tânia Gomes	Saúde física e bucal Desemprego Baixa escolaridade Vínculos com famílias/parentes fragilizados	Marcação de consulta odontológica e clínica Inserção na EJA Inserção na Incubadora (Inclusão Produtiva)	Saúde/Educação CRAS	<ul style="list-style-type: none"> • Abril/11 (CRAS) • Maio/11 (saúde) • Julho/11 (Educação) 	Melhora nas condições de saúde, aumenta da escolarização, inclusão produtiva, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários	Realizou inserção na incubadora, mas não compareceu à aula inaugural
2	Dayana Aparecida Gomes	Saúde mental/ abandono escolar/ dificuldade de socialização	Consulta especializada/ EJA Médio/ Inserção em atividades coletivas	Saúde/Educação CRAS	<ul style="list-style-type: none"> • Abril/11 (saúde) • Julho/11 (EJA) • Agosto/11 (CRAS) 	Controle do quadro de saúde, escolarização e socialização	A inserção no EJA ainda não foi possível em função da distância de sua moradia, mas outras possibilidades estão sendo criadas
3	Maikon Nascimento Gomes		Inserção em Programa Jovem Aprendiz/Documentação	CRAS	<ul style="list-style-type: none"> • Maio/11 (CRAS) 	Inserção no mercado de trabalho	O adolescente providenciou CTPS. Aguarda inscrição no Trabalho Protegido AMAS inserido no PROJÓVEM
4	Ketley Cristine Nascimento Gomes	Dificuldade de aprendizagem	Intervenção pedagógica/reforço escolar	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Abril/11 (Educação) 	Melhor desempenho escolar	A criança foi incluída no reforço escolar em 21/03/11 – Frequência no Programa Socialização

Fonte: Seminário família Paranaense. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/familia_paranaense/MARCELOMOURAO.pdf

CASO DE REFERÊNCIA

3. Sobral/CE



POPULAÇÃO: **201.756¹** HABITANTES
 PIB: **R\$ 3,3 bilhões²** (3,1% do PIB do CE)
 PIB per Capita: **R\$ 17 mil**

DESAFIOS

- BAIXO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL: 30% DAS CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS NÃO FREQUENTAVAM A ESCOLA.
- ALTA TAXA DE ABANDONO NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 9º ANO): 9,94%
- BAIXA QUALIDADE NO ENSINO: 48% DAS CRIANÇAS NÃO TINHAM DOMÍNIO DA ESCRITA E LEITURA AO FINAL DA 2ª SÉRIE DO EF
- ALTA TAXA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICA: 57,5%

RESULTADOS

- MAIOR IDEB DO NORDESTE NO ENSINO FUNDAMENTAL I: 7,9
- 6º MAIOR IDEB DO BRASIL NO ENSINO FUNDAMENTAL I
- EVOLUÇÃO DE 3,8 PONTOS ENTRE 2005 E 2013.
- REDUÇÃO NA DISTORÇÃO IDADE SÉRIE EM TODOS OS NÍVEIS



215

Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

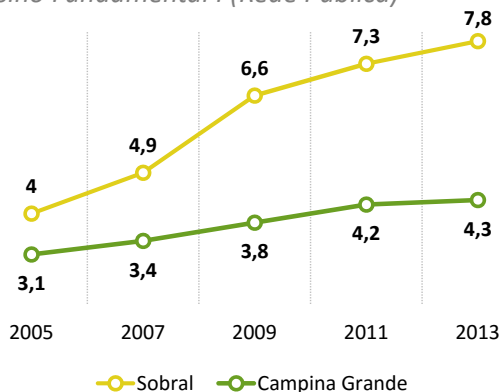
CASO DE REFERÊNCIA

3. Sobral/CE

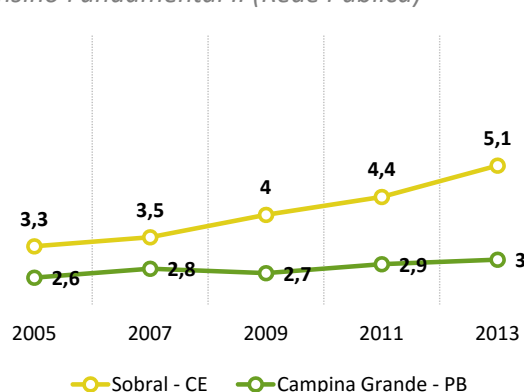
COMPARAÇÃO DO IDEB: ENSINO FUNDAMENTAL I E II

- A rede pública de Sobral obteve em 2013 a melhor nota no IDEB do ensino fundamental I entre os municípios do nordeste (6º maior do país).
- A evolução no Ensino Fundamental I foi de 3,8 pontos entre 2005 e 2013.
- No Ensino Fundamental II, também houve evolução expressiva: de 3,3 para 5,1 pontos.

Ensino Fundamental I (Rede Pública)



Ensino Fundamental II (Rede Pública)



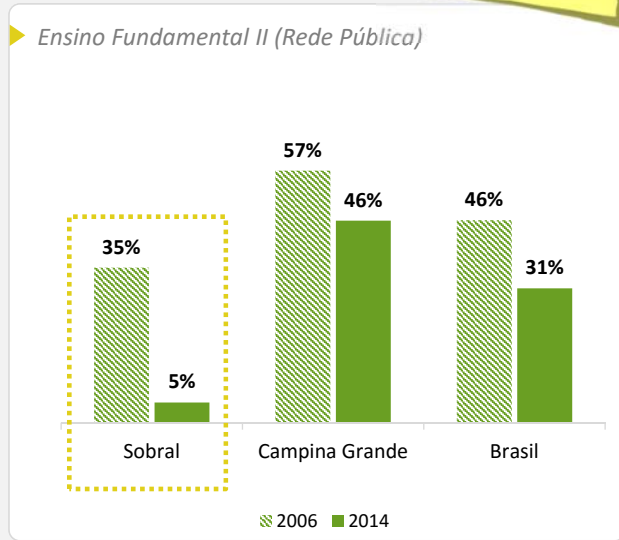
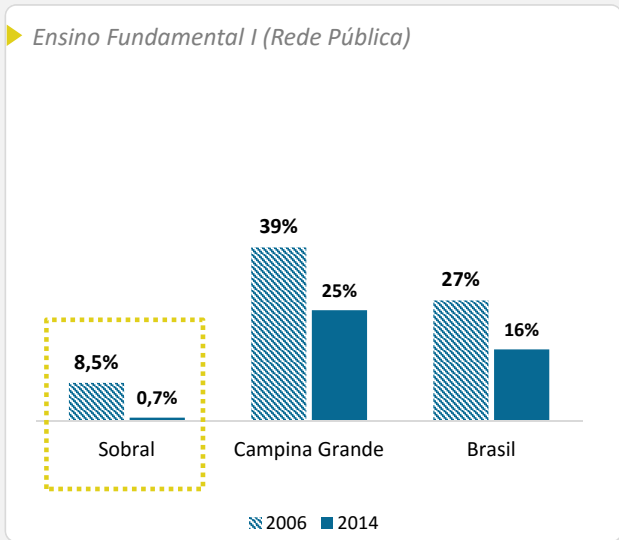
Fonte: INEP

216

COMPARAÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE: ENSINO FUNDAMENTAL I E II

Sobral reduziu a distorção idade série para **1% dos alunos do Ensino Fundamental I** e para **5% do Ensino Fundamental II** em 2014.

A **DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE** MEDE A PROPORÇÃO DE ALUNOS COM ATRASO ESCOLAR DE 2 ANOS OU MAIS.



Fonte: INEP

217

AÇÕES E INICIATIVAS MUNICIPAIS EM SOBRAL

A NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO FEZ PARTE DE UM PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL EM TODAS AS ÁREAS, ATRAVÉS DE ESFORÇOS INTERSETORIAIS

1 | FORTALECER A AÇÃO PEDAGÓGICA

- **Público:** Professores alfabetizadores
- **Ações:** Estabelecimento de conteúdos e metas bimestrais de aprendizagem, encontros de formação para professores, definição de matrizes pedagógicas, aumento no volume de material escolar disponibilizado para as escolas.

2 | FORTALECER A GESTÃO ESCOLAR

- **Público:** Diretores escolares, professores, coordenadores pedagógicos, funcionários da rede escolar
- **Ações:** Promoção de maior autonomia administrativa, financeira e pedagógica para a escola, profissionalização da gestão escolar, seleção de diretores com base no mérito, incentivos através de bônus salariais, programas de formação e capacitação de diretores

3 | MONITORAR O ENSINO-APRENDIZAGEM

- **Público:** Gestores, Diretores escolares, professores, coordenadores pedagógicos, pais e comunidade escolar
- **Ações:** Desenvolvimento da cultura de monitoramento da aprendizagem, acesso aos indicadores e compreensão pela comunidade escolar, responsabilização dos diversos atores, criação de um órgão responsável pelo monitoramento (Superintendência Escolar), adoção de incentivos salariais, reuniões pedagógicas quinzenais com a presença dos pais.

Fonte: Macroplan, baseado em "Vencendo o Desafio da Aprendizagem nas Séries Iniciais: A Experiência de Sobral/CE" - INEP

218

 OS RESULTADOS ALCANÇADOS

- **Redução na taxa de analfabetismo:** de **26,47%** em 2000, para **17%** em 2010. Apesar de ainda possuir uma taxa consideravelmente alta, Sobral foi quem apresentou a maior redução (em pontos percentuais) na década (2000-2010), dentre os municípios do grupo de referência.
- **Universalização da oferta e cobertura da educação infantil:** em 2004, **100%** das crianças de 7 anos de idade estavam matriculadas no ensino fundamental regular, contra apenas **86,6%** em 2001. Já em 2007, o estado do Ceará criou o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), inspirado pelas ações e resultados obtidos em Sobral.
- **Redução na distorção idade série em todos os níveis:** de **8,5% para 0,7%** no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e de 35% para 5% no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), resultado da convicção dos gestores do município de que todas as crianças têm capacidade de aprender, independentemente de suas condições sociais
- **Nota 7,8 no IDEB do Ensino Fundamental I (2013)**, superando em 1,7 pontos a meta estabelecida pelo INEP para o ano de 2021. No período de 2005 a 2013, o IDEB da rede pública de ensino foi de **4 para 7,8**, enquanto a média brasileira em 2013 foi 4,9.
- Mesmo sendo apenas o 6º município do estado do Ceará em termos de PIB per capita (R\$ 12.275,00 / 2011)², foi a cidade que apresentou o maior crescimento do IDEB no período analisado (2000-2010).

 OS RESULTADOS ALCANÇADOS

- **Convicção do direito à educação:** a alfabetização se mostrou como a base de uma escolarização bem-sucedida, influenciando a redução da distorção idade-série e dos índices de abandono
- **Estabelecimento de metas e estratégias integradas de atuação:** as metas de alfabetização infantil, regularização do fluxo escolar, redução de abandono e progressiva universalização da educação infantil foram articuladas através de estratégias (1) de fortalecimento da ação pedagógica, com foco nos professores alfabetizadores; e (2) fortalecimento da gestão escolar, baseado na autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas, com foco na liderança, na responsabilização e no comprometimento de diretores; no apoio dos coordenadores pedagógicos; e na responsabilização dos pais e mães pelo acompanhamento da vida escolar das crianças
- **Reorganização Institucional e otimização de recursos:** ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, a fim de garantir a alfabetização de todos os alunos após dois anos de escolarização; administração mais eficiente da rede e o acesso de todas as crianças a uma melhor formação educacional e cultural nas escolas da zona rural; acordo com a Secretaria Estadual de Educação do Ceará visando assumir, progressivamente, a responsabilidade pelo ensino fundamental
- **Novas rotinas em sala de aula:** para as diferentes turmas em metas de alfabetização, foram estabelecidos conteúdos e metas bimestrais de aprendizagem, trabalhadas com os professores em encontros de formação e disponibilizados na através da apostila *Orientações didáticas*. As novas propostas alteraram essencialmente o dia-a-dia da sala de aula, que passou a ser mais atrativa e humanizada para as crianças.

Anexo

Outras boas práticas municipais

EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

221

ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

PRÁTICAS COMUNS ÀS ESCOLAS QUE CONSEGUEM GARANTIR O APRENDIZADO DE TODOS OS ALUNOS

- 1 DEFINIR METAS E TER CLARO O QUE SE QUER ALCANÇAR
- 2 ACOMPANHAR DE PERTO E CONTINUAMENTE O APRENDIZADO DOS ALUNOS
- 3 USAR DADOS SOBRE O APRENDIZADO PARA EMBASAR AÇÕES PEDAGÓGICAS
- 4 FAZER DA ESCOLA UM AMBIENTE AGRADÁVEL E PROPÍCIO AO APRENDIZADO

ESTRATÉGIAS-CHAVE USADAS POR ESCOLAS QUE OBTIVERAM SUCESSO AO IMPLEMENTAR MUDANÇAS

- 1 CRIAR UM FLUXO ABERTO E TRANSPARENTE DE COMUNICAÇÃO
- 2 RESPEITAR A EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR E APOIÁ-LO EM SEU TRABALHO
- 3 ENFRENTAR RESISTÊNCIAS COM O APOIO DE GRUPOS COMPROMETIDOS
- 4 GANHAR O APOIO DE ATORES DE FORA DA ESCOLA

GESTÃO

- Consolidação de um sistema de avaliação do ensino, visando torná-lo um instrumento efetivo de planejamento, monitoramento e gestão escolar. Investimento em medidas de comunicação social para divulgação dos resultados alcançados e dos casos bem sucedidos. Definição de metas para a educação, com indicadores para a alfabetização e ensino fundamental por escola e região de planejamento.
- Processo sistemático de avaliação do desempenho dos alunos, com premiação ao bom desempenho.
- Desenvolvimento dos professores desde a sua formação até o seu desempenho em sala de aula, dando ênfase à formação superior, à avaliação e premiação por resultados, à formação continuada, ao apoio metodológico e à valorização profissional.
- Garantia da segurança escolar, combate ao uso e tráfico de drogas e segurança física dos próprios escolares.
- Estímulos ao aprimoramento da gestão escolar: processo técnico de seleção de diretores e equipe e prêmio para a unidades de ensino com experiências exitosas em gestão escolar.
- Parcerias com governo federal e Terceiro Setor para apoio técnico em gestão e captação de recursos.
- Manutenção e expansão de infraestrutura adequada ao ensino, valendo-se de parcerias com o setor privado.

AÇÕES PEDAGÓGICAS

- Aproximação das escolas com as famílias e incorporação da comunidade à escola:
 - Estimulo à interação dos diretores e professores com os pais e alunos sobre os assuntos da escola e do desenvolvimento do aluno, utilizando métodos tradicionais de contato e novas tecnologias da informação e comunicação.
 - Foco no acompanhamento e monitoramento da frequência escolar; visitas domiciliares às famílias de estudantes infrequentes, diálogos sobre como participar efetivamente da vida escolar de seus filhos; e a realização de encontros nas escolas com professores, coordenação pedagógica e famílias.
- Investimento em programas relacionados à promoção da Saúde na Escola, com avaliações periódicas, dietas especiais e alimentação adequada para cada idade.
- Estruturação de mecanismos de reforço do ensino e da aprendizagem, via aulas adicionais, apoio pedagógico às escolas, parcerias com 3º setor e envolvimento da comunidade escolar.
- Ampliação de jornada, com extensão do tempo educacional no período letivo e nos finais de semana e férias
- Estímulos à boa qualidade e à assiduidade dos professores, com avaliação de desempenho e mecanismo de premiação para os melhores resultados de professores.
- Investimento na primeira infância, entre 0 e 6 anos de idade, matriculada nas creches e pré-escolas municipais.
- Implementação de base curricular que estabeleça o que deve ser ensinado em cada série e processos e métodos de trabalho para orientação do professor dentro da sala de aula.
- Implementação de metodologias especiais para combate ao analfabetismo e à taxa de evasão de alunos em áreas com condições socioeconômicas desfavoráveis.

ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

→ CAPACITAÇÃO

- Desenvolvimento da capacidade gerencial dos diretores das escolas públicas, por meio da seleção baseada em critérios de mérito e liderança, da avaliação e premiação por resultados e da certificação ocupacional dos gestores educacionais.
- Intensa oferta de programas de formação continuada aos docentes e gestores escolares, alinhada à base curricular e metas de aprendizagem dos alunos. Formação especial para os docentes em relação aos métodos de reforço escolar.
- Orientação do conjunto de competências que os professores devem adquirir para tornarem-se instrutores efetivos.

EXPERIÊNCIAS E CASOS DE REFERÊNCIA

4

→ SUSTENTABILIDADE URBANA E AMBIENTAL

INTRODUÇÃO

→ CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

NA DIMENSÃO “**SUSTENTABILIDADE URBANA E AMBIENTAL**” SERÃO DESTACADOS TEMAS RELACIONADOS AO SANEAMENTO BÁSICO, DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

→ PAPEL DO GOVERNO E DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS

CABE AO **GOVERNO FEDERAL** INSTITUIR NORMAS E DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO, PROVENDO APOIO TÉCNICO E RECURSOS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.

O **GOVERNO ESTADUAL** PODE, MEDIANTE LEI COMPLEMENTAR, INSTITUIR REGIÕES METROPOLITANAS, AGLOMERAÇÕES URBANAS E MICRORREGIÕES, CONSTITUÍDAS POR AGRUPAMENTOS DE MUNICÍPIOS LIMÍTROFES, PARA INTEGRAR A ORGANIZAÇÃO, O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM, EM RELAÇÃO AO SANEAMENTO BÁSICO. DESSA FORMA, O GOVERNO ESTADUAL PODE PRESTAR SERVIÇOS DIRETAMENTE OU ASSESSORAR MUNICÍPIOS, CASO NECESSÁRIO.

OS **GOVERNOS MUNICIPAIS** ORGANIZAM E PRESTAM, DIRETAMENTE OU SOB REGIME DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO, OS SERVIÇOS DE INTERESSE LOCAL RELACIONADOS AO SANEAMENTO BÁSICO.

227

INTRODUÇÃO

→ CAMPINA GRANDE HOJE



- ✓ Apesar da evolução até 2010 do acesso à **rede geral de água** (97,9% dos domicílios estão ligado à rede de distribuição)¹, Campina Grande ainda sofre com a **disponibilidade de água**. Atualmente o abastecimento é suspenso por 84 horas semanais, por determinação da CAGEPA².



- ✓ 83% da população é atendida pela rede de **esgotamento sanitário** (2014), um crescimento, em de 10 pontos percentuais relação a 2007³.



- ✓ A coleta direta de lixo atingiu, em 2010, 98% dos domicílios de Campina Grande⁴.

SUMÁRIO

INDICADORES EXAMINADOS NA ANÁLISE COMPARATIVA

ACesso À REDE DE ÁGUA

PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

CASOS DE REFERÊNCIA

✓ 1. CEARÁ

Integração dos Açudes

✓ 2. CAMPINAS/SP

Reuso e redução nas perdas na distribuição de água

✓ 3. CURITIBA/PR

Parques urbanos e áreas de preservação

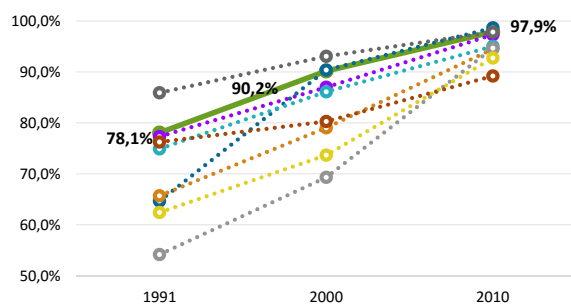
ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

ANÁLISE COMPARATIVA

ÁGUA

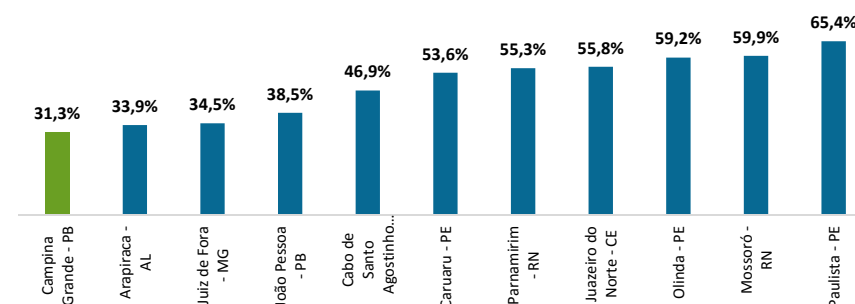
Acesso à rede de água encanada¹



ACESSO À REDE (2010):
BRASIL 92,7%
PARAÍBA 82%
JOÃO PESSOA 99,5%
JUIZ DE FORA 98%

A MAIORIA DAS CIDADES AVALIADAS PRATICAMENTE UNIVERSALIZOU O ACESSO À ÁGUA ENCANADA ATÉ 2010 (97,9% EM CAMPINA GRANDE).

Perdas na Distribuição de água²



PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO (2014):
JOÃO PESSOA 38,5%
JUIZ DE FORA 34,5%

A CIDADE COM A MENOR PROPORÇÃO DE DOMÍCIOS LIGADOS À REDE DE ÁGUA ENCANADA É CARUARU (89,2% DOS DOMÍCIOS EM 2010).

CAMPINA GRANDE TEM O MENOR ÍNDICE DE PERDAS DA ÁGUA TRATADA NA DISTRIBUIÇÃO: 31%.

CASO DE REFERÊNCIA

1. Estado do Ceará



POPULAÇÃO: **8.904.459** HABITANTES
 PIB: **R\$ 108,7 Bilhões²**
 PIB per Capita: **R\$ 12,3 mil**

→ DESAFIOS

- CRESCENTE DEMANDA DOS NOVOS SETORES PRODUTIVOS
- LIMITAÇÕES CLIMÁTICAS E DE INFRAESTRUTURA

→ RESULTADOS ESPERADOS

- A IMPLEMENTAÇÃO DO CAC - CINTURÃO DE ÁGUAS DO CEARÁ - BUSCA MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O ARMAZENAMENTO E À TRANSFERÊNCIA DE ÁGUA.
- ALÉM DE PROPORCIONAR UMA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL MAIS HOMOGÊNEA DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA NO CEARÁ, ESTIMA-SE QUE O PROJETO CONTRIBUIRÁ PARA O AUMENTO DA GARANTIA DE SUPRIMENTO DE ÁGUA EM, PELO MENOS, 80%.



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

231

CASO DE REFERÊNCIA

1. Estado do Ceará

→ A QUESTÃO HÍDRICA NO CEARÁ

- O estado, que possui 86,3% de seu território localizado no semiárido nordestino, possui capacidade de acumulação de **18 bilhões de m³**, dos quais quase **90%** nos grandes açudes¹.
- Mesmo assim, o estado ainda sofre, fortemente, os efeitos socioeconômicos da ocorrência de períodos prolongados de seca, mesmo em ano de pluviosidade próxima ou acima do normal.
- O modelo vigente de gestão dos recursos hídricos tem prezado pela edificação de **grandes obras de engenharia hidráulica** com foco nos **açudes** e nos **eixos de transferência**.
 - A construção dos reservatórios é oriunda de uma política de hídrica de longa data.
 - Os eixos de integração tiveram ênfase na transição do século XX para o XXI.
- Nas décadas de 1980 e 1990, aprimorou-se a concepção e a forma de implementar políticas de recursos hídricos.
 - 1987: Superintendência de Obras Hidráulicas (Sohidra) e Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará (SRH), vinculada à Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme)
 - 1993: Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh).
- A **gestão da oferta** tem sido a vertente privilegiada no tratamento governamental dos recursos hídricos com vistas ao atendimento da **crecente demanda** dos novos setores produtivos.
 - A partir de 1990, os setores agrícola e industrial adentrou em alguns pontos do território cearense com maior intensidade.
 - Foram realizadas medidas administrativas e estruturais de caráter modernizante, como, por exemplo, o "Cinturão de Águas do Ceará", concebido em 2000, considerado como uma infraestrutura necessária ao armazenamento e à transferência de água.

Fonte: ¹Planejamento Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará. Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará. Prefeitura do Ceará. Ministério da Integração Nacional.

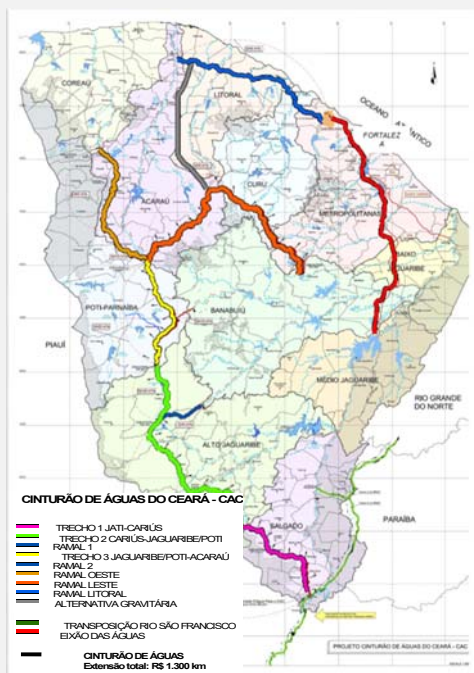
232



CASO DE REFERÊNCIA

1. Estado do Ceará

→ CAC – CINTURÃO DE ÁGUAS DO CEARÁ



- O CAC é um projeto complexo e considerado a **maior obra de infraestrutura hídrica do estado**, que se origina praticamente na entrada do chamado Eixo Norte do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco. São **1,3 mil quilômetros** de canais, sifões e túneis que, quando concluídos, levarão água para 12 bacias hidrográficas.
- Objetivo principal:** Aproveitar de forma maximizada as águas transpostas do rio São Francisco para o estado do Ceará, através da implantação de um sistema adutor que permita a sua adução integralmente gravitária para as regiões menos favorecidas do território estadual (além das cidades com potencial turístico e econômico).
- O projeto, inserido no Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II), possui como órgão responsável o Ministério da Integração Nacional e seu executor é o estado do Ceará.
- A obra, dividida em 5 trechos, teve o seu primeiro trecho iniciado em **2013** e possui, atualmente, **23,76%** de conclusão. O investimento previsto é de **1,5 bilhões** para essa primeira fase e a obra beneficiará mais de **1 milhão** de pessoas na Região do Cariri.

Fonte: Planejamento Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará; Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará; Prefeitura do Ceará. Ministério da Integração Nacional.

233



CASO DE REFERÊNCIA

1. Estado do Ceará

→ CAC – CINTURÃO DE ÁGUAS DO CEARÁ

	Demanda prioritária	Demanda para irrigação
Atual infraestrutura hídrica	79,5%	18,4%
Projeto de Integração do Rio São Francisco + CAC	92,3%	45,1%

► *Consolidação das demandas hídricas na área de influência do CAC:*

Discriminação	Demandas hídricas (m ³ /s)		
	2010	2020	2040
Abastecimento humano	13,29	15,77	21,47
Dessedentação animal	1,54	1,83	2,58
Setor industrial	5,76	14,56	17,81
Setor de turismo	0,35	1,92	2,77
Setor de irrigação	30,74	41,85	53,51
TOTAL	51,68	75,93	98,14

- O CAC, além de proporcionar uma distribuição espacial mais homogênea da disponibilidade hídrica no Ceará, contribuirá, de maneira significativa, para o aumento da garantia de suprimento de água em, pelo menos, 80% do território estadual, podendo atender a uma população de cerca de 6,9 milhões de habitantes e irrigar até 85 mil ha.
- Em decorrência de constantes períodos de estiagem que o Ceará enfrenta, a exemplo da seca de 2012, considerada uma das maiores dos últimos 40 anos, a construção do CAC será fundamental: a obra é apontada pelos técnicos do governo como a solução para o abastecimento das cidades e viabilização de projetos econômicos, industriais e também agropecuários, garantindo seu suprimento hídrico a custos reduzidos.
- A conclusão total do empreendimento não tem previsão oficial, porém técnicos apontam para 2040.

Fonte: Planejamento Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará; Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará; Prefeitura do Ceará. Ministério da Integração Nacional.

234



POPULAÇÃO: **1.640.986 HABITANTES**¹
 PIB: **R\$ 51,3 BILHÕES**² (3% do PIB de SP)
 PIB per Capita: **R\$ 44,8 mil**

→ DESAFIOS

- REDUZIR O ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO
- ESTIMULAR O USO DA ÁGUA DE REUSO COMO ALTERNATIVA DE ABASTECIMENTO FRENTE ÀS VULNERABILIDADES HÍDRICAS NATURAIS DA REGIÃO DE CAMPINAS

→ RESULTADOS

- A CIDADE É CONSIDERADA REFERÊNCIA NA REDUÇÃO DO ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO E PIONEIRA NO TRATAMENTO DE ESGOTO COM A TECNOLOGIA DE FILTRAÇÃO POR MEMBRANAS, QUE PERMITE A PRODUÇÃO DE ÁGUA DE REUSO DE ALTA QUALIDADE. COM ALTO ÍNDICE DE INDUSTRIALIZAÇÃO, CAMPINAS SOFRE COM UM ESTRESSE HÍDRICO HISTÓRICO CAUSADO PELA CAPACIDADE LIMITADA DOS PRINCIPAIS RIOS DA REGIÃO.



235

Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

→ CONTEXTUALIZAÇÃO: SEGURANÇA HÍDRICA EM CAMPINAS

- **Campinas é uma cidade naturalmente vulnerável do ponto de vista hídrico:**
 - As águas provenientes dos principais rios da região, Piracicaba, Capivari e, principalmente, Atibaia são caracterizados pela baixa vazão de água, sendo recorrente a escassez de água em períodos de estiagem.
 - Tais rios não abastecem exclusivamente a cidade de Campinas, fornecendo água para uma região que compreende mais de 50 municípios dos estados de SP e MG, incluindo importantes cidades médias do interior paulista, como Piracicaba, Jundiaí, Americana e Rio Claro.
 - Esta vulnerabilidade faz com que a cidade dependa frequentemente da liberação de águas do Sistema Cantareira, notadamente em períodos de estiagem e subsequente redução da vazão do Atibaia.
 - O elevado nível de poluição dos rios da região e a construção de barreiras e adutoras a montante da região para suprir cerca de 55% da população da região Metropolitana de São Paulo, também trazem desafios para a gestão hídrica do município.
 - Como resultado destes e outros fatores, o último Plano Municipal de Recursos Hídricos da cidade evidenciou que cerca de 70% do município encontra-se em zonas de fragilidade hídrica “média”, “alta” e “muito alta”.

Fontes:
 SANASA. Disponível em http://www.sanasa.com.br/conteudo/conteudo2.aspx?i=8&par_nrod=567&flag=TA. E http://www.sanasa.com.br/noticias/not_con3.asp?par_nrod=1529&flag=TF. Acesso em: 25/04/2016.
 FOLHA DE CAMPINAS. Disponível em: <http://www.folhadecampinas.com.br/portal/tag/rio-atibaia/>. Acesso em: 25/04/2016.
 Plano Municipal de Recursos Hídricos de Campinas – 2016. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/pmrh_volume_1.pdf. Acesso em: 25/04/2016

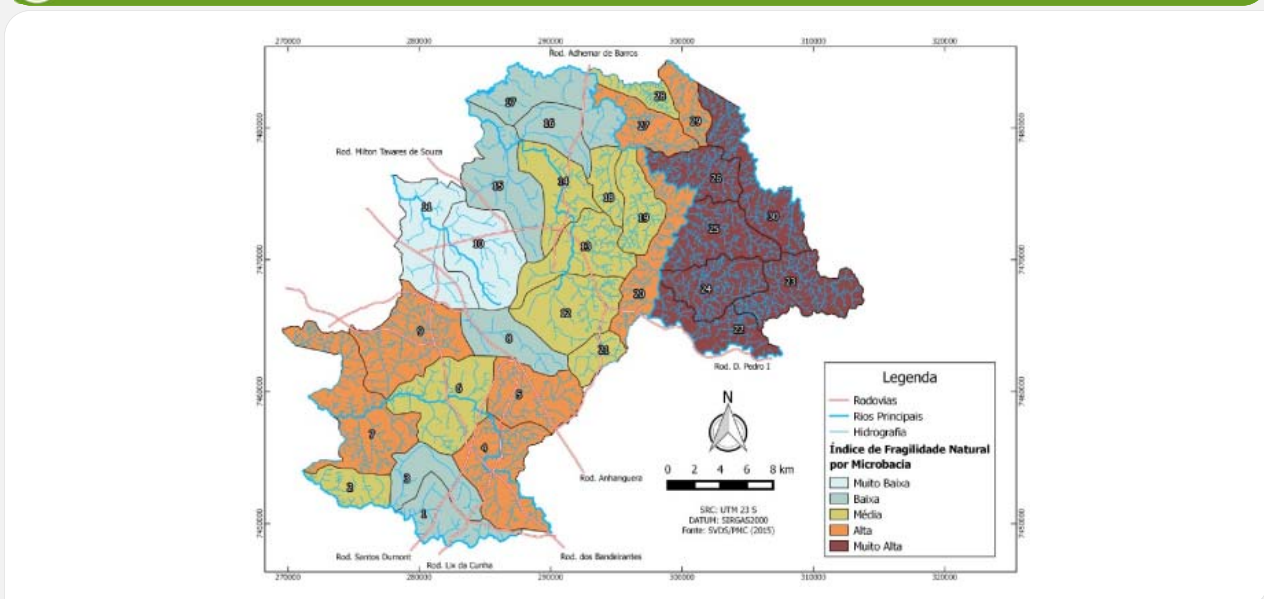
236

BACIAS HIDROGRÁFICAS NA REGIÃO DE CAMPINAS



Fontes:
 SANASA. Disponível em http://www.sanasa.com.br/conteudo/conteudo2.aspx?i&par_nrod=567&flag=TA. E http://www.sanasa.com.br/noticias/not_con3.asp?par_nrod=1529&flag=TF. Acesso em: 25/04/2016.
 FOLHA DE CAMPINAS. Disponível em: <http://www.folhadecampinas.com.br/portal/tag/rio-atibaia/>. Acesso em: 25/04/2016.
 Plano Municipal de Recursos Hídricos de Campinas – 2016. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/pmrh_volume_1.pdf. Acesso em: 25/04/2016

FRAGILIDADE HÍDRICA EM CAMPINAS



Fontes:
 SANASA. Disponível em http://www.sanasa.com.br/conteudo/conteudo2.aspx?i&par_nrod=567&flag=TA. E http://www.sanasa.com.br/noticias/not_con3.asp?par_nrod=1529&flag=TF. Acesso em: 25/04/2016.
 FOLHA DE CAMPINAS. Disponível em: <http://www.folhadecampinas.com.br/portal/tag/rio-atibaia/>. Acesso em: 25/04/2016.
 Plano Municipal de Recursos Hídricos de Campinas – 2016. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/pmrh_volume_1.pdf. Acesso em: 25/04/2016



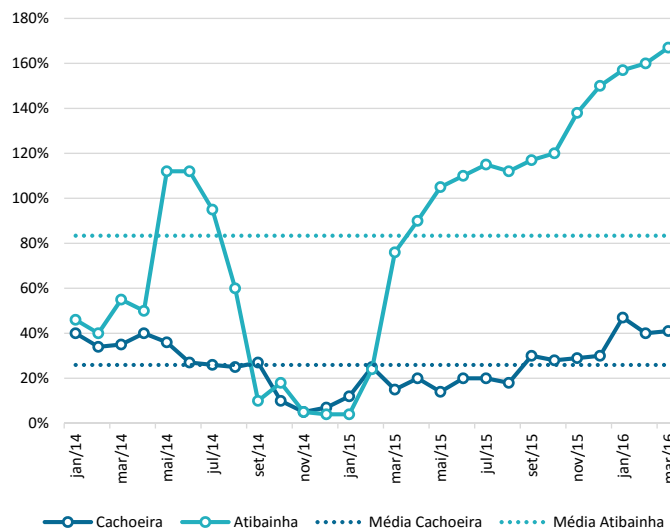
CASO DE REFERÊNCIA

2. Campinas/SP

→ A CRISE HÍDRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Um importante agravante para a vulnerabilidade hídrica da cidade foi a forte crise hídrica pela qual passou o estado de São Paulo nos anos de 2014 e 2015. Assim como todo o estado, Campinas também sofreu com a crise de abastecimento.
- Os reservatórios com maior impacto sobre a segurança hídrica de Campinas são os de Atibainha e Cachoeira, dos quais se origina o rio Atibaia, principal responsável pelo abastecimento da cidade. Como percebemos no gráfico ao lado, ambos reservatórios foram fortemente impactados pela crise hídrica iniciada no final de 2014, com graves consequências para a disponibilidade de água nos municípios da região.

▶ Volume armazenado nos reservatórios



Fontes:

Boletins Mensais - Sala de Situação PCJ. Disponível em: <http://www.sspci.org.br/index.php/boletimmensal>. Acesso em: 25/04/2016.FOLHA DE CAMPINAS. Disponível em: <http://www.folhadecampinas.com.br/porta/tag/rio-atibaia/>. Acesso em: 25/04/2016.G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/09/magens-aereas-mostram-reflexos-da-estragem-em-rios-e-reservatorios.html>. Acesso em: 25/04/2016.Plano Municipal de Recursos Hídricos de Campinas – 2016. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/pmrh_volume_1.pdf. Acesso em: 25/04/2016

239



CASO DE REFERÊNCIA

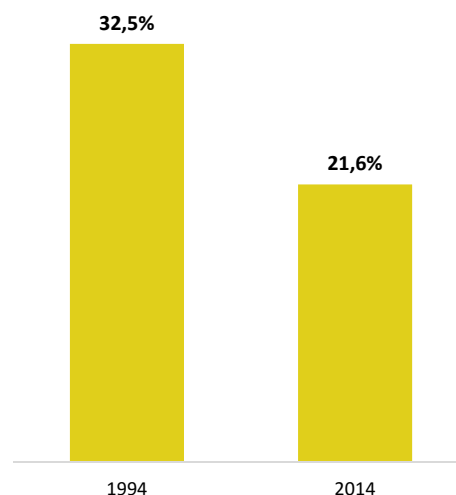
2. Campinas/SP

→ A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA ENFRENTAMENTO DA FRAGILIDADE HÍDRICA

1. Controle de Perdas:

- A vulnerabilidade hídrica de Campinas, levou a SANASA (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento), empresa responsável pelo sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto no município de Campinas, a implantar, a partir de 1994, o Programa de Redução de Perdas.
- Entre 1994 e 2015 o Índice de Perdas na Distribuição saiu de 32,5% para 21,59 em 2014. Atualmente, a cidade ocupa a 5ª posição no ranking do Instituto Trata Brasil para este indicador. A título de comparação, em Campina Grande, o índice permanece a patamares próximos àqueles observados em Campinas em 1994: 31,26.

▶ Índice de Perdas na Distribuição de água em Campinas



Fontes:

SNIS. Ministério das Cidades.

Trata Brasil. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2016/relatorio-completo.pdf>. Acesso em: 25/04/2016.SANASA. Disponível em http://www.sanasa.com.br/noticias/not_con3.asp?par_nrod=1529&flag=TF. Acesso em: 25/04/2016.

240



CASO DE REFERÊNCIA

2. Campinas/SP

→ A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA ENFRENTAMENTO DA FRAGILIDADE HÍDRICA (CONT.)

1. Controle de Perdas:

- Por meio deste programa a SANASA investiu (via recursos próprios e financiados), em estudos de melhorias institucionais e operacionais, capacitação dos recursos humanos da empresa, modernização dos equipamentos e integração da gestão.
- O programa consistiu, em linhas gerais em dotar a SANASA de um corpo técnico e de uma infraestrutura capazes de viabilizar o monitoramento em tempo real de informações, a produção de diagnósticos de causas e a implantação de ações para prevenção e combate às perdas no sistema de produção e distribuição de água.
- Dados como os volumes estimados, captados e produzidos, a quantidade de rompimentos nas redes e ramais e sua sazonalidade passaram a ser sistematicamente apurados, analisados e comparados, permitindo o direcionamento das atividades e a priorização de ações para eliminação das perdas e desperdícios.

Fontes:

ADANI; Lina Cabral; GARCIA, Maurício André. Controle de Perdas através da Micromedição Otimizada. Anais do IV SEREA. Laboratório de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento. UFPB. 2002. Disponível em: http://www.lenhs.ct.ufpb.br/html/downloads/serea/4serea/serea2002/trabalhos/A10_39.pdf. Acesso em: 25/04/2016

SANASA. Disponível em http://www.sanasa.com.br/noticias/not_con3.asp?par_nrod=1529&flag=TF. Acesso em: 25/04/2016.

241



CASO DE REFERÊNCIA

2. Campinas/SP

→ A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA ENFRENTAMENTO DA FRAGILIDADE HÍDRICA (CONT.)

1. Controle de Perdas:

- Dentre as iniciativas promovidas no âmbito do referido plano, destacam-se:
 - i. Implantação das Estruturas Redutoras de Pressão, para evitar rompimentos e prolongar a vida útil das tubulações.
 - ii. O Programa de Manutenção Preditiva de Hidrômetros, substituindo o sistema de verificações e manutenções periódicas e de substituição de hidrômetros por tempo de instalação, os quais incorriam em altos custos e substituições desnecessárias.
 - iii. Implantação do Cadastro Técnico, que disponibiliza às diversas áreas da empresa uma base cadastral digital dos sistemas de água e esgoto, possibilitando a integração das informações com o banco de dados corporativo.
 - iv. Implantação de macro medidores cobrindo os sistemas de captação, produção e distribuição de água.
 - v. Implantação da Central de Controle Operacional (CCO), responsável pelo monitoramento da vazão, pressão e nível de água em todos os reservatórios em tempo real, com instrumentos tecnológicos que permitem determinar a troca de redes ou ramais somente nos locais necessários, reduzindo os custos e intervenções.
 - vi. Implantação de rotinas e processos de trabalho para garantir que todas novas adutoras ou redes fossem submetidas a testes de estanqueidade e para que as redes em operação fossem avaliadas permanentemente
 - vii. Equipes de pesquisa atuantes 24 horas por dia para detecção de vazamentos, mesmo daqueles que não afloram na superfície.
 - viii. Vistoria periódica dos reservatórios e eliminação de vazamentos.

Fontes:

ADANI; Lina Cabral; GARCIA, Maurício André. Controle de Perdas através da Micromedição Otimizada. Anais do IV SEREA. Laboratório de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento. UFPB. 2002. Disponível em: http://www.lenhs.ct.ufpb.br/html/downloads/serea/4serea/serea2002/trabalhos/A10_39.pdf. Acesso em: 25/04/2016

SANASA. Disponível em http://www.sanasa.com.br/noticias/not_con3.asp?par_nrod=1529&flag=TF. Acesso em: 25/04/2016.

242



CASO DE REFERÊNCIA

2. Campinas/SP

→ A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA ENFRENTAMENTO DA FRAGILIDADE HÍDRICA (CONT.)

2. Sistema de Reuso de água

- A SANASA iniciou, em 2012, o projeto de implantação de uma Estação Produtora de Água de Reuso (EPAR Capivari II).
- A implantação do sistema pode ser separada em 3 etapas principais:
 - **1ª Etapa:** abril de 2012: na primeira etapa do processo foi iniciado o tratamento do esgoto doméstico através do processo de ultrafiltração com Biorreator a Membranas (MBR). Campinas foi a primeira cidade latino americana a contar com uma planta a fazer uso desta tecnologia em grande escala. Nesta primeira etapa, a estação foi dotada de capacidade instalada para tratar 182L/seg. de vazão média.; O efluente tratado, nessa fase, ainda não era reinserido no sistema de abastecimento, mas descartado e redirecionado para o Rio Capivari, com objetivo de permitir a recuperação da qualidade de suas águas.
 - **2ª Etapa:** Agosto de 2014: Impulsionada pelo contexto estadual de crise hídrica, a segunda etapa do processo ampliou a capacidade instalada de tratamento para cerca de 360L/s de vazão média e dotou a estação de infraestrutura capaz de tratar efluentes industriais. FO nesta etapa que se implantou o sistema de armazenamento e distribuição de água, viabilizando, efetivamente, o reuso do volume tratado pela estação. A princípio, o fornecimento da água de reuso foi destinado ao Parque Industrial de Campinas e região, posteriormente expandindo o fornecimento.
 - **3ª etapa:** a ser implantada a partir de 2016. Esta etapa prevê a ampliação da capacidade instalada no sistema. Está sendo estudada, também, a viabilidade de expansão do fornecimento para outras utilidades, incluindo consumo humano (o sistema piloto de potabilização do efluente está em fase de instalação). A SANASA pretende reformar as outras 25 estações de tratamento para dota-las de capacidade de tratamento e reuso de efluentes. Segundo a empresa, até o final de 2016 serão construídos 5 novos reservatórios de água tratada, totalizando 11 milhões de litros.

Fontes:

AECweb. Disponível em: http://www.aecweb.com.br/cont/m/rev/ete-em-campinas-ja-produz-2-500-m-dia-de-agua-de-reuso_10215_0_1. Acesso em: 25/04/2016
 Revista Pollution Engineering. Disponível em: <http://www.revistape.com.br/artigo-tecnico/aspectos-tecnicos-e-operacionais-da-epar-capivari-ii/2206>. Acesso em: 25/04/2016.
 Relatório de Sustentabilidade SANASA – 2015. Disponível em: <http://www.sanasa.com.br/document/noticias/2178.pdf>. Acesso em: 25/04/2016

243



CASO DE REFERÊNCIA

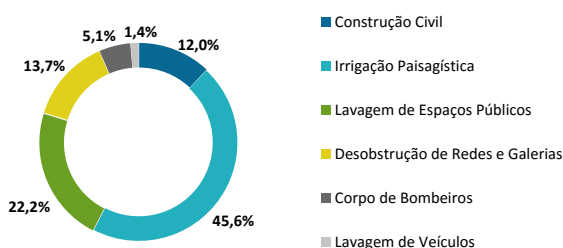
2. Campinas/SP

→ A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA ENFRENTAMENTO DA FRAGILIDADE HÍDRICA (CONT.)

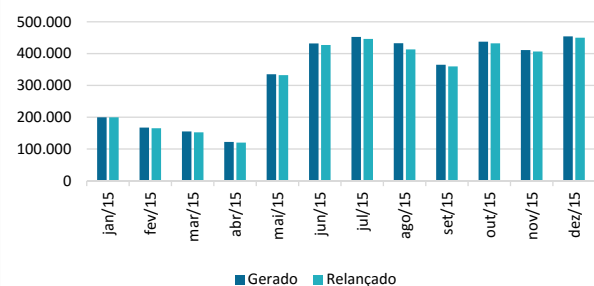
2. Sistema de Reuso de água

- Somente na estação Capivari II, em 2015, foram gerados 3.965.488 m³ de água de reuso, o que corresponde a cerca de 5,2% do consumo da cidade, que em 2015 estava na ordem de 75 milhões de m³.
- No entanto, apesar de o esforço de comercialização já ter sido iniciado¹, os níveis de reutilização do volume de esgoto tratado pela EPAR Capivari II ainda são bastante reduzidos. Em 2015, cerca de 98,5% da água gerada é lançada no Rio Atibaia. Por esse motivo, uma das metas da SANASA para os próximos se refere justamente ao esforço comercial na venda de água de reuso.

▶ DESTINAÇÃO DA ÁGUA DE REUSO DA EPAR CAPIVARI II POR TIPO DE ATIVIDADES (JAN-DEZ 2015)



▶ REAPROVEITAMENTO EFETIVO DO VOLUME GERADO PELA EPAR CAPIVARI II



¹ Como exemplo, pode ser citada a assinatura, Ainda em 2014, de termo de associação entre a SANASA e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, no qual a SANASA se comprometeu a disponibilizar água de reuso para as indústrias a preços mais baixos que a água potável

Fontes:

SANASA. Disponível em: <http://www.sanasa.com.br/conteudo/galeriaInterna.aspx?nroi=578>. Acesso em: 25/04/2016
 SANASA – Diretrizes Estratégicas. Disponível em: http://www.sanasa.com.br/conteudo/conteudo2.aspx?f=V&flag=ISO&par_nrod=491&tm=V. Acesso em: 25/04/2016.
 Revista Pollution Engineering. Disponível em: <http://www.revistape.com.br/artigo-tecnico/aspectos-tecnicos-e-operacionais-da-epar-capivari-ii/2206>. Acesso em: 25/04/2016.
 Relatório de Sustentabilidade SANASA – 2015. Disponível em: <http://www.sanasa.com.br/document/noticias/2178.pdf>. Acesso em: 25/04/2016

244

CASO DE REFERÊNCIA

3. Curitiba/PR



POPULAÇÃO: **1.879.355 HABITANTES**¹
 PIB: **R\$ 79,3 Bilhões** (23,8% do PIB do PR)²
 PIB per Capita: **R\$ 42,9 mil**

→ DESAFIOS

- CRIAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES COMO FORMA DE PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO DAS RELAÇÕES DA CIDADE COM SEU MEIO AMBIENTE
- AMPLIAÇÃO DAS OPÇÕES DE LAZER E RECREAÇÃO DA POPULAÇÃO

→ RESULTADOS ³

- ELEVADO ÍNDICE DE ÁREAS VERDES POR METRO QUADRADO
- FORTE CRESCIMENTO DO TOTAL DE PARQUES E BOSQUES NA CIDADE: SAINDO DE APENAS CINCO PARQUES E CINCO BOSQUES EM 1988 PARA SÃO 21 PARQUES, 15 BOSQUES, 451 PRAÇAS E 444 JARDINETES, EM 2012.



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013. ³Prefeitura de Curitiba e Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e RM (APAVER)

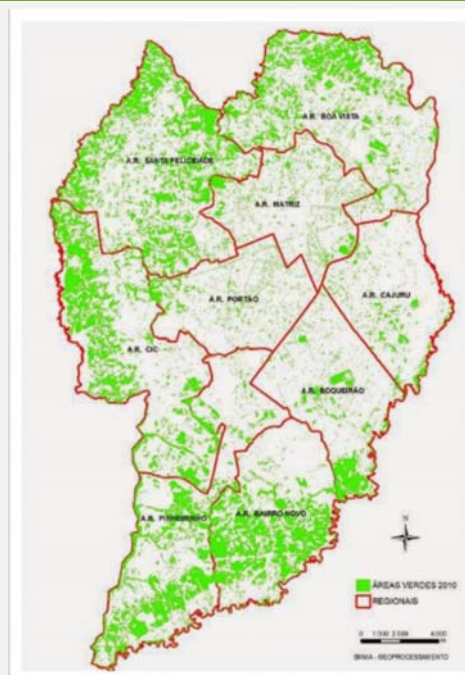
245

CASO DE REFERÊNCIA

3. Curitiba/PR

→ CURITIBA CIDADE PARQUE

- Curitiba possui um dos melhores índices de área verde do país: aproximadamente 82 milhões m².
- Ao todo, são 30 parques e bosques, frutos de uma visão estratégica do passado. Em muitos vazios urbanos que poderiam ter sido loteados para moradia, foram construídos novos parques para a cidade.
- A preservação das áreas verdes é um dos instrumentos mais importantes da política municipal de meio ambiente e saneamento.
- A manutenção de áreas verdes permite equilibrar as relações da cidade com seu meio ambiente.
- Além do aspecto ambiental, os parques e áreas verdes preservados tem papel de destaque nas atividades de lazer e recreação da população.

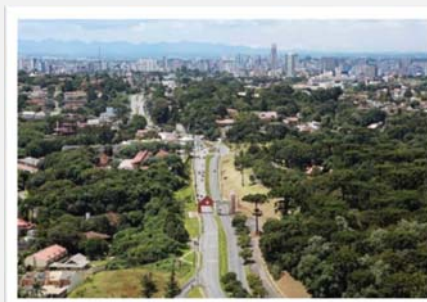


Fonte: Prefeitura de Curitiba e Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e RM (APAVER)

246

→ CURITIBA CIDADE PARQUE

- O número de parques e bosques na cidade cresceu bastante nos últimos anos.
- Em 1988 eram cinco parques e cinco bosques. Desde 2012, são 21 parques, 15 bosques, 451 praças e 444 jardinetes, entre outras áreas.
- A preservação e a conservação do meio ambiente, em particular das áreas verdes, são fixadas em farta legislação municipal e são instrumentos importantes da política de meio ambiente e saneamento. Além disso, ajudam na manutenção da permeabilidade do solo junto aos rios, da mata ciliar, da fauna, da flora e na despoluição hídrica, aérea e sonora.
- Considerando que a maioria dos remanescentes florestais em Curitiba está concentrada em áreas particulares, o apoio da população é fundamental quando se trata da conservação desses bosques inseridos na malha urbana. Como incentivo e compensação a esse trabalho de conservação realizado pelo proprietário, a Prefeitura de Curitiba oferece vantagens, como isenção da área do IPTU



Fonte: Prefeitura de Curitiba e Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e RM (APAVE)

247

→ POLÍTICAS PÚBLICAS ASSOCIADAS À SUSTENTABILIDADE E PRESERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES

Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

- Elaborado em 2012, o plano é composto por um diagnóstico da situação atual do município que contempla:
 - Avaliação de planos e programas existentes (Planos de Bacia Hidrográfica, Planos de Manejo de Unidades de Conservação, Plano Municipal de Conservação e Desenvolvimento Sustentável, etc.);
 - Avaliação da capacidade de gestão ambiental;
 - Caracterização e mapeamento dos remanescentes de vegetação nativa da mata atlântica;
 - Avaliação da situação atual dos remanescentes de vegetação nativa, indicado os principais vetores de desmatamento ou degradação.
- Com base nesse diagnóstico foi definida uma visão de futuro desejada e um plano de ação, contendo diretrizes, estratégias e ações a serem seguidas. Também foram estabelecidas áreas prioritárias para a conservação e recuperação da mata atlântica.
- Finalmente, foi apresentado o modelo de monitoramento do plano e os responsáveis pela sua execução.

Fonte: Prefeitura de Curitiba. 2012 "Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica"

248

→ POLÍTICAS PÚBLICAS ASSOCIADAS À SUSTENTABILIDADE E PRESERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES

- **Estações de Sustentabilidade:** Gerenciadas pela Prefeitura, são locais de entrega voluntária de resíduos sólidos recicláveis gerados nas residências. É uma iniciativa pioneira entre as capitais brasileiras por permitir o aprimoramento da separação dos materiais recicláveis no momento da entrega voluntária.
- **Câmbio Verde:** Consiste na troca lixo reciclável por sacolas de hortifrutigranjeiros de época, em pontos fixos da periferia de Curitiba. É, além de uma política municipal social contra a fome, uma política ambiental.
- **Fábrica de Árvore:** local, apoiada pelo Prefeitura, onde são produzidas todas as árvores e arbustos para a cidade, utilizados na recuperação de áreas degradadas.
- **Olho d'Água:** programa de educação ambiental com participação comunitária, especialmente de estudantes da rede municipal de ensino.
- Parceria entre Prefeitura Municipal de Curitiba e **Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS):** organização não governamental de interesse público que tem como missão a conservação da natureza. Atua desde 2000 por meio do programa ConBio - Condomínio da Biodiversidade.
- **Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana (APAVE),** criada por iniciativa de proprietários de áreas verdes de Curitiba e da Região Metropolitana.

249

→ ZONAS VERDES NOS LIMITES URBANOS DE CURITIBA



250

Anexo

Outras boas práticas municipais

➤ SUSTENTABILIDADE URBANA E AMBIENTAL

251



SUSTENTABILIDADE URBANA E AMBIENTAL

ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

➤ PROJETOS E PROGRAMAS

- Implementação de programas de estímulo à coleta seletiva de resíduos sólidos e líquidos.
- Setorização, ampliação e realização de melhorias nos sistemas de distribuição de água dos bairros.
- Investimento na manutenção da rede de abastecimento de água – substituição de tubulações e hidrômetros defasados, identificação de vazamentos – para mitigar o desperdício de água.
- Identificação de irregularidades relacionadas ao consumo de água e despejo de esgoto.
- Investimento na construção de estações de tratamento de esgoto.
- Controle e monitoramento dos efluentes industriais, com fiscalização e cobrança de uma taxa compulsória proporcional à carga poluidora de cada empresa, por meio de um sistema de relatórios de automonitoramento e recolhimento de amostras dos efluentes.
- Proteção às nascentes através da parceria com os produtores rurais.
- Programas educativos para o uso racional da água, proteção de mananciais e córregos urbanos e coleta seletiva de lixo.

5

➤ ESTRUTURA URBANA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

253



INTRODUÇÃO

➔ CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

NA DIMENSÃO “**ESTRUTURA URBANA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL**” SERÃO DESTACADOS TEMAS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO URBANO E À MOBILIDADE.

➔ PAPEL DO GOVERNO E DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS

COMPETE AO GOVERNO MUNICIPAL ORGANIZAR E PRESTAR O TRANSPORTE COLETIVO DE INTERESSE LOCAL, SEJA POR CONTA PRÓPRIA OU TERCEIRIZAÇÃO, SEGUINDO DIRETRIZES NACIONAIS E ESTADUAIS.

NA PRÁTICA, EM CASOS DE ALTO CUSTO E COMPLEXIDADE, É COMUM OS GOVERNOS ESTADUAIS E A UNIÃO COMPARTILHAREM, INTEGRAL OU PARCIALMENTE, O INVESTIMENTO MUNICIPAL.

254



INTRODUÇÃO

CAMPINA GRANDE HOJE



- ✓ O **tempo de deslocamento habitual** entre a casa e o trabalho é relativamente baixo, comparado a outras regiões brasileiras: 79% da população gasta em média menos de 30 minutos diariamente. Apenas 3,3% da população gasta mais de 1h diária no trajeto casa-trabalho².



- ✓ Campina Grande possui a maior **frota per capita de automóveis** e de motocicletas entre as cidades de seu entorno: 189,5 automóveis e 121 motocicletas por mil habitantes em 2015. Ambas as frotas tiveram um crescimento de mais de 100% entre 2005 e 2015¹.



- ✓ Em relação aos **aspectos urbanísticos do entorno dos domicílios**, quase a totalidade dos domicílios campinenses estão localizados em regiões atendidas por iluminação pública (98%). Já um percentual menor está localizado em regiões com pavimentação (76%) e calçadas (73%)².



SUMÁRIO

INDICADORES EXAMINADOS NA ANÁLISE COMPARATIVA



TEMPO DE DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO



FROTA DE AUTOMÓVEIS

CASOS DE REFERÊNCIA



1. CURITIBA/PR

Associação entre uso do solo e o planejamento da rede de transportes de alta capacidade



3. MEDELÍN/COLÔMBIA

Democratização do espaço urbano e mobilidade não motorizada



2. SÃO PAULO/SP

Planejamento territorial associado à mobilidade



4. RIO DE JANEIRO/RJ

Caminhabilidade dos bairros



ANEXO



OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS



ANÁLISE COMPARATIVA

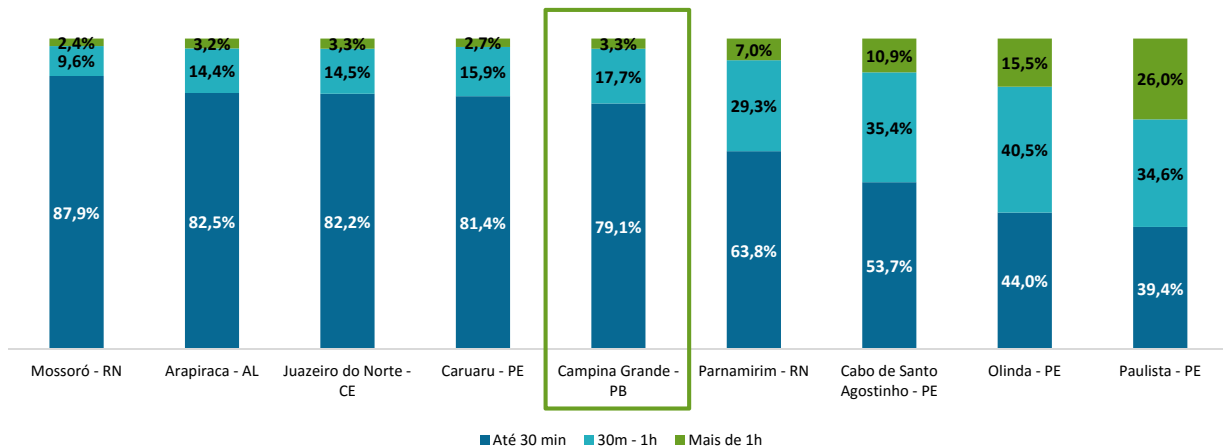
TEMPO DE DESLOCAMENTO

EM 2010, A MAIORIA DOS CAMPINENSES (79%) DEMORAVA MENOS DE 30 MINUTOS NO DESLOCAMENTO DIÁRIO ENTRE A CASA E O TRABALHO. APENAS 3,3% GASTAM MAIS DE UMA HORA. MOSSORÓ POSSUI O MELHOR TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO (87,9% DA POPULAÇÃO GASTA MENOS DE 30 MINUTOS E 2,4% GASTAM MAIS DE UMA HORA).

TEMPO DE DESLOCAMENTO: ATÉ 30 MIN (2010)

BRASIL 25,3%
PARAÍBA 77,6%
JOÃO PESSOA 64,7%
JUIZ DE FORA 59,6%

TEMPO HABITUAL DE DESLOCAMENTO DO DOMICÍLIO PARA O TRABALHO PRINCIPAL (2010)



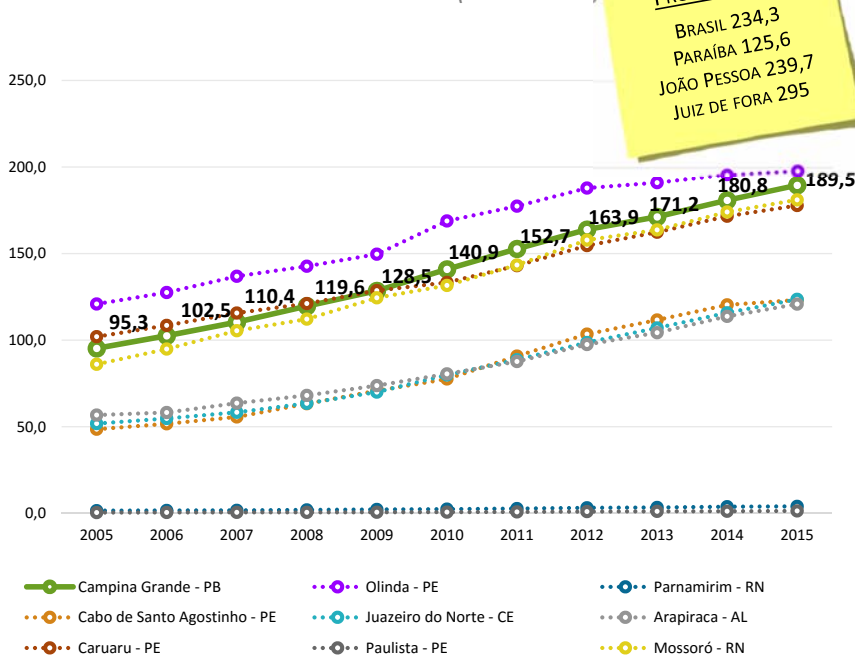
Fonte: PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano com base nos dados do Censo/IBGE



ANÁLISE COMPARATIVA

FROTA DE AUTOMÓVEIS

FROTA DE AUTOMÓVEIS POR MIL HABITANTES (2005-2015)



FROTA (2015):

BRASIL 234,3
PARAÍBA 125,6
JOÃO PESSOA 239,7
JUIZ DE FORA 295

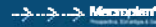
A FROTA DE AUTOMÓVEIS POR HABITANTE DE CAMPINA GRANDE QUASE DOBROU EM 10 ANOS (ENTRE 2005 E 2015), PASSANDO DE 95 VEÍCULOS POR MIL HABITANTES PARA 189.

APESAR DO FORTE CRESCIMENTO, A FROTA PER CAPITA CAMPINENSE AINDA É MENOR QUE A BRASILEIRA E A DE CIDADES COMO OLINDA/PE.

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito/SINET



CASOS DE REFERÊNCIA



→ PONTO DE ATENÇÃO 1: DESADENSAMENTO DAS CIDADES

- É importante para o sucesso das soluções de mobilidade, conter o espraiamento da cidade e estimular o adensamento demográfico
- Entende-se que baixas densidades são mais onerosas e muitas vezes são incompatíveis com os recursos coletivos – o que, como consequência, leva à degradação urbana, à diminuição da qualidade de vida e à insustentabilidade

ONDE O MODO DE TRANSPORTE SOBRE TRILHOS (TREM, METRÔ, BONDE) É IMPORTANTE, A OCUPAÇÃO URBANA TENDE A SER ADENSADA. ONDE, PORÉM, HÁ HEGEMONIA DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO, A OCUPAÇÃO COSTUMA SER EXTENSIVA E PERMITE O APARECIMENTO DE NÚCLEOS URBANOS ISOLADOS NAS PERIFÉRIAS, RESULTANDO EM DESPÉRDÍCIOS DE ESPAÇO E ALTOS CUSTOS SOCIAIS.

► *Determinantes do desadensamento das cidades na segunda metade do século XX:*

- Troca de bondes e trens por ônibus e automóvel;
- Mudança do aluguel para casa própria;
- Falta de financiamento para moradia em áreas urbanizadas;
- redução do tamanho médio da família; e
- investimento público privilegiando as áreas de expansão.

Fonte: Baseado em CNI - Cidades: Mobilidade, Habitação e Escala um Chamado à Ação. Brasília 2012.

259



CASOS DE REFERÊNCIA



→ PONTO DE ATENÇÃO 2: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Os sistemas de transporte têm **consequências sobre o meio ambiente** e isso exige **cuidado e prioridade na adoção de ações** vinculadas à mobilidade urbana
- Faz se necessária a busca pelo equilíbrio: *performance econômica, equidade social e ética ambiental*
- O **tema ambiental e o desenvolvimento sustentável serão cada vez mais associados ao urbano**, logo, aos modos de transporte e à mobilidade



O CUSTO PAGO PELO PODER PÚBLICO PARA O TRANSPORTE INDIVIDUAL É 14 VEZES MAIOR DO QUE PARA O TRANSPORTE COLETIVO. OS CUSTOS SOMADOS DA POLUIÇÃO E DE ACIDENTES NO TRANSPORTE INDIVIDUAL SÃO SEIS VEZES MAIORES DO QUE NO TRANSPORTE COLETIVO.

Fonte: Baseado em CNI - Cidades: Mobilidade, Habitação e Escala um Chamado à Ação. Brasília 2012.

260



CASOS DE REFERÊNCIA

PONTO DE ATENÇÃO 3: DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

- A dimensão política se coloca como um aspecto fundamental para a organização e operacionalização do paradigma da mobilidade, em que princípios participativos e democráticos devem ser considerados.
- **Soluções de mobilidade não devem atender a uma parcela pequena da população**, isto é, privilegiar uma área de baixa densidade demográfica da cidade em detrimento de outra com alta concentração populacional e grande fluxo de pessoas e cargas. Além disso, as soluções devem visar a segurança nas vias urbanas.
- **A mobilidade é um direito cidadão a ser promovido e garantido.**

“HOJE, A MOBILIDADE SE FORTALECE EM VÍNCULOS DE CONEXÃO, AO INVÉS DE VÍNCULOS DE PROXIMIDADE, NA MESCLA DE USOS, DE INTERESSES, DE SITUAÇÕES, ENTRE CENTROS E PERIFERIAS.”



CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR



POPULAÇÃO: **1.879.355 HABITANTES**¹
 PIB: **R\$ 79,3 Bilhões** (23,8% do PIB do PR)²
 PIB per Capita: **R\$ 42,9 mil**

DESAFIOS

- PROMOVER A MOBILIDADE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRADA DENTRO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.
- DIMINUIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO E PRIORIZAR O TRANSPORTE PÚBLICO .
- ATENDER À CRESCENTE DEMANDA PELO TRANSPORTE PÚBLICO.

RESULTADOS

- ASSOCIAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO DO USO DO SOLO E DA MOBILIDADE.
- CURITIBA FOI A PRIMEIRA CIDADE NO MUNDO A IMPLEMENTAR UM SISTEMA COMPLETO DE BRT.
- O SISTEMA PÚBLICO TRANSPORTA 1.3 MILHÕES DE PESSOAS DIARIAMENTE, GERANDO MARGEM DE ECONOMIA ENERGÉTICA EM MEDIA 30% SUPERIOR A OUTRAS CIDADES BRASILEIRAS.





CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

→ PLANEJAMENTO URBANO

- A cidade de Curitiba é reconhecida pelo importante papel do governo local em moldar a estrutura urbana da cidade através de políticas de densificação, que tem sido implementadas desde 1965, quando o primeiro plano foi desenhado.
- O planejamento urbano encorajava o descongestionamento e revitalização do centro da cidade e a mudança para um padrão linear de crescimento urbano.
- Essa mudança foi possível a partir da criação de um eixo norte-sul do transporte, tangencial ao centro da cidade (o Eixo Estrutural). A partir desse eixo, foi criado um layout que permitiu a expansão subsequente da rede de transportes públicos e a construção de outros eixos estruturais.
- Essa inovação permitiu que Curitiba implementasse um dos sistemas de transporte público baseado em ônibus mais eficientes do continente.
- O sistema público transporta 1.3 milhões de pessoas diariamente, dando uma margem de economia energética em média 30% superior a outras cidades brasileiras, mesmo sendo Curitiba a segunda cidade com maior propriedade de veículos por habitantes do país.

Fonte: Acioly, Guided Densification in Brazil versus Informal Compactness in Egypt: Can Urban Management deliver the Sustainable city?

263



CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

EIXOS

GESTÃO



PRINCIPAIS INICIATIVAS E AÇÕES

- Descentralização da gestão de mobilidade e transporte para administração indireta: URBS.
- Elaboração de um Contrato de Gestão plurianual, com objetivos, metas e fases de implementação bem definidas.
- Integração da rede de transporte da Região Metropolitana de Curitiba, com estratificação de trechos e tarifas.
- Forte captação e aplicação de recursos para projetos viários.

ENGENHARIA DE TRÂNSITO



- Realização de importantes intervenções viárias previstas no Contrato de Gestão.
- Troca da frota de ônibus para modelos maiores (articulados) e menos poluentes (híbridos), acessíveis a deficientes, mais ágeis e confortáveis.
- Implementação do Sistema Integrado de Mobilidade, com obras do Anel Viário, melhoria da sinalização e do monitoramento do trânsito.

EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE



- Realização de diversos programas educativos intersetoriais para redução de acidentes de trânsito e conscientização de condutores, passageiros e pedestres.
- Criação do transporte Ponto a Ponto, carros adaptados e exclusivos para transporte de deficientes e idosos.
- Adaptação das travessias de vias para deficientes visuais.

Fonte: Portal da URBS – Urbanização de Curitiba, <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br>

264

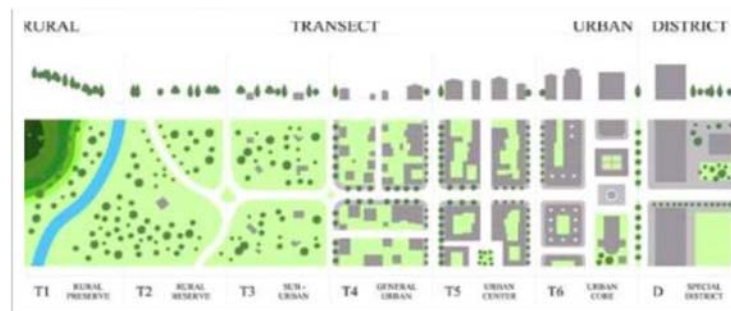


CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

→ PLANEJAMENTO URBANO

- A promoção de usos mistos na cidade, através de eixos múltiplos, permite adensar a ocupação da cidade preservando um sistema de transportes públicos de qualidade e incentivando novos projetos dentro da cidade.
- A política de aquisição de solo urbano, aliada aos ao planejamento de expansão do sistema de média e alta capacidade e ao uso misto do território, possibilitaram o desenvolvimento da cidade nestes eixos urbanos.
- A taxa de ocupação do solo permitida decresce a medida que se distancia das artérias principais de mobilidade e transporte público, gerando então um modelo urbano em que a densidade demográfica e a densidade de construção decrescem progressivamente a partir dos eixos de mobilidade dando origem por fim a uma rede de parques e espaços urbanos viventes.

DENSIDADE
REGRESSIVA

Fonte: Acioly, Guided Densification in Brazil versus Informal Compactness in Egypt: Can Urban Management deliver the Sustainable city?

265



CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

→ PLANEJAMENTO URBANO

- A política de aquisição do solo foi uma condição fundamental para a consolidação do processo de densificação que deu à cidade essa forma urbana particular.
- Nas parcelas paralelas aos eixos principais o código de construção permite que o volume dos edifícios seja até seis vezes maior que a área do terreno aumentando muito a densidades dessas regiões em relação às áreas mais afastadas dos eixos principais.

▶ ZONAS VERDES NOS LIMITES URBANOS DE CURITIBA



Fonte: Acioly, Guided Densification in Brazil versus Informal Compactness in Egypt: Can Urban Management deliver the Sustainable city?

266

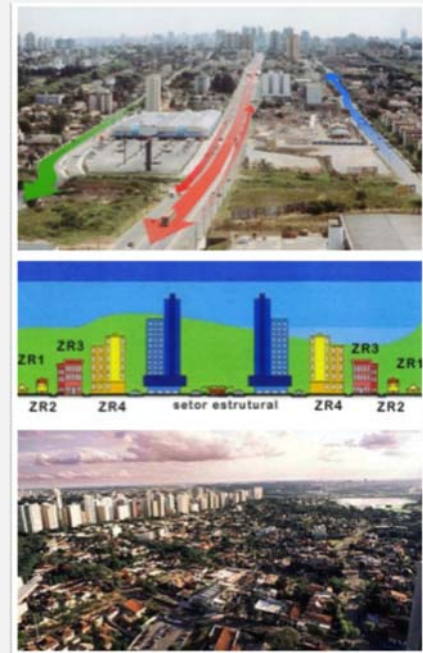


CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

→ ASSOCIAÇÃO ENTRE USO DO SOLO E CAPACIDADE DE MOBILIDADE

- Compatibilização entre o uso do solo, transporte coletivo e circulação viária conjugando trabalho, compras, escola, lazer, saúde, etc.
- Configuração de uma cidade linear.
- Origem e destinos em todos os pontos de parada gerando produtividade.
- Em 1974, 92% dos destinos eram para o centro, hoje são apenas 43%.



Fonte: Portal da URBS – Urbanização de Curitiba, <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br>

267



CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

→ REDE INTEGRADA DE TRANSPORTE COLETIVO

- A **Rede Integrada de Transporte Coletivo de Curitiba (RIT)** permite ao usuário a utilização de mais de uma linha de ônibus com o pagamento de apenas uma tarifa.
- A integração ocorre a partir de terminais onde o passageiro pode desembarcar de uma linha e embarcar em qualquer outra dentro daquele espaço sem um novo pagamento.

→ PIONEIRISMO

A cidade é pioneira no planejamento urbano no Brasil.

- 14 Municípios estão integrados através da Rede Integrada de Transporte (RIT).
- 2.270.000 Passageiros transportados em média por dia útil.
- 356 Linhas de ônibus .
- Em 2013, Curitiba foi a capital brasileira que, depois de São Paulo, mais apresentou projetos ao governo federal na área de mobilidade. No total são 11 projetos que somam R\$ 5,3 bilhões, Entre os projetos, destaca-se o Metrô Curitibaano.



268



CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

→ SISTEMA TRINÁRIO DE VIAS



VIA CENTRAL

- Canaleta central exclusiva para a circulação das linhas expressas (transporte de massa) e duas vias lentas para acesso às atividades lindeiras. A via exclusiva confere ganhos significativos para a velocidade operacional das linhas expressas.

VIAS ESTRUTURAIS

- Duas vias paralelas à via central com sentido único, situadas a uma quadra de distância do eixo, destinadas às ligações centro-bairro e bairro-centro, para a circulação dos veículos privados.

→ BENEFÍCIOS DOS CORREDORES EXCLUSIVOS DE ALTA CAPACIDADE

- Ordenam o crescimento linear da cidade;
- Caracterizam as maiores densidades demográficas;
- Priorizam a instalação de equipamentos urbanos;
- Concentram a infraestrutura urbana;
- Definem uma paisagem urbana própria;
- Traduzem os mecanismos do planejamento integrado do uso do solo;
- Ordenam o sistema viário e o transporte coletivo.

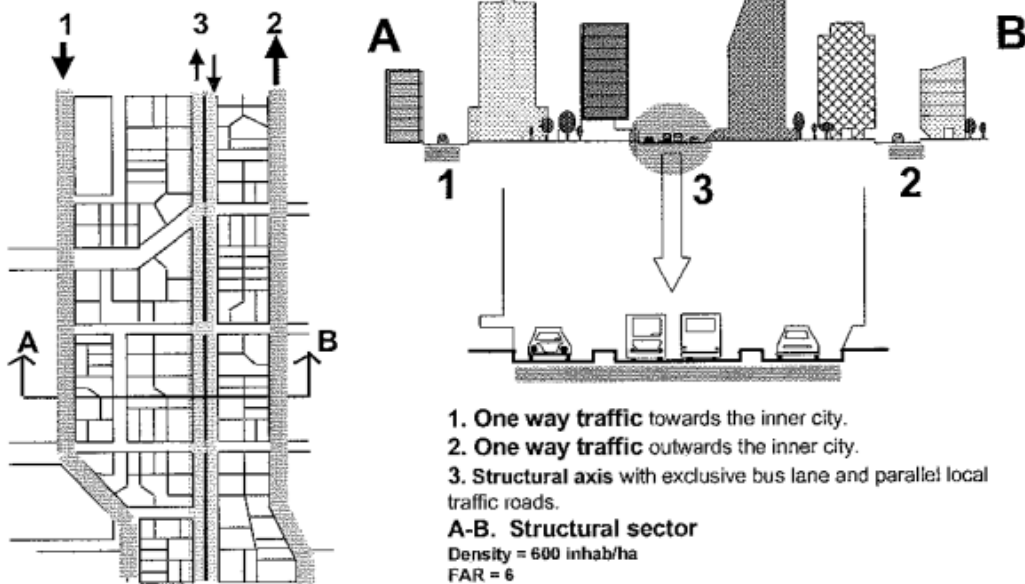
▶ OS CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO, COMPONENTES DOS SISTEMAS TRINÁRIOS, SÃO ELEMENTOS REFERENCIAIS DOS EIXOS ESTRUTURAIS DE DESENVOLVIMENTO.



CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

→ MAIOR TAXA DE OCUPAÇÃO DO SOLO AO LONGO DAS VIAS PRINCIPAIS

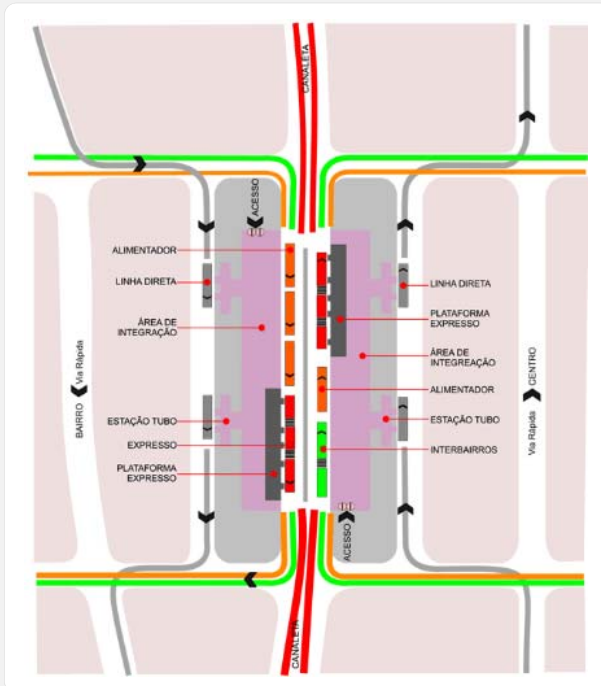




CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

→ TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO



Fonte: Portal da URBS – Urbanização de Curitiba, <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br>

271

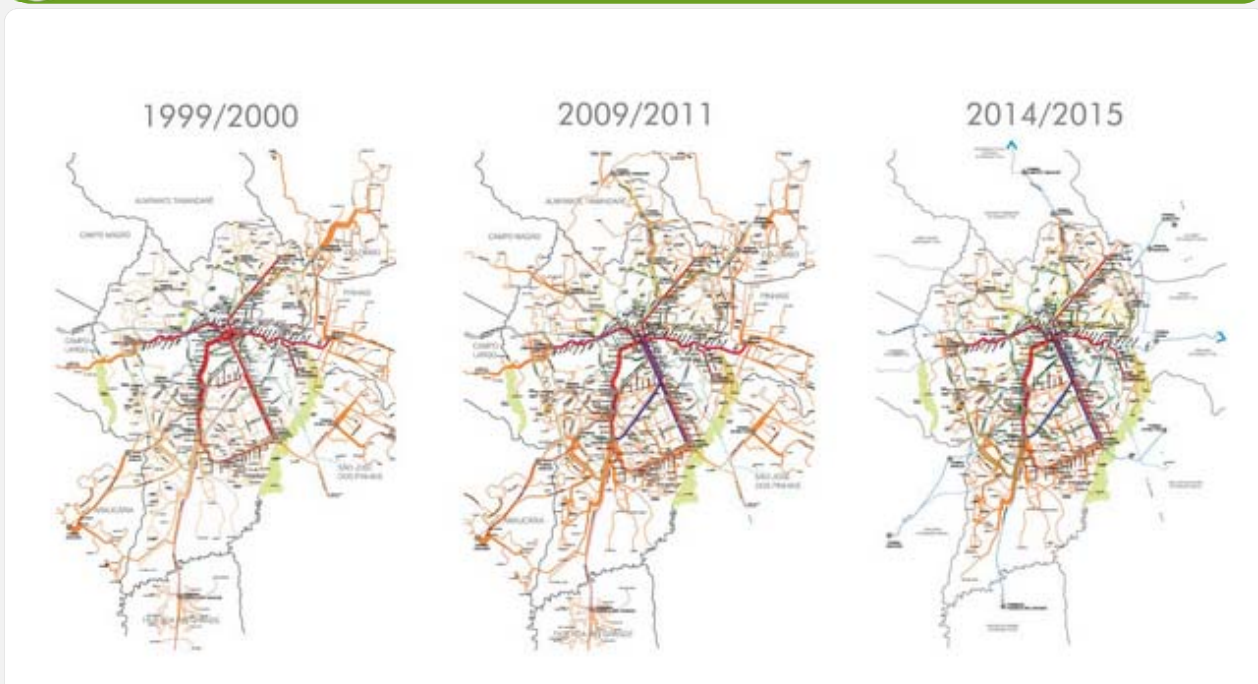
- São equipamentos urbanos que permitem a integração entre as diversas linhas que formam a Rede Integrada de Transporte (expressas, alimentadoras, linhas diretas e interbairros);
- Possibilitam a implantação de linhas alimentadoras mais curtas, com melhor atendimento aos bairros, ampliando o número de viagens a partir da diminuição do tempo de percurso;
- A concentração de demanda nestes espaços facilita a substituição de modal nos corredores;
- Os terminais promovem ainda a estruturação dos bairros, concentrando atividades diversas no seu entorno.



CASO DE REFERÊNCIA

1. Curitiba/PR

→ EVOLUÇÃO DA REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS



Fonte: Portal da URBS – Urbanização de Curitiba, <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br>

272



CASO DE REFERÊNCIA

2. São Paulo/SP



POPULAÇÃO: **11.967.825 HABITANTES**¹
PIB: **R\$ 570,7 Bilhões** (33,4% do PIB de SP)²
PIB per Capita: **R\$ 48,2 mil**

→ DESAFIOS

- IMPLEMENTAR UM NOVO PADRÃO DE MOBILIDADE PARA A CIDADE QUE CONTEMPLE:
 - VIAGENS MAIS CURTAS NO DESLOCAMENTO DIÁRIO CASA-TRABALHO;
 - MAIOR USO DE TRANSPORTES COLETIVOS;
 - CRESCIMENTO DAS VIAGENS NÃO MOTORIZADAS.

→ RESULTADOS

- CORREDORES EXCLUSIVOS DE ÔNIBUS
- INTEGRAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO
- EXPANSÃO DA REDE DE MÉDIA E ALTA CAPACIDADE
- PLANEJAMENTO URBANO



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

273



CASO DE REFERÊNCIA

2. São Paulo/SP

→ O DESAFIO SÃO PAULO: OS IMPACTOS NEGATIVOS DE UMA ESTRUTURA DESEQUILIBRADA

- Produz uma forte demanda por grandes deslocamentos, pressionando a infraestrutura de circulação e gerando externalidades negativas como perda de produtividade, custos do tempo perdido no trânsito, lentidão na circulação de bens, serviços e mercadorias e aumento dos níveis de emissões de gases (efeito estufa e prejudiciais à saúde), entre outros.
- Afeta a competitividade da economia paulistana, dificultando a circulação de bens e serviços, de um lado, e diminuindo o potencial de atração da cidade, pela falta de qualidade urbanística e pela baixa qualidade de vida, de outro.
- Aparta social e espacialmente as populações periféricas da cidade em relação às boas instituições educacionais e às melhores oportunidades de trabalho. A estrutura espacial desequilibrada é um obstáculo à redução mais intensa da desigualdade.
- A desigualdade social, estruturalmente afetada pelos desequilíbrios, contribui para o agravamento do quadro de segurança urbana e disseminação da sensação de insegurança, principalmente em relação aos espaços públicos.
- O desequilíbrio da estrutura urbana é, também, o principal desafio para adaptação/mitigação diante das mudanças climáticas: segundo o último inventário, 78,5% das emissões de gases de efeito estufa na cidade tem origem no setor de transportes, vinculado, portanto, a grande demanda por deslocamentos provocada pela distribuição desigual das atividades urbanas e pelo uso intensivo de meios de transporte individuais e motorizados.
- Pressão sobre áreas vulneráveis e de interesse coletivo para a cidade, como as áreas de várzea, de topografia acidentada, as bacias dos reservatórios de água e as áreas de proteção de fauna e flora.

Fonte: Plano São Paulo 2040.

274



CASO DE REFERÊNCIA

2. São Paulo/SP

→ PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE LONGO PRAZO: SÃO PAULO 2040

- Elaborado em 2012, o **SP2040** procura orientar uma ampla transformação da cidade apontando para uma nova forma de organização social, econômica, urbana e ambiental.
- Seu objetivo é **melhorar a qualidade de vida** de todos aqueles que vivem em São Paulo, eliminando problemas cotidianos da cidade e aumentando as oportunidades de desenvolvimento.
- O plano de desenvolvimento de longo prazo SP2040 pretende servir de **referência sobre o futuro desejado para a cidade**. É um plano estratégico, o que significa que ele prioriza e privilegia as grandes diretrizes consensuais, as principais escolhas e os projetos que podem servir como catalisadores do desenvolvimento da cidade.



Fonte: Plano São Paulo 2040.

275



CASO DE REFERÊNCIA

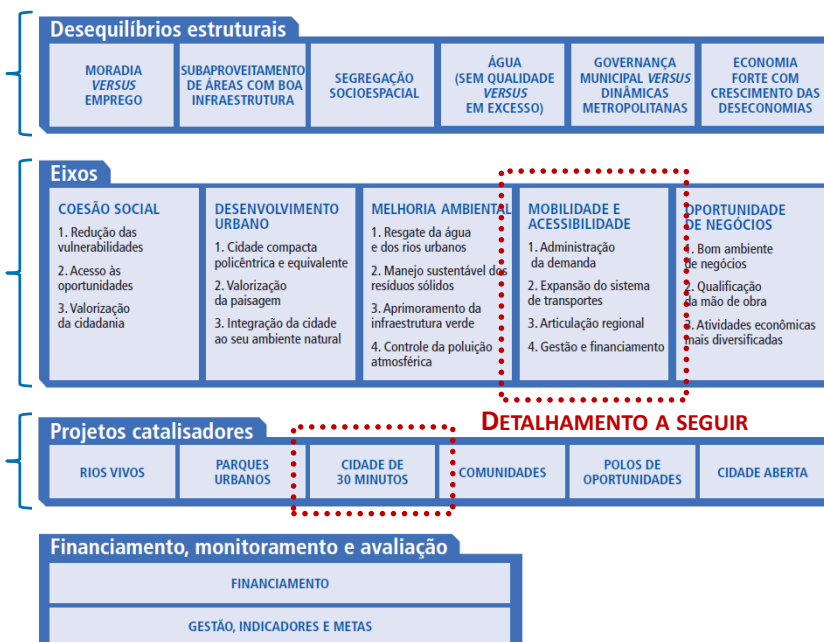
2. São Paulo/SP

→ ESTRUTURA DO PLANO

Desequilíbrios estruturais que precisam ser enfrentados para viabilizar a visão de futuro desejada.

Conjunto de proposições por eixos estruturadores: Enfoque setorial sem perder de vista aspectos transversais do plano.

Ferramentas para a viabilização, implementação, controle e avaliação do plano.



Fonte: Plano São Paulo 2040.

276



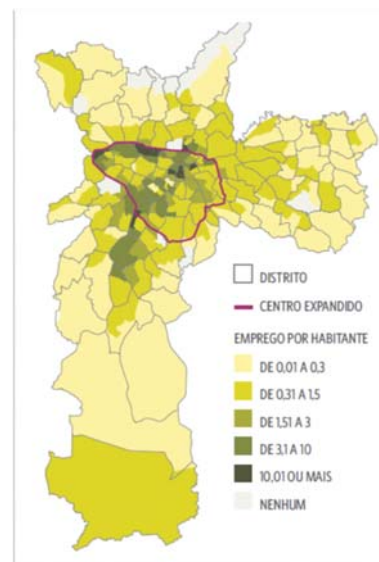
CASO DE REFERÊNCIA

2. São Paulo/SP

→ EIXO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE: O DESAFIO

Significativa participação dos deslocamentos de longa distância:

- O modo como as atividades de morar, trabalhar, estudar, consumir e de lazer se distribuem espacialmente na cidade podem gerar fortes desequilíbrios urbanos estruturais.
- Esse desequilíbrio pode ser demonstrado na figura ao lado: em 2007, a relação emprego por habitante no centro de São Paulo era de 1,85, enquanto no restante do município era de 0,34.
- Uma das consequências dessa distribuição geográfica é o elevado tempo de deslocamento médio da população.

▶ *Relação emprego por habitante (2007)*

CASO DE REFERÊNCIA

2. São Paulo/SP

→ EIXO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE: OBJETIVOS E PROPOSTAS

ADMINISTRAÇÃO DA DEMANDA

1. Aproximar empregos e habitações;
2. Adensar seletivamente o entorno da rede de transportes;
3. Consultar a cidade sobre a alocação ao automóvel das externalidades por ele geradas.

REQUALIFICAÇÃO, EXPANSÃO E INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES

1. Promover a rede integrada de transportes coletivos;
2. Expandir a rede metroviária;
3. Requalificar rede ferroviária (cptm);
4. Adequar e expandir o subsistema de média e baixa capacidade;
5. Promover o transporte não motorizado;
6. Reduzir emissões veiculares;
7. Otimizar o sistema viário estrutural;
8. Aperfeiçoar as conexões de transporte de passageiros externas da cidade;
9. Incrementar a segurança;
10. Aprimorar a logística urbana.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTES E DA CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO

1. Fortalecer as instituições e a integração de suas políticas;
2. Estabelecer normas regulatórias e integrá-las às existentes;
3. Estrutura de financiamento para investimento e custeio.



CASO DE REFERÊNCIA

2. São Paulo/SP

→ PROJETOS CATALISADORES: “CIDADE 30 MINUTOS”

O objetivo do “**Cidade de 30 minutos**” é aproximar, no tempo e no espaço, as pessoas de suas atividades cotidianas, o que alterará a lógica dos fluxos intraurbanos, notadamente dos movimentos casa-trabalho-casa, melhorando a qualidade dos deslocamentos na cidade.

LINHAS DE AÇÃO

1. **Expansão significativa nas redes de transporte público**, sobretudo nas redes de alta e média capacidade
2. **Estímulo à mudança estrutural nos padrões de ocupação urbana** por meio do adensamento e da intensificação dos usos mistos em porções do território bem servidas pela infraestrutura de transportes públicos.



CASO DE REFERÊNCIA

2. São Paulo/SP

→ PROJETOS CATALISADORES: “CIDADE 30 MINUTOS”

BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO

- **Maior qualidade de vida**, pela redução do tempo de deslocamento;
- Queda da emissão de CO2 e conseqüente **melhora da qualidade do ar** e da saúde da população;
- **Reconfiguração da paisagem urbana**, com calçadas mais largas, arborização, ciclovias e ciclofaixas.

SUPORTE À NOVA LÓGICA DE MOBILIDADE URBANA NA QUAL AS PESSOAS FAZEM CADA VEZ MAIS DESLOCAMENTOS A PÉ, DE BICICLETA E TRANSPORTE COLETIVO.

MOVIMENTOS NECESSÁRIOS, DO PONTO DE VISTA DA OCUPAÇÃO URBANA PARA A INSTITUIÇÃO DO NOVO PADRÃO DE MOBILIDADE:

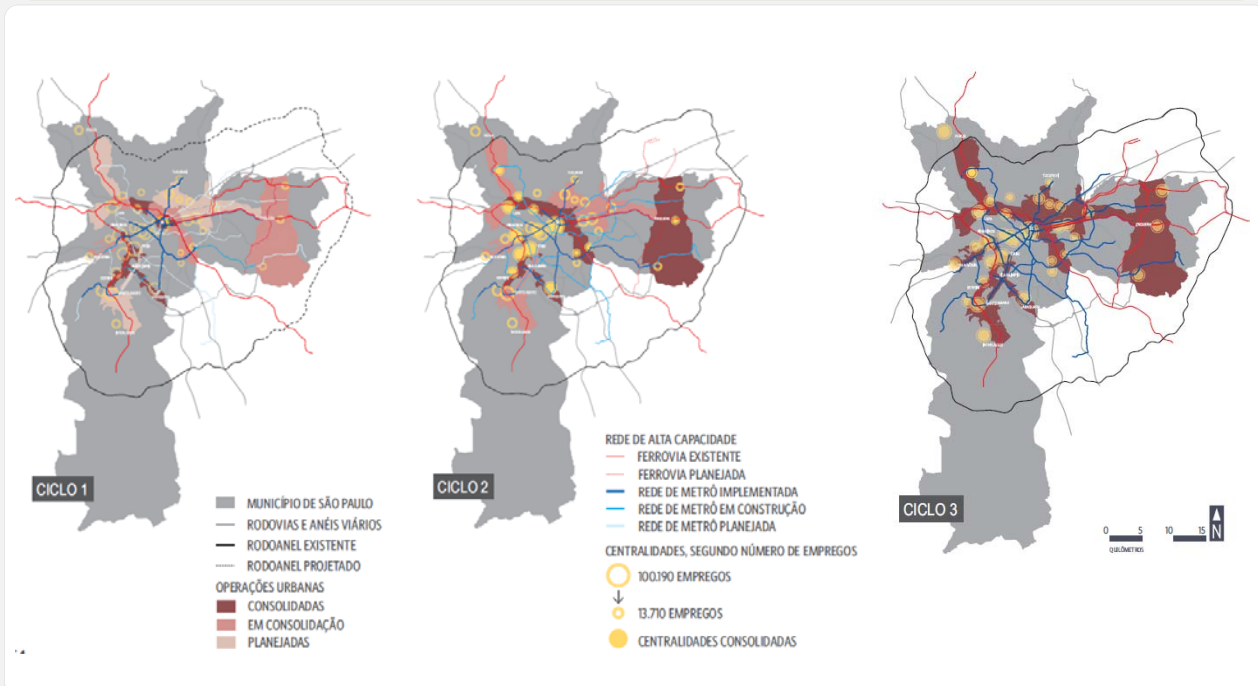
1. O incremento das **atividades produtivas para as áreas mais periféricas**, onde são escassas;
2. A criação e a estruturação de **centralidades de uso misto** em todo o tecido urbano;
3. O **adensamento populacional em áreas mais centrais**, especialmente, no centro expandido, onde há grande oferta de trabalho e emprego



CASO DE REFERÊNCIA

2. São Paulo/SP

→ “CIDADE 30 MINUTOS”: CICLOS DE IMPLEMENTAÇÃO



Fonte: Plano São Paulo 2040.

281



CASO DE REFERÊNCIA

3. Medellín/Colômbia



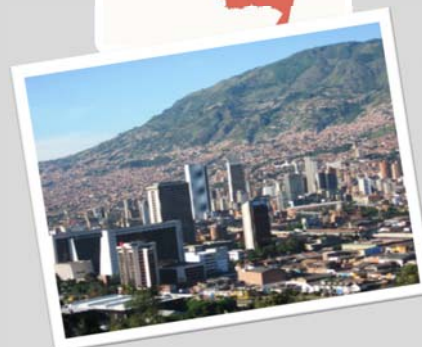
POPULAÇÃO: **2.464.322 HABITANTES¹**
 PIB: **27.673 milhões de dólares²**

→ DESAFIOS

- INTEGRAR BAIRROS MAIS POBRES E ISOLADOS COM O RESTANTE DA CIDADE.
- INSTAURAR UM SISTEMA EFICIENTE DE TRANSPORTE, COM FOCO NAS PESSOAS E NÃO NOS OS CARROS.
- ADOTAR MODAIS ALTERNATIVO E SUSTENTÁVEIS, EM DETRIMENTO AO AUTOMÓVEL.

→ RESULTADOS

- NOVO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (POT)
- PROJETO URBANO INTEGRAL (UPI)
- PRIORIZAÇÃO DE PEDESTRES
- AMPLIAÇÃO DA MOBILIDADE NÃO MOTORIZADA



Fonte: ¹DANE, estimativa para 2015. ² Observatorio de Políticas Públicas de la Alcaldía de Medellín, 2011

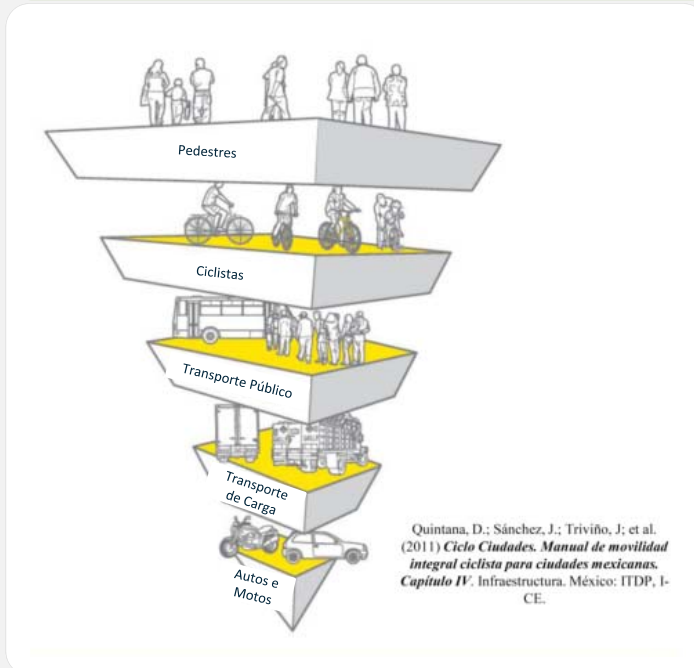
282



CASO DE REFERÊNCIA

3. Medellín/Colômbia

MUDANÇA DE PRIORIDADE AO PENSAR A MOBILIDADE URBANA



Fonte: Plano de Ordenamento Territorial de Medellín 2030.

283

- Os avanços na questão da mobilidade urbana em Medellín tem como base o princípio da priorização de pedestres e mobilidade não motorizada na cidade.
- Este conceito é a base do **Plano de Ordenamento Territorial (POT)** de Medellín para 2030.
- Deste modo, pode-se oferecer às pessoas maneiras mais amigáveis de se locomover, com saúde e respeitando o meio ambiente.



CASO DE REFERÊNCIA

3. Medellín/Colômbia

▶ ENTENDE-SE QUE A MOBILIDADE ESTÁ RELACIONADA COM A EXISTÊNCIA DE UM BOM ESPAÇO PÚBLICO. O LIVRO *NEW CITY LIFE* APRESENTA **12 PONTOS** QUE PODEM DIAGNOSTICAR OU NÃO UM LUGAR CLASSIFICADO COMO UM BOM ESPAÇO PÚBLICO

- 1 **Proteção de tráfego:** a segurança para pedestres e pessoas com mobilidade reduzida.
- 2 **Segurança em espaços públicos:** circulação de pessoas, lugares que têm vida dia e noite complementada com boa iluminação.
- 3 **Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis:** propício para áreas protegidas do calor, da chuva e do vento. As áreas verdes para minimizar a alta temperatura, ruído e poluição.
- 4 **Áreas para caminhadas:** fachadas interessantes, superfícies sem obstáculos e acessibilidade para todos.
- 5 **Espaços de permanência:** lugares públicos agradáveis para estar com fachadas e paisagem interessante de se ver.
- 6 **Um lugar para sentar:** mobiliário urbano aumentar com lugares para descansar.
- 7 **Capacidade para observar:** espaços públicos que estão integrados na paisagem.
- 8 **Oportunidade bate-papo:** Baixos níveis de ruído através de mobiliário urbano que convida e incentiva a interação entre as pessoas.
- 9 **Lugares de exercício:** Infraestrutura para esportes e atividades na rua para o dia e noite.
- 10 **Escala Humana:** construído a partir da perspectiva dessas áreas.
- 11 **Capacidade para aproveitar o clima:** os espaços públicos que se relacionam com o clima e a topografia das cidades.
- 12 **Boa experiência sensorial:** a facilidade de acesso às áreas naturais, qualidade dos materiais.

Fonte: Plano de Ordenamento Territorial de Medellín 2030.

284



CASO DE REFERÊNCIA

3. Medellín/Colômbia

EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES FOCADAS NO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO



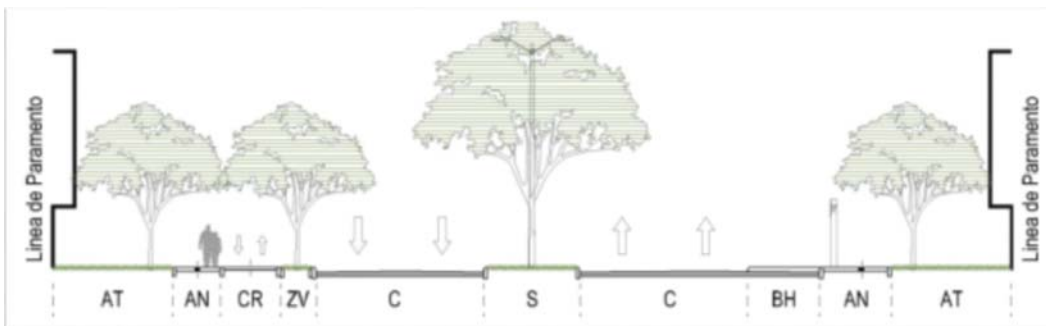
Fonte: Plano de Ordenamento Territorial de Medellín 2030.



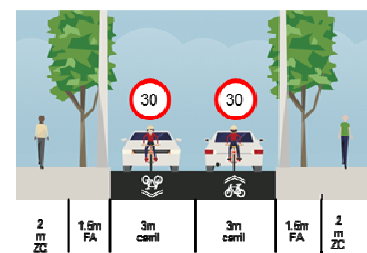
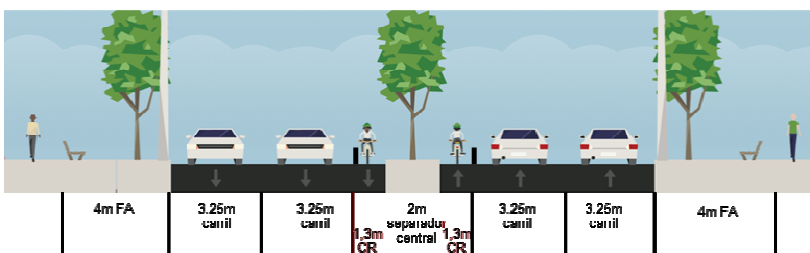
CASO DE REFERÊNCIA

3. Medellín/Colômbia

PLANEJAMENTO DOS COMPONENTES DA VIA



- AT-ANTEJARDIM
- AN-ANDEN
- CR-CICLOVIAS
- ZN-ZONA VERDE
- C-CALÇADA
- S-SEPARADOR
- BH-ALARGAMENTO OU BAIJA DE ESTACIONAMENTO



Fonte: Plano de Ordenamento Territorial de Medellín 2030.



DIRETRIZES E PROGRAMAS DO PLANO DE MOBILIDADE PARA A CIDADE DE MEDELLÍN

Diretrizes:

- Sustentabilidade Ambiental: combustíveis limpos
- Gestão e Inclusão Social
- Visão de futuro: Sistemas de longo prazo
- Sistema urbano articulador e integrador de território
- Gerar apoio e segurança rodoviária
- Estratégia de mobilidade urbana integrada: Metro, ônibus, bondes e outras tecnologias.
- Mobilidade acessível através do design universal.

Programas:

- **Programa 1:** Geração, modificação ou eliminação de projetos rodoviários.
- **Programa 2:** Formulação e aprovação do Plano Diretor de Estacionamentos.
- **Programa 3:** Integração dos transportes públicos ao Sistema Integrado de transportes e aos programas setoriais de transporte.
- **Programa 4:** Geração, melhoria, manutenção e restauração de equipamentos e fornecimento de transporte público.
- **Programa 5:** Mobilidade acessível ao meio físico e ao transporte público.
- **Programa 6:** Política em matéria de segurança e de circulação rodoviárias.

Fonte: Plano de Ordenamento Territorial de Medellín 2030.

287



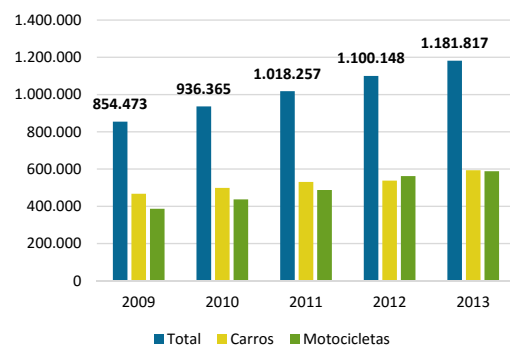
PROGRAMAS DO PLANO DE MOBILIDADE PARA A CIDADE

PROGRAMA 1: GERAÇÃO, MODIFICAÇÃO OU ELIMINAÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS

- Atualização de execução dos projetos viários e selecionar os projetos mais relevantes para o local e a região metropolitana.
- Os projetos do apresentam melhorias das rodovias em relação ao acesso das rodovias, melhora na velocidade de circulação dos automóveis e mudança do traçado e expansão da rodovia.
- Os projetos foram realizados por meio de concessões ao setor privado, responsável pela construção, operação, manutenção e cobrança de taxas de utilização.

PROGRAMA 2: FORMULAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE**ESTACIONAMENTOS**

- Reduzir o uso de veículos e espaço público solucionando a ação de estacionar sobre as vias, a falta de infraestrutura para resolver os problemas de espaço urbano e de melhores políticas públicas.
- Ações: Sistema público urbano de estacionamentos para resolver a ocupação do espaço público, desenvolvimento de um sistema de estacionamento localizado estrategicamente em conformidade com as vias de pedestres, transportes públicos e privados, regulação e gerenciamento de estacionamentos nas vias públicas

Evolução da Frota em Medellín

Fonte: Plano de Ordenamento Territorial de Medellín 2030. Medellín Cómovamos – "Movilidad y espacio público". Disponível em: <http://www.medellincomovamos.org/movilidad-y-espacio-p-blico>

288



CASO DE REFERÊNCIA

3. Medellín/Colômbia

PROGRAMAS DO PLANO DE MOBILIDADE PARA A CIDADE

PROGRAMA 3: INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS AO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTES E AOS PROGRAMAS SETORIAIS DE TRANSPORTE

- A peça central do programa é alcançar a integração física, operacional, organizacional e tarifária de todos os meios de transportes públicos atribuindo a cada um a máxima eficiência de todo o sistema.

PROGRAMA 4: GERAÇÃO, MELHORIA, MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FORNECIMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO

- As instalações de transportes públicos devem ser planejadas de acordo com a demanda e oferta do sistema de acordo com a localização dos terminais, armazéns, centros logísticos, paradas de ônibus e outras infraestruturas necessárias.

PROGRAMA 5: MOBILIDADE ACESSÍVEL AO MEIO FÍSICO E AO TRANSPORTE PÚBLICO

- Ajuste dos sistemas de transporte e infraestrutura existentes para torná-los acessíveis aos usuários (cidade inclusiva). Avaliação de calçadas, ciclovias, cruzamentos, acessos e outras infraestruturas que podem se tornar obstáculos à mobilidade. Avaliação da acessibilidade dos diferentes sistemas de transportes públicos e da sua eficiência.



Fonte: Plano de Ordenamento Territorial de Medellín 2030.

289



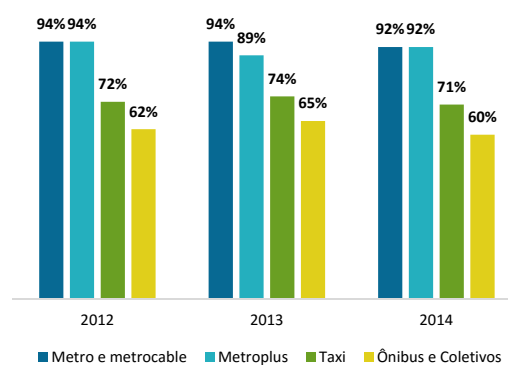
CASO DE REFERÊNCIA

3. Medellín/Colômbia

PROGRAMAS DO PLANO DE MOBILIDADE PARA A CIDADE

PROGRAMA 6: POLÍTICA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E DE CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIAS

- Projetos: semáforos coordenados, estacionamento de veículos, regulação do sistema de táxis, sinalização e demarcação de estradas, facilidade de circulação de motociclistas, transportes não motorizados e programas de educação no trânsito para a população.
- Implementação de estratégias de desincentivo ao uso de automóveis, uso de um sistema integrado de transporte e promoção da utilização de tecnologias limpas por meio de Medidas de Gestão de Demanda (Transportation Demand Management) e Tecnologias Inteligentes de Transporte (Intelligent Transportation System).
- Medidas propostas: A cobrança de uma tarifa por congestionamento em vias públicas, regulamentação de altos preços para estacionamentos, política pública utilizando o modelo de transporte público, adoção de faixas exclusivas para a circulação de transporte público de ônibus, estacionamentos dimensionados e sinalizados, novos investimentos em bondes e locais de cargas e descargas.

▶ **Porcentagem de Pessoas que acham os transportes públicos seguros**Fonte: Plano de Ordenamento Territorial de Medellín 2030. Medellín Cómovamos – "Movilidad y espacio público". Disponível em: <http://www.medellincomovamos.org/movilidad-y-espacio-p-blico>

290



CASO DE REFERÊNCIA

4. Rio de Janeiro/RJ



POPULAÇÃO: **6.476.631 HABITANTES¹**
PIB: **R\$ 282,5 Bilhões** (45% do PIB do RJ)
PIB per Capita: **R\$ 43,9 Mil**

→ DESAFIOS

- CAMINHABILIDADE DOS BAIRROS

→ RESULTADOS

- BAIRROS COMPACTOS E CAMINHÁVEIS



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

291



CASO DE REFERÊNCIA

4. Rio de Janeiro/RJ

→ CIDADES CAMINHÁVEIS: CARACTERÍSTICAS DAS RUAS

Diversos bairros da Zona Sul da cidade do rio de Janeiro possuem características que tornam essas regiões compactas e caminháveis. Bairros com Ipanema, Leblon e Copacabana tem altíssima densidade, não só de moradores, como também de estabelecimentos comerciais, hospitais, restaurantes, escolas, etc.

A concentração de moradores e serviços/empregos no mesmo espaço, minimiza a necessidades de grandes deslocamento de pessoas, favorecendo a mobilidade da cidade.

► *Comércio, serviços e residências ocupando o mesmo espaço*



► *Comércio de rua e uso da bicicleta como meio de transporte*



292



CASO DE REFERÊNCIA

4. Rio de Janeiro/RJ

→ CIDADES CAMINHÁVEIS: CARACTERÍSTICAS DAS RUAS

A arborização das ruas, a existência de praças e áreas de lazer tornam as ruas mais agradáveis e estimulam a caminhabilidade.

▶ Ruas Arborizadas



▶ Praças



Fonte: Jornal O Globo

293



CASO DE REFERÊNCIA

4. Rio de Janeiro/RJ

→ CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES COMPACTAS E CAMINHÁVEIS

PRINCIPAIS ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE QUE PROPORCIONE A CAMINHABILIDADE:

- Diversidade no uso do solo urbano
- Densidade populacional, de empregos, serviços, lazer.
- Acessibilidade
- Incentivo ao uso de bicicleta
- Ruas arborizadas
- Segurança

BENEFÍCIOS DAS CIDADES COMPACTAS:

- Menor dependência do automóvel
- Redução do tempo de deslocamento
- Redução de custos de transportes
- Menor consumo de energia e emissão de CO₂.
- Melhor qualidade de vida

294



OUTROS EXEMPLOS DE CIDADES COMPACTAS E CAMINHÁVEIS

▶ Rio de Janeiro:
Bairros Ipanema e Leblon



▶ Nova Iorque



▶ Barcelona



EXPERIÊNCIAS E CASOS DE REFERÊNCIA



Anexo

Outras boas práticas municipais

▶ ESTRUTURA URBANA
E ORGANIZAÇÃO
TERRITORIAL



ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS



→ GESTÃO

- Elaboração e monitoramento de Plano Estratégico Integrado de mobilidade, com diagnóstico do funcionamento dos sistemas de transporte e das vias de trânsito, e formulação de diretrizes e estratégias para aprimorá-las.
- Produção e monitoramento sistemático e frequente de indicadores de mobilidade.
- Criação de um Conselho Municipal de Trânsito, que participa da elaboração e fiscalização do Plano.
- Parcerias com órgãos de diferentes setores (ex. Transporte, Segurança, Saúde, Meio Ambiente, Gestão) e níveis de governo (ex. Ministério das Cidades e governos estaduais) para realização de programas e ações integradas voltadas a melhorar a qualidade do transporte público e reduzir ocorrências de acidente de trânsito.
- Descentralização da gestão de políticas de trânsito, transporte e sistema viário para administração indireta (empresa pública ou autarquia).

→ EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE

- Frota de ônibus adaptadas para deficientes físicos, obesos e idosos - exigência nas licitações.
- Qualificação das vias urbanas e rebaixamento das travessias com piso tátil.
- Ações educativas para conscientização no trânsito.



ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS



→ ENGENHARIA DE TRÂNSITO

- Implementação de vias rápidas de transporte terrestre, como corredores de ônibus ou sistema BRT (Bus Rapid Transit).
- Formulação de políticas e projetos para priorização do transporte coletivo, incluindo: melhoria do sistema de transporte e modernização de frotas; integração de linhas de ônibus; redução do tempo de espera; melhoria na sinalização; e restrição ao uso de veículos nos centros urbanos.
- Ampliação da cobertura geográfica das frotas de ônibus.
- Implementação de Sistemas Inteligentes de Transporte, com informação e monitoramento do transporte coletivo por ônibus convencional, apoiado por sistema de apoio à Operação, Bilhetagem Eletrônica e sistema de Informação ao Usuário, o SITBus está baseado no conceito de Sistemas Inteligentes de Transporte (ITS).
- Integração dos transportes e unificação da passagem – ex. Bilhete único inter-modal.
- Supervisão e gestão de operações de trânsito em tempo real (centrais de operações de trânsito).
- Redefinição e otimização das linhas e rotas de ônibus, mediante pesquisas realizadas com usuários.

6

 GESTÃO PÚBLICA E
GOVERNANÇA

INTRODUÇÃO

 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

NA DIMENSÃO “GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA” SERÃO DESTACADOS TEMAS RELACIONADOS À QUALIDADE DA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E À TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL.

 PAPEL DO GOVERNO E DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS

CONSIDERANDO TODO O ARCABOUÇO TEÓRICO, ASSIM COMO A EXPERIÊNCIA EMPÍRICA DA MACROPLAN, A GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS (GPR), É BASEADA EM 4 DIMENSÕES:

1. VISÃO ESTRATÉGICA E ESCOLHA DE PRIORIDADES
2. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO SISTEMÁTICOS
3. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
4. GOVERNANÇA ORIENTADA PARA RESULTADOS

TODOS OS ASPECTOS PRESENTES EM CADA DIMENSÃO INFLUENCIAM-SE MUTUAMENTE, FORMANDO UM CICLO DE RETROALIMENTAÇÃO CONTÍNUA QUE VISA A ELEVAR A QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA.

INTRODUÇÃO

→ CAMPINA GRANDE HOJE



✓ Em relação à **definição de prioridades**, há, no geral, a sensação de que as excessivas rivalidades políticas têm impedido a cidade de desenvolver um “plano de voo” consistente com visão de longo prazo, havendo frequentemente, interrupção e abandono de projetos em virtude da alternância no poder político local.²



✓ No que diz respeito à **gestão de pessoas**, é possível coletar, junto a lideranças da cidade, a sensação de que apesar de avanços recentes, ainda há um baixo nível de motivação, engajamento e qualificação geral no corpo de servidores e funcionários da administração municipal.²



✓ A ausência de mecanismos modernos de gestão (infraestrutura tecnológica), aliada à baixa qualificação geral dos recursos humanos da Prefeitura dificultam a implantação de **sistemáticas de monitoramento e avaliação estratégicas na Prefeitura**, impactando a eficiência, eficácia e efetividade da ação municipal.²



✓ Em relação à **transparência do setor público**, Campina Grande alcançou a 412ª colocação entre os municípios brasileiros em índice que avalia o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação (nota 2,5 numa escala de 0 a 10)².



✓ Campina Grande piorou entre 2006 e 2013 a **qualidade da sua gestão fiscal**, de acordo com avaliação do IFGF (Índice Firjan de Gestão Fiscal Municipal)¹. Na última avaliação (2013), ocupou a 3.118ª colocação no ranking que classifica todos os municípios brasileiros¹.
 ✓ Dentre os componentes do índice, seu pior desempenho foi na categoria “Liquidez” (3.251ª posição) e o melhor no “Receita Própria” (642ª)¹.

Fontes:¹Firjan ; ²Corregedoria Geral da União ²Relatório de pesquisa junto a lideranças e grupos representativos da cidade (Produto contratual do Campina Grande 2035)

301

SUMÁRIO

→ INDICADORES EXAMINADOS NA ANÁLISE COMPARATIVA

→ ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

→ CASOS DE REFERÊNCIA

✓ **1. BELO HORIZONTE/MG**
 Gestão orientada para resultados: Programa BH Metas e Resultados

✓ **2. RIO DE JANEIRO/RJ**
 Capacitação dos gestores públicos

→ ANEXO

→ OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

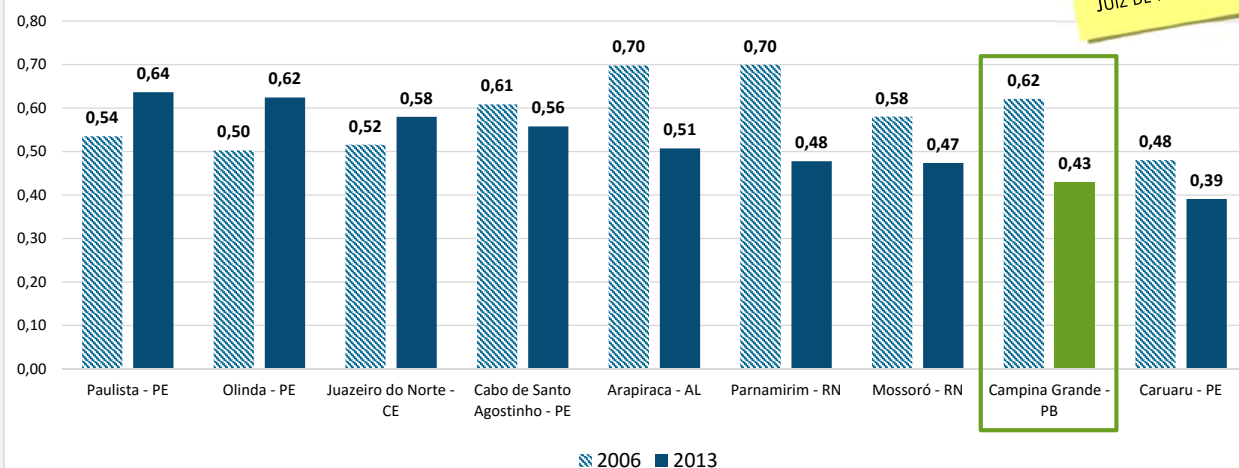
302

ANÁLISE COMPARATIVA

QUALIDADE DA GESTÃO FISCAL

O ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF) É COMPOSTO POR CINCO INDICADORES – RECEITA PRÓPRIA, GASTOS COM PESSOAL, INVESTIMENTOS, LIQUIDEZ E CUSTO DA DÍVIDA. SUA PONTUAÇÃO VARIA ENTRE 0 E 1, SENDO QUE QUANTO MAIS PRÓXIMO DE 1, MELHOR A GESTÃO FISCAL DO MUNICÍPIO. ENTRE 2006 E 2013, APENAS PAULISTA, OLINDA E JUAZEIRO DO NORTE MELHORARAM SUA NOTA NO ÍNDICE GERAL, ENQUANTO TODAS AS DEMAIS PIORARAM.

Nota no Índice Firjan de Gestão Fiscal (2006 e 2013)



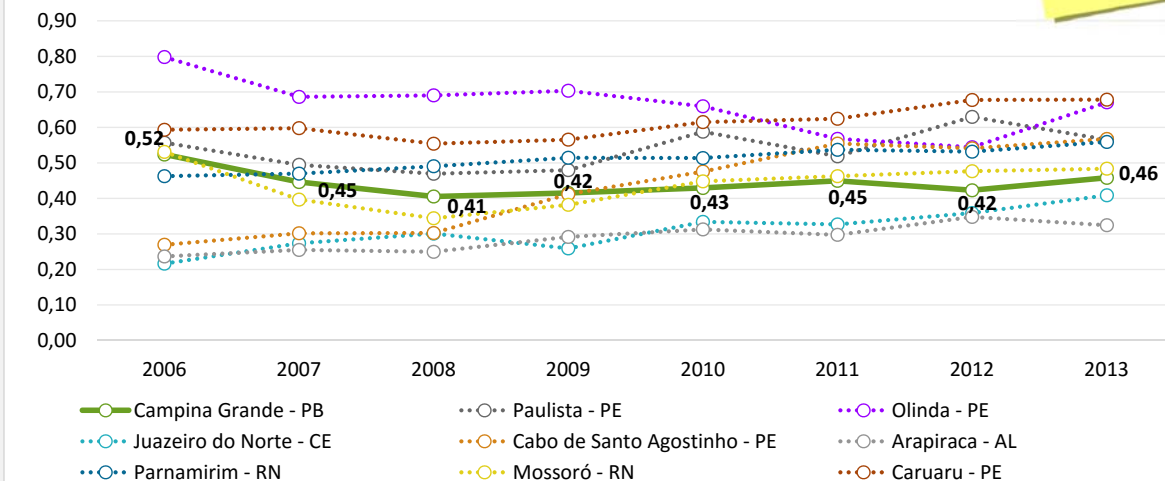
DADOS (2013):
BRASIL 0,45
JOÃO PESSOA 0,42
JUIZ DE FORA 0,64

ANÁLISE COMPARATIVA

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

O INDICADOR MEDE A DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO ÀS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DA UNIÃO. CAMPINA GRANDE SOFREU UMA REDUÇÃO EM 2007 E MANTEVE QUASE A MESMA NOTA ATÉ 2013, FICANDO NA TERCEIRA PIOR COLOCAÇÃO DENTRE AS CIDADES ANALISADAS E GANHANDO APENAS DE JUAZEIRO DO NORTE (0,41) E ARAPIRACA (0,32).

Índice Firjan de Gestão Fiscal – Receita Própria (2006-2013)



DADOS 2013:
JOÃO PESSOA 0,65
JUIZ DE FORA 0,82
MÉDIA BRASIL 0,24

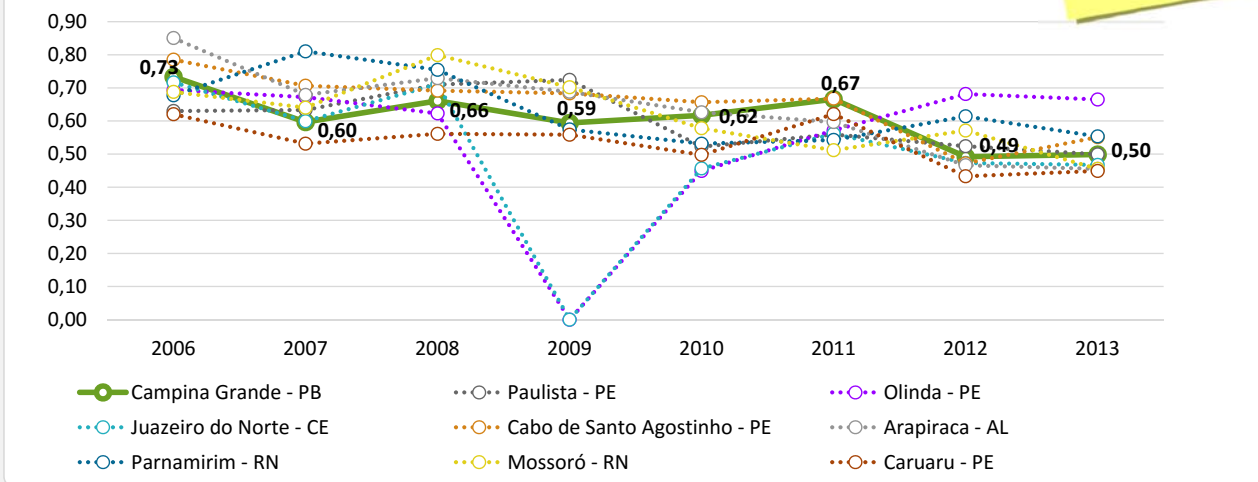
ANÁLISE COMPARATIVA

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

O INDICADOR MOSTRA QUANTO OS MUNICÍPIOS GASTAM COM PAGAMENTO DE PESSOAL, EM RELAÇÃO AO TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA. TODAS AS CIDADES ANALISADAS TIVERAM UM DECRÉSCIMO EM SUAS NOTAS ENTRE 2006 E 2013, INCLUSIVE CAMPINA GRANDE. OLINDA E JUAZEIRO DO NORTE ULTRAPASSARAM EM 2009 O LIMITE PARA GASTOS COM PESSOAL DEFINIDO PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF,2000), POR ISSO RECEBERAM NOTA ZERO NESSE ANO PARA O QUESITO.

DADOS 2013:
JOÃO PESSOA 0,59
JUIZ DE FORA 0,72
MÉDIA BRASIL 0,49

Índice Firjan de Gestão Fiscal – Gastos com Pessoal (2006-2013)



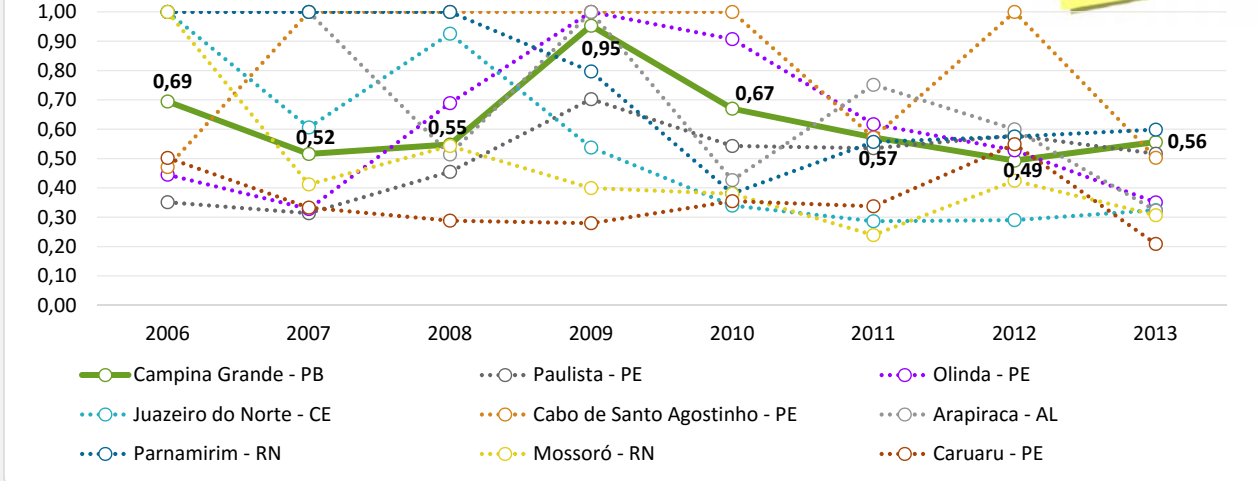
ANÁLISE COMPARATIVA

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

O INDICADOR ACOMPANHA O TOTAL DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA. CAMPINA GRANDE CHEGOU EM SEU MELHOR RESULTADO EM 2009, QUANDO ATINGIU NOTA 0,95. APESAR DO DECRESCIMENTO QUE ACONTECEU A PARTIR DESSE ANO, FATO COMUM À MAIORIA DAS CIDADES ANALISADAS, CAMPINA GRANDE FICOU EM 2º LUGAR NA COMPARAÇÃO EM 2013, PERDENDO APENAS PARA PARNAMIRIM (0,60).

DADOS 2013:
JOÃO PESSOA 0,25
JUIZ DE FORA 0,31
MÉDIA BRASIL 0,43

Índice Firjan de Gestão Fiscal – Investimentos (2006-2013)



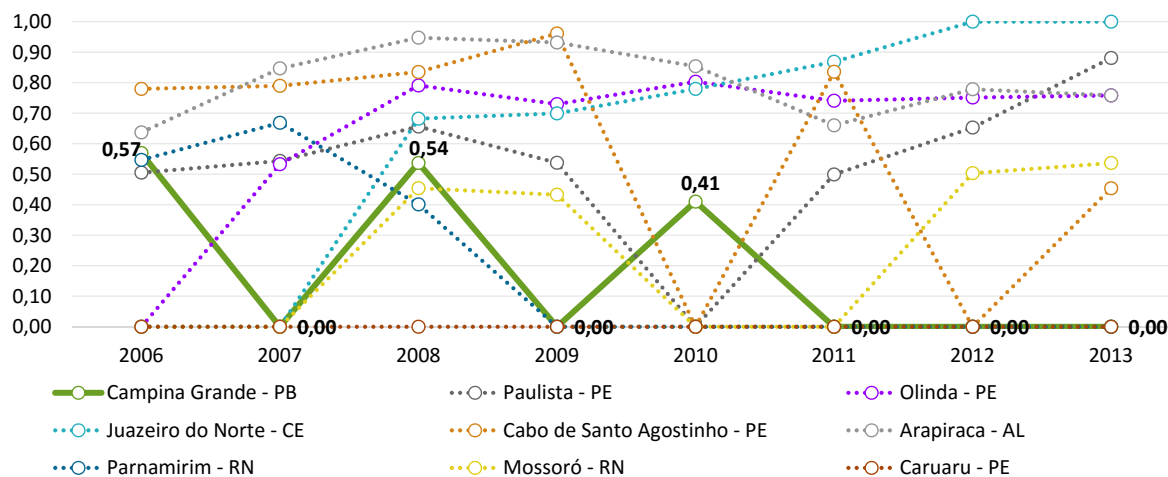
ANÁLISE COMPARATIVA

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

O INDICADOR VERIFICA SE AS PREFEITURAS ESTÃO DEIXANDO EM CAIXA RECURSOS SUFICIENTES PARA HONRAR SUAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO, MEDINDO A LIQUIDEZ DA PREFEITURA COMO PROPORÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS. CAMPINA GRANDE TEVE SUA NOTA ZERADA ENTRE 2011 E 2013, O QUE SIGNIFICA A FALTA DE RECURSOS EM CAIXA PARA FAZER FRENTE ÀS SUAS OBRIGAÇÕES. OS DESTAQUES POSITIVOS SÃO DE ARAPIRACA, SENDO A ÚNICA CIDADE QUE NÃO TEVE NENHUMA NOTA ZERO DURANTE OS ANOS ANALISADOS, E JUAZEIRO DO NORTE, QUE SAIU DE UMA NOTA ZERADA EM 2007 PARA A PONTUAÇÃO MÁXIMA EM 2013.

DADOS 2013:
JOÃO PESSOA 0,0
JUIZ DE FORA 0,69
MÉDIA BRASIL 0,49

Índice Firjan de Gestão Fiscal – Liquidez (2006-2013)



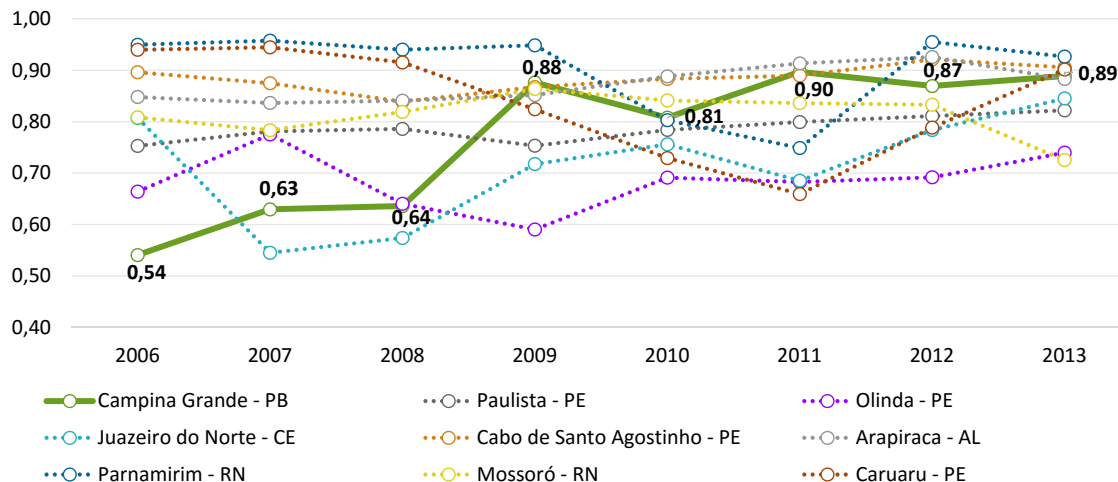
ANÁLISE COMPARATIVA

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

O INDICADOR CORRESPONDE ÀS DESPESAS DE JUROS E AMORTIZAÇÕES EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS REAIS. CAMPINA GRANDE TEVE UM ÓTIMO CRESCIMENTO DURANTE O PERÍODO ANALISADO, SAINDO DA ÚLTIMA COLOCAÇÃO EM 2006 PARA A 4ª COLOCAÇÃO EM 2013. A EVOLUÇÃO DA CIDADE FOI A MAIOR ENTRE TODAS AS ANALISADAS.

DADOS 2013:
JOÃO PESSOA 0,83
JUIZ DE FORA 0,73
MÉDIA BRASIL 0,83

Índice Firjan de Gestão Fiscal – Custo da dívida (2006-2013)



CASO DE REFERÊNCIA

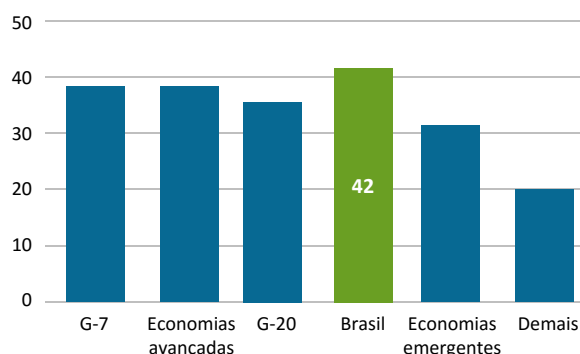
DESAFIO FISCAL

BRASIL

- **Demanda** por serviços públicos é crescente
- **Dilema entre o estímulo fiscal** em um ambiente de forte desaceleração econômica e a **consolidação fiscal** em um contexto de grave crise das finanças públicas.
- **Impacto fiscal de médio e longo prazo** decorrente do envelhecimento populacional

Perspectiva Comparativa

DESPESA TOTAL DO GOVERNO EM RELAÇÃO AO PIB



O DESAFIO BRASILEIRO ATUAL É TRAZER A TRAJETÓRIA DO GASTO PÚBLICO PARA NÍVEIS SUSTENTÁVEIS, POR ISSO É FUNDAMENTAL AVALIAR ONDE ELE É POUCO PRODUTIVO, PRIORIZANDO A EFICIÊNCIA DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL.

Fonte: Tesouro Nacional / Ministério da Fazenda. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/2016/transparencia-fiscal-figv_fabiana.pdf/view

CASO DE REFERÊNCIA

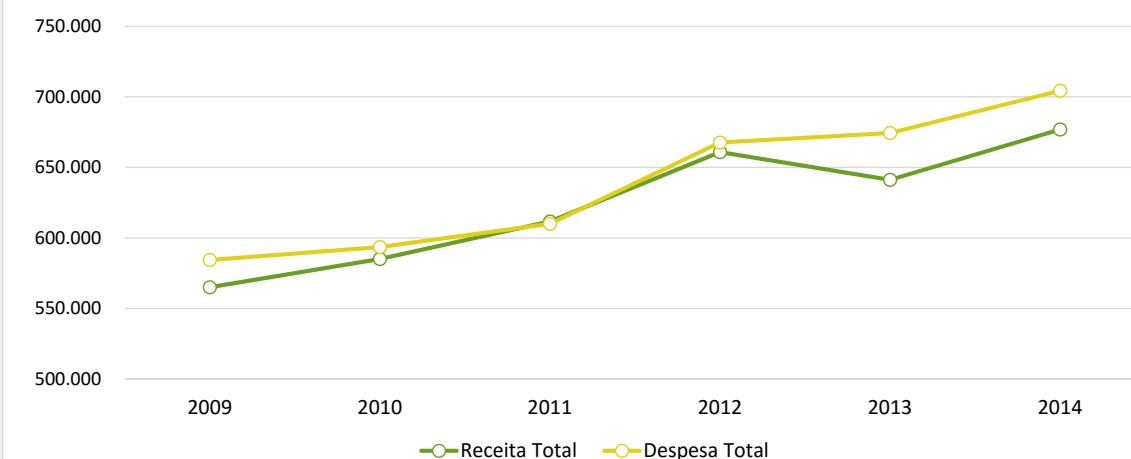
DESAFIO FISCAL

CAMPINA GRANDE

A Receita Total do Município de Campina Grande cresceu abaixo da Despesa no período de 2009 a 2014. O resultado global (receitas menos despesas) foi positivo apenas em 2011 (R\$1,6 Milhões). No último ano analisado o déficit foi de R\$ 27 milhões.

A RECEITA CRESCEU 20%, ENQUANTO A DESPESA CRESCEU 21%.

Evolução das Receitas e despesas de Campina Grande



Fonte: Compara Brasil com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
*Valores constantes de 2014, atualizados pelo IPCA

CASO DE REFERÊNCIA

DESAFIO FISCAL

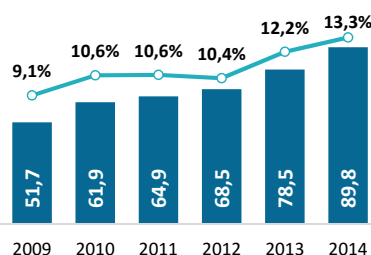
CAMPINA GRANDE

A Receita Tributária de Prefeitura Municipal de Campina Grande foi de R\$ 89,9 Milhões em 2014, 74% a mais do que o arrecadado em 2009. Nesse período, os impostos e taxas aumentaram sua participação de 9,1% para 13,3% na receita total do município. Paralelamente, as receitas oriundas de transferências correntes cresceram 31%, um aumento de participação de 72% para 78%. Em sentido inverso, as receitas de capital, que tem um comportamento menos estável ao longo dos anos, caíram 86%.

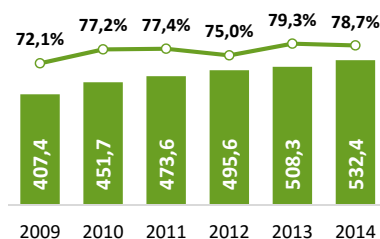
Principais fontes de Receita e sua participação na Receita Total

EVOLUÇÃO ENTRE 2009 E 2014:
TRIBUTÁRIA: 74%
TRANSFERÊNCIAS: 31%
CAPITAL: -86%

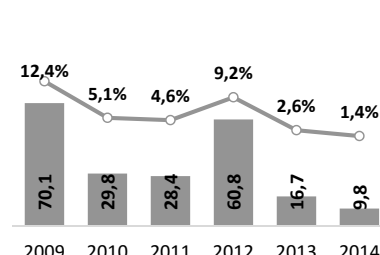
RECEITA TRIBUTÁRIA



RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



RECEITA DE CAPITAL



Fonte: Compara Brasil com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); *Valores constantes de 2014, atualizados pelo IPCA

CASO DE REFERÊNCIA

DESAFIO FISCAL

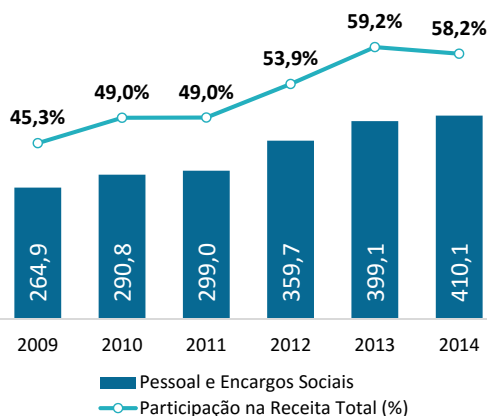
PRINCIPAIS CONTAS DA DESPESA

No âmbito das despesas, os Gastos com Pessoal e Encargos Sociais cresceram 55% em 5 anos. Em 2014 foram gastos R\$ 410 milhões com Pessoal, 58% das despesas da Prefeitura de Campina Grande. Os investimentos, por sua vez, caíram 43% no período e representam apenas 7,1% dos gastos do município.

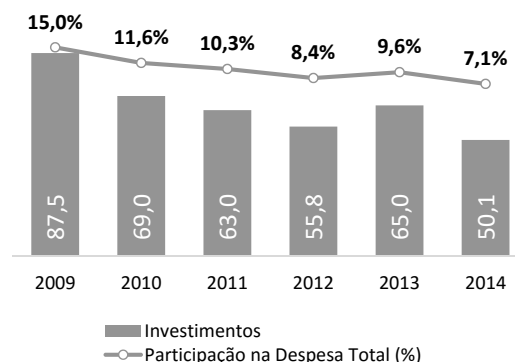
EVOLUÇÃO ENTRE 2000 E 2014
PESSOAL: +55%
INVESTIMENTOS: -43%

Campina Grande (2009-2014) – Em R\$ Milhões

GASTOS COM PESSOAL



INVESTIMENTOS



Fonte: Compara Brasil com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
 *Valores constantes de 2014, atualizados pelo IPCA



POPULAÇÃO: **2.502.557 HABITANTES¹**
 PIB: **R\$ 81,4 bilhões²** (16,7% do PIB de MG)
 PIB per Capita: **R\$ 32,4 mil**

→ DESAFIOS

- BUSCA E IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ENTREGA DE RESULTADOS MAIS EFETIVOS PARA OS CIDADÃOS.
- ALINHAMENTO DA EQUIPE EM TORNO DE UMA AGENDA ESTRATÉGICA, VISANDO EXECUÇÃO E RESULTADOS.
- AUMENTO CAPACIDADE DE GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.
- PROMOÇÃO DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO.

→ RESULTADOS

- A PREFEITURA DE BELO HORIZONTE PERCEBEU DE FORMA PIONEIRA NA ESFERA MUNICIPAL A NECESSIDADE DE REPENSAR SUA FORMA DE TRABALHAR PARA SE PREPARAR PARA NOVOS DESAFIOS.
- FOI IMPLANTADO O PROGRAMA BH METAS E RESULTADOS, UM MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA, COM PERMANENTE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DOS PROGRAMAS E DOS PROJETOS EM ANDAMENTO.



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

313

→ PRINCIPAIS INICIATIVAS E AÇÕES DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE:

- Elaboração do **Plano Estratégico de Longo Prazo** e apresentação à população de Belo Horizonte, com 40 Projetos Sustentadores estruturados e contratualizados;
- Alinhamento da equipe dirigente da prefeitura em torno de uma **estratégia consistente**, com encadeamento de programas e ações **orientadas ao resultado**;
- **Definição dos resultados** mensuráveis e pactuação com os responsáveis pelos Projetos Sustentadores;
- Modelo de gerenciamento e **monitoramento em tempo real**, com aumento da transparência e velocidade no fluxo de informação dos Projetos Sustentadores devido à implantação do Sistema de Gestão Estratégica – Sigeor BH;
- Capacitação e **qualificação do corpo técnico** de governo, visando aumento da velocidade de resolução de restrições nos Projetos Sustentadores;
- Elaboração de conjunto de medidas para gestão de recursos humanos, visando o **aumento da produtividade e incentivos vinculados a resultados**;
- Prospecção de **parcerias estratégicas** para viabilização dos Projetos;
- Inclusão da participação e **engajamento da sociedade** nas decisões governamentais.

Fonte: Macroplan

314

➔ O PROGRAMA BH METAS E RESULTADOS

- No nível tático, de médio e curto prazo, foi construído e implantado por meio de decreto o Programa BH Metas e Resultados, que balizou as políticas e ações da prefeitura entre 2009 e 2012.
- O programa foi instituído com as seguintes responsabilidades:
 - Planejar e monitorar a execução do Plano de Governo;
 - Alinhar as ações estratégicas de governo, proporcionando a atuação articulada dos órgãos e das entidades encarregados da gestão dos Projetos Sustentadores;
 - Gerenciar os Compromissos de Resultados;
 - Viabilizar a ação coordenada do governo em cada Área de Resultado, incentivando o alcance dos objetivos e metas de cada uma;
 - Coordenar a avaliação de resultados dos Projetos Sustentadores.

➔ ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO PARA RESULTADOS:

1 ÁREAS DE RESULTADO

3 COMPROMISSOS DE RESULTADO

5 PARCEIROS

2 PROJETOS SUSTENTADORES

4 GERENTES DOS PROJETOS SUSTENTADORES

6 LINHA GERENCIAL DO PROJETO SUSTENTADOR

➔ GESTÃO INTENSIVA DA CARTEIRA DE PROJETOS SUSTENTADORES

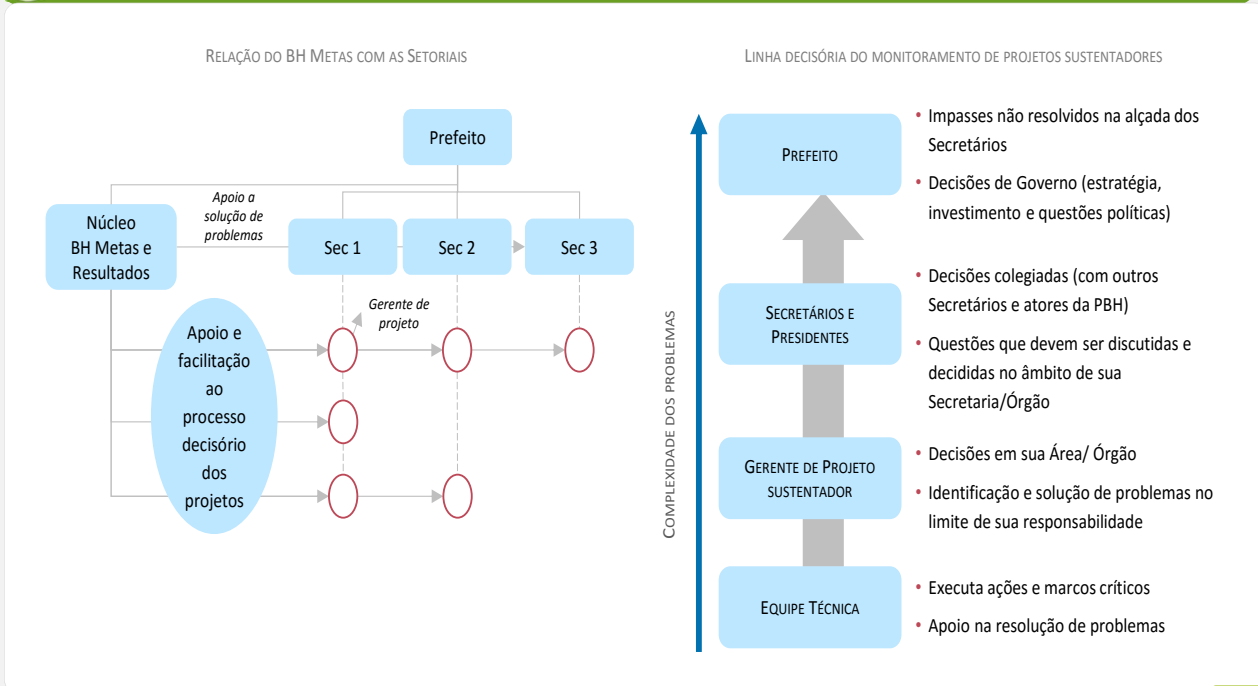
- O Programa BH Metas e resultados abrangeu 12 Áreas de Resultados e 40 Projetos Sustentadores.
- Para viabilizar a carteira de Projetos Sustentadores foi implantado um modelo de monitoramento e gestão intensiva que tinha como pilares os seguintes elementos:
 - Planejamento detalhado de cada projeto sustentador;
 - Pactuação e responsabilização dos resultados;
 - Sistema informatizado de gestão estratégica em tempo real
 - Equipe de monitoramento dedicada para facilitar decisões
 - Reuniões periódicas com o Prefeito para soluções de problemas e cobrança de resultados.

► Sistema informatizado de gestão estratégica



Projeto	Área	Atualizado	Parado	Atividade	Responsável
Projeto 1	Área 1	Ativo	Parado	Atividade 1	Responsável 1
Projeto 2	Área 2	Ativo	Parado	Atividade 2	Responsável 2
Projeto 3	Área 3	Ativo	Parado	Atividade 3	Responsável 3
Projeto 4	Área 4	Ativo	Parado	Atividade 4	Responsável 4
Projeto 5	Área 5	Ativo	Parado	Atividade 5	Responsável 5

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA: ORIENTADA PARA A FACILITAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO



TRANSPARÊNCIA, PARCERIAS E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

- Outra inovação foi o fato de os 40 Projetos Sustentadores poderem ser acompanhados pela população por meio da internet, garantindo mais transparência à gestão dos recursos públicos.
- Durante todo esse processo de gestão, a cidade foi sempre chamada a participar do planejamento e execução dos projetos.
- Também foram realizadas parcerias estratégicas com o setor privado e órgãos e instituições financiadoras de projetos, tendo em vista a obtenção de recursos para realização das ações.

Parcerias estratégicas para a viabilização de projetos



CASO DE REFERÊNCIA

1. Belo Horizonte/MG

→ COMUNICAÇÃO EXTERNA

- Em relação à transparência e comunicação externa do governo com a sociedade, no site da Prefeitura de Belo Horizonte, a população obteve acesso às metas estipuladas e aos resultados esperados para cada uma das 12 Áreas de Resultados, assim como um acompanhamento atualizado das ações desenvolvidas pelo governo para alcançá-las.

► Portal do Programa BH Metas e Resultados, hospedado no site da Prefeitura



Fonte: Macroplan

319

CASO DE REFERÊNCIA

2. Rio de Janeiro/RJ



POPULAÇÃO: **6.476.631 HABITANTES¹**
 PIB: **R\$ 282,5 Bilhões** (45% do PIB do RJ)
 PIB per Capita: **R\$ 43,9 Mil**

→ DESAFIOS

- CAPACITAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS
- APRIMORAR E POTENCIALIZAR A CAPACIDADE DE GERAR RESULTADOS ALINHADOS ÀS METAS DA PREFEITURA
- PREPARAR SUCESSORES PARA POSIÇÕES ESTRATÉGICAS

→ RESULTADOS

- EM 30 MESES, 50% DOS LÍDERES FORAM PROMOVIDOS.
- DOS 30 ALUNOS SELECIONADOS PARA A PRIMEIRA TURMA NO BRASIL DO CURSO *EXECUTIVE MASTER IN PUBLIC ADMINISTRATION* (DA COLUMBIA UNIVERSITY), CINCO FAZIAM PARTE DO PROGRAMA LÍDERES CARIOCAS.



Fonte: ¹IBGE, estimativa 2015. ²IBGE, PIB municipal 2013.

320

 PROGRAMA LÍDERES CARIOCAS

- O programa **Líderes Cariocas** foi desenvolvido sob a coordenação da Fundação João Goulart, órgão responsável pela capacitação dos gestores públicos na Prefeitura do Rio de Janeiro.
- A fundação atua em três áreas:
 1. **Desenvolvimento e sucessão de líderes:** identificar e desenvolver os líderes da Prefeitura, ajudando a direcionar seu desenvolvimento profissional e alocação. Esta área acompanha individualmente os Líderes Cariocas e auxilia os altos escalões da Prefeitura em processos de sucessão para cargos estratégicos.
 2. **Processos de Liderança:** Responsável pela criação e execução de processos e rotinas necessários para aprofundar a meritocracia e a gestão por resultados na PCRJ.
 3. **Melhores práticas:** Gestão do Conhecimento em Liderança, realizando parcerias e pesquisas aplicadas com instituições acadêmicas de alto nível. É responsável também pela identificação, padronização e divulgação de melhores práticas internas de Liderança da Prefeitura.

 PROGRAMA LÍDERES CARIOCAS: RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPANTES

- Os candidatos a participar do programa passam por exigente processo seletivo. É exigido dos participantes:
 - O comparecimento e dedicação às atividades propostas pela Fundação João Goulart, como cursos, palestras e seminários.
 - Cumprimento de metas individuais pactuadas com seus órgãos de lotação;
 - Atitude de dono frente aos desafios propostos
 - Ser um exemplo de Servidor Público para os demais e para o cidadão carioca.



PROGRAMA LÍDERES CARIOCAS – METAS E BONIFICAÇÕES

Bonificação por resultado

- Dentro do programa existem metas individuais a serem batidas, previamente definidas pelo titular do órgão em conjunto com a Fundação João Goulart e o próprio Líder Carioca.
- Os participantes do programa Líderes Cariocas estão habilitados a receber premiação por desempenho diferenciada. Além da gratificação referente aos Acordos de Resultados (válido para os servidores da prefeitura como um todo), há um bônus exclusivo para o grupo:
 - Gratificação anual por encargos especiais a título de bonificação extra, o Bônus dos Líderes Cariocas;
 - Recebimento mensal de gratificação por encargos especiais dos Líderes Cariocas, de valor a ser determinado posteriormente, durante o período em que integrar o grupo de Líderes.

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

323

PROGRAMA LÍDERES CARIOCAS – RESULTADOS ATINGIDOS

- De acordo com a Secretaria de Governo, até 2015, os 134 líderes tiveram que cumprir 321 metas, das quais 290 foram atingidas (90% do total).
- Entre os cargos estratégicos, os 229 líderes tiveram 562 metas monitoradas e 443 foram atingidas (79%).

▶ Equipe do Programa Líderes Cariocas



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

324

Anexo

Outras boas práticas municipais

➤ GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA

325

ANEXO

OUTRAS BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

➤ GESTÃO

- Desenvolvimento e implantação de processos e sistemas para elaboração e acompanhamento da execução orçamentária do município, em particular de seus investimentos.
- Treinamento e capacitação de funcionários para otimização de resultados e melhoria do desempenho.
- Padronização (qualidade, formato) e consistência dos documentos disponibilizados obrigatoriamente no portal de transparência do município.
- Disponibilização de relatórios simplificados da execução orçamentária, acessíveis a cidadãos sem formação técnica específica.

➤ BASE DE ARRECAÇÃO E CUSTOS

- Articulação entre o governo do estado e do município para realização obras e prestação de serviços, reduzindo o desperdício de recursos com a superposição de ações.
- Criação de políticas de atração e retenção de empresas com consequente desenvolvimento econômico e aumento de arrecadação.
- Revisão e atualização dos cadastros de do ISS e implantação de nota fiscal eletrônica.
- Revisão de cadastro imobiliário e da planta de valores, permitindo maior arrecadação e justiça fiscal.



CAMPINA
GRANDE 2035



DICIONÁRIO DE INDICADORES



Macroplan



FIEP



Comitê Gestor do PED/CG 2035
e Municípios do entorno



PROSPERIDADE E COMPETITIVIDADE DICIONÁRIO DE INDICADORES



CAMPINA
GRANDE 2035



Macroplan



FIEP



Comitê Gestor do PED/CG 2035
e Municípios do entorno

INDICADOR	METODOLOGIA DE CÁLCULO	FONTE
DOUTORES PER CAPITA	Porcentagem de pessoas cujo nível de instrução mais elevado concluído é o de doutorado em relação ao total da população.	Censo/IBGE
EMPREGOS FORMAIS	Quantidade total de empregados formais em todos os setores da economia.	RAIS / Ministério do Trabalho e Renda
EMPREGOS FORMAIS POR SETOR	Proporção de empregados formais por setor da economia em relação ao total da população empregada formalmente.	RAIS / Ministério do Trabalho e Renda
MESTRES PER CAPITA	Porcentagem de pessoas cujo nível de instrução mais elevado concluído é o de mestrado em relação ao total da população.	Censo/IBGE
PARTICIPAÇÃO NO PIB DO ESTADO	Participação percentual do Produto Interno Bruto do município dentro da Unidade da Federação em que ele se encontra.	PIB Municipal 2013 / IBGE
PARTICIPAÇÃO NO VAB POR SETOR	Participação de cada setor da economia do valor adicionado bruto total do PIB da região analisada.	PIB Municipal 2013 / IBGE
PIB MUNICIPAL	Soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos em cada município, em preços correntes.	PIB Municipal 2013 / IBGE
PIB PER CAPITA	Produto Interno Bruto municipal a preços correntes, descrito acima, dividido pela população do município.	PIB Municipal 2013 / IBGE
POPULAÇÃO COM 25 ANOS OU MAIS QUE CONCLUIU O ENSINO SUPERIOR	Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que concluiu pelo menos a graduação do ensino superior e o total de pessoas nesta faixa etária.	PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano com base nos dados do Censo/IBGE
SALDO DE ADMITIDOS/DESLIGADOS	Saldo das movimentações (admissões menos desligamentos).	CAGED/Ministério do Trabalho e Renda
TAXA DE DESEMPREGO	Taxa de desocupação da população com 18 anos ou mais.	PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano com base nos dados do Censo/IBGE



QUALIDADE DE VIDA DICIONÁRIO DE INDICADORES



Comitê Gestor do PED/CG 2035
e Municípios do entorno

INDICADOR	METODOLOGIA DE CÁLCULO	FONTES
COBERTURA DAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	DATASUS / Ministério da Saúde
EQUIPAMENTOS CULTURAIS	Existência (ou não) dos seguintes equipamentos culturais no município: Bibliotecas públicas, museus, teatros ou salas de espetáculo, centros culturais, estádios ou ginásios poliesportivos, cinemas, galerias de arte	MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento de Cultura / IBGE
EXPECTATIVA DE VIDA	Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.	PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano com base nos dados do Censo/IBGE
INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA	Proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB).	DATASUS / Ministério da Saúde
LEITOS POR HABITANTE	Número de leitos hospitalares públicos e privados, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado	DATASUS / Ministério da Saúde
MÉDICOS POR HABITANTE	Número de profissionais de saúde em atividade, por mil habitantes, segundo categorias, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.	DATASUS / Ministério da Saúde
MORTALIDADE INFANTIL	Razão entre o nº de óbitos em menores de 1 ano de idade e o total de nascidos vivos.	DATASUS / Ministério da Saúde
ÓBITOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO	Mortes decorridas de acidentes de transporte, incluindo as categorias: Pedestre, Ciclista, Moto, Auto, Caminhão, Ônibus ou Outros.	DATASUS / Ministério da Saúde
TAXA DE HOMICÍDIOS	Somatória das causas de óbitos X85 a Y09 estabelecidas pelo CID-10 (última versão da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde. Têm como característica a presença de uma agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos ou lesões que originam a morte da vítima. Não se incluem aqui mortes acidentais, homicídios culposos, mortes no trânsito etc., que têm códigos específicos de classificação.	DATASUS / Ministério da Saúde
TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA POR DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT)	Número de óbitos prematuros (30 a 69 anos) por doenças não transmissíveis (DCNT) registrados nos códigos CID-10 selecionados, em determinado ano e local, por 100 mil habitantes residentes com idade entre 30 e 69 anos.	DATASUS / Ministério da Saúde

329



EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO DICIONÁRIO DE INDICADORES



Comitê Gestor do PED/CG 2035
e Municípios do entorno

INDICADOR	METODOLOGIA DE CÁLCULO	FONTES
ABANDONO ESCOLAR	Porcentagem de alunos que deixam de frequentar as aulas durante o ano letivo.	INEP/Ministério da Educação
ATENDIMENTO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA	Razão entre a população em determinada faixa etária que estava frequentando a escola (em qualquer nível ou série), e a população total nesta faixa etária.	PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano com base nos dados do Censo/IBGE
DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS POR REDE DE ENSINO	Participação de cada rede no total de alunos matriculados na escola: <ul style="list-style-type: none"> Ensino Fundamental I (Rede Municipal, Estadual, Federal e Privada); Ensino Fundamental II (Rede Municipal, Estadual, Federal e Privada); Ensino Médio (Rede Municipal, Estadual, Federal e Privada). 	INEP/Ministério da Educação
EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO	Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.	PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano com base nos dados do Censo/IBGE
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB	Índice que mensura a qualidade da educação brasileira. Em seu cálculo são combinados dois fatores: desempenho dos estudantes na Prova Brasil, aplicada a cada dois anos, e a Taxa de Aprovação das redes. O Índice é calculado para cada série, em cada escola e é depois agregado por tipo de administração (Pública ou Privada), e dentro da administração pública, pela gestão responsável: Federal, Estadual ou Municipal.	INEP/Ministério da Educação
NÚMERO DE MATRÍCULAS	Total de alunos matriculados na escola por rede: <ul style="list-style-type: none"> Ensino Fundamental I (Rede Municipal, Estadual, Federal e Privada); Ensino Fundamental II (Rede Municipal, Estadual, Federal e Privada); Ensino Médio (Rede Municipal, Estadual, Federal e Privada). 	INEP/Ministério da Educação
REPROVAÇÃO ESCOLAR	Porcentagem de alunos que não obtém êxito na conclusão do ano letivo e, portanto, não estão aptos a se matricular na etapa seguinte, no ano seguinte.	INEP/Ministério da Educação
TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE	Não adequação teórica entre a série e a idade do aluno. Percentual de alunos com idade superior à idade recomendada para cada uma das séries. Considera-se em situação de distorção o aluno que tem idade pelo menos dois anos acima da idade recomendada.	INEP / Censo Escolar

330



SUSTENTABILIDADE URBANA E AMBIENTAL

DICIONÁRIO DE INDICADORES



Comitê Gestor do PED/CG 2035 e Municípios do entorno

INDICADOR	METODOLOGIA DE CÁLCULO	FONTE
ACESSO À REDE DE ÁGUA ENCANADA	Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com água canalizada para um ou mais cômodos e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. A água pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa.	PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano com base nos dados do Censo/IBGE
COLETA DE LIXO	Razão entre a população que vive em domicílios com coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes localizados em área urbana.	PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano com base nos dados do Censo/IBGE
DÉFICIT HABITACIONAL	Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. O déficit habitacional relativo é a proporção de domicílios em situação não adequada em relação ao total de domicílios particulares permanente.	Fundação João Pinheiro com base nos dados do IBGE/Censo 2010
PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	Nível de perdas no município, em porcentagem da água produzida.	SNIS/ Ministério das Cidades
POPULAÇÃO ATENDIDA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Razão entre o valor da população total atendida com esgotamento sanitário pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência e a população total do município estimada pelo IBGE.	SNIS/ Ministério das Cidades

331



ESTRUTURA URBANA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

DICIONÁRIO DE INDICADORES



Comitê Gestor do PED/CG 2035 e Municípios do entorno

INDICADOR	METODOLOGIA DE CÁLCULO	FONTE
ASPECTOS URBANÍSTICOS DO ENTORNO DOS DOMICÍLIOS - ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PAVIMENTAÇÃO E CALÇADAS	Porcentagem de domicílios particulares com iluminação pública no entorno; Porcentagem de domicílios particulares com pavimentação no entorno; Porcentagem de domicílios particulares com calçada no entorno	Censo/IBGE
FROTA DE AUTOMÓVEIS PER CAPITA	Razão entre o número de automóveis e população do município no ano de referência.	Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito/SINET
TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que, no trabalho principal, trabalhavam fora do domicílio e retornavam diariamente do trabalho para o domicílio, por faixa habitual de tempo de deslocamento: até 5 minutos, entre 6 a 30 minutos, entre 30 minutos e 1 hora, mais de 1 hora até 2h e mais de 2h.	Censo/IBGE
TRABALHO FORA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	Proporção de pessoas que trabalham fora do município em relação ao total de pessoas que trabalham (consideradas pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que no trabalho principal, trabalhavam fora do domicílio e retornavam diariamente do trabalho para o domicílio, exclusive as pessoas que, no trabalho principal, trabalhavam em mais de um município ou país)	Censo/IBGE

332



INDICADOR	METODOLOGIA DE CÁLCULO	FONTE
ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	A Escala Brasil Transparente é uma metodologia utilizada para medir a transparência pública em estados e municípios brasileiros. O objetivo é avaliar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação (notas de 0 a 10).	Controladoria Geral da União
ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL - IGFG	O IFGF é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. Os quatro primeiros possuem peso 22,5% e o último 10,0% no resultado final do Índice. Os indicadores são calculados com base em dados disponíveis no FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional.	FIRJAN



CAMPINA GRANDE 2035



Comitê Gestor do PED/CG 2035
e Municípios do entorno